UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Marcius Minervini Fuchs

AS REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES DO CEFD UFSM: A HISTÓRIA NÃO CONTADA

Santa Maria, RS
2016

Marcius Minervini Fuchs

AS REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES DO CEFD/UFSM: A HISTÓRIA NÃO CONTADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), curso de Mestrado, Linha de aspectos sócio-culturais e pedagógicos da educação física como requisito parcial para o grau de **Mestre em Educação Física**.

Orientadora: Prof.ª Dra. Maristela da Silva Souza

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fuchs, Marcius Minervini
As reestruturações curriculares do CEFD UFSM: a história não contada / Marcius Minervini Fuchs.-2016.
189 p.; 30cm

Orientadora: Maristela da Silva Souza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação Física e desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, RS, 2016

1. Reestruturações Curriculares 2. Atores Sociais 3. Formação Inicial 4. Professores 5. Educação Física I. Souza, Maristela da Silva II. Título.

© 2016
Todos os direitos autorais reservados a Marcius Minervini Fuchs. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.
E-mail: marciusminervini@gmail.com

Marcius Minervini Fuchs

AS REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES DO CEFD/UFSM: A HISTÓRIA NÃO CONTADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), curso de Mestrado, Linha de aspectos sócio-culturais e pedagógicos da educação física como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação Física**.

Aprovado em 15 de Março de 2016:

Maristela da Silva Souza, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Dr. (UFPEL)

Elenor Kunz, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho para todos e todas que lutaram, e lutam, desde o início contra as atuais diretrizes curriculares, que dedicaram boa parte de suas vidas para remar contra a corrente e buscar construir uma formação realmente crítica, voltada para as demandas dos trabalhadores de nossa área e que vise uma transformação radical de toda esta sociedade.

Dedicamos também a todas e todos que lutaram de 2007 a 2012 pela reunificação, pela construção de um curso único de licenciatura plena de caráter ampliado no CEFD/UFSM. Sabemos o quão árdua e importante foi essa luta, o quanto deixamos de ficar com nossas famílias, amigos, e com nós mesmos para aplicar-se incansavelmente para atingirmos a conquista dessa formação, que culminou em um dos processos mais democráticos que a UFSM, e quiçá universidades de todo o mundo, já passaram, e por fim alcançamos uma comissão paritária que construiu esse projeto e que não foi levado aos órgãos específicos para aprovação ainda.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer à minha atual companheira Tamires Roque que durante esses dois anos vem sendo minha base, a pessoa que nos momentos mais difíceis para a realização desse trabalho me apoiou, me ajudou e me fez seguir em frente, que não me fez desistir de tudo e de todos e que hoje compartilha a vida comigo em nosso lar com nossos filhos animais, Fox o vira lata, Aldebaran o Rottweiler e Pantera a gata. Que suportou toda a carga estressante que é trabalhar na rede estadual de educação do RS, militar em prol da transformação radical de toda a sociedade, ter uma família e estar em um programa de pós-graduação que cada vez mais volta-se a uma lógica de produtividade exacerbada. Tamires, meus sinceros agradecimentos e sentimentos de amor a ti.

A todos e todas que me ajudaram nesse processo, e gostaria de salientar principalmente Mathias Rodrigues, Alcir Martins, Camila Gutierres, Lucas Dornelles, Jean Schimidtt, Kauan Machado e Jâneo Venturini, sem vocês esse trabalho não seria realizado como foi. A vocês o meu singelo obrigado.

Aos colegas professores, professoras, funcionários, funcionárias e meus alunos e alunas da Escola Estadual de Educação Básica Professora Margarida Lopes que me dão base e me formam professor a cada dia. Sem vocês, um mestrado não teria razão, ser professor é a maior razão pela qual decidi buscar um mestrado.

Agradeço a todos da Associação Santamariense de Handebol, que no último ano me possibilitaram inúmeras vivências e aprendizados para este elemento da cultura corporal. Principalmente aos atletas da base e ao Professor Jorge Fernandes que vem sendo um grande mestre pra mim. Essa vivência eleva mais certezas sobre o que é a educação física, pois tanto dentro, quanto fora da escola, somos professores e temos o trato pedagógico como eixo fundamental de nossa atuação.

À minha orientadora Maristela da Silva Souza que sem ela todo esse caminho, desde a graduação até o mestrado não seria possível. Uma terceira mãe que tenho, que sempre nos deu apoio e base para seguir em frente, enfrentar o que fosse necessário e produzir conhecimento em prol da classe trabalhadora.

E por fim, e não menos importante, à minha família, principalmente meus avós Nilton Minervini e Teresinha Minervini, sem vocês eu não estaria aqui hoje. Amo vocês.

RESUMO

AS REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES DO CEFD/UFSM: A HISTÓRIA NÃO CONTADA

AUTOR: Marcius Minervini Fuchs
ORIENTADORA: Maristela da Silva Souza

Esta pesquisa está no bojo das discussões sobre políticas públicas educacionais e formação de professores em educação física. Ela adentra na discussão da linha de pesquisa "Aspectos Sócio-culturais e pedagógicos da Educação Física" mais especificamente sobre formação de professores. O Trabalho pesquisou como se deram as correlações de forças dos atores sociais nos processos de reestruturações curriculares do CEFD/UFSM que resultaram nos currículos de 2005 (Licenciatura), 2006 (Bacharelado) e 2009 (Constituição da comissão paritária para construção de um currículo de formação única em Licenciatura) a partir de estudo bibliográfico, análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistados os atores sociais que se envolveram nas respectivas comissões de reestruturação curricular e direção de centro. Tem como principal objetivo analisar e documentar estes processos de reestruturações a partir da análise das correlações de forças dos atores sociais e seus papéis para a implementação das políticas públicas educacionais referentes às diretrizes curriculares ou resistência às mesmas. Na análise dos dados percebemos que se estruturaram setores com propostas de projetos antagônicos que entraram em uma disputa desde o princípio. Após pesquisar, os processos de constituição dos atuais currículos em voga, elevamos a hipótese de que estas relações se estabilizaram com acordos, criando um consenso entre as partes. Já no processo de reunificação a luta estudantil foi protagonista, porém o setor majoritário dos professores conseguiu se utilizar dos aparatos institucionais para travar o processo, no qual não foi aprovado até os dias atuais. Assim o CEFD continua com a formação fragmentada, e os interesses individuais superam os coletivos.

Palavras-chave: Reestruturações Curriculares. Atores Sociais. Formação Inicial. Professores. Educação Física.

ABSTRACT

THE CURRICULUM RESTRUCTURINGS OF CEFD/UFSM: THE UNTOLD STORY

AUTHOR: MARCIUS MINERVINI FUCHS
ADVISOR: MARISTELA DA SILVA SOUZA

This research is in the midst of discussions about educational public policies and formation of physical education teachers. It enters in the discussions of the research line "Social-cultural and educational aspects of Physical Education" more specifically on teacher training. The study researched how they were created, specifically about teacher training. The study researched how the correlations of strength of actors were given in the processes of curricular restructuring of CEFD/UFSM that resulted in the curricula of 2005 (Degree), 2006 (Bachelor) and 2009 (Constitution of the joint committee for the construction of a formation curriculum only in Degree) from bibliographical study, document analysis and semi-structured interviews. The social actors who were involved in their respective committees of curriculum restructuring were interviewed. The study has as its main objective analyze and document these restructuring processes from the analysis of the correlation of forces of social actors and their roles in the implementation of the educational public policies related to curriculum guidelines or their resistance. In the data analysis it is realized that sectors were structured with proposals of opposing projects that came in a dispute from the beginning. After researching, the constitution processes of the current curricula in vogue, it is raised the hypothesis that these relations were stabilized with agreements, creating a consensus between the parties. In the reunification process the student struggle was the protagonist, however, the majority sector of the teachers managed to use the institutional apparatus to halt the process, which was not approved until the present day. Therefore, CEFD continues with the fragmented training, and the individual interests overcome the the collective interests.

Keywords: Curriculum Restructuring. Social Actors. Inicial Formation. Teachers. Physical Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 OBJETIVOS 19
2.1 OBJETIVO GERAL 19
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS 19

3 METODOLOGIA 21

4 O CONCRETO 25

5 AS MEDIAÇÕES NACIONAIS 27
5.1 O ESTADO 30
5.2 A CRISE E O INÍCIO NEOLIBERAL 33
5.3 O BRASIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ATUAL 38
5.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA 44

6 OS PROCESSOS NO CEFD 51
6.1 O PROCESSO DA LICENCIATURA DE 2005 51
6.2 O PROCESSO DO BACHARELADO E O CUME DOS CURRÍCULOS FRAGMENTADOS 59
6.3 A LUTA PELA LICENCIATURA DE CARÁTER AMPLIADO E OS DIAS ATUAIS: O CEFD ENTRE A NEGAÇÃO E O CONSENTIMENTO 71

7 O CONCRETO PENSADO 89

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 95

APÊNDICES 101

APÊNDICE A – QUESTÕES DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA 103
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 105
APÊNDICE C – TABELA DE CONSTEXTUALIAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS 107

ANEXO 109
ANEXO A – DOCUMENTOS REFERENTES AOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES 111

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente é importante relatar que este trabalho é a terceira parte de uma tríade científica que iniciou com o trabalho de conclusão de curso, escrito por mim e orientado pela Maristela da Silva Souza, apresentado em 2013 intitulado “As políticas públicas educacionais e a formação de professores em Educação Física: O que e quem nos determina?” onde analisamos as políticas públicas nacionais e o que as mesmas interviram na formação de professores em educação física no Brasil.

A partir desta pesquisa elevou-se a necessidade de compreender o que estas políticas influenciaram no CEFD/UFSM, então a segunda parte desta trajetória foi edificada, resultando na monografia de especialização em educação física escolar, defendida em 2014 intitulada “As políticas públicas educacionais e a formação de professores em Educação Física no CEFD/UFSM.” Na qual aprofundamos o estudo anterior, a partir de análise documental, buscando a compreensão de qual foi a influência dessas políticas no Centro. E após o fechamento da mesma, foi elencado que um dos objetivos específicos não foi alcançando, que era compreender como se deu a relação dos atores sociais nesses processos. Isso ocorreu pela falta de documentos existentes no CEFD/UFSM, problema que vem ocorrendo até os dias atuais.

Logo, se expressou necessário fazer um estudo que demonstrasse como se deu o processo de articulação entre os atores sociais para implementar a licenciatura e o bacharelado e posteriormente no processo de reunificação para construção do projeto de licenciatura de caráter ampliado. Assim surgiu a idealização de construir um projeto que culminou nesta pesquisa.

Com isso, este trabalho adentra em um debate central para a formação de professores em educação física. As políticas públicas educacionais, que geram as reestruturações curriculares, e os atores sociais envolvidos para a implementação ou não das mesmas, edifica uma disputa de caminhos que merece ser estudado. Toda disputa gera consequências a algo, e se isto existe nos processos de reestruturações curriculares, compreendê-las torna-se importante.

Cabe colocar que o autor deste trabalho foi sujeito ativo nestes processos a partir do ano de 2007, como também, a orientadora deste estudo, que fez parte de duas das comissões que estabeleceram os caminhos do CEFD. Portanto, o envolvimento direto dos pesquisadores com a instituição em questão e a participação em parte dos processos de reestruturação

citados anteriormente, levanta o interesse da pesquisa. Salientamos que os mesmos não fizeram parte do grupo entrevistado.

Pesquisar sobre a correlação de forças dos atores sociais no CEFD/UFSM e sua relação com as disputas de projetos de formação e o resultado nos processos de reestruturação curricular é importantíssimo para que compreendamos como se dá as disputas internas nesses. Assim, respaldando socialmente esta pesquisa para a contribuição das formas com que os currículos são estruturados e dão caminhos para a formação dos futuros professores de educação física e que visemos as demandas realmente concretas para as necessidades de uma formação humana superadora da lógica destrutiva vigente, que atenda as demandas dos trabalhadores em educação física e não apenas de mercado.

Este trabalho é um estudo de caso que culminará em uma ferramenta histórica referente aos processos de reestruturações curriculares do CEFD/UFSM. Com isso, trará novos conhecimentos e formulações para a área.

Desde a década de 80 que inúmeras discussões começaram a ser levantadas na área da educação física, principalmente sobre qual o conceito que se tem sobre este campo. Concomitante a mudanças no mundo do trabalho, abriu-se uma disputa de projetos de educação física e por consequência de projetos de formação de professores. Após cerca de 20 anos, diretrizes curriculares foram aprovadas para os cursos de Educação Física que mudaram o curso de formação de professores da área em todo o País.

No ano de 2005, no CEFD/UFSM, começou a vigorar o novo currículo para o curso de Educação Física Licenciatura, mudando a estrutura do mesmo. Isto, a partir das orientações das novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura[1] e para as de graduação em educação física[2]. E em 2006, começou a vigorar o novo curso de Educação Física Bacharelado da instituição. Isto ocasionou problemas na questão da formação de professores de Educação física, pois a criação desses dois cursos fragmentam o conhecimento na formação, produzem uma especialização precoce epistemologicamente injustificável[3]. O que resultou em uma formação aligeirada e potencializou a precariedade do trabalho nos setores informais com um domínio do sistema CONFEF/CREF's[4] neste setor e pela ampliação do exército de reserva destinada a esta fatia de mercado (DUTRA, 2010).

---

[1] CNE/CP n°01/02, CNE/CP n°02/02 (que diz respeito à carga horária).

[2] CNE/CES n°07/04.

[3] Vide: DIAS (2011) e MORSCHBACHER (2012).

[4] Conselhos federal e Regionais de Educação Física.

No ano de 2009, após alguns anos de debates internos no CEFD/UFSM e disputas entre projetos antagônicos de formação, encaminhou-se a construção de uma comissão paritária entre alunos, funcionários e professores para que se construísse um novo currículo de formação única de Licenciatura, porém, este currículo não foi posto em prática até os dias atuais.

Concomitante a isto, uma reforma universitária vem sendo posta em prática nos últimos três governos. Implementada em doses homeopáticas para facilitar a prática da mesma sem fortes pressões populares para impedi-la de ser posta em exercício. Para Leher (2006) ela é uma contra reforma, pois vem com o intuito de desmontar o ensino superior público, precarizando e privatizando este setor estratégico para a população Brasileira.

Todas estas políticas conseguiram ser postas em prática por ação de vários atores sociais a nível nacional e internacional. Os governos do PSDB e PT agindo politicamente e os organismos multilaterais como o Banco Mundial, a ONG ORUS[5], dentre outros que articulam essas políticas ideologicamente e Economicamente visando que se garantam os artifícios necessários para a divisão internacional do Trabalho e a reestruturação produtiva do capital pós-crise da década de 1970 (LEHER, 2006).

Logo, a questão central deste trabalho é: como se deram as correlações de forças dos atores sociais na disputa de projetos de formação de professores em Educação Física nos processos das reestruturações curriculares do CEFD/UFSM que resultaram nos currículos de 2005 (Licenciatura), 2006 (Bacharelado) e 2009 (aprovação da unificação dos cursos de Educação Física, criação da comissão paritária para construção de um currículo de formação única em Licenciatura)?

---

[5] Observatório internacional das reformas universitárias.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a correlação de forças na disputa de projetos para a formação de professores em Educação Física do CEFD/UFSM nos processos de reestruturações curriculares de 2005 (Licenciatura), 2006 (Bacharelado) e na proposta de formação ampliada de 2009.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Compreender os processos de reestruturação curricular do CEFD/UFSM que resultaram nos currículos de 2005 (Licenciatura), 2006 (Bacharelado) e 2009 (formação ampliada);
- *Entender a relação destes processos com as políticas públicas educacionais a nível nacional
- Analisar as correlações de forças dos atores sociais nas disputas de projetos de formação de professores no CEFD/UFSM nesses processos;
- Diagnosticar o momento que o CEFD/UFSM se encontra em relação a este processo de disputa de projetos de formação de professores em Educação Física.

3 METODOLOGIA

Se certa quantia de materiais não é reunida a partir do plano concreto da realidade, de meios históricos e naturais, não se consegue proceder à comparações, exames críticos e a divisão em classes, ordens e espécies (ENGELS, 2004). Segundo Trotsky (1939) quando houver uma transposição de certos limites em mudanças quantitativas, elas se transformam em qualitativas, é o salto do quantitativo para o qualitativo.

A partir desta compreensão, este trabalho reuniu documentos e entrevistas para levantar os dados necessários para a análise. Para os documentos foi utilizado a técnica de análise documental que contribuiu para levantar os fatos e decorrências das disputas de projetos da formação de professores de educação física do CEFD/UFSM.

Os documentos coletados para análise foram leis referentes às DCN's[6] e a área da educação física que seja de interesse deste trabalho, portarias e atas da instituição em estudo que tratam sobre os processos de reestruturação curricular do CEFD/UFSM. Cabe colocar que no processo de levantamento desses documentos, não foram encontrados os artefatos necessários pois foram perdidos, logo, os documentos que achamos foram atas que estavam digitadas e acopladas ao PPC da Licenciatura que iniciou em 2005 e atas e portarias que conseguimos no decorrer das entrevistas com os sujeitos envolvidos nesse trabalho. Contudo, poucos documentos foram levantados para a realização desta pesquisa.

Já para as entrevistas, foi utilizado a técnica de entrevistas semiestruturadas que para Triviños (1987) é um das técnicas mais utilizadas para a coleta de dados

> Entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (p. 146).

Entrevistamos no total 17 sujeitos que se envolveram diretamente com as comissões dos currículos de licenciatura 2005, bacharelado 2006 e o processo de reunificação iniciado em 2009 ou que foram diretores do CEFD. Destes 17, 1 foi funcionário, 7 foram estudantes da época e 9 foram professores. Também cabe salientar que entramos em contato com mais pessoas envolvidas, contudo, 1 professor recusou-se a participar por compreender que estes processos geraram muitos desgastes, 4 professores não responderam ao nosso convite, 1

---

[6] Diretrizes Curriculares Nacionais.

estudante não respondeu e 4 professores, no início, confirmaram a participação, porém, no decorrer, não confirmaram a data, local e hora da entrevista.

Assim, fontes orais trazem mais informações e traçam uma credibilidade maior ao que está escrito nos documentos, ou pode colocar em questionamento aquilo que foi documentado historicamente. Para Freitas (2011) esta técnica se atenta "principalmente na relação sujeito e objeto do conhecimento das fontes, à relação entre história e memória e entre indivíduo e grupo social no qual se insere." (p. 11) Ou seja, traça um paralelo mais confiável com a realidade e traça um panorama mais completo para análise quando combinado a outras técnicas, tornando assim mais completa a análise.

A teoria do conhecimento que regou o método de análise foi o Materialismo Histórico Dialético. Seu ponto inicial é o plano concreto, assim, não cai em análises mecânicas e/ou desarmônicas da atual sociedade.

Este pensamento dialético considera todos os fenômenos em suas alterações contínuas, pois é no real concreto que são determinados os momentos cruciais em que a quantidade salta à qualidade (TROSTKY, 1939).

> A doutrina de Marx [...] É harmoniosa e completa; dá aos homens uma concepção coerente do mundo, incompatível com qualquer superstição, com qualquer reação, com qualquer defesa da opressão burguesa. É legítima sucessora de tudo o que de melhor a humanidade criou no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LENIN, 2008, p. 66).

Esta forma de pensamento compreende que apenas há movimento por conter nele próprio a contradição. Com esta constatação, é imprescindível lidar em cima das categorias do marxismo, que Segundo Kopnin (1978) elucubram as ordens mais amplas do desenvolvimento do real concreto. Com isso, pode executar a análise para edificar resultados novos, garantindo assim, o movimento do conhecido ao desconhecido.

Para Kuenzer (1998) as categorias auxiliam para o critério de eleição e arranjo da teoria e dos acontecimentos que serão investigados. Por isso é extremamente necessário o trabalho com as categorias para conseguirmos organizar a análise e garantir a articulação dialética do movimento do singular ao universal.

Kopnin (1978) afirma que, caso não termos a compreensão do movimento do singular ao universal relacionados às categorias, o entendimento da essência e a afinidade que os conceitos a serem trabalhados possuem. Com esta lógica, conseguiremos chegar à síntese e criar-se-á novas teorias e alimento o movimento do objeto de estudo.

Para Kuenzer (1998) necessitamos ter clareza em relação ao objeto de pesquisa, sua manifestação mais avançada, para poder avaliar e entender a totalidade, adentrando mais na especificidade melhorando a compreensão do Universal. Ou seja, parte-se do mais fenomênico para a análise, no caso desta pesquisa, os últimos currículos de formação inicial de professores do CEFD/UFSM e as políticas públicas educacionais atuais, para elevar o saber a um nível mais superior e abrirá a oportunidade de dar continuidade a novas construções desses conhecimentos. No caso deste trabalho, compreender o movimento da sociedade, as necessidades das políticas públicas, a relação entre os atores sociais de manutenção da ordem para implementação das políticas, e este movimento na singularidade do CEFD nos trará uma compreensão da totalidade de maneira mais coesa e fidedigna.

Por isso, este trabalho cursou um caminho com as categorias mais gerais do marxismo e articulou com as categorias específicas referentes a esta pesquisa. Para Kuenzer (1998) o que dá apoio à relação pesquisador/objeto são as categorias metodológicas. São elas a Práxis, unidade entre teoria e prática; A Totalidade que é a manifestação de múltiplas determinações das relações sociais e produtivas; A da contradição que está totalmente ligada ao movimento, não há movimento isento de contradição (PLEKANOV, 1907); A da mediação, que relaciona os fatos isolados, os articulando à totalidade, tudo está relacionado (KUENZER, 1998); E as categorias de conteúdo, que são as específicas deste trabalho, que foram relacionadas ao objeto de pesquisa em questão, tais como: Mundo do Trabalho, Estado, Projetos de formação, Formação Humana, Universidade, reestruturações curriculares da Formação inicial de professores em Educação Física do CEFD/UFSM e seus Atores Sociais.

Marx (2008) afirma que o ser determina sua consciência, e o ser é determinado pela estrutura social. Esta estrutura social está regada pela destruição da natureza e exploração do ser humano pelo ser humano. Por isso, para esta pesquisa ter uma relevância social concreta, necessita ter como ponto de partida da análise da totalidade a contradição entre as categorias capital e trabalho. Para Mészàros (2003) é uma incongruência que está no centro de uma organização de contradições que estrutura o sistema metabólico do capital, que não são superadas na ordem vigente, pois conseguem ser administradas por curtos espaços de temp. Ou seja, há uma subordinação do trabalho ao capital.

Após esta análise, o trabalho relacionou a educação com as mediações das políticas públicas educacionais e seus atores sociais, especificando cada vez mais nos fatos do CEFD/UFSM e apontou como ocorreram as correlações de forças entre os atores sociais e suas decorrências e consequências nas reestruturações curriculares do CEFD/UFSM.

4 O CONCRETO

Seguindo o método do materialismo histórico dialético[7], o ponto de partida deste trabalho é o concreto, ou seja, a própria relação entre os atores sociais do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria nos processos de reestruturações curriculares. Por isso, nesta parte apresentaremos a aparência do fenômeno para situar de onde veio e como está essa realidade.

Primeiramente situaremos de forma breve, sem aprofundar, por hora, o CEFD, possibilitando a compreensão de seu papel desde sua gênese e os processos pelo qual o mesmo passou até os dias atuais. Aqui veremos as heranças, avanços e retrocessos que tivemos para área na especificidade deste caso. Posteriormente, realizamos uma análise da totalidade, compreendendo os processos de implementação das políticas públicas educacionais, caminhando para um processo de especificação da educação física neste contexto e por fim, compreendendo esse caminho na realidade singular do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM.

Rossa (2015) fez um levantamento bibliográfico do histórico do CEFD, no qual nos baseamos para traçar sua gênese. O projeto do Centro foi resultante de uma modificação de outro projeto feito para os XVI Jogos Universitários Brasileiros em 1963. Por ocasião de falta de verbas, o projeto foi encaminhado em 1969 o qual foi aprovado e inaugurado em 1970. Neste período, não podemos esquecer de situar que o país vivia uma ditadura militar, e que este momento foi o período mais truculento, pois o Presidente era o General Médici e vivenciamos o AI-5[8]. Este presidente aprofundou ainda mais as políticas de uso do esporte de alto rendimento para potencializar o ufanismo nacionalista, e também como cortina para abafar os casos de repressão causada pelo regime. Ou seja, o Centro nasce com um papel para cumprir o desejo ideológico nacionalista da ditadura internamente na Universidade.

No ano de 1971, o decreto-lei 69.450 instituiu a obrigatoriedade da prática desportiva nas universidades. E a UFSM, além de ter sido pioneira de um curso de Educação Física no interior brasileiro, foi pioneira em implementar essa política totalizando duas horas aula semanais para os acadêmicos de todos os cursos. A partir do ano de 1974, começa a se implementar o curso de especialização em técnica desportiva, que ano a ano se reeditava de

---

[7] Vide: (KUENZER, 1998), (KOPNIN, 1978), (LENIN, 2008), (MARX, 2008), (MARX & ENGELS, 2009), (PLEKHANOV, 1907), (TROTSKY, 1939).

[8] Ato Inconstitucional 5, que legitimava atos truculentos por parte do Estado, como por exemplo, a tortura.

acordo com as demandas avaliadas pelo corpo docente. Neste mesmo ano, o DED/MEC[9] firmou convênio com universidades dos Estados Unidos, e desta convenção alguns professores do centro foram aos EUA para fazer seus cursos de mestrado. Além disso, atendendo ao plano de desenvolvimento de educação física e desportos da época, foi implementado projetos de iniciação desportiva e de esporte de alto nível para buscar a "Melhoria"[10] da educação física e do esporte nacional.

A cereja do bolo ainda estava por vir. O mesmo DED/MEC firmou convênio com a DAAD[11], onde professores vieram da Alemanha para contribuir com o Mestrado que foi aberto em 1979, o que levou alguns professores a fazerem seus mestrados e doutorados na Alemanha e iniciar um outro viés no debate sobre concepção de educação física. Isto ocorreu principalmente na década de 80 quando professores que eram adeptos e desenvolveram a ideia de escola aberta vieram contribuir com o programa de pós graduação e trouxeram essas ideias inovadoras, que até então tinha um debate muito centrado na lógica biologicista, e assim inicia-se no CEFD movimentos que viriam influenciar todos os caminhos dos debates feitos até hoje de concepção da área. Daqui, podemos elencar Celli Taffarel e Elenor Kunz, pessoas que participaram do desenvolvimento da abordagem crítico superadora e a crítico emancipatória, respectivamente. Após isso, em 1991, foi aberto o curso de Doutorado. O programa de pós graduação fechou no início dos anos 2000.

Segundo um dos professores entrevistados, o professor I, nestes períodos, até os dias atuais, o CEFD passou por três grandes reestruturações curriculares que, de acordo com o constatado anteriormente, foi a reestruturação do primeiro currículo para o curso de licenciatura de quatro anos, a reestruturação do curso de licenciatura antiga para a atual e a criação do curso de bacharelado[12].

Agora, feito esse breve levantamento histórico do centro, iremos compreender o movimento da sociedade para culminar nas políticas públicas educacionais que possuímos na prática e que influenciaram os currículos vigentes do CEFD. Nesse próximo passo, será possível compreender a relação da sociedade do capital, do trabalho com as políticas públicas educacionais para a formação de professores em educação física.

---

[9] Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação.

[10] Coloquei entre aspas a palavra Melhoria para constatar um ar de ironia. Pois neste caso, a melhoria da educação física e do esporte só foi vista por um viés, o do alto rendimento, esquecendo-se que há outras esferas no esporte que podem, e devem, ser trabalhadas. Como lazer, educação, cultura, dentre outras.

[11] República Federativa da Alemanha.

[12] Aqui, não considero o processo de 2009 para a reunificação pois ainda não se concretizou o currículo.

5 AS MEDIAÇÕES NACIONAIS

Segundo Taffarel et al. (1992) o currículo[13] serve para dar caminhos à formação, logo, cumpre um papel político. Com isso, é necessário, antes de compreender as mediações nacionais, das quais resultaram nas atuais políticas educacionais que balizam nossos currículos, compreender a sociedade vigente e quem são os sujeitos que a compõe. Quem são os sujeitos que compõe esta sociedade? Como ela se organiza? Qual a sua estrutura? Como se dão as relações para culminar nas nossas relações sociais que geram tais políticas? Minimamente são questionamentos necessários a serem feitos para que consigamos entender esse movimento.

Os sujeitos que compõe a sociedade são os seres humanos. A compreensão de ser humano posta neste trabalho é de que o ser humano no decorrer de sua vida se torna humano a partir de uma relação dialética de transformação da natureza mediada pelo trabalho (ENGELS, 2004). Essa relação fez com que este ser começasse a desenvolver uma capacidade psíquica superior a dos outros animais.

Com o decorrer da história, esta relação foi se desenvolvendo e produzindo novas forças produtivas, novas técnicas e formas de organização social. Assim, diversas formas de organizações sociais se estruturaram com o tempo, mas, para Albornoz (1986) um ponto que marcou a mudança do modo de vida foi o momento em que a propriedade privada começou a existir. Segundo Morissawa (2001) este momento dividiu a sociedade em classes. A parcela dos que possuíam, e a dos que não tinham posse.

Com essa análise, Marx e Engels (2008) afirmam que todas as sociedades, até então, viveram a história da luta de classes. Uma luta pela hegemonia política, econômica, social, cultural e ideológica entre exploradores e explorados. A gênese da atual sociedade deu-se a partir desta luta com a queda do sistema Feudal.

Segundo Marx e Engels (2008) vivemos em uma sociedade de classes que possui uma constante e incansável luta de classes. Há duas grandes, e principais, classes estruturadas com suas características específicas. A primeira classe, a dominante, detém os meios de produção e explora a força de trabalho para acumular mais riqueza. A segunda é a trabalhadora, maioria em número, que vive da venda da sua força de trabalho para atender suas demandas de vida. Com isso, para se garantir a manutenção do *status quo*, a classe dominante, que detém o poder econômico, possui mecanismos que a mantém o poder político e ideológico. Marx e Engels

---

[13] O debate referente a currículo será aprofundado em capítulo mais a frente.

(2008) pontuaram que o pensamento hegemônico de toda uma sociedade é o pensamento da classe dominante.

Para Marx (2008) o sistema do capital caracteriza-se pelo acúmulo máximo de riquezas, analisando de forma isolada e simples, se materializa na mercadoria. Esta tem duplo sentido, o valor de uso, que indica a qualidade e o valor de troca, referente à quantidade para venda da mercancia. Logo, o trabalho, nesta lógica, volta-se à produção destas mercadorias, e assim submete-se a um duplo caráter. Porém, como a lógica do capital coloca uma sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, ou seja, o trabalho estará voltado predominantemente às necessidades de mercado, de troca, do lucro, e assim, o trabalhador não se apropria do que está produzindo[14]. Neste ponto que se compreende a contradição entre capital e trabalho, quanto mais o capital avança, mais volta o trabalho à sua lógica, o afastando de seu sentido ontológico como afirma a citação abaixo:

> O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana [...] "... o trabalho decai a uma mera mercadoria e à mais miserável mercadoria", torna-se "um ser *estranho* a ele, um meio de sua existência individual" (ANTUNES, 2011, p. 145).

Marx (2008) apontou que este modo de produção em que vivemos sustenta-se pela exploração do ser humano pelo ser humano e da natureza pelo ser humano. Com isso, uma superestrutura existe para tentar manter essas demandas, formada por um complexo sistema que cria uma hegemonia. Para Portelli (1977) este sistema possui duas esferas separadas, porém articuladas: a esfera Civil, que constrói consensos a partir da apropriação ou criação de instituições que, hegemonicamente, trabalham em cima dos pensamentos e valores da classe dominante, como Igreja, Escola, mídia, sindicatos, entre outras instituições. E há a esfera política, que atua em uma direta dominação através da imposição via poder militar ou policial, ou por obrigações institucionais, por exemplo, as leis, as forças armadas, o Estado[15], dentre outros[16].

Neste caso é importante pontuar que, nessas esferas, há setores da classe trabalhadora que conseguem, algumas vezes, expor as contradições que existem nesses campos superestruturais, ou seja, a luta de classes também está inserida aí. Apesar da classe

---

[14] Para maior aprofundamento destes conceitos vide Marx (2008), "O capital".

[15] Mais a frente neste trabalho, irei me dedicar a conceituar o Estado e sua relação com este trabalho.

[16] Gostaria de salientar que esta relação é muito mais complexa e com muito mais mediações do que descrito anteriormente. Porém, o objetivo central deste trabalho não é aprofundar nessa temática, e sim ser didático para compreender essa relação com o objeto de estudo em questão.

dominante conseguir estruturar essa hegemonia, não é de uma forma simples e mecânica que é realizado esse processo. Nesta lógica de acúmulo e concentração de riquezas por uma classe dominante gera desigualdades a qual vamos expor minimamente a seguir.

Nos dias atuais, a riqueza de 1% da humanidade supera a dos outros 99%[17]. Até 2016 há uma estimativa de que 1% da sociedade ultrapasse a riqueza dos outros 99%. Mas o que isso traz concretamente? Primeiramente levantamos os dados de fome. 40% da população mundial vive em condições de miséria, cerca de um terço do mundo está mal nutrido e 9% das crianças morrem de fome ou de doenças ligadas a miséria antes de completarem seu primeiro ano de vida. Estima-se que 805 milhões de pessoas sofrem de fome crônica no planeta[18]. No Brasil, 12,9 milhões de crianças morrem antes de completarem seus cinco anos de vida tendo como uma das razões as condições de vida, e a desigualdade uma das raízes deste problema, onde menos de 10% da população brasileira possui o maior montante da riqueza nacional[19].

O acesso à água potável é escasso também. 748 milhões de pessoas não possuem possibilidades de acesso à água potável, estima-se ainda que 1,8 bilhões de pessoas consumam água contaminada com fezes. 2,5 bilhões não têm saneamento básico adequado e 1 bilhão defecam ao ar livre.[20]

Para a busca do lucro, não são medidos esforços para extração de matéria prima para produção de mercadorias, o que causa uma crise ecológica. Só a floresta Amazônica no ano de 2012 teve uma desmatamento equivalente a três cidades de São Paulo.[21] Destruindo a natureza, destruímos a nós mesmos.

Como podemos constatar estes dados só demonstram um pouco da realidade da sociedade de classes atual. E para manter essa realidade, já explicamos anteriormente que há uma superestrutura que age em duas esfera, civil e política, a partir de falsos consensos e coerção para criar uma hegemonia. E é neste espaço que situamos o Estado, instituição crucial para compreendermos a lógica institucional e as mediações para implementação das políticas públicas educacionais na área da educação física.

---

[17] No projeto que enviei para qualificar com dados de um ano atrás, demonstrava que 1% possuía 50% da riqueza mundial, 2% desses setor mais rico detinha 50%, enquanto a outra metade estava com os 99% restante. Ou seja, Em menos de um ano isso foi superado. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-01/riqueza-de-1-da-populacao-supera-de-99-em-2015-mostra-oxfam. Acesso em: 15/02/2016.

[18] Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-09/fao-805-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo acesso em 15/02/2015.

[19] Fonte:http://www.noticiasesociedade.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=636:2014-06-13-23-15-32&catid=10:direitos-humanos-e-sociais&Itemid=89 acesso em 15/02/2015.

[20] Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-11/oms-748-milhoes-de-pessoas-nao-tem-acesso-agua-potavel-no-planeta acesso em 15/02/2015.

[21] Fonte: http://www.ipam.org.br/saiba-mais/Desmatamento-em-Foco/9 acesso em 15/02/2015.

5.1 O ESTADO

> O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LENIN, 2007, p. 25).

Enquanto houver classes, necessitará de um Estado para traçar as políticas necessárias contribuir para a manutenção do *status quo*. Ou seja, para manter a classe dominante no poder esta instituição será testemunha de pobreza, injustiças, desigualdade, violência, dentre outros fatores que empobrecem a vida na sociedade (MANDEL, 1977). Assim, para Gramsci (2005) o Estado é a representação de uma força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de determinado país (p. 121), Para Mandel (1977) há uma necessidade de uma instituição que garanta o funcionamento da vida social em prol da classe dominante que vai além da questão jurídica e possui um conjunto de instituições permanentes como, por exemplo, exército, polícia, juízes, secretários. Para Marx e Engels (2008) esta estrutura atua em prol dos interesses comuns da burguesia.

Contudo, o mundo mudou no decorrer do tempo, e com isso a burguesia também. Os monopólios se tornaram maiores, a riqueza está acumulada nas mão de cada vez menos pessoas. Com isso, há uma cadeia hierárquica, piramidal, no Estado, sendo um espelho da sociedade capitalista (MANDEL, 1977). Para manter os Estados dependentes, a classe dominante utiliza, dentre outros artefatos, as dívidas.

Mandel (1977), exemplifica esta relação da seguinte forma: os empréstimos são obtidos pelos Estados, criando uma dívida a curto prazo, porém, como o gasto é maior, as dívidas tornam-se de longo prazo. E assim, a dependência é adquirida pela classe dominante. Com isso, o Estado começa a garantir políticas que facilitam as demandas da Burguesia, como moeda de troca por mais empréstimos. No Brasil, só no ano de 2015, foi previsto que 47,4% do orçamento geral da união seria destinado a juros e amortização da dívida. Com isso, os gastos com setores sociais sofrem e a cada ano diminui o investimento em relação proporcional à dívida. No ano de 2014, destinava-se 3,7% do orçamento geral para a educação, enquanto em 2015 baixou para 3,6%. A saúde, no ano de 2013 recebeu 4,3%, enquanto em 2014 baixou para 4% e em 2015 para 3,5%[22]. Invertem-se as prioridades, as demandas dos bancos estão à cima da saúde, educação, transporte, dentre outros setores sociais.

---

[22] Dados extraídos de: http://www.sitraemg.org.br/wp-content/uploads/2015/03/gastos-orc-2013-14-e-prev-15.jpg Acesso em: 16/02/2016.

Marx e Engels (2008) afirmam que, a classe que detém o poder econômico adquire o poder político e assim dá o rumo que desejar para a sociedade. E apropriando-se da ampla maioria dos setores sociais, acaba garantindo seu poder ideológico, e como resultante, o pensamento hegemônico é o da classe dominante[23]. Além das dívidas dos Estados, a burguesia financia as campanhas milionárias dos partidos em troca de favores. Após vitória de seus patrocinados, a classe proprietária cobra facilidade para ganhar licitações, aumento dos preços de seu respectivo setor de investimento, dentre outras questões, e é aí que inicia-se a corrupção. A corrupção é intrínseca ao Estado Burguês pois é a forma pela qual a Burguesia compra seus parlamentares.

E como o Estado possui uma rede complexa a ser administrada, a hierarquia, que reflete a sociedade atual, é necessária[24]. Não só para garantir a hegemonia com parlamentares como também com funcionários públicos que também compõe essa estrutura estatal. Mandel (1977) exemplificou isto com a lógica dos concursos públicos, apesar destes serem necessários na atualidade e corretos, a visão crítica a esse processo não pode ser desconsiderada para compreender a lógica por detrás da estrutura hierárquica Estatal.

> [...] para ser um empregado de um ministério, é preciso passar num exame. De facto, esta regra parece ser muito democrática. Por outro lado, ninguém pode submeter-se a exame para qual quer nível de emprego. O exame não é o mesmo para o cargo de secretário geral de um ministério, ou de chefe do estado-maior do exército, ou de terceiro oficial de uma pequena repartição governamental. Também, à primeira vista, parece ser absolutamente normal (MANDEL, 1977, s/p).

O autor continua sua análise, demonstrando que esse processo não é normal pois nestes exames de seleção os candidatos devem possuir certos níveis de escolarização. Quanto mais importante o cargo, maior a exigência. E como a sociedade é desigual, inclusive no acesso e permanência nas instituições educacionais, acaba por não ser tão democrático quanto aparenta superficialmente, pois não deixa de ser um sistema de seleção.

> Esta estrutura leva-nos a pôr em destaque a existência de secretários gerais, generais, bispos, etc, com o mesmo nível de ordenado e, portanto, com o mesmo nível de vida, idêntico ao da grande burguesia, de modo que participam do mesmo clima social e ideológico. Vêm depois os funcionários médios, oficiais no meio da escala, com o mesmo nível social e com o mesmo rendimento da pequena e média burguesia. Por fim, a massa dos empregados sem títulos, mulheres de limpeza, contínuos e serventes, que muitas vezes ganham menos que os operários fabris. É claro que o seu nível de vida corresponde ao do proletariado (MANDEL, 1977, s/p).

---

[23] Claro que esta relação não se dá de forma mecânica na relação apenas de causa e efeito. Há muitas mediações e contradições nesse processo. Contudo, o objetivo deste trabalho é apenas exemplificar essa relação para compreendermos com as relações específicas do objeto de estudo em questão.

[24] Esta questão hierárquica gostaríamos de chamar a atenção, pois iremos relacionar com os processos de reestruturação curricular no CEFD/UFSM.

Contudo, apesar de estar estruturado de uma forma elaborada para garantir os interesses burgueses e a ordem capitalista, a mecanicidade da análise de afirmar que o Estado é instrumento de dominação da Burguesia, negaria as contradições que o mesmo possui. Todas as lutas sociais que elevaram direitos tiveram que em determinado momento serem regulamentadas dentro desta instituição burguesa contra os interesses da hegemônicos. Sendo a luta de classes manifestada em todas as esferas sociais, com o Estado não é diferente. Assim, Mandel (1977) apontou que o Estado, além de ser um instrumento de dominação burguesa, atua como "árbitro", como a luta de classes é dinâmica, seus julgamentos nunca são neutros, sempre tende a algum lado e acaba hegemonicamente atendendo as demandas dominantes.

Marx e Engels (2008) afirmaram que a luta de classes, o conflito entre dominantes e dominados é ora aberto, ora fechado e pode acabar transformando toda uma realidade ou extinguindo as duas classes em luta. Com isso, a Burguesia, dependendo da correlação de forças estabelecida, quando esta luta está acirrada com, muitas vezes, inúmeros levantes da classe dominada, para manter-se no poder, cede concessões à classe trabalhadora. Neste caso, o Estado acaba sendo uma balança que tenta equilibrar os lados para manter a ordem do capital. Assim, não se pode negar que no espaço institucional, apesar de limitado e não ser o principal ponto para uma transformação social, não deva ter uma devida atenção para os anseios da classe. Há conquistas importantes a serem adquiridas para uma transição, e temos que compreender como mais um espaço de ação (MANDEL, 1977).

Bottomore (1988) afirma que o Estado é uma "instituição que tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe" (p. 133) e com isso é agente que possui uma dinâmica que vêm de fora e se sua incumbência é tratar e administrar assuntos da burguesia, necessita de certa autonomia. "Uma importante função do Estado em sua associação com a classe dominante é regular a LUTA DE CLASSES e assegurar a estabilidade da ordem social" (p. 135).

Concluindo a concepção de Estado que será traçada neste trabalho. Esta instituição vem servindo para garantir as demandas burguesas garantindo políticas para isso, dentre elas as políticas educacionais. O surgimento destas políticas está intrinsicamente ligada a cada demanda nova que vem do capital, contudo, há contradições que abrem uma disputa para conseguir alguns avanços para a classe dominada possuir mais ferramentas para sua luta de transformação radical da sociedade em questão.

5.2 A CRISE E O INÍCIO NEOLIBERAL

A partir desta lógica, o Estado garante as políticas necessárias para as demandas do capital. Porém, o capital, com suas contradições é um sistema instável, e de tempos em tempos passa por crises que necessitam de políticas de reestruturação produtivas que afetam todos os setores da sociedade. E como a formação de professores de educação física dá-se em uma instituição que produz e reproduz a ordem vigente, é desta relação que surgem as políticas públicas educacionais. Logo, para compreender, pincelaremos brevemente as crises e a situação atual para elencarmos com os processos de implementação das novas diretrizes curriculares. O capital possui momentos de auge, depressão e crise (TROTSKY, 2008).

> [...] as oscilações da conjuntura econômica (auge-depressão-crise) conformam as causas e efeitos dos impulsos periódicos que dão origem as mudanças, ora quantitativas, ora qualitativas e a novas formações no campo político. As rendas das classes proprietárias, o orçamento do Estado, os salários, o desemprego, a magnitude do comércio exterior, etc., estão intimamente ligados a conjuntura econômica, e por sua vez, exercem a mais direta influência sobre a política (TROTSKY, 2008, p. 99).

As crises, segundo Marx e Engels (2008), tem como origem o processo de acumulação que gera a retração de lucro. Bottomore (1988) coloca que para além da questão econômica, as crises são a expressão de colapsos do funcionamento básico de uma sociedade. Como no capital sua base é o acúmulo e lucro, quando este funcionamento entra em desequilíbrio, ocorrem as crises. A grande questão é que, o capital para seguir seu metabolismo, necessita se expandir ao máximo, e nessas crises decai seu crescimento, com a retração da taxa de lucro e por isso necessita de novas políticas para se reestruturar e continuar existindo. E assim surge o próximo período histórico, regido pelas leis que serviram para sair da crise anterior, contudo, não há a superação das contradições em sua raiz, e assim, mais a frente surgem outras crises.

Porém, há dois tipos de crises. As cíclicas que ocorrem a partir de, principalmente, colapsos econômicos, de tempos em tempos, tendo como aparente limites relativos do capital[25]. E as crises estruturais, que acabam influenciando diretamente na estrutura do capital e demonstrando seus limites absolutos[26]. As crises estruturais destroem as relações sociais que determinam os limites e alcance da transformação das atividades políticas e econômicas (BOTTOMORE, 1988). Com o andar do capital, mais se aprofundam suas contradições e assim, pode-se afirmar que é um sistema auto destrutivo. Os dados demostrados no início deste capítulo demonstram um pouco desta realidade.

---

[25] Limites que podem ser superados na ordem do capital.

[26] Limites que não podem ser superados na lógica do capital (DE CARVALHO, 2009).

Marx e Engels (2008) afirmavam que para se recuperar das crises, o capital ou explora e cria novos mercados ou destrói forças produtivas[27]. E assim, cria forma de otimizar as produções com linhas de produção que potencializavam consideravelmente o montante final do processo comparado ao anterior. Mas como as contradições do capital se manifestam nas singularidades e na totalidade também, estas linhas sempre tiveram prazo de validade, até a próxima crise.

Pinto (2007) caracterizou o Taylorismo/Fordismo como uma das primeiras linhas de produção. A objetividade desta linha era racionalização das operações para evitar desperdícios de tempo e aumentar ao máximo a produção. Com isso, havia uma esteira onde cada trabalhador cumpria uma tarefa em específico e assim tinham uma característica de trabalho especializado. Com esta lógica, os trabalhadores tinham uma certa estabilidade e identidade com a fábrica de exercício, cerca de 70% do produto final era feito na fábrica central, a terceirização de serviços era baixa. A organização fabril era vertical, o trabalho intelectual e o manual era dividido e entre os que exerciam trabalho manual também havia uma hierarquia (ANTUNES, 2009). Para Antunes (2009) a política econômica da época era o Keynesianismo que possuía políticas intervencionistas do Estado para garantir direitos sociais com políticas públicas. Ou seja, ao mesmo tempo em que exploravam os trabalhadores, os controlavam em um Estado de bem estar social.

Contudo, como afirmado anteriormente, o prazo de validade desta linha chegaria. E "Após um longo período de acumulação de capitais, [...] o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:" (ANTUNES, 2009, p. 31).

> 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...], dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças a fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *Welfare State* ou "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade da retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital

[27] A destruição das forças produtivas se dão de várias formas, mas podemos dar o exemplo das guerras como um dos mais aparentes para garantir o cumprimento dessa tarefa.

> privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (ANTUNES, 2009, p. 32).

Assim, o capital começou a traçar várias transformações no processo produtivo por meio da acumulação flexível, da gestão organizacional, do avanço tecnológico, a partir de linhas produtivas alternativas ao Taylorismo/Fordismo, destacando-se o Toyotismo, ou modelo Japonês (ANTUNES, 2009).

O crescimento da economia estava lento, o desemprego aumentou e a produção não poderia se basear mais em superprodução para estoque. Por isso o Toyotismo começou a se hegemonizar pois, segundo Antunes (2009) se caracterizava por basear-se na demanda e o crescimento por fluxo, condicionando a produção ao consumo. Além disso, excluiu o trabalho excedente nas fábricas com trabalhadores polivalentes e flexíveis que exerceriam mais de uma função do trabalho produtivo e não produtivo, além da substituição de muitos setores com trabalho vivo para trabalho morto, ou seja, a utilização de máquinas. Ainda para o autor, os capitalistas observaram que, no tempo do fordismo, seus trabalhadores tinham uma capacidade organizativa grande quando lutavam por seus direitos, assim, direcionaram esta capacidade para a produção. O trabalho em grupo começou a ser utilizado, a inteligência do trabalhador apropriada pela fábrica e agindo na esfera ideológica, fez com que os trabalhadores se sentissem colaboradores da fábrica e assim os sindicatos começaram a perder força frente a esta nova organização. A terceirização cresceu, aumentando assim a prestação de serviços, o produto final só tem 25% fabricado na Central e assim aumentou-se a prestação de serviços e o trabalho informal[28], bem como potencializou o desemprego estrutural, pois antes um trabalho que necessitava de 5 pessoas, hoje uma exerce. Para Antunes (2009), cerca de um terço da força de trabalho mundial está desempregada ou em subemprego, com isso, a precarização do trabalho está maior.

E na economia, como há uma produção baseada no consumo e flexibilização do trabalho, um novo modelo econômico é necessário. Com isso, o Keynesianismo não era mais necessário e é nesta mesma época de queda o taylorismo/fordismo que o Neoliberalismo ergue-se para ser a nova face do capital. Este modelo econômico é caracterizado pelo Estado mínimo para o social, transformando direitos sociais em direitos de consumo, e Máximo para o capital, garantindo as políticas necessárias, independente do preço, para que os capitalistas

---

[28] Popularmente conhecido como bico.

ampliem sua riqueza. Foi no fim da década de oitenta que foi construído um documento que traçava diretrizes para este modelo. Foi o consenso de Washington[29] que possuía dez itens:

> Os dez itens da lista são: 1) disciplina fiscal; 2) Taxas de juros para combater inflação; 3) prioridade no gasto público ou redirecionamento (eufemismo para controle do gasto e dinheiro para finança); 4) liberação do mercado financeiro; 5) taxa de câmbio competitivo; 6) liberação comercial; 7) liberação da entrada de investimento externo direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação; 10) direitos de propriedade assegurados (DE MELO, 2011, p. 114).

Pergher e Nishimura (2008) afirmam que com estas diretrizes os direitos de bem estar social foram retirados, os sindicatos e movimentos sociais cooptados ou criminalizados, os direitos trabalhistas flexibilizados, trabalho informal ampliado, dentre outras consequências que afetam diariamente a realidade da humanidade. Com isso, essa crise adentrou de forma diferente das últimas vezes, começou a ter laços de uma crise estrututral[30].

A crise estrutural, para além da questão econômica, atinge patamares de todas as esferas sociais. E como afirmado anteriormente, a estrutura social rege nossas relações sociais, logo, a crise está em todos os âmbitos de nossas vidas. Ela se origina quando a produção, o consumo e a circulação/distribuição entram em conflito, não agem de forma harmoniosa[31] (DE CARVALHO, 2009).

Com isso, podemos ver que o Capital tem uma característica auto-expansionista e para isso tem o trabalho a seu serviço para extração de mais valia. Assim, não importa o tamanho da destruição, se for em prol do lucro máximo o capital o fará, mas isso o coloca em choque consigo mesmo.

> É o que acontece agora, no atual momento histórico por que passamos, quando estamos enfrentando uma situação de crise estrutural do capital, a qual teve início na década de 1970, quando a maioria da população mundial, se encontra em uma situação de privação das condições mais elementares de vida [...] o desemprego estrutural reinante, o subemprego, o precário sistema de transporte público e de saúde, a fome, o baixo nível das condições de ensino e a deficitária situação de moradia daqueles que vivem em favelas, as quais têm se proliferado, apesar das promessas liberais de pleno emprego, progresso para todos e fim da pobreza (DE CARVALHO, 2009, s/p).

---

[29] Reunião realizada em Washington para estipular planos de reestruturação internacional do capital.

[30] Para Mèszáros (2011) qualquer sistema metabólico tem limites absolutos. Estes não podem ser superados na ordem em vigor, só podem ser superados se ocorrer um salto qualitativo e assim uma transformação radical de toda a sociedade. Por conta desta afirmativa, Mészáros (2003) apontou que se os trabalhadores não cumprirem com sua ação revolucionária, estaremos em grandes apuros pois caminhamos para um caminho de destruição sem volta.

[31] Não é intuito deste trabalho aprofundar as relações sobre a crise. O objetivo maior é conceituar para situar a atual conjuntura e compreender as políticas públicas educacionais para formação de professores em educação física. Para visualizar maior aprofundamento feito pelo autor vide Fuchs (2014).

Não há exclusão das crises cíclicas neste processo de crise estrutural, elas até se tornam mais frequentes. E com as contradições estarem mais acirradas, o Estado tem que intervir cada vez mais para garantir os interesses do capital. E a nível mundial começamos a observar políticas para formar novos trabalhadores polivalentes e flexíveis, direitos sociais cada vez mais voltados ao consumo, dentre tantas outras intervenções que elevam políticas contrárias as demandas da classe trabalhadora.

A reorganização produtiva chega ao Brasil a partir da década de 80 e iniciou o processo que prepararia o terreno para implementar o neoliberalismo aqui[32].

> Foi nessa década de 80 que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva em nosso país, levando as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social (e sexual) do trabalho. Observou-se a utilização inicial da informatização produtiva, principiaram-se os usos do sistema just-in-time, germinava a produção baseada em team work, nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica. Deu-se o início, ainda preliminarmente, dos métodos denominados "participativos", mecanismos que procuram o "envolvimento" (em verdade adesão e sujeição) dos trabalhadores e das trabalhadoras aos planos das empresas (ANTUNES, 2003, p. 16).

Com o terreno preparado, é na década de noventa com as sementes do neoliberalismo começam a ser colocadas e a partir daí iniciou-se um processo que dura até os dias atuais. No ano de 1988 tivemos a criação de uma nova constituição que tinha características do Estado Mínimo[33], ou seja, artigos que possibilitam várias interpretações para implementar-se qualquer política necessária ao capital. Contudo, é com a queda do então presidente Collor no ano de 1992 que se aprofundou as políticas neoliberais no Brasil. Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente posteriormente a isso e faz dois mandatos seguidos, começou a privatizar vários setores, vender empresas estatais como a vale do rio doce, mas suas políticas ainda tinham resistência de movimentos populares. Após seus dois mandatos, assume Luis Inácio, Lula, pelo PT que fazia oposição ao PSDB na época, e continua com todas as políticas neoliberais de FHC, porém agora, com apoio popular pois tinha inserção nas massas de movimentos sociais e sindicatos. Após dois mandatos Dilma/PT é eleita e hoje estamos em seu segundo mandato que deu continuidade a estas políticas. E é neste período dos governos PT que devemos analisar as políticas públicas educacionais para a formação de professores em Educação Física e como o Estado agiu para implementá-las.

---

[32] Para aprofundar a compreensão deste processo no Brasil vide ANTUNES (2003).

[33] Ideologia liberal para que o Estado tenha mínima intervenção nos interesse econômicos e deixe que o mercado se auto regule e potencialize a transformação de direitos sociais em direitos de consumo, desresponsabilizando o Estado com estes setores, como educação, saúde, segurança, dentre outros.

5.3 O BRASIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ATUAL

> Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião - por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de subsistência (*Lebensmittel)*, passo esse que é requirido pela sua organização corpórea. Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2009, p. 24).

Para Neto e Braz (2006) o ser humano ergueu-se a partir de um novo ser. O desenvolvimento da humanidade não se deu unicamente por demandas naturais e biológicas. Os seres primatas que deram origem ao ser humano, segundo Engels (2004), eram fisicamente inferiores aos outros animais, menos ágeis, mais lentos, e com isso a necessidade de buscar formas alternativas de sobrevivência surgiam. Estes seres possuíam polegares opositores, o que facilitava manuseio de objetos, e assim a capacidade de transformar a natureza para atingir seus anseios. Ao mesmo tempo em que transformavam a natureza, transformavam a si próprios, desenvolvendo capacidades cognitivas superiores aos outros animais e características físicas diferentes, como perda de pelos, dentes, dentre outras questões. O trabalho[34] criou o ser humano, é a ontologia do ser social.

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2008, p. 211).

Com isso, podemos afirmar que o ser humano não nasce humano, ele se torna humano com o decorrer de suas relações sociais e apropriação dos conhecimentos que a humanidade produziu até ali, e só é humano por viver em sociedade, e por isso o termo ser social. Com isso, no decorrer da história veio a necessidade de criar instituições educacionais para que o conhecimento produzido fosse cultivado e passado para as próximas gerações, como forma de manter viva a própria espécie humana e construir novos conhecimentos (CHAUÍ, 2003). E como estas instituições estão totalmente ligadas ao trabalho, é aí que entra a nossa análise, pois dependendo de como é utilizado o trabalho em determinada sociedade, a educação servirá a este propósito.

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dos dominantes, como se não pudesse haver nenhuma

---

[34] Relação do ser humano com a natureza.

> alternativa à gestão da sociedade, seja na forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (p. 35).

Como afirmamos que o Trabalho origina as sociedades e a educação está ligada para passar de geração em geração conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, construir mais conhecimentos, e manter a sociedade a qual ela está posta, a forma como a qual o trabalho é tratado, está ligado a forma educacional (MÉSZÁROS, 2005). E como afirmamos anteriormente, o trabalho está submetido a uma lógica exploratória de uma classe sobre a outra, onde as mediações de primeira ordem[35] estão submetidas às de segunda ordem[36] (ANTUNES, 2009), e quanto mais se avança o capital, mais se autodestrói e mais nos distanciamos de nossa ontologia, a formação dos seres humanos está dentro de uma lógica destrutiva.

> A educação entendida tanto em seu sentido amplo, de "formação humana integral" como o discurso excita promover, ou quanto em sentido estrito de instrução formal e capacitação técnica, porém, só poderá ser compreendida se referida à lógica que rege as relações sociais no tipo de sociedade vigente nos tempos modernos, ou seja, a sociedade capitalista. Isso significa que os papéis que ela cumpre, as formas que assume e os conteúdos que carrega são fortemente definidos pelo tipo de sociedade dentro do qual ela se desenvolve (TORRES, 2010, s/p.)

Com isso, podemos reafirmar que as instituições produzem e reproduzem a ordem vigente, e a Universidade, sendo uma instituição social, não está fora desta lógica:

> A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade (CHAUÍ, 2003, s/p.).

Por isso, não há como partir de uma análise idealista afirmando que a Universidade age por si só, que sua produção do conhecimento é autônoma, que a luta de classes não influi nela. Ou mecanicista, quando afirmamos que a Universidade atende apenas aos interesses da classe dominante e que não há formas de disputar os caminhos da mesma. Em estudo anterior, afirmei que a luta de classes está no seio da universidade, que, assim como na sociedade, há uma tendência da hegemonia estar com a classe dominante, porém não impossibilita ganhos para a classe trabalhadora, bem como apropriação do conhecimento e de políticas que serão essenciais para ganhos em suas lutas por transformação social (FUCHS, 2014).

---

[35] As mediações que atendem as demandas de produção e reprodução da espécie humana.

[36] Mediações necessárias para atender as demandas do capital.

Logo, a Universidade, para além de formar força de trabalho específica para o mercado, toma papel de mais uma ferramenta para criar uma hegemonia, que hoje está nas mãos da classe burguesa.

Saviani (2012) afirma que, não há como os trabalhadores serem desapropriados plenamente de seu saber, pois há demandas para o capital que este labutador possua conhecimentos para exercer sua função, logo, é necessário que os mesmos tenham acesso ao mínimo necessário para seu posto para produzir, ou seja, “devolve-se ao trabalhador apenas o conhecimento relativo àquela operação que vai desenvolver no processo produtivo. O saber relativo ao conjunto já não mais lhe pertence” (p.67). Assim, a formação humana distancia-se da ontologia do ser social, consome a gênese humana e potencializa a lógica destrutiva do capital.

Isto é garantido a partir de mediações que iniciam nos patamares do Estado. O mesmo, entrelaçado aos interesses burgueses[37], traça políticas públicas e moldam as instituições educacionais, que estão situadas na esfera civil garantindo os falsos consensos, de acordo com as demandas da classe dominante, contudo não há exclusão de que a classe dominada consiga ganhos a partir de sua luta nesse setor. E é nestas relações que se edificam as políticas públicas educacionais.

Por isso que, as universidades Brasileiras, desde 1920, ano de inauguração da primeira universidade, estas instituições nunca tiveram um projeto estruturado a partir das demandas do Brasil, sempre foram estruturadas a partir de modelos do exterior e de diretrizes de órgãos internacionais (SGUISSARD, 2003). Dependendo das demandas do sistema metabólico do capital, as universidades seguiam modelos franceses, ou alemães, mescla dos dois, exemplos europeus e norte americanos (DE PAULA, 2002). "A política educacional começou a ser delineada de modo a atender as necessidades econômicas e sociais de implantação do capitalismo no país" (DIAS, 2011, p. 85)

Para Dias (2011), com o neoliberalismo, um conjunto de reformas e a liberação econômica virou regra para os países periféricos, e assim a privatização de vários setores sociais foi facilitada. Em nosso país, o Estado começou a sofrer uma reforma mais profunda nos governos FHC[38]/PSDB a partir de diretrizes impostas por mecanismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional[39] e o Banco Mundial (LEHER, 2006). Para Dias (2011) esses organismos tiveram referência no consenso de Washington para formular as

---

[37] Explicamos anteriormente como a burguesia mantém o Estado dependente para atender seus interesses.

[38] Fernando Henrique Cardoso.

[39] FMI.

políticas necessárias para a reestruturação produtiva do capital nos países periféricos, dentre elas as políticas educacionais.

Para Leher (2006) “ao assinar um acordo com o FMI, o país "flexibiliza" a sua soberania, chegando, até mesmo, a mudar os seus textos constitucionais para atender "as condicionalidades inscritas nesses acordos” (s/p.). Dentro desses acordos há redução de políticas sociais, restringindo “os direitos sociais à manutenção vegetativa da vida dos miseráveis (campanhas conta a fome)” (s/p.) e para conseguir manter uma governabilidade traçam políticas contra a pobreza para o controle social sendo “uma das maiores preocupações do Banco Mundial, em virtude da devastação social, e do consequente aumento na tensão social, provocado pelas políticas neoliberais” (s/p.). E dentro dessa lógica podemos caracterizar o Estado minimalista, ou seja, mínimo para o social e máximo para o capital. Com isso, a maioria das políticas traçadas tomam este mesmo caráter, leis que possibilitam dupla interpretação para adaptar os setores sociais às mais diversas necessidade do capital.

Um grande exemplo desta realidade é a LDB[40]. Para Saviani (1998) há um caráter minimalista no texto desta lei, o que dá possibilidade para inúmeras interpretações e acabou fortalecendo a política de desresponsabilização do Estado frente a Educação. Além disso, esta lei possibilitou que as políticas dos governos pudessem passar em doses homeopáticas para diminuir as pressões populares e terem facilidade de serem aprovadas e implementadas, pois dividia a classe em pautas específicas.

> Certamente essa via foi escolhida para afastar as pressões das forças organizadas que atuavam junto ou sobre o Parlamento de modo a deixar o caminho livre para a apresentação e aprovação de reformas pontuais, tópicas, localizadas, traduzidas em medidas como o denominado “Fundo de Valorização do Magistério”, os “Parâmetros Curriculares Nacionais”, a lei da reforma do ensino profissional e técnico, a emenda constitucional relativa à autonomia universitária, além de outras como os mecanismos de avaliação mediante provas aplicadas aos alunos do ensino fundamental e médio, e o “provão” para os universitários (SAVIANI, 1998, p. 200).

Assim começou a se estabelecer uma relação de parcerias público/privadas com empresas, Organizações Não Governamentais, ou órgãos internos da escola como Conselho de Pais e Mestres, para manutenção da educação. Escolas tendo que correr atrás de meios para levantar seu orçamento para dar conta de suas demandas. Saviani (1984) colocou que esta lógica, viria a colocar o ensino superior em um caminho de extinção da gratuidade e o setor privado viria a crescer em suas parcerias com o público. E isto é o que vem ocorrendo para Dias (2011). A legitimação e sucesso da privatização da educação e a possibilidade de se

---

[40] Lei de diretrizes e Bases, Lei n° 9394/96.

deslocar recursos públicos para o setor privado nos dias atuais vem sendo uma realidade. Em produção anterior, afirmei que isto é a concretização da constituição minimalista brasileira, pois nesta não prevê que os recursos públicos destinados à educação sejam 100% investidos no setor público e o que antes representava 80% das vagas do ensino superior no setor público, hoje não chega a margem dos 20% (FUCHS, 2011). Tanto que, na elaboração do plano nacional da educação de 2001, não foi estabelecido a meta orçamentária do PIB para a educação.

> As estatísticas sobre a natureza das instituições de ensino superior latino-americanas organizadas pela UNESCO e os levantamentos do INEP, no caso brasileiro, confirmam que, de fato, o modelo universitário deixou de ser reivindicado pelos governos locais. Os indicadores confirmam que nas duas últimas décadas ocorreu uma forte diversificação de instituições de ensino superior na região, sobretudo no setor privado. Proliferaram todos tipos de instituições: tecnológicas, isoladas, centros universitários e até mesmo as universidades privadas, em virtude da flexibilização dos critérios para o credenciamento como universidade, são atualmente, via-de-regra, unidades de ensino quase que completamente desvinculadas da pesquisa, nada tendo de emulação humboldtiana. A natureza jurídica dessas instituições e organizações também se alterou, predominando, largamente, instituições com fins lucrativos de natureza empresarial frente às ditas sem fins lucrativos (LEHER, 2011, p. 1).

Com a queda do governo FHC/PSDB, a dita oposição da época, o Partido dos Trabalhadores, representado por Lula assumiu o poder. Contudo, a oposição era apenas pelo poder, segundo Frigoto et al. (2005) foi um governo contraditório em relação aos setores de lutas sociais que o levou ao poder. A burocratização ocorrida no PT na década de noventa e a potencialização disso após vitórias no pleito presidencial fez deste partido uma locomotiva de ascensão econômico-social, pois esteve, e está, interlaçado aos anseios burgueses e uma grande inserção social em setores de massa da classe trabalhadora (DE PAULA, 2011).

Para Lima (2013) o PT deu uma guinada à direita no decorrer da década de noventa tendo como eixos políticos a perda da referência no socialismo e as lutas anti capitalistas como princípios, a burocratização a partir de contratação de funcionários que substituíam a base militante, a objetividade pragmática de ocupação de cargos de governos com alianças oportunistas junto a partidos da ordem e afastamento das lutas sociais.

> Estes [...] eixos atravessam a campanha eleitoral – “Coligação Lula Presidente” – apresentando um projeto nacional de desenvolvimento caracterizado pelo aprofundamento, e não apenas a continuidade, da agenda neoliberal para o Brasil, especialmente no que se refere ao pagamento da dívida externa e aos acordos com os organismos internacionais do capital (LIMA, 2013, p. 83).

Com isso, o PT não rompeu com a lógica estabelecida e deu continuidade ao que antes criticava. No setor educacional não foi diferente, excetuando que a implementação deste tipo

de política teve mais sucesso que no tempo de FHC, pela forte inserção social do Partido dos Trabalhadores. Leher (2011) confirmou isso quando afirmou que, projetos antes negados pelas universidades, voltaram a ser pauta no governo Lula, porém, não mais partindo do MEC[41], mas sim das universidades, e com isso, desviando o foco do macro às especificidades das IES[42] públicas, o que ampliou a liberdade do governo para dar conta da agenda do Banco Mundial para a educação.

> No que se refere à área de educação, o Governo Lula vem implementando a mesma pauta apresentada pelo BM e FMI ao longo da década de 1990: a) investimento mínimo no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) diversificação das fontes de financiamento da educação superior e, c) abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da educação superior à distância (LIMA, 2013, p. 83).

Um dos grandes exemplos é o Plano de Desenvolvimento Educacional[43], que acabam dividindo a classe trabalhadora, onde há bandeiras históricas da luta pela educação, mas ao mesmo tempo interesses do mercado do capital. Para Dias (2011) esse plano procura horizontalizar os processos de decisão, contudo, abre apenas para a gestão e financiamento sendo este por fora do Estado. E assim, dando com uma mão, se bate com a outra, pois concomitante a abertura da decisão, abre as possibilidades de potencializar as parcerias público/privadas.

E assim iniciou-se uma contra-reforma universitária[44] que, segundo Leher (2006) viria a estraçalhar a concepção de universidade pautada na constituição de oitenta e oito. Com isso, o Banco mundial, que estava junto a políticas educacionais a mais de três décadas (BRITO, 2002), agiu dentro da lógica da dependência do Estado para amarrar o Governo Lula/PT e se articulou com a ONG ORUS[45] para traçar e implementar esta política. E na lógica das doses homeopáticas do Estado minimalista, o governo Lula fragmentou esta reforma para facilitar a implementação da mesmo com o mínimo de resistência social.

Assim, concordando com Leher (1999) os organismos internacionais não só impõe políticas, como mudam a estrutura econômica educacional quando visam transformar a

---

[41] Ministério da Educação e da Cultura.

[42] Instituições de Ensino Superior.

[43] PDE.

[44] Inicialmente pautada no PL 7200/06.

[45] Observatório das reformas universitárias.

educação em mercadoria sento estas políticas articuladas às diretrizes da ALCA[46] quando há a objetividade de transpor a educação da esfera de direitos sociais para direitos de consumo. (LEHER, 2006)

E para a garantia de uma educação minimalista (LEHER, 2011) para a classe trabalhadora esta reforma vem sendo implementada de forma fragmentada com a objetividade de precarizar o ensino superior público e privatizar a partir de parcerias público/privadas e investimento de capital público no setor privado.[47]

E dentro desta reforma, diretrizes curriculares para os cursos de graduação foram reestruturadas. Assim, esta Contra-reforma não agiu simplesmente em patamares econômicos, mas também no sentido político, garantindo números para as campanhas Petistas, e no caráter ideológico para dar conta da formação do novo trabalhador flexível, polivalente, como já foi discutido neste trabalho anteriormente.

Leher (1999) apontou que a pedagogia que veio a ser hegemônica foi estruturada pela ONG ORUS que aprofundou uma lógica empresarial aos países centrais sem obter sucesso, voltando-se os olhos para os países periféricos e propondo a pedagogia das competências[48]. E as diretrizes para os cursos de educação física não ficaram fora desta lógica.

5.4 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir da articulação do Estado na lógica da democracia burguesa, o Banco Mundial garantiu, junto a ONG ORUS dentre outras entidades, um projeto a ser seguido para o país atender as demandas internacionais do capital junto aos Governos PT, anteriormente do PSDB, que em troca garantiam dados para suas futuras campanhas eleitoras para manter-se no poder (LEHER, 1999, 2006). E isso refletiu na especificidade das políticas educacionais para a educação física também.

Nozaki (2004) afirma que, pelas inúmeras mudanças do mundo do trabalho, a educação física desde sua origem vem atendendo às demandas do capital para formar um

---

[46] Área de Livre Comércio das Américas. Proposta feita pelos Estados Unidos durante a cúpula das Américas em 1994. Esta proposta estava calcada para eliminar barreiras alfandegárias entre os trinta e quatro países da américa, excetuando Cuba. Porém, o que se contatou foi uma imposição de políticas pela ALCA aos países periféricos para atender as demandas de reestruturação produtiva do capital, potencializando os interesses de exploração desses países pelos Estados Unidos da América.

[47] Não é intuito deste trabalho aprofundar em cada ponto da reforma universitária, para maior aprofundamento ver FUCHS (2014) ponto 2.2.1.

[48] Já debatidas neste trabalho.

novo trabalhador necessário para determinadas conjunturas históricas, estas em sua grande maioria acompanhada de crises e demandas de reestruturações produtivas. E assim, com o processo de reestruturação produtiva do capital iniciado na década de 70, no Brasil mais precisamente na de 80, vemos um grande avanço mercadológico da área não escolar no campo de trabalho da educação física e a partir daí inicia-se um processo de disputa de concepção da área que, para Nozaki (2004), está intrinsecamente ligado à projetos de sociedade. Neste caso, se elencarmos a defesa de uma educação física voltada ao mercado com uma formação acrítica que vise a formação de trabalhadores que apenas atendam a essas demandas, estaremos elevando na análise um setor que defende a manutenção do *status quo*. E se vermos os setores que defendem uma educação física que compreenda a sua totalidade, suas diferentes manifestações, com uma formação crítica que forme pessoas que consigam trabalhar em sua área, porém com a consciência de saber analisar o que de fato é necessário para transformar a sua realidade, elencaremos na análise um grupo que defende a transformação da atual sociedade. Assim, observamos nesse período que setores corporativos da área começam a se estruturar em nome das demandas de mercado que emergiram com a crescente da área não escolar[49].

> A partir dos anos de 1990, a burguesia do setor do *fitness* começa a se organizar enquanto classe. Essa organização culminou na criação dos organismos que convencionamos chamar de organismos representantes da burguesia do âmbito do *fitness*, os quais intensificam a apropriação da cultura corporal, por parte da classe dominante e defendem os interesses de classe dessa parcela da sociedade. Na contemporaneidade, a burguesia se apropria da cultura corporal e a "devolve", a uma pequena parcela da classe trabalhadora e a outros representantes da própria burguesia, entretanto, transformada em mercadoria (COIMBRA, 2009, p. 112).

Com isso, este setor eleva um discurso ideológico que a educação física é terra de ninguém e que só o diploma não bastava para atuar na área. Nessa lógica, para aprofundar o reordenamento da educação física à esta demanda de mercado é criada a lei n° 9696/98 que regulamenta a profissão de educação física e cria os conselhos Federal e Regionais de Educação Física[50] (NOZAKI, 2004). Nozaki (2004) afirma que este conselho se firmou em cima de argumentos corporativistas de reserva de mercado e afinou seu discurso para desqualificar e deslegitimar o trabalho dos chamados "leigos" da área[51].

---

[49] Conhecido, no senso comum, como o boom das academias.

[50] Sistema CONFEF/CREF's.

[51] Aqueles e aquelas que trabalham com elementos da cultura corporal com o dança, lutas e artes marciais, dentre tantas outras formas de manifestação.

Coimbra (2009) afiança que isto criou mais uma instituição que administra a crise do capital. A partir disso, potencializou-se a desregulamentação do trabalho, e precarizou o trabalho na área da EF, elevando a lógica do trabalho informal[52]. E é na formação inicial de professores em Educação Física que o CONFEF obtém seu grande trunfo.

> No ano de 1995, com a lei Nº 9.131 tivemos a abertura de um processo de formulações das Diretrizes Curriculares para cada área específica de ensino, ao mesmo tempo em que a Portaria Ministerial Nº 972/97 determinou que as comissões de Especialistas, vinculadas à Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), seriam as responsáveis para preparar as Diretrizes Curriculares de suas respectivas áreas: sistematizar, debater e definir as propostas de Diretrizes Curriculares e encaminhá-las para análise de mérito e decisões cabíveis (DUTRA, 2010, p. 7).

Estas comissões de especialistas eram compostas por entidades como o CONFEF, e CBCE, articulados junto ao ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação para garantir a estruturação e implementação de diretrizes que seguissem a lógica hegemônica vigente. Contudo setores como a ExNEEF, MNCR e LEPEL foram a resistência deste processo com proposições contra hegemônicas[53]. Nesta lógica, se aprovam diretrizes curriculares para os cursos de licenciaturas. As resoluções CNE/CP 01/02[54] e CNE/CP 02/02[55].

> As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura e de Graduação Plena (Resolução CNE/CP nº 01/02 e 02/02) são atualmente a expressão mais visível da consolidação dos ajustes educacionais capitalistas em busca de adequar o ensino superior e a formação de professores às demandas oriundas do processo de reestruturação produtiva (DIAS, 2011, p. 103).

E assim, aprovou-se uma concepção educacional, materializada nas diretrizes curriculares que se caracteriza por ser minimalista e que possibilita a criação de diversos cursos da área da educação física, que fragmenta o conhecimento, abre uma falsa dicotomia entre ciências sociais/humanas e ciências naturais/exatas, precariza o trabalho docente da educação física em seus diversos âmbitos de ação, retira e deturpa a identidade da área e estes projetos chegam ao CEFD/UFSM. Contudo, setores como ExNEEF[56], o MNCR[57] e a

---

[52] Popularmente conhecido como bicos.

[53] Propunham a Licenciatura ampliada, que minimamente, explicarei sem aprofundar no seguimento deste trabalho.

[54] Diretrizes para os cursos de licenciatura.

[55] Diretrizes referentes às cargas horárias dos cursos de licenciatura.

[56] Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física.

LEPEL[58] propuseram uma formulação contra hegemônica para a formação de professores da área[59], enfrentando uma luta, que dura até os dias atuais, reivindicando um processo de construção destas diretrizes mais democrático e uma formação voltada às demandas humanas, crítica, e não voltada apenas as demandas de mercado. Para essas entidades, a comissão de especialistas eram espaço que garantiriam os interesses dos setores corporativos[60].

Em estudo anterior apontei que a resultante deste processo foi uma Diretriz que representa um consenso falso[61]. Esta diretriz é minimalista, pois permite que sejam criados cursos de qualquer natureza dentro da área da educação física (FUCHS, 2014). Por exemplo, só na USP[62], há seis cursos de educação física que tomam caráter de especializações precoces. Logo, estas diretrizes são a expressão concreta da fragmentação do conhecimento já na formação inicial de professores da área e assim, garantiu os interesses dos setores do *fitness*, representados pelo sistema CONFEF/CREF's.

As resoluções que resultaram deste processo foram: CNE/CES n°07/04: dá diretrizes aos cursos de Graduação[63] em Educação Física. Logo, edifica pilares para os cursos de Educação Física Bacharelado, Tecnológicos relacionados a área, Licenciatura de Graduação Plena. Posteriormente, em 2009, elevou-se a resolução CNE/CES n°04/09, que dá diretrizes referentes às cargas horárias para cursos de bacharel em saúde, sendo o bacharelado em Educação Física considerado como curso da área da saúde. Esta última potencializa uma visão reducionista referente à Educação Física, pois a reduz a área da saúde e nega os outros conhecimentos necessários para a formação inicial na área (FUCHS, 2014). Logo, pode-se traçar uma característica à estas diretrizes, minimalistas, pois adentram a lógica do Estado

---

[57] Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física criado em 1999 para lutar em específico nesta pauta contrária a regulamentação.

[58] Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer.

[59] Esta proposição dos setores contra hegemônicos será aprofundada a análise e melhor explicitada mais a frente deste trabalho.

[60] Como o CONFEF por exemplo. Não é a intenção aprofundar a análise em relação aos processos das Diretrizes curriculares da Educação Física, porém fica a cargo de conhecimento para termos uma breve ideia de como ocorreu os processos e ver como isso refletiu no CEFD/UFSM. Para aprofundar o conhecimento sobre este processo Vide: Dutra, 2010; Portela, 2011; Dias, 2011; Morschbacher, 2012; Fuchs, 2013. Dentre outros inúmeros estudos.

[61] Trato como consenso falso pois, em uma sociedade de classes, onde há interesses antagônicos, em um processo que houve interesses de lado opostos que não se complementam, não há como haver um consenso.

[62] Universidade de São Paulo.

[63] Graduação é um termo que categoriza cursos de ensino superior que subdividem em Bacharelados, Licenciaturas e cursos Tecnólogos.

mínimo que estrutura textos ambíguos e que possibilitam qualquer interpretação e implementação de todo tipo de política que venha a interessar[64] a hegemonia.

Diretrizes estas, que foram implementadas no CEFD/UFSM, resultando em dois cursos de graduação: Licenciatura e Bacharelado. A primeira está representada pelo PPC[65] de 2005, e a segunda pelo de 2006. Mas antes de iniciar a análise em específico dos processos de reestruturação curricular do estudo em questão, cabe colocar a concepção legal que fazemos sobre as diretrizes para posteriormente apontarmos os erros cometidos quanto a sua interpretação nos processos em questão.

Na Constituição Federal, o artigo 207 dispões que as universidade brasileiras gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A lei maior que rege a educação brasileira é a n° 9394/96, a LDB, sendo esta menor que a constituição, não podendo ferir a carta magna. O Conselho Nacional de Educação tem suas resoluções, pareceres, dentre outras questões, pautadas a partir das leis formuladas pelos órgãos legislativos. Ou seja, as diretrizes curriculares, que são formuladas pelo CNE, não são leis, são apenas orientações a serem seguidas pelas instituições. Caso as instituições não sigam estas diretrizes, contudo, não firam a constituição e a LDB, estarão amparadas legalmente, ou seja, não são obrigadas a seguir determinados direcionamentos.

Outra questão em específico de nossa área, é que o CONFEF não possui poder de legislar, ele tem como função restrita a fiscalização das áreas de trabalho da educação física. Com isso, suas resoluções internas não devem ferir leis maiores. O artigo 5° da constituição federal em que diz que todos são iguais perante a lei, também afirma que ninguém é obrigado a se filiar ou permanecer filiado a nada e que é livre a atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de licença ou censura. Ou seja, eles não podem impedir as pessoas de trabalharem. Segundo ponto, suas resoluções internas não podem restringir a área de atuação de bacharéis ou licenciados. Ou seja, este conselho se utiliza da pouca informação sobre as leis para impor seus interesses corporativistas. A lei que regulamenta a profissão, n°9696/98, em nenhum momento afirma que o licenciado deve trabalhar apenas em escolas e o bacharel não pode trabalhar em escolas.

Contudo, o discurso de restrição do licenciado à escola cai quando vemos documentos do Ministério da Educação, baseados na LDB, que afirmam que O Licenciado em Educação Física trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam

---

[64] Sobre políticas minimalistas e Estado Minimalista vide (SAVIANI, 2012) (SAVIANI, 1998) (LEHER, 2011).

[65] Projeto Político de Curso.

programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 31).

E em específico das diretrizes da educação física observamos que a CNE/CP n°01/02 apenas institui diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura de graduação plena, ou seja, não existe outra licenciatura a não ser a plena. E nesta mesma resolução é apontado que questões referentes às especificidades das áreas serão colocadas em diretrizes próprias. E então que surge a resolução CNE/CES n°07/04 que institui diretrizes curriculares para os cursos de graduação em educação física. Está dá apontamentos para perfil do egresso, áreas de atuação, dentre outros fatores. Em minha jornada enquanto graduando do curso de educação física no CEFD UFSM sempre escutei professores discursando que esta diretriz era referente ao bacharelado, e a 01/02 referente à licenciatura. Mas analisando a LDB, podemos pontuar que cursos de graduação é um termo utilizado para dar referência aos cursos ofertados em nível superior, sendo eles de Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo. Concluindo a análise das leis e diretrizes as resoluções CNE/CP N°01/02 e 02/02 (referente à carga horária para os cursos de licenciatura, juntamente com a CNE/CES n°07/04 dão referências para os cursos de licenciatura em educação física. As resoluções CNE/CES 07/04 e 04/09 (referente à carga horária para os cursos de bacharelado da área da saúde) são as que referenciam os cursos de bacharelado em educação física. Claro que este debate não se dá apenas no aporte legal, pois com a flexibilidade de possibilidades que a resolução CNE/CES n°07/04 dá para a educação física, há os processos de disputa política de projetos de formação em educação física que, muitas vezes, estruturam à fragmentação entre licenciatura e bacharelado em diferentes instituições. Que é o caso do CEFD UFSM e a partir de agora iremos analisar como se deu esses processos de disputa de projetos de formação e a correlação de forças entre os atores sociais envolvidos.

6 OS PROCESSOS NO CEFD

Primeiramente pontuaremos uma realidade do CEFD. Para realizar este trabalho, necessitamos de atas, portarias, dentre outros documentos oficiais que são necessários para a análise. Porém, hoje, o CEFD/UFSM vive uma situação de desorganização, em que atas e portarias não foram achadas, resumindo, há documentos não originais, sem assinaturas, e carta do Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos[66] da UFSM, por exemplo.

6.1 O PROCESSO DA LICENCIATURA DE 2005

No início dos anos dois mil, chega ao CEFD/UFSM o debate a cerca das novas diretrizes que, na época, estavam para ser estruturadas. Segundo o relato de alguns entrevistados, esse debate iniciou no colegiado de curso.

> Então eu comecei a ir nesse colegiado, nessa discussão, quando a discussão foi afunilando para uma melhoria do currículo. E nessa melhoria do currículo se imaginava que a licenciatura teria que ter didática né, outras disciplinas pra fazer aquilo que o aluno pensasse aquilo que estava sendo proposto na literatura atual e que a gente não via (PROFESSORA F).

Esse debate, segundo relatos dos entrevistados, iniciou trazido pela coordenadora do curso na época, mas primeiramente em um discurso de legalidade por conta da ocasião, em que as diretrizes da licenciatura já estavam em voga e que os currículos precisavam se adaptar. Posteriormente, como vimos no relato, este debate apresentou elementos com o fim de melhorar o atual currículo da licenciatura. Alguns entrevistados apontaram que havia relatos de estudantes que não estavam contentes tanto com a questão da vivência escolar, que era pouco feita no então currículo, e pelo pouco aprofundamento nas questões do fitness, da área não escolar. Inclusive, uma das professoras participante, representando a SMED[67], trouxe que sua participação contribui a partir de um estudo que ela havia feito sobre o currículo com os acadêmicos do centro da época:

> Quando surgiu o convite no caso, na época a coordenadora do curso nos apresentou então, no caso, eu acho, que eram as diretrizes, as novas diretrizes curriculares do curso, onde se tinha a possibilidade no caso de haver um aprofundamento, tipo uma especialização, pois naquela época era tanto, pela pesquisa que eu fiz também, era a

---

[66] DACEFD. Esta Carta em específico é o documento de retirada dos estudantes da comissão de 2009 para reunificação dos currículos.

[67] Secretaria Municipal de Educação.

> voz dos estudantes que não tinha um perfil definido no curso, e os alunos formandos não se sentiam confortáveis quando chegavam à escola. Então eles achavam, que quando terminava o curso não se sentiam aptos a trabalhar na escola. Então na época os professores que estavam ali, eu não participei da discussão do bacharelado, mas sim da licenciatura [...] que achavam que deveriam então fazer um currículo que, no qual o aluno se sentisse apto a trabalhar na escola. Mas na época não houve esse debate da possibilidade de ter uma formação ampliada né. Era mais de como o aluno, muitos chegavam na experiência no final do curso e tinham uma experiência negativa, chegavam na escola e se assustavam, e desistiam, era um pouco isso que a gente ouvia né, e enfim. Então a gente achava que iria colaborar fazendo um currículo, ajudando montando um currículo (PROFESSORA G).

Logo, no ano de dois mil e três, foi formada a comissão para reestruturar este currículo. Inicialmente, segundo relato de professores havia uma necessidade de formar uma comissão mais ampla do que apenas do CEFD.

> [...] se constituiu uma comissão, múltipla. Qual o motivo de eu estar chamando de múltipla? Porque aqui nós temos professores, hoje menos, antes era mais, nós tínhamos professores da área da saúde, da área da educação, das ciências exatas e das ciências sociais, que trabalhavam disciplina do nosso currículo. E aí nós criamos um grupo de trabalho múltiplo, não só dos professores dos departamentos das disciplinas específicas (PROFESSOR I).

Na realidade, este mesmo professor apontou que havia um direcionamento da universidade em que as comissões de reforma ou reestruturação curricular deveriam trazer professores de outras áreas que viessem a contribuir para estes processos. Contudo, o que se viu nas atas, foi que foram chamados pessoas de outros centros para trazer algumas experiências curriculares, como, por exemplo, o coordenador do curso de medicina da época. E nas atas, a comissão aparece composta pela então coordenadora do curso, representantes dos três departamentos, uma representante da oitava coordenadoria da educação, uma representante da secretaria municipal de educação, uma representante estudantil e uma representante do segmento dos técnicos administrativos, que segundo o próprio funcionário 1, fazia apenas a parte burocrática como atas, convocações, etc.

Porém, um dos motivos apontados pelo Professor I de não ter ocorrido uma comissão mais plural foram os ranços históricos que se perpetuavam no CEFD. Foi um primeiro conflito.

> Isso foi o primeiro embate, um primeiro conflito. Tinha gente daqui que dizia que por esses professores não serem da área específicas, por não serem daqui e não conviverem aqui eles tinham pouco a contribuir. É bom falar isso, foi um primeiro conflito, de compor comissões com essas pessoas (PROFESSOR I).

Esses ranços históricos citados pelo Professor I, segundo ele, vem de uma estruturação histórica no centro que se iniciou na década de 80 quando chegaram os debates de novas

concepções da área, e combinado com o embate nacional, isso se refletiu aqui, até por ter sido o epicentro desses debates. Iniciaram-se rótulos e uma disputa incansável de concepções, que pela gênese tecnicista e a pós graduação inicial ter mais um viés biologicista, esse setor conseguiu se perpetuar e se articular melhor nesses processos.

> Pois havia, por outro lado, um grupo de professores que defendiam o sistema tradicional, uma concepção mais conservadora, mas nós já tínhamos os programas de pós graduação de mestrado e doutorado no Brasil, não eram muitos, mas tínhamos, porém eram muito centrados dando ênfase na questão biológica. Então, consequentemente esse grupo era muito forte [...] (PROFESSOR I).

E o professor continuou seu relato referente ao que isso influenciou nos processos internos e a gênese dos rótulos e rivalidades do centro:

> Então esse movimento influenciou muito nessa reforma no final dos anos oitenta, inclusive internamente houve um debate muito caloroso, porque tínhamos aqui alunos do mestrado e doutorado que também eram adeptos a essa linha, nessa época aqui era aluna do mestrado Celli Taffarel, Elenor Kunz, Valter Brach, e outros que foram expoentes, foram líderes, foram protagonistas nas suas regiões e instituições com essas novas propostas de um currículo mais abrangente do que somente segmentado na questão biológica e técnica, que predominava. Foi caloroso, então foi aí que se criavam as trincheiras, foi aí que se criaram os estigmas, os rótulos, fulano é isso, ciclano é aquilo, e passou para o ambiente de trabalho, se criou rivalidades no que eram pra ser embates de ideias de pontos de vistas de concepções, passaram a ser pessoais, e isso teve um prejuízo no ambiente de trabalho, que as pessoas passaram a se rivalizarem, virou GRENAL, virou FLAFLU, virou Brasil e Argentina, quem tinha a maior força, quem tinha o maior espaço, e mais ainda, muito tupiniquim, nada contra os Tupis, mas tupiniquim na essência de tentar vigorar o seu projeto, a sua ideia, destruindo o outro, eliminando o outro, essa era a estratégia política, não das ideias, não das concepções, não do debate, não! Era de destruir! Ao ponto que tivemos esses professores que nomeei e outros que eram professores daqui, eles acabaram saindo do quadro docente, porque não tinham clima de trabalho, porque eles estavam sendo eliminados. Foram chacotados, pouca gente fala disso (PROFESSOR I).

Com isso, podemos observar que para formar a comissão já houve algumas disputas que culminaram em uma em que se restringiu ao CEFD, ou seja, este setor caracterizado como a ala biologicista[68] conseguiu implementar sua vontade neste ponto. Junto a isso, nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 2003, a comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do Centro[69], junto à parte dos professores do CEFD que se dispuseram a comparecer neste espaço, discutiram pontos para a elaboração de um novo curso de licenciatura em educação física direcionado especificamente para a área

---

[68] Termo utilizado para caracterizar este setor pelo entrevistado Professor I.

[69] Nomeada pela portaria n° 512/02 e tinha como incumbência estruturar o novo currículo do curso de educação física Licenciatura.

escolar. A participação estudantil e de funcionários foi pífia, chegando a ter a participação de no máximo 2 estudantes.

Uma das questões elevadas neste debate foi a criação do curso de bacharelado, mesmo havendo uma preocupação referente a número de professores funcionários, infraestrutura e materiais, contudo, o processo de criação deste curso iria iniciar depois do término da licenciatura[70].

As atas analisadas demonstram que houve pouca participação de toda a comunidade acadêmica, ficando restrita a comissão, que teve alguns problemas no caminho como a saída de alguns professores da comissão no meio do processo, atritos de alguns professores, principalmente com a presidência da comissão[71], e muitas vezes culminando no abandono de algumas reuniões por professores[72]. Ou a própria participação estudantil, que só recebeu uma cadeira na comissão durante o processo.

Neste processo houve questionamento feito pela acadêmica da comissão referente ao perfil de Egresso fundamentado por uma determinada carta da ExNEEF, porém a ata não coloca qual foi a divergência estudantil, muito menos qual carta foi referenciada pela estudante, mas fica claro que estes questionamentos não foram considerados em nenhum momento[73], e não conseguimos levantar qual foi a carta, por qual motivo a estudante parou de compor a comissão pois não conseguimos entrevistar a mesma.

Outra questão, que em estudo anterior já foi levantado (FUCHS, 2014) foi sobre a rapidez exacerbada do processo. Primeiramente havia um discurso que, a diretriz 01/2002 obrigava a adaptação dos cursos em no máximo dois anos[74], e isso é claramente uma forma de facilitar a imposição das políticas públicas educacionais, pois traz a necessidade de construir processos acelerados e que combinados com a estrutura burocrática da universidade, possibilitam garantir os interesses hegemônicos. Os prazos internos da UFSM se demonstraram mais uma problemática, e por isso a comissão tinha o interesse de aprovar o projeto até o dia onze de Julho de dois mil e três, o que desqualifica o debate e não respeita o tempo necessário de discussão para uma reestruturação curricular. Mais um fato importante de se relatar, que constou em ata, foi o fechamento do diretório acadêmico em 2004, o que

---

[70] Iremos relatar este processo mais à frente neste trabalho.

[71] A pessoa que ocupava o cargo da presidência, além de ser coordenadora do curso, também era conselheira do CREF.

[72] Um exemplo está na ata n°8 de 2003 quando um dos professores colocou que seu departamento não tinha a convicção do curso de bacharelado e o único argumento colocado foi para manter a vida do centro.

[73] Ver ata n°4 de 2003.

[74] Ver artigo n° 15 da referida diretriz.

prejudicou ainda mais a participação estudantil. Essa pressão é confirmada pelo relato de um dos professores entrevistados:

> Bom, uma coisa que precisa ser dita sobre a reforma de 2005 é que a gente ficou pressionado pelas datas. Teve uma pressão em termos de datas, a gente não tinha muito. Havia um calendário para ser cumprido e a gente entrou tarde nessa questão. Entrou tarde nesta questão (PROFESSOR A).

A comissão não conseguiu terminar o projeto até a data inicial desejada, e com a perda da representatividade estudantil, e os professores que divergiam de questões da comissão se retirarem do processo, resumiu-se a participação dos mesmos professores. Quando questionados sobre a participação, todos os entrevistados que participaram desta comissão afirmaram que ficou mais restrito à comissão. Referente aos estudos coletivos se resumia à comissão. Porém, havia um trabalho de tentativa de escutar professores especialistas em determinadas áreas para ver possibilidade de mudanças em disciplinas. Porém, neste ponto, fica um pouco mais aparente a disputa de projeto de formação, por mais que não teve resistência explícita de fato de nenhum setor, como ocorreu no processo que culminou em 2009 para a reunificação com a luta estudantil[75], nos bastidores e nos espaços de discussão e deliberação existiram algumas movimentações, como podemos ver no relato do Professor I:

> Isso foi um fator de dificuldade pra comissão. Porque as pessoas vinham pra defender a sua área, e quando vinham pra defender, vinham inclusive pra aumentar a carga horária, e a gente queria era tornar ela mais enxuta, queria fazer com que aquele conteúdo fosse integrado com outro, mesmo lá dentro da área da saúde, ou mesmo dentro da área da educação. Ou mesmo dentro da área das ciências sociais ou das exatas. (PROFESSOR I)

Outro ponto importante é que, quando questionados os entrevistados sobre as concepções e leituras das leis e diretrizes que balizavam as reestruturações curriculares, nenhum soube responder com certeza o que elas determinavam. Exceto o Professor A que falou que ter uma formação unificada ia contra a lei, demonstrando um equívoco de leitura legal, pois já apontamos o que essas leis e diretrizes direcionam anteriormente neste trabalho. "[...] primeiro que não tem como fazer, legalmente não tem como fazer" (PROFESSOR A.)

Outra questão é que foi afirmado pelo Funcionário 1 que o Professor A trazia os materiais, leituras das leis, junto a professora coordenadora, e eram feitas as discussões e deliberações. Ou seja, havia uma tendência de leitura quanto à questão legal colocada. Por um lado a leitura equivocada das leis pelo professor em questão e por outro pela leitura da coordenadora da época que era conselheira do CREF.

---

[75] Este assunto será tratado mais à frente neste trabalho.

E é aí que começam a aparecer às questões ligadas ao CREF. Que apareceu e que surpreendeu o pesquisador em questão, quando na entrevistada Professora F, representante na comissão pela oitava coordenadoria da educação, apontou que em nenhum momento, nas discussões do colegiado, ou mesmo da comissão, apareceu que a tarefa proposta seria criar um curso específico para escola, para depois criar um curso de bacharelado.

A afirmação apareceu que eles iriam melhorar o currículo existente para dar mais atenção à escola e suprir esse déficit que havia. E aí que apareceu o CONFEF nas entrevistas. A Professora G, após o término da gravação da entrevista, afirmou que havia a participação do CREF, mas não de maneira formal, com representatividade, mas que estava ali.

Mas é na entrevista da Professora F que a indignação com esse processo e com o CONFEF aparece melhor, pois a mesma era professora em universidades privadas em outras cidades e relatou que começava a vir pressão do CONFEF e gerava muitas dúvidas nos acadêmicos quanto a área de atuação e o que deveria ser feito referente aos cursos a partir dali. Quando a interrogamos se havia pressão do CREF para a criação do bacharelado na UFSM, ela afirmou que referente ao CEFD ela não sabia, mas que acreditava que houve no Brasil inteiro. E como afirmei em estudo anterior, isso só vem a confirmar tal afirmativa, via-se uma clara tendência de se construir um projeto pautado nas demandas do CONFEF/CREF já relatadas anteriormente neste trabalho.[76] (FUCHS, 2014).

Outras questões importantes a serem elencadas, é que, primeiro, o diretor do centro na época, Professor D, afirmou que enquanto diretor sua política tanto nesse processo, quanto nos próximos que ocorreram, foi de dar toda liberdade possível para os envolvidos na comissão. Segundo que, quando questionamos os entrevistados sobre concepção de ser humano e de mundo, e de currículo, todos não responderam concepções em si, e sim como viam o mundo, o ser humano, o currículo, e como achavam que cada um desses elementos deveriam ser. E isso só vem a confirmar uma realidade existente no CEFD/UFSM, principalmente referente aos conhecimentos que o corpo docente possui sobre o PPC da licenciatura, em estudo feito anteriormente por Couto e Souza (2014).

> Analisando as respostas dos professores e relacionando com o que consta no PPC, podemos dizer que, dentre os treze docentes da Licenciatura entrevistados, seis não têm conhecimento das teorias do PPC, sendo que uns afirmaram não ter conhecimento e outros apresentaram em suas falas uma concepção distante daquilo que o PPC propõe. (p. 190)

---

[76] Se observar as atas deste processo, veremos alguns exemplos destes atritos, e o descontentamento de alguns professores referente a construção deste novo PPC da licenciatura.

Nesta própria comissão havia integrantes que, de acordo com as entrevistas, ou possuíam algum vínculo ou concordavam com os ideais de partidos e instituições como ao PT, CBCE. e CREF. Importante salientar isso, pois vemos aqui setores que estavam representados nas comissões de especialistas que existiram a nível nacional.

E o que isso processo trouxe? O currículo de licenciatura em educação física que iniciou no ano de 2005 com seus primeiros ingressos. Não é intenção desse trabalho analisar os PPC's dos cursos, mas sim os processos que culminaram neles, e por isso, resumirei a crítica feita aos conteúdos a partir de estudo que realizamos anteriormente (FUCHS, 2014).

> [...] no campo do conhecimento, vimos uma dicotomia entre teoria e prática, em primeira via por se tratarem de currículos que não se fundamentam na realidade da Região Central do RS, e em segunda uma estrutura idealista de se tratar o conhecimento, pois parte de questões teóricas ideais para se pensar a prática pedagógica, porém, não tem vínculo com as problemáticas cotidianas da realidade concreta. As disciplinas são organizadas de forma vertical e desarticuladas em forma de "currículos de gavetinhas"[77], potencializando a lógica pós moderna da pedagogia das competências impregnadas nos dois currículos. (FUCHS, 2014, p.88)

Esta constatação se deu pelo fato de aparecer inúmeras vezes nos PPC's os termos competências, habilidades, aprender a aprender, flexibilidade, estando isto ligado a formação de um novo trabalhador flexível, polivalente, multitarefa, criativo e acrítico, que, segundo Pinto (2007) está voltado as demandas de reestruturação do capital que culminaram na linha de produção toyotista. E isso já foi afirmado em estudo anterior realizado por Couto e Souza (2014):

> Na análise do PPC do curso de Licenciatura do CEFD, pela concepção de educação que busca o desenvolvimento de habilidades e competências, alicerçada na "pedagogia das competências" de Philippe Perrenoud, pode-se concluir que a teoria do conhecimento adotada tem matriz pós-moderna. Além disso, o hibridismo epistemológico característico desta teoria, em que o documento por vezes se pauta, ressalta a cultura corporal em alguns momentos, mas em outros cita o movimento humano como objeto de estudo da EF. Em alguns trechos apresenta uma concepção histórico-crítica de educação e a preocupação com a "diminuição das desigualdades e minimização de contradições", posições que a nosso ver são contraditórias porque próprias da pós-modernidade, que abre mão das meta-narrativas, acreditando que é impossível e opressor existir um consenso que se limite a uma teoria (p.189)

Para Saviani (2011, p.431) esta lógica do aprender a aprender, desloca o "eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos para o método; do professor para o aluno; [...] O importante é aprender a assimilar determinados conhecimentos". Ou seja, aprender a se adaptar as adversidades e flutuações do mercado que

---

[77] Termo coloquial utilizado para caracterizar currículos que tem disciplinas que não dialogam entre si, onde vê-se as partes e não o todo.

se potencializaram com a reestruturação produtiva do capital, ligando-se a lógica da empregabilidade, ou seja, na individualização do processo, com aquele velho pensamento “se não conseguiu emprego, foi por culpa sua que não se esforçou”.

> O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar os indivíduos, formando neles as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos. Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender" como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (DUARTE, 2008, p. 13).

Na educação física, segundo Taffarel (2009) essa pedagogia das competências vem a incentivar a individualidade sem vinculação com os conteúdos, onde há uma racionalização da criatividade e afetividade. A técnica fica a cima das divergências e desigualdades, dissolvendo assim as relações de poder, garantindo uma formação acrítica. Ou seja, forma o indivíduo para se adaptar a flutuação do mercado, e não compreende a totalidade das relações sociais, e assim, constrói uma rede de relações que potencializa a precarização do trabalho.

Com isso há o reforço da culpabilização do indivíduo, a elevação da meritocracia e essa lógica das diretrizes curriculares tomou corpo no CEFD que para Taffarel:

> A pedagogia das competências incentiva comportamentos individuais e sociais desvinculados de conteúdos, em que a afetividade e a criatividade passam a ser racionalizadas. As desigualdades e divergências são acomodadas sob pretensa unidade, dissolvem-se as relações de poder e a política desaparece sob a racionalidade técnica (2009, s/p).

Assim a formação de professores em educação física vem acompanhada de conceitos de competências direcionada ao individualismo onde o indivíduo em formação passa a tomar características de adaptabilidade às demandas mercantis tornando-se acrítico pela incompreensão da totalidade social, onde a precarização do trabalho já no seio da formação inicial toma corpo.

Logo, isso vem se configurando no CEFD e as problemáticas geradas pelas diretrizes curriculares materializam-se no cotidiano do Centro. A Licenciatura, voltada para formação da escola do “aprender a aprender”, mais voltada aos conhecimentos das ciências sociais e

humanas é uma das problemáticas que podemos apontar referente às limitações de formação impostas pelo currículo atual.[78]

Com isso, podemos apontar que esse processo não foi dos mais democráticos. A nula participação estudantil e a participação técnico administrativa se restringindo à tarefas burocráticas é um dos exemplos. Que lógica de disputa nacional de projetos de formação esteve representada pelo PT, CONFEF/CREF e CBCE. Por isso, não vimos um processo de resistência contra hegemônica feita por setores como o movimento estudantil, que na época estava inativo no centro. Contudo, observamos uma resistência hegemônica no sentido de preservar o que estava posto para as áreas das exatas, biológicas, da saúde, e é a partir daí que iniciamos o debate sobre a criação do curso de Bacharelado.

6.2 O PROCESSO DO BACHARELADO E O CUME DOS CURRÍCULOS FRAGMENTADOS

> O bacharelado o seguinte. Nós concluímos o trabalho da licenciatura, aprovamos internamente, passou por todas as instâncias, foi encaminhado à PROGRAD, foi aprovado no conselho de ensino pesquisa, e aí, o termo usual que é usado, na calada das férias, um grupo de professores, somente da área se reúne, e elabora, à portas fechadas, sem discutir com os pares, com os segmentos, não houve, acredito que você terá dificuldade de encontrar atas, eles formularam uma proposta. Quando se inicia o semestre, se coloca na mesa já de conselho de centro, nem de colegiado, nem de departamento, um proposta já elaborada, fechada e encaminhada para a universidade. Por quê? (PROFESSOR I).

E é com o fim desta citação que iniciamos este momento do estudo. Por quê? Esta afirmativa feita pelo professor, não temos como comprovar, ou nenhuma outra feita, pois do processo de criação do bacharelado em educação física na UFSM, pouco registro restou para comprovar a história. Apenas os envolvidos nesse processo são o que há de vivo para sabermos a história, hoje, concretizada. Não há, nem no PPP do bacharelado atas, portarias, nem nenhum documento referente a esses processos. Uma das professoras que participou da comissão falou o contrário do que afirmado anteriormente. Ela constatou que a criação do bacharelado foi decidida no grande grupo e que foi formada uma comissão a partir de pessoas que estariam dispostas a trabalhar nisso. Ela afirmou: “foi decidido em conjunto que ia ter, foi decidido em reunião geral que ia ter um grupo então que ia se propor a fazer isso aí.” (PROFESSORA E). Segundo ela, a comissão era composta por 6 professores, um técnico administrativo formado na área e um estudante que, segundo ela, não participava das reuniões. Desses 6 professores, 3 não participavam ativamente da comissão.

---

[78] Mais a frente, neste trabalho, iremos fazer uma breve comparação entre os dois currículos e aprofundar um pouco mais a crítica referente aos mesmos.

A primeira reunião, e única documentada nas atas do processo da licenciatura de 2005, que aparece o debate sobre criação do bacharelado foi em uma reunião geral que debate a licenciatura, e apareceu da seguinte forma: a preocupação pela criação do curso de bacharelado foi pela manutenção do centro e não houve uma argumentação que colocasse demandas concretas para a criação deste curso, pelo menos não apareceu nas atas[79]. Nos primeiros dias de discussão[80] foi levantada a possibilidade do CEFD ofertar dois cursos, um de licenciatura e outro de bacharelado, e mesmo com a preocupação dos presentes com a infraestrutura e material humano, os mesmos mostraram-se simpáticos com a ideia. Contudo, não foi levantado nenhum argumento que demonstrasse uma demanda concreta para criar um curso de bacharelado. Essa argumentação mais elaborada foi que, com a criação do bacharelado diminuiriam carga horárias de algumas disciplinas[81] para a licenciatura, e com isso, existiria a possibilidade do acadêmico obter uma formação inicial mais qualificada e poder cursar as duas graduações, licenciatura e bacharelado. Porém, não foi isso que ocorreu depois e também não foi deliberada nessa reunião que iria existir o bacharelado. Segundo as atas do processo de construção do currículo de licenciatura de 2005, uma das professoras, que não foi entrevistada, coordenadora do curso na época, falou que essa discussão seria feita depois, que primeiro deveriam focar na licenciatura. E isso é o que já sabemos que se constatou. Por isso, é importante compreender os motivos de ter se concretizado o bacharelado, já que na criação da licenciatura não se pensava em criar este outro curso, porém já se estruturava um currículo que faltavam conhecimentos que depois foram destinados ao bacharelado.

Segundo relato do Professor I, isso se deu por interesses.

> Porque durante esse processo de construção da licenciatura, tinha professores que já vislumbravam a oportunidade de um bacharelado. Tinha professores, da área das exatas, da área biológica que eles não se sentiam incluídos na licenciatura, ou perderam espaço, diminuiu sua carga horária, diminuiu o número de suas disciplinas, seu conteúdo foi integrado à outra área, como foi o caso da fisiologia, você vivenciou isso aqui, você vivenciou a questão dos esportes. A concepção de ensino dos esportes, integrado, relacionando um com o outro, esses professores como foram vencidos no debate público e democrático, quando foram na hora de executar a disciplina, negaram aquela proposta, aquela concepção, voltaram a fazer a mesma coisa que era anteriormente (PROFESSOR I).

---

[79] As próprias atas do processo de construção do curso de bacharelado não foram encontradas, e assim, não foram disponibilizadas para a realização deste trabalho.

[80] Discussão ocorrida nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 2013 em uma reunião geral junto à comissão que iria reestruturar o currículo de licenciatura para ver quais diretrizes a comissão seguiria junto ao conjunto de professores.

[81] Mais voltadas a área da saúde.

Neste caso, vemos blocos aparecendo, e vimos já que durante o processo de criação da licenciatura já se articulava por trás a criação deste novo curso. E é na gênese desses cursos que já se aponta a dicotomia entre ciências naturais e exatas e ciências sociais e humanas. Logo, aqui neste processo, por não ter documentos, e as informações entre um sujeito e outro não baterem, não há como afirmar de fato como foi este procedimento. Inclusive o Professor H acabou se retirando da comissão, segundo ele, pelo fato das reuniões acontecerem em sua grande maioria nos períodos de aula e ele não poder participar. Até afirmou que ficou surpreso, pois o bacharelado foi aprovado em uma reunião que ele não estava, mas colocou que seria voto vencido e que não faria diferença. Segundo a Professora E, além da pouca participação dos integrantes na comissão, quando as pessoas eram chamadas para participar, não havia um retorno recíproco a isso. Logo, além de não ter a participação da comunidade, o estudo coletivo inexistir, a comissão ainda era composta na prática por poucas pessoas, e ainda dessas poucas pessoas, não eram em todas as reuniões, segundo ela, que estas compareciam, se restringindo a no máximo 50% dos integrantes.

Mas não paramos por aí. Outro dado importantíssimo descoberto foi que, o fato de não ter sido localizado a portaria desta comissão, foi porque ela nunca existiu. A portaria nunca foi feita. Vamos ao relato da Professora E:

> Eu não tenho esse documento também, pra organizar as progressões agora eu nunca achei a portaria, não teve portaria nenhuma, ninguém fez portaria no fim, na época a pessoa que disse que ia fazer não fez, na direção do centro (PROFESSORA E).

A partir disso questionamos a professora se então a comissão estava trabalhando de maneira informal e ela respondeu:

> Na época a gente acreditava que tava trabalhando em uma coisa que foi decidido, o grupo tá ali, vai sair portaria. Aquela coisa, depois que eu fui buscar a portaria e não tinha fui descobrir que de certa forma estava informal. Claro, o projeto foi aprovado depois, mas a comissão na boa vontade digamos. Por isso que nada aconteceu com as pessoas que não apareceram, que eram da comissão e não apareceram. Porque a gente podia se perguntar assim "A criatura nunca mais veio na reunião, não tem uma forma de cobrar isso dele? Porque afinal ele faz parte de uma comissão ele não pode faltar às reuniões!" Mas aí claro, como não tinha a portaria a gente reclamava nos departamentos que as pessoas indicadas não compareciam e diziam que "pois é, mas ele não pode", e assim ia (PROFESSORA E).

Ou seja, sem portaria, sem atas, sem nenhum documento, apenas o PPC aprovado no fim, a primeira versão contada pelo Professor I parece se tornar mais verdadeira, contudo, como faltam elementos concretos é difícil afirmar, mas com todos esses relatos, esta primeira versão que este projeto foi articulado por um grupo que não queria perder espaços e foi deliberado direto em conselho de centro, torna-se mais factível.

Outro fato que não pode se deixar passar, é que houve participação do CREF nesse processo de construção do bacharelado. O Professor H afirmou que e receberam a visita do CREF na qual eles trouxeram sua visão e que todos os argumentos frente a essa implementação do bacharelado eram de ordem Jurídica. Ou seja, mais uma vez apontamos a falta de argumentação que justificasse a necessidade concreta de um curso de bacharelado e também a leitura equivocada da legislação.

Quando indagamos quais documentos foram utilizados para construção do currículo do bacharelado, a Professora E afirmou que foram utilizados currículos de cursos que já existiam, de discussões de universidades que também estavam estruturando seus currículos, e do currículo da licenciatura antiga que tinha um viés mais voltado às demandas desportivas de rendimento, e certa defasagem para a área escolar, que já relatamos anteriormente o despreparo dos acadêmicos para enfrentar a realidade escolar. Contudo, um dado que não fechou em todas as entrevistas é o seguinte: O Professor A afirmou que o currículo de bacharelado foi simplesmente pegar o currículo antigo a transformar no bacharelado atual. O que gera certa contradição no processo, pois o argumento sempre foi que o currículo anterior não dava conta, nem da área escolar, nem da área não escolar.

Referente às concepções de ser humano, currículo e sociedade é a mesma afirmativa feita anteriormente aos processos da licenciatura. Porém é na concepção de formação de professores que aparece que esta deve ser voltada a preparar o acadêmico para os desafios profissionais colocado ao mesmo. E quando nos resumimos aos desafios profissionais, nos referimos ao mercado de trabalho, bem como as competências voltadas a isso.

Assim, dos 17 entrevistados, apenas 3 participaram desse processo do bacharelado e foi tudo o que podemos extrair desse processo. O que nos traz é uma sensação nebulosa, de um processo pouco aberto, com pouca divulgação, com pouco diálogo, com pouco debate. Um curso que foi aberto com o discurso de manter o CEFD enquanto centro combinado à oração legal colocada pelo sistema CONFEF/CREF's a partir de seus interesses corporativos e aos interesses individuais dos professores em não perderem espaço para suas concepções, pesquisas, disciplinas, etc.

A partir disso, estruturaram-se dois currículos, fragmentados, e são postos em prática. Um iniciado em 2005, licenciatura, e outro em 2006, bacharelado. Então, iremos fazer uma breve análise do que são esses currículos e o que os mesmos acarretaram.

Partimos da justificativa, argumento central para a criação de um curso. No currículo de licenciatura, em nenhum momento aparecem argumentos que contextualizem a necessidade de se ter um curso voltado especificamente às demandas escolares. Claro que

pela que levantamos até agora não podemos ficar surpresos, já que a comissão não foi chamada para construir um currículo fragmentado, e sim melhorar o antigo dando mais ênfase a questão escolar. Nesta parte do PPP da licenciatura, há uma reflexão sobre o papel da ciência, como trata-la e culmina da seguinte forma:

> O PPP para esse Curso é compreendido como um processo de ação participativa de pessoas interagindo politicamente em função das necessidades, interesses e objetivos comuns. Igualmente busca um maior envolvimento na ação educativa, considerada responsabilidade de toda comunidade escolar - acadêmica (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

O que vemos aí é mais uma discussão conceitual de PPP do que algo que justifique um currículo com ênfase exclusiva ao âmbito escolar. Na justificativa do bacharelado inicia-se pontuando um vaio que surgiu com a criação da resolução CNE/CP 01/2001, onde forçou as licenciaturas a se reformularem.

> Considerando-se a necessidade de melhor definir a formação dos nossos profissionais e que esta seja coerente também com o momento que vivemos, quando as licenciaturas das diferentes carreiras acadêmicas das universidades brasileiras se viram forçadas - pelas resoluções 01 e 02/2002 - a se reformular, produzindo assim um "vácuo" sobre a formação de profissionais que poderiam/deveriam atuar em outras frentes que não o ambiente escolar (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

Neste ponto, vemos claro como a leitura legal equivocada foi muito bem articulada, pois essa resolução, combinada à CNE/CES 07/2004 não limita a formação às outras frentes de atuação profissional como já demonstramos anteriormente, inclusive, independente da formação de licenciado, o título o dá direito de trabalhar nesses diferentes âmbitos de trabalho. E assim, começamos a compreender um pouco mais as intencionalidades desse "erro"[82] quando observamos mais questões dentro desta justificativa:

> Justifica-se ainda a criação do Curso de EDUCAÇÃO FÍSICA - BACHARELADO por uma necessidade de sintonia com o recém-criado **Conselho Federal de Educação Física**, que gradativamente tem feito ações no sentido de organizar a atuação dos nossos profissionais. É sabido que, até então, era suficiente alguém ter "praticado" alguma atividade por um breve período de tempo para se tornar professor desta, relegando e colocando em cheque a formação acadêmica e pedagógica que lhe é inerente (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

---

[82] Colocamos ERRO entre aspas pois com minha vivência militante no movimento estudantil e acadêmico do CEFD/UFSM, sempre escutei este discurso vindo dos adeptos do CREF onde impunham essa leitura de lei que na realidade era um equívoco proposital para agir na desinformação das instituições e dos profissionais quanto à legislação vigente para atender seus interesses corporativos.

Nesse ponto, combinados com os outros elementos anteriores que trouxemos com a análise que fica evidente a ação do CREF no interior deste processo para a fragmentação da formação. E com isso vemos no PPP dos dois cursos referências na resolução CNE/CES 07/2004 e na lei 9696/98. Esta última lei não fala absolutamente nada sobre a formação inicial de professores em educação física, mas encontra-se nos currículos. Podemos pontuar aqui que não há motivos dela estar lá já que não diz respeito a nada sobre a composição curricular de um curso. Esta lei tem apenas seis artigos que regulamentam a profissão de educação física. Como afirmamos anteriormente, não há nessa lei garantias de que a mesma possa legislar sobre qualquer assunto, muito menos quanto à formação inicial de professores em educação física.

Ainda na questão legal, há o parecer 058/2004 do Conselho Nacional de Educação que em nenhum momento coloca que as instituições tem a obrigação de fragmentar os seus cursos entre licenciatura e bacharelado, ou que a licenciatura deve ser específica para a área escolar. Assim, visualizamos a contradição curricular no CEFD referente à legislação.

Na justificativa do curso de Bacharelado, aborda que:

> [...] com a criação do curso de bacharelado, os profissionais por ele formados serão melhor instrumentalizados para atender uma clientela a cada dia mais exigente, pois estarão melhor informados. Considera-se neste item também, uma recente pluralidade no "*fazer da educação física*", onde novas populações são descobertas para receber nosso atendimento, além da criação de novas modalidades esportivas e a ampliação das possibilidades de movimento (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

Nesta estilha destaco os termos clientela, pluralidade no fazer educação física e novas populações para receber nosso atendimento, pois estes demonstram a intensão de uma formação voltada ao mercado. Com a reestruturação produtiva no mundo, novos mercados surgiram na educação física que na justificativa do bacharelado aparece como novas modalidades esportivas e ampliação das possibilidades de movimento.

Logo, vemos justificativas que não se fundamentam por elas mesmas, sequer levantam uma necessidade concreta para pensar uma formação inicial de professores de educação física voltada para a escola ou não dá conta de fundamentar a área não escolar. No caso do bacharelado, vemos um caráter bem mercadológico. As duas justificativas se entrelaçam quando citam as leis e diretrizes e os conselhos federal e regionais de educação física.

Continuando a análise do currículo, os objetivos do curso de Licenciatura são:

> Formar professores para atuar na Educação Básica no sentido de: - Desenvolver ações teórico-práticas em que os conhecimentos e saberes acadêmicos contribuam

> na formação do ser humano em sua totalidade; - Possibilitar uma formação político-social, dentro de uma abordagem histórico-crítica, em diferentes manifestações da cultura corporal, compromissada com a educação emancipatória; - Possibilitar uma formação técnico-profissional visando o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional/docente (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Mais uma vez podemos pontuar os termos de habilidades e competências, que já falamos anteriormente um pouco e será analisado um pouco mais a frente nesta parte do trabalho. E o bacharelado possui como objetivo geral:

> O Curso de Educação Física – Bacharelado da UFSM visa formar bacharéis em Educação Física, ou seja, profissionais capacitados para atuarem no ensino e na pesquisa, voltados à saúde e aos esportes, com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre a realidade brasileira, especialmente no que diz respeito à área da Educação Física, capazes de atuarem de forma dinâmica na sociedade em que vivem, bem como pretende promover o estímulo e a qualificação contínua de seu quadro profissional, o que possibilitará um trabalho integrado entre graduação e pós-graduação, no ensino, pesquisa e extensão (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

Poderia aqui pontuar todos os objetivos específicos, que são dez, mas como o objetivo central são os processos de reestruturação, e não o resultado dos mesmos e entraríamos em especificidades que fugiriam do foco desta pesquisa, como infraestrutura da universidade, relações interpessoais, grupos de pesquisa, intercâmbio, dentre outras. Porém vamos elencar alguns que achamos centrais para a compreensão da formação em geral que esse currículo coloca.

> Possibilitar a formação de profissionais habilitados para atuarem no ensino formal e não formal, nos institutos e órgãos de pesquisa, nas instituições de promoção da saúde e de tratamento de doenças, nas entidades voltadas ao desenvolvimento dos esportes, em órgão públicos voltados para a saúde da população e para os esportes, entre outros; possibilitar uma formação técnico-profissional visando o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional/docente; capacitar o domínio dos conteúdos, dos métodos e das técnicas específicas da Educação Física, enquanto objetos de estudo, que permitem tanto a sua revisão e produção como a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino e em suas funções e demais encargos e atividades profissionais; [...] possibilitar uma flexibilidade na formação profissional, enquanto opção de sua especialidade, moldada por opção de linha de pesquisa (Núcleos/Grupos), resultando em uma prática na produção do conhecimento (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p.).

Aqui, esses objetivos caracterizam-se como técnico-instrumentais que miram diretamente e exclusivamente às demandas de mercado de trabalho. Além dos termos habilidades e competências, surge o termo flexibilidade relacionando à formação profissional, e já apontamos o que significa essa flexibilização do trabalhador que está intrinsecamente

ligada à precarização do trabalho, que combinado à polivalência, potencializa a super exploração da mais valia extraída da força de trabalho.

Aqui já começamos a ver qual perfil de egresso os cursos apontam. A licenciatura tem as seguintes principais características:

> O egresso, formado pelo Curso de Educação Física: Licenciatura Plena da UFSM, deve construir habilidades e competências gerais e específicas para uma atuação significativa na Educação Básica, com atuação específica na Educação Física. [...] habilidade de ler e interpretar a realidade e seu entorno com criatividade sempre renovada, com capacidade de atualização incessante, dentro da perspectiva do "aprender a aprender". [...] capacitando à identificação e o processo de crescimento e desenvolvimento do ser humano e sua relação no "aprender a aprender" [...] (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Mais uma vez, termos como criatividade, aprender a aprender, competências e habilidade. Continuando sobre o perfil do egresso da licenciatura:

> [...] cuja prática motive a mudança de paradigma, através de leituras e discussões de novas teorias [...] as abordagens mecanicista, as verdades absolutas, os processos imitativos, questões estas que devem ser discutidas na formação do perfil do professor-educador, sendo que aportam para novos construtos da modernidade e da pós modernidade, cujas inferências criam novos sentidos no contexto escolar (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Aqui aparece o termo pós-modernidade, que já colocamos que em estudos de Couto e Souza (2014) essa característica foi identificada no currículo. Aí há uma concepção de sociedade, como se passamos em um período da história onde rompemos com a modernidade, que não há possibilidades de transformação radical do sistema do capital. Assim, mantém um abismo entre o currículo e a realidade, pois não possibilita que o egresso tenha uma real compreensão crítica da sociedade vigente e não o dá possibilidades de transformação de sua própria realidade. Continuando com o perfil de egresso da licenciatura:

> Entendendo, assim, a Educação Física em toda sua amplitude e complexidade, enquanto cultura corporal que tem sua história concebida na prática da humanidade, sob uma visão de homem, educação e mundo, que se possibilita na ação do corpo como uma linguagem, que também é educada e conscientizada no processo escolar (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p.).

Apesar de neste fragmento do PPP pontuar a educação física enquanto uma cultura corporal, em outros aparece os termos movimento humano como objeto de estudo da área, mesclando concepções antagônicas da área, com concepções de ser humano, sociedade, currículo e formação opostas. Aqui, elenca essa cultura corporal como ação do corpo como

linguagem, e não como fruto da relação do ser humano com a natureza mediada pelo trabalho, que é o que esta concepção de educação física que compreende a cultura corporal como objeto de estudo da área defende transformando o currículo em uma "salada de frutas" de concepções. Isso se confirma quando a cultura corporal é colocada como sinônimo de movimento humano[83].

Porém, isso vem a se confirmar quando coloca como sinônimo de cultura corporal, o movimento humano.

> [...] promovendo o desenvolvimento da cultura corporal (ou do movimento humano) em suas múltiplas dimensões, discernindo as necessidades do homem hoje, contemplando uma ação efetiva e transformadora nas especificidades dos espaços pedagógicos da Escola (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA. UFSM, 2005, s/p).

E por cabo, neste currículo o egresso deve possuir um perfil que aprenda a aprender as linguagens do corpo. Quanto ao perfil do egresso do bacharelado:

> O egresso, formado pelo Curso de Educação Física Bacharelado da UFSM, deve construir habilidades e competências gerais e específicas para uma atuação significativa na Educação não-formal, com atuação específica na Educação Física. Deverá possuir pleno domínio dos conhecimentos que envolvem o Movimento Humano, bem como possuir uma formação complementar e interdisciplinar, delineando o perfil de um profissional qualificado e consciente de seus deveres e direitos enquanto cidadão (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p).

Torna-se chato, contudo devemos pontuar mais uma vez a aparição de termos como habilidades e competências. Contudo, o bacharelado traça um objeto de estudo bem claro, o movimento humano. Ou seja, sua lógica é técnico instrumental, comparando os dois currículos Souza et al. (2014) afirmaram que neste caso a aparência dos currículos colocam que a licenciatura formará o agente da reflexão, e o bacharelado o técnico instrumental que atenderá as demandas de mercado. Bem como, as autoras observaram um esvaziamento teórico nesta proposta quando tentaram identificar a teoria do conhecimento desta. Contudo, identificaram que a ausência da concepção de ser humano e sociedade aproxima-se do positivismo, pois desconsidera ideologias, isola os objetos de estudo com as relações externas,

---

[83] A concepção de movimento humano como objeto de estudo da área limita a uma visão reducionista da área, pois nega a historicidade dos conteúdos, nega seu processo de construção, como se surgissem de um jeito e fossem assim até hoje sem possibilidades de mudanças. Como se estes fenômenos fossem regidos por leis naturais. Com isso nega a totalidade, a dialética da cultura corporal, e nega também possibilidades de transformações do que já existe. E com isso, compreende o ser humano como pronto e acabado, voltando o trato pedagógico do professor de educação física apenas para desenvolvimento de habilidades motoras (DUTRA, 2010).

se coloca com neutralidade frente à questões externas a área, e a relação entre objeto e sujeito dá-se de forma objetiva.

As competências e habilidade do curso de bacharelado em educação física do CEFD/UFSM, se compararmos a resolução CNE/CES n°07/2004 e o currículo, veremos que elas foram copiadas da Diretriz curricular. O que devemos pontuar aqui é que esta resolução serve tanto para a licenciatura quanto para o bacharelado, e no artigo 4° aponta que deve-se garantir uma formação generalista, entrando em conflito com a proposta de uma especialização precoce.

E aqui há mais uma confirmação da equívoca interpretação das leis e diretrizes quando o termo graduado é colocado como sinônimo de bacharel:

> O egresso, graduado em Educação Física pela UFSM, deve contribuir com sua atuação no fortalecimento e embasamento teórico-prático da sua área de conhecimento, legitimando novos contextos pedagógicos e de saúde que contribuam para o desenvolvimento integral do ser humano (bio-psico-social), através de uma concepção de educação do movimento e de educação para a saúde (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO. UFSM, 2006, s/p).

Já falamos anteriormente sobre as pedagogias das competências, mas não custa aprofundar um pouco mais sobre o que significa isto dentro de um currículo. Se os currículos dão caminhos e estão ligados à concepções de ser humano e sociedade, a pedagogia das competências está ligada a um projeto de sociedade de manutenção do *status quo* para potencializar a reestruturação produtiva do sistema metabólico e social do capital para formar um novo trabalhador polivalente e flexível que atenda a essas demandas toyotistas.

> O lema “aprender a aprender”, tão difundido na atualidade, remete ao núcleo de ideias pedagógicas escolanovistas. Com efeito, deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico, dos conteúdos para os método; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade, configurou-se uma teoria pedagógica em que o mais importante não é ensinar e nem mesmo aprender algo, isto é, assimilar determinados conhecimentos. O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas (SAVIANI, 2011, p. 431).

Saviani (2011) continua sua análise contextualizando que hoje isso passa a ser mais aprofundado do que no tempo do escolanovismo, a adaptabilidade do processo de reestruturação produtiva do capital para a empregabilidade passa a tomar o caráter desse aprender a aprender.

> [...] na situação atual, o “aprender a aprender” liga-se à necessidade de constante atualização exigida para ampliar a esfera da empregabilidade. Isso fica claro, por exemplo, no texto de um autor português, Vitor Fonseca, significativamente

> intitulado *Aprender a aprender: a educabilidade cognitiva*, publicado em 1998. Para ele a mundialização da economia exige a gestão do imprevisível. Não se trata mais de contar com um emprego seguro; tanto os empresários como os trabalhadores "devem cada vez mais investir no desenvolvimento do seu potencial de adaptabilidade e empregabilidade" (FONSECA, 1998, p. 307), já que "o que o empresário e trabalhador conhecem e fazem hoje não é sinônimo de sucesso no futuro" (idem, ibidem). [...], pois os postos de trabalho se vêm reduzindo tanto na agricultura como na indústria (SAVIANI, 2011, p. 432).

Logo, os mesmos problemas apontados sobre as DCN's estão elencados na realidade dos currículos do CEFD, como por exemplo, a falsa dicotomia entre as ciências naturais e exatas e as ciências sociais e humanas[84].

Podemos materializar isso analisando os dois currículos onde o curso de Licenciatura possui 22 disciplinas dentro do campo das ciências naturais e exatas, enquanto o bacharelado possui 33. Ao mesmo tempo em que as disciplinas relacionadas às ciências sociais e humanas situam-se 16 na licenciatura e apenas 10 no bacharelado. Estágios e práticas curriculares são 11 no bacharelado e 6 disciplinas na licenciatura ligadas à essas questões (SOUZA et al., 2014)

> A primeira diz respeito a uma divisão ainda mais acentuada dos conhecimentos das Ciências Sociais e das Ciências Naturais, com estes polarizados no Bacharelado e aqueles na Licenciatura. Conforme já exposto, no currículo de 1990 ocorreram avanços no que se refere ao uso dos conhecimentos das Ciências Sociais para lidar com os conteúdos de ensino da Educação Física. Já nos currículos vigentes, além de não avançarem para uma articulação entre as ciências, há retrocesso pelo fato de que, ao dividir ainda mais a grade, limita-se o conhecimento das Ciências Sociais à Licenciatura e o das Ciências Naturais ao Bacharelado (SOUZA et al., 2014, p. 182).

Portanto, a licenciatura volta-se para a escola e o pensar pedagógico, enquanto o bacharelado para conhecimentos técnico instrumentais volvidos ao fazer do mercado de trabalho. Para Souza et al. (2014), há um retrocesso na história da formação em educação física no CEFD pois divide a área colocando o saber científico e a prática pedagógica em polos distintos seguindo concepções ultrapassadas da década de 60.

Mas a tentativa de diferenciar algo que na prática não possuí diferença por se tratar da mesma coisa, estes cursos possuem 24 disciplinas em comum. E aqui vamos colocar a nossa concepção de educação física que reafirmam que não há argumentos epistemológicos que sustentem a divisão desta área do conhecimento.

---

[84] Colocamos como falsa, pois mesmo com a fragmentação na formação, a educação física, por ser uma área do conhecimento que é regada por todas as ciências mães (sociais, humanas, exatas e naturais) sempre irá necessitar dessas ciências para sua produção e reprodução, caso contrário, entraremos em um processo de descaracterização e perda de identidade da área, que é o que vem ocorrendo.

Faço esta última afirmativa por partir de uma concepção de Educação Física que, segundo Taffarel et al. (1992) defendem a nossa área como "uma prática pedagógica que," "tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área do conhecimento que podemos chamar de cultura corporal" (p. 50).

Cultura Corporal[85] é compreendida pelos mesmos autores da seguinte forma:

> A espécie humana não tinha, na época do homem primitivo, a postura corporal do homem contemporâneo. Aquele era quadrúpede e este é bípede. A transformação ocorreu ao longo da história da humanidade, como resultado do homem com a natureza e com os outros homens. O erguer-se, lenta e gradualmente, até a posição ereta corresponde a uma resposta do homem aos desafios da natureza (TAFFAREL et al., 1992, p. 38).

E compreendendo o desenvolvimento histórico da CC:

> Todos os homens apropriaram-se dela incorporando-a ao comportamento. A postura quadrúpede foi superada através das relações dos homens entre si. Uns aprendendo com os outros e aperfeiçoando as atividades corporais construídas a cada desafio da natureza ou necessidade humana imposta: fome, sede, frio, medo etc. (TAFFAREL et al., 1992, p. 39).

Com isso, os conhecimentos e ações de nossa área não se resumem a uma determinada ciência, mas a Educação Física

> [...] é um campo acadêmico-profissional que se fundamenta em conhecimentos das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia, se constituindo enquanto uma área multidisciplinar (p. 8).

Assim, a história do ser humano e da natureza são nossa matriz científica, pois sem ela, não compreenderemos o que é a CC hoje.

> Já nos currículos vigentes, além de não avançarem para uma articulação entre as ciências, há retrocesso pelo fato de que, ao dividir ainda mais a grade, limita-se o conhecimento das Ciências Sociais à Licenciatura e o das Ciências Naturais ao Bacharelado (SOUZA et al., 2014, p. 182).

Não podemos negar que aconteceram avanços no currículo da licenciatura quanto à atenção que os egressos dão à escola, porém, não pode-se melhorar determinadas questões em detrimento de toda uma área e sua identidade. Faltam conhecimentos referentes à área das ciências naturais e exatas que auxiliam com uma base científica adequada para a atuação plena destes professores na escola e mesmo fora dela. Quanto ao bacharelado, a base sólida

---

[85] CC, será aprofundado o conceito em capítulo posterior.

científica que falta está referente às ciências sociais e humanas, principalmente no que diz respeito aos conhecimentos pedagógicos.

Assim, decorre um processo de falta de identidade na área de educação física e as contradições dos currículos vieram se acirrando no decorrer dos anos, trazendo desconfortos, principalmente aos principais sujeitos da formação, os estudantes. Junto à uma reforma universitária que estaria em curso, principalmente após o surgimento do REUNI, em 2007, acirrou as contradições da universidade e começou a colocar os acadêmicos do CEFD em movimento. Cabe salientar aqui também que tanto o currículo do bacharelado quanto da licenciatura aprovados, segundo relato de todos os professores, na prática não vem sendo colocado em prática, e isso trataremos mais a frente nesse trabalho quando iremos comparar os três processos[86].

E o marco histórico para começar a haver mudanças de rumo no Centro e na formação foi em 2006 com a reabertura do Diretório Acadêmico, e a partir daí dá-se início a mais um processo de disputa pela formação, iniciou-se aí, a luta pela reunificação dos currículos pela licenciatura de caráter ampliado.

6.3 A LUTA PELA LICENCIATURA DE CARÁTER AMPLIADO E OS DIAS ATUAIS: O CEFD ENTRE A NEGAÇÃO E O CONSENTIMENTO

> Eu acho que o eixo condutor da luta pela formação foi a estudantada. Enquanto a estudantada tava participando, tava conseguindo colocar o debate, o CEFD estava em outra perspectiva, tinha vida naquele centro (ESTUDANTE 7).

Inicio esta parte com este trecho da entrevista do Estudante 7 pois caracteriza de fato o que foi esse período e quem foi a força motriz e dirigente por boa parte desse processo de luta pela reunificação no CEFD/UFSM. Com a reabertura do DACEFD, inúmeros debates começaram a ser realizados. Temas como diretrizes curriculares e formação humana, regulamentação da profissão, Universidade, reforma universitária, dentre outros, começam a aflorar no CEFD. Em 2007, a participação estudantil, de forma mais orgânica, nos espaços realizados a nível regional e nacional pela ExNEEF, começa a se fortalecer. Debates nacionais são elevados no Centro de Educação Física e Desportos, e neste ano é realizada a primeira semana acadêmica por esta nova geração de estudantes organizados. Sua temática era “Difícil

[86] Licenciatura 2005, bacharelado 2006 e reunificação 2009.

é romper as amarras: a educação física lutando por sua essência", onde abarcou temas como formação humana, concepção de educação física e regulamentação da profissão[87].

No ano de 2008, o debate sobre formação começa a ser potencializado por iniciativa estudantil, muito pelas contradições que os estudantes estavam vivendo cotidianamente no centro. Nesta época, as primeiras turmas de licenciatura que entraram já estavam entre o 7° e 8° Semestre, vivenciando quase a totalidade do curso e encaminhando suas formaturas. Junto a isso, mais debates eram realizados no centro, e ainda a participação e ocupação de cargos na ExNEEF por estes estudantes aumenta consideravelmente, colocando o CEFD cada vez mais como centro das atenções dos debates nacionais.

Neste mesmo ano, a segunda semana acadêmica foi realizada com o tema "Educação Física fragmentada e a profissão regulamentada: Contra essa farsa, por uma formação ampliada". Teve participação de figuras históricas para a área, como o Vice Presidente do CONFEF na época, como também a participação da Professora Celi Taffarel, onde foram travados debates importantes para a educação física brasileira. Mas cabe aqui salientar que já se vê uma defesa de um projeto para a formação, a licenciatura ampliada.

Mas o que é a Licenciatura Ampliada? Não é intuito deste trabalho aprofundar a análise sobre esta determinada proposta, mas é importante conhecer seus pilares básicos pois esta proposta vem fundamentar posteriormente a construção de uma proposição de um currículo novo no CEFD/UFSM que compreenderemos este processo mais a frente.

Inicialmente analisemos o termo Licenciatura Ampliada. Dutra (2010) compreende Licenciatura como a diplomação que dá possibilidades legais de se trabalhar tanto no âmbito escolar quanto não escolar assim como afirma o Ministério da Educação.

> O Licenciado em Educação Física trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não formal, como clubes, academias de ginástica, clínicas, hospitais, hotéis e parques; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 31).

Dutra (2010) afirma que o termo "Ampliada" é para envolver a proposição que abarca a concepção de educação física já explicitada neste trabalho, e uma base científica e teórica sólida para possibilitar uma apropriação do conhecimento crítica que consiga articular estes

---

[87] Iniciei minha participação no DACEFD no primeiro semestre de 2007, participei desta entidade até meados do segundo semestre de 2011. Também fui coordenador regional da ExNEEF na gestão 2008/2009 e coordenador nacional nas gestões de 2009/2010 e 2010/2011.

conhecimentos e dê condições para que o futuro professor de educação física possa trabalhar em diferentes locais com condições de construir novos conhecimentos com referência social.

Em cartilha da campanha "Educação Física é uma só! Formação Unificada Já!", a ExNEEF explicita pontos balizadores para a proposta da Licenciatura Ampliada.

> 1) Trabalho pedagógico como base da identidade do profissional de Educação Física. [...] 2) Compromisso social da formação na perspectiva da superação da sociedade de classes e do modo do capital organizar a vida. [...] 3) Sólida e consistente formação teórica e interdisciplinar, em que o trabalho de pesquisa seja um meio para esta formação. [...] 4) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. [...] 5) Indissociabilidade entre teoria e prática. [...] 6) Tratamento coletivo, interdisciplinar e solidário na produção do conhecimento cientifico. [...] 7) Articulação entre conhecimentos de formação ampliada, formação específica e aprofundamento temático. [...]8) Avaliação em todos os âmbitos e dimensões (estudante, professor, planos e projetos, instituição) permanentemente. [...] 9) Formação continuada. [..] 10) Respeito à autonomia institucional e gestão democrática. [...] 11) Condições objetivas adequadas de trabalho (ExNEEF, 2010, p. 14).

Esta proposição está calcada por concepções de ser humano e mundo divergentes daquelas pautadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação física que visam uma formação voltada às demandas do capital. Nesta proposta já está voltado os olhos para um ser humano que seja sujeito de sua formação e da transformação do mundo em que vive, que não sejam apenas lapidados para as demandas de mercado.

Contudo, é no ano de 2009 que a resistência a esta política se acirra. As primeiras turmas de Licenciatura estavam se formando, as de bacharelado se encaminhando para o mesmo. A privação de conhecimentos necessários para a atuação na área enquanto professores estava ficando cada vez mais evidente.

> No CEFD, a disputa de projetos de formação se dará de modo mais intenso entre os anos 2009 a 2012. É a partir da realização do XV EREEF, construído em Santa Maria com o tema "Formação em Educação física: fechado para balanço" que os estudantes do CEFD junto ao DACEFD conseguirão aprofundar a crítica aos diversos problemas existentes no currículo. Nesse mesmo ano, cerca de 80 estudantes ocuparão o Conselho de centro, reivindicando que o debate fosse feito (ROQUE, 2013, p. 10).

O EREEF[88] realizado em Santa Maria, citado anteriormente por Roque (2013) pautado em uma construção coletiva junto aos estudantes ampliou a fundamentação referente à luta pela formação unificada e possibilitou encaminhamentos às lutas estudantis.

Posteriormente ao EREEF de 2009, a partir de DACEFD (2012), houve uma ocupação de um determinado conselho de centro com aproximadamente 80 estudantes e reivindicaram

---

[88] Encontro Regional de Estudantes de Educação Física.

que houvesse uma paralização do CEFD para se discutir coletivamente com toda a comunidade acadêmica acerca da formação.

> Com o embate e mobilização estudantil, tem-se em 2009 a ocupação do Conselho de Centro por cerca de 80 estudantes, exigindo a paralisação do CEFD por 3dias afim de que a formação em educação física fosse debatida. A partir desse processo de debates e de nova mobilização, é aprovado no centro algo único em sua história: a criação de uma comissão paritária, com quatro representantes de cada segmento (docente, estudantil e técnico-administrativo) para a construção de um currículo único, baseado na Licenciatura Plena de caráter Ampliado, proposta construída e referenciada na bandeira histórica de luta do Movimento Estudantil de Educação Física, a Licenciatura Ampliada (DACEFD, 2012, s/p.)

Após a vitória estudantil, foi deliberado, e nos dias 21, 22 e 25 de maio de 2009 o "CEFD parou", mas movimentou um debate histórico com os três segmentos da comunidade acadêmica acerca da formação. Como já fiz a sistematização dos acontecimentos em estudo anterior citarei o que ocorreu em cada dia. No primeiro:

> tiveram mesas de debates com palestrantes que trouxeram contribuições e esclarecimentos no que tange a legislação, mais especificamente com relação às diretrizes curriculares para o curso de educação física, para que se deve construir um Projeto Pedagógico de Curso, e em que pilares ele deve estar fundamentado (FUCHS, 2014, p. 81).

No segundo dia:

> ocorreram debates que trataram da precarização da formação e do trabalho para o qual os cursos de Licenciatura/Bacharelado vêm contribuindo, no âmbito da formação e da atuação profissional. Ficou Explicito que a questão da divisão do currículo em licenciatura e bacharelado é a precarização do trabalho, e dessa forma, as diretrizes curriculares contribuem para a fragmentação do conhecimento que compõe a pratica pedagógica da educação física em ambientes escolares e não escolares, servindo assim, à reserva de mercado tão almejada pelo sistema CONFEF/CREF. No período da tarde, houve plenárias de cada segmento para discutir um posicionamento a respeito do que havia sido tratado nos debates, e possivelmente tirar encaminhamentos (FUCHS, 2014, p. 81).

No terceiro e último dia:

> no período da manhã houve a mesa de debates sobre os elementos da organização de um Currículo de Licenciatura Plena[89]. No período da tarde estava a última plenária deliberou com todos os segmentos a construção de um curso único de Licenciatura Plena de Caráter Ampliado que não era a junção dos cursos existentes, muito menos a volta do currículo da década de 90, e por fim, decidiram que a forma de construção desse projeto seria com uma comissão paritária (FUCHS, 2014, p. 82).

E por fim, o dia 8 de Junho de 2009 foi uma data histórica para o CEFD/UFSM. O conselho de centro realizado nesta data deliberou, ainda por pressão estudantil, a legitimação

---

[89] Proposta minimamente apresentada em partes anteriores deste trabalho.

das deliberações feitas na plenária final do dia 25 de maio de 2009 e nomeou a partir da portaria n° 100/2009, a comissão paritária para a formulação do novo currículo[90]. Ao contrário do que foi afirmado pelo Professor A de que a reunificação não foi aprovada, a ata desta reunião é a n°424 de 2009[91] que legitimou a deliberação da assembleia final da discussão dos 3 dias de paralisação e debate do centro e deliberou a:

> Constituição de uma comissão para dar andamento à **construção de um único curso**, cabendo ao conselho definir os membros que irão constituir tal comissão. Após diversas discussões, ficou estabelecido que a comissão será formada por um representante de cada departamento e coordenação, um representante técnico administrativo e quatro representantes estudantis (ATA 424 de 2009 do CONSELHO DE CENTRO DO CEFD UFSM, p. 2, grifo nosso).

Vê-se, desde o início da reorganização do movimento estudantil no CEFD que este setor procurava fazer o debate aberto com a participação do máximo de pessoas possíveis procurando tomar decisões da maneira mais democrática possível com assembleias, grupos de estudos, mesas de debates, encontros, semanas acadêmicas, dentre inúmeros espaços que sempre eram construídos com a autonomia estudantil. As afirmativas quanto a estes elementos apareceram em todas as entrevistas dos estudantes, tomada de decisões coletivas, debates, estudos, movimentar o centro. Porém,

> Tem-se a partir disso, um longo processo de construção, embates e tentativas de deturpação do encaminhamento feito pelo centro, sendo encabeçadas principalmente pela direção do CEFD. Diversas tentativas de golpe foram vivenciadas pela Comissão de Reestruturação ao longo desses quatro anos, desde convocação de reuniões gerais para destituição da Comissão, afirmativas da falta de legitimidade da mesma e, mais recentemente, a deslegitimação na prática dessa instância: desrespeitando o encaminhamento dado pela comunidade acadêmica do CEFD, a coordenação do curso junto ao departamento de Métodos e Técnicas Desportivas (DMTD) e aos técnicos administrativos se retiram do processo, se negando à construção coletiva desse novo currículo (DACEFD, 2012, s/p.).

A então gestão do DACEFD afirmou, em 2012, que vinham acontecendo inúmeras tentativas, por parte de setores de professores, para que o processo não ocorresse. E aqui fica o questionamento para tentarmos responder nesta pesquisa: Quem era este setor? O que os unificava? Como se articularam para não dar continuidade neste processo?[92]

A então direção do centro não vinha cumprindo com as deliberações e não cumpria com suas obrigações para dar continuidade no processo. A chamada pública realizada pela

---

[90] Tanto a portaria, quanto a ata da referida reunião do conselho de centro não foi encontrada.

[91] Esta ata foi adquirida na entrevista com o Estudante 6 que guardou uma cópia, caso contrário não teria conseguido este documento.

[92] Procuraremos responder a estas questões mais a frente no trabalho.

comissão de reestruturação curricular no ano de 2009 direcionada a direção do CEFD é um grande exemplo deste movimento.

> Realizado a primeira parte do trabalho, expressa em um documento, a Comissão encaminhou o mesmo a todos os professores do CEFD, como também, à Direção do CEFD, em 23/11 solicitando, à esta, a emissão de uma Convocação aos professores do CEFD, com o fim de realizar uma Reunião Geral para dar encaminhamento aos próximos momentos do processo. Desde então, várias datas foram sugeridas para a direção, como exemplos, dias 27/11, 04/12 e recentemente 16/12, sendo que em relação à última data já havia, inclusive, horário informalmente estabelecido, conforme memorando datado em 02/12 e assinado pelo Vice-diretor. Porém, para surpresa de todos que estavam acompanhando o processo e especificamente da Comissão, tivemos a notícia, de maneira informal, no dia 15/12 no período da manhã, através dos representantes do Diretório Acadêmico, que a Direção do CEFD se negava a emitir a referida Convocação (COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, portaria n°100/2009, 2009, s/p.).

E continua fazendo uma crítica à direção em relação à falta do cumprimento de sua função administrativa:

> Assim, diante do exposto, entendemos que a Direção do CEFD faltou com a sua função administrativa, quando não cumpriu com o seu papel de facilitar, articular e coordenar um processo que envolve toda a comunidade acadêmica do CEFD, ao contrário, usou de sua posição de poder para impedir o andamento do processo; Desconsiderou o trabalho elaborado pela Comissão que envolveu pesquisa, reflexão e tempo de dedicação; Faltou com respeito à Comissão, quando desconsiderou a solicitação, como também, na maneira como informou a sua posição; Se omitiu do debate sobre uma questão que está em pauta em nível nacional na área da Educação Física, ignorando a posição pedagógica de que pensar currículo e formação é pensar a própria função sócio-educativa da área (COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR, portaria n°100/2009, 2009, s/p.).

E assim, em 2012, os estudantes se retiram da comissão de reestruturação curricular. Segundo Roque (2013, p. 20) a “Comissão de reestruturação curricular e a possibilidade de construção de novo currículo, que inicialmente foram vitórias do movimento, deixaram de ser algo tático e se tornou um fim em si mesmo” E aqui começam a aparecer discursos diferentes entre os estudantes que constatei a partir das entrevistas feitas.

Quando questionamo-los sobre como que se deu o processo de retirada da comissão apareceram 3 respostas, e como não temos atas, apenas as entrevistas e minhas memórias para tentar comprovar algo, analisaremos cada uma delas, mas primeiro enumerá-las:

A primeira resposta:

> A decisão foi tomada de reuniões do diretório, de uma assembleia que teve também em que a gente verificou que não estava sendo encaminhado o trabalho que a gente tava fazendo e que a gente tava se afastando um pouco, bastante, dos estudantes (ESTUDANTE 6).

A segunda resposta:

> Foi na semana acadêmica. Claro que o diretório acadêmico já vinha amadurecendo essa posição né. Ao longo de todo 2012 a gente amadureceu ela com discussões, com grupo de estudo e na semana acadêmica foi quando a gente deu o encaminhamento em si né (ESTUDANTE 7).

A terceira resposta:

> Esse processo foi de bastante discussão interna dentro do diretório acadêmico (ESTUDANTE 5).

Para confirmar, questionamos a Estudante 5 se esta decisão tinha sido tomada internamente pelos componentes da gestão[93] e ela respondeu que sim. Contudo, após o término da entrevista a mesma me procurou para acrescentar que houve uma assembleia para referendar a decisão da gestão do DACEFD.

Se analisarmos as duas primeiras propostas, elas estão mais próximas do que as gestões anteriores do diretório faziam, com processos altamente democráticos, com inúmeras discussões prévias e debates, estudos coletivos sempre aproximando os estudantes para o debate antes de deliberar em assembleias ou plenárias finais de semanas acadêmicas. Já a última proposta caracteriza um afastamento da gestão junto aos estudantes, restringindo determinados debates apenas à gestão, e debates que sempre foram de ordem coletiva, como o processo de reestruturação curricular[94]. Logo, antes de apontarmos os motivos da saída, cabe colocarmos os relatos de dois professores que participaram ativamente da comissão sobre este fato.

> [...] a saída dos estudantes pra mim foi, foi um golpe, duríssimo. Golpe em um sentindo assim, um golpe que machucou. Porque eu fiz uma aposta, banquei, não questionei isso em nenhum momento porque já tava posto. Como eu te digo, pra muitos docentes eu sei que isso é uma questão difícil de aceitar, não é muito palatável essa coisa de "eu vou sentar em uma mesa onde é pau a pau (PROFESSORA B).

Neste caso, quando a Professora B sita "sentar em uma mesa pau a pau", a mesma está se referindo à paridade em órgãos deliberativos ou comissões.

> Pessoas saíram da comissão de tal modo que em um longo período os estudantes eram majoritários nas reuniões. Em muitas reuniões sentou meu colega e eu, com

---

[93] Neste período eu já havia saído do diretório acadêmico, saí no início de 2012 e por isso não acompanhei esse debate internamente.

[94] Apesar de não participar mais do diretório acadêmico, eu ainda era acadêmico do CEFDUFSM no ano de 2012. E neste caso, não lembro de uma assembleia que tenha sido convocada para tratar desse assunto e deliberar sobre a saída da comissão.

> um número maior de estudantes e nós. Ou seja, se nós puséssemos alguma coisa que os estudantes não quisessem não passava. Então de paritário, o grupo dos estudantes passou a ser majoritário, e inquestionável, não tinha como dizer "olha, não pode ser", era. Essas pessoas saíram da comissão, e não tinha o que questionar. E aceitamos, eu lembro de situação da gente tentar propor uma mudança no documento e não foi aceito e morreu o assunto. Quatro contra dois, ou três contra dois né. E a gente não abandonou, a gente permaneceu (PROFESSORA B).

Nesta parte, a professora se refere aos professores que se retiraram ou não participavam da comissão que mais a frente vamos relatar, pois era uma tentativa de boicote por parte de alguns professores para deslegitimar a comissão.

> E eu ainda nessa tentativa de demover outros colegas dizendo "não, o diálogo está sendo respeitoso", eu lembro de usar esse tipo de argumento "não, a gente tá tendo um diálogo respeitoso com os estudantes". De fato estava sendo. Então o abandono, a saída dos estudantes, assim, chegaram uma manhã e disseram "estamos saindo". [...] Tive que aceitar, na verdade tivemos que aceitar, as pessoas podem, tanto que fizeram. Mas eu discordo até hoje, inclusive dos argumentos que foram colocados. E isso, hoje, se um novo processo de eu sentar e discutir paridade dos estudantes eu vou ter essa marca, eu vou ter essa marca. Eu vou ter essa lembrança, de uma conquista que foi, largada pelo caminho (PROFESSORA B).

Aqui se vê uma desilusão quanto à pauta histórica da paridade nos conselhos deliberativos e executivos nas instituições de ensino.

> Segundo ponto, eu não aceito que essa decisão tenha sido tomada sem uma assembleia com o coletivo de estudantes do CEFD. Essa foi uma questão que eu acho que, não foi bacana, não foi correta. Então assim, estudantes que trouxeram contribuições legais, que tem estofo, colegas que hoje já estão com mestrado concluído e que são bons professores. Mas foi uma decisão equivocada no meu ponto de vista. E que eu acho que deixa marcas (PROFESSORA B).

Ou seja, aqui há um apontamento da inexistência de um processo de decisão coletiva entre os estudantes do CEFD referente à permanência ou não na comissão. Podemos ver em outro relato de um professor atuante na comissão o descontentamento e o desconhecimento de como se deu o processo de decisão de saída dos estudantes.

> Vou falar um pouco como professor, nem tanto como membro. Mas nós fomos depois, lá, pelos colegas, nós fomos motivos de piadas, dentro desse processo, claro que isso também não mudaria muito, porque a gente sabe o que que as pessoas pensam sobre o processo. Mas assim, a gente ficou bastante chateado pessoalmente porque a gente teve uma dedicação, eu e os outros professores envolvidos. Então assim, nós, esse grupo ficou bastante chateado por isso, porque a gente apostou bastante. E claro, isso não mudou nada nosso conceito em relação à própria discussão curricular, a gente levou até o final dentro das possibilidades. Mas nós ficamos bastante, entendemos assim que foi um tiro no pé que nós demos ali [...] (PROFESSOR C).

Neste ponto, o tiro no pé refere-se, novamente, a desilusão referente à paridade. Neste processo os professores que compuseram ativamente a comissão tiveram também que tomar

partido de algumas coisas e bater de frente com outros professores para conseguir levar o processo adiante, e por isso à desilusão, o descontentamento pela aposta feita não ter se concretizado. E o professor continua:

> [...] porque o processo que era pra chegar com a densidade que ele teve, com a densidade que foi o documento, com a dedicação que foi feita pra esse processo, no finalzinho ele acabar nesse formato, eu acho que nós tivemos aí uma perda muito grande de força pra que isso fosse até o final (PROFESSOR C).

A perda de força pela saída dos estudantes dá-se pelo fato de serem o eixo condutor da luta pela reunificação, da vida no CEFD, da concretização dessa comissão e andamento da mesma. E o professor continua falando sobre os questionamentos jogados à comissão apontando que isso potencializou o processo de deslegitimar a comissão por parte de alguns professores:

> Então, provavelmente a questão, ou foi a questão que nos jogaram: "mas se os estudantes não foram até o final, porque que vocês foram?" Aí nós falamos, não é questão dos estudantes, foi uma decisão que a gente tirou aqui então tu tem que retomar toda a discussão pra poder argumentar. Mas aí vem isso aí, se os estudantes não foram até o final é sinal que o processo também não andou bem, então a desconfiança também passou a ser do que tava acontecendo internamente na comissão, e internamente não aconteceu nada de mais, eu acho, pelo menos na nossa, no nosso entendimento. A gente tava ali, sempre encaminhando as decisões no coletivo, sempre tentando fazer com que as ações ali que nós estávamos propondo acontecessem dentro de decisões coletivas. Então nós não víamos assim, no processo esse enfraquecimento, mas nós vimos, mas foi essa a mensagem que eu acho que ficou, e claro, a gente acabou bastante, sentindo bastante pessoalmente, porque a gente criou laços com esses estudantes, a gente acaba formando e a gente ficou naquele sentimento assim de uma traição , de um sentimento de chegar no final de tudo, com todo o documento pronto e não ter ali os principais atores desse processo que foram os estudantes né, foram aqueles que realmente seguraram, enfrentaram, foram, por exemplo, se dependesse só do grupo de professores nós não teríamos força. Nós fomos ali meia dúzia de professores que talvez pudéssemos levar adiante, e os estudantes eu acho que foram bastante importantes no processo. Então faltou chegar até o final com o grupo que foi o eixo de todo esse processo (PROFESSOR C).

Quando interrogamos o professor sobre como se deu o processo de decisão de saída dos estudantes ele respondeu da seguinte forma:

> Olha, eu não sei como se deu a decisão. O que a gente sabe é que foi uma decisão que veio de cima, isso aí eu nunca fui atrás, nunca perguntei pra nenhum membro dos estudantes. Mas o que nos informaram foi que teve uma decisão externa que implicou nessa decisão do grupo do diretório do CEFD. Claro que provavelmente eles devem ter também feito alguma assembleia, alguma coisa assim, mas até no próprio documento dá esse caráter de que eles tiveram uma consulta aos estudantes de outras instituições, de outras representações, pelo que eu entendi eles tiveram sim uma, não sei se foi decisivo, mas influenciou. Provavelmente tenha influenciado a decisão deles, uma decisão maior que deu aí a origem a essa saída deles, mas provavelmente foi por uma conversa deles mesmo, por uma decisão deles, não sei exatamente (PROFESSOR C).

Uma influência externa. Nas entrevistas dos estudantes nenhum dado levantado expôs, por parte deste segmento, alguma influência externa, exceto que participavam ativamente dos espaços da ExNEEF inclusive compondo coordenações nesta executiva. Agora, se estas relações externas influenciaram de fato a decisão, se a assembleia existiu ou não, se foi na semana acadêmica de fato, ou se foi apenas uma decisão interna do diretório acadêmico não podemos afirmar, o que podemos afiançar é que os estudantes entrevistados que compuseram o diretório nas mesmas gestões tiveram discursos difusos quando questionados como se deu o processo de decisão para se retirar da comissão. Porém, o que se manifestou, foi o afastamento das gestões do DACEFD da base estudantil, o que pode-se ver em citação da entrevista do estudante 6 anteriormente.

Este afastamento das então gestões do diretório acadêmico com a base estudantil faz parte de todo um processo que apenas com as entrevistas feitas e os documentos adquiridos, não conseguimos elevar todos os fatores que levaram a isto. Por isso, há esta limitação que nos restringiremos à análise a partir de um processo que os estudantes intitulam como "institucionalização da pauta de reunificação", onde a mesma ficava nela em si, e não extrapolava os seus limites. Porém, não é só de uma determinação que podemos elevar as causas desse afastamento, contudo, apenas conseguimos elevar este ponto nas entrevistas e documentos.

> A partir da avaliação de todo o processo, um balanço de como tinha sido, um balanço do esvaziamento dos próprios professores, e também de uma reflexão de ordem mais geral do que simbolizava a construção de um currículo que ficava às claras que sempre que íamos para um debate mais amplo, principalmente ao seguimento docente, que seria um currículo impossível de se aplicar de se implementar (ESTUDANTE 5).

Aqui a estudante relata o que realmente ocorreu no processo de construção do currículo de licenciatura plena de caráter ampliado. Primeiro que houve um esvaziamento de um setor dos professores que viemos caracterizando como os do bloco do departamento de métodos e técnicas e poucos do departamento de desportos individuais e alguns do de desportos coletivos, de forma proposital para deslegitimar a comissão e não dar andamento aos trabalhos. E nas reuniões sempre tentavam dar golpes institucionais para a volta da decisão coletiva de reunificação.

> Nós trabalhávamos com a leitura dos departamentos. Departamento de métodos e técnicas, departamento desportos coletivos e o de desportos individuais. Os individuais a gente conseguia muito mais um diálogo com eles por terem uma perspectiva mais progressista. O DDC e DMTD muito mais movido por interesses individualistas, o DMTD não sei há quantos anos na direção do centro, e o DDC sempre querendo atingir a esse patamar. Só que a gente vê que não é bem assim, não

> é apenas nos departamentos, os professores tem articulação para além dessa estrutura burocrática forjada. Tanto é que hoje a direção do centro é formada por um professor do DDC e uma professora do DDI né. Então expressa que as intensões deles são pra além desses departamentos né (ESTUDANTE 7).

Logo, o que vem de decorrência em todos os processos, são os interesses individuas de setores docentes sempre estarem a cima dos interesses coletivos do centro e das demandas sociais concretas que a instituição deveria dar conta. Mas continuando o relato da Estudante 5:

> Esse balanço se deu principalmente pelo processo de institucionalização da pauta, até mesmo esse processo de decidir a saída eu acho que era a maneira que tinha que ter sido, ela demonstrava de como a pauta estava adentrando na institucionalidade e de como ela tava ficando nela mesma, [...] Então essa institucionalização trouxe algumas perdas para a simbologia do que é a luta pela reestruturação curricular, pela simbologia do que é a verdadeira intencionalidade de discussão da formação que é refletir sobre o papel ativo do estudante no seu processo de formação. Ela distanciou o estudante na verdade do que é a sua formação e levou os estudantes apenas a referendar um currículo de que muitos dos estudantes que tinham participado dos processos de discussão, de reflexão, de crítica a atual formação na época eles já vinham se formando, já tinham se formado. Essa saída foi muito pautada por esse balanço, tanto de um balanço feito da resposta que os professores estavam dando pra reestruturação curricular, a hostilização desse processo de reestruturação, e que expressava de fundo o que é a universidade, a ausência de democracia dentro da universidade, quem pauta os currículos dentro da universidade, quanto a essa institucionalização que a gente chama né. Esse distanciamento do debate às lutas reais (ESTUDANTE 5).

Neste ponto, os estudantes apontam que houve uma institucionalização da pauta. E claro que por se tratar de um processo que deveria adentrar nos patamares institucionais da universidade para ser aprovado, é um elemento que foi considerado desde o início. Logo, fazendo um recorte apenas do setor estudantil, esta institucionalização, combinada ao afastamento do movimento estudantil de sua base já são dois elementos que elevamos para a análise que possam ter contribuído para o não andamento do processo.

A partir das entrevistas dos estudantes, podemos elevar que após esse afastamento das gestões que compunham o diretório da base no decorrer dos anos, houve um conflito de interesses e enfrentamentos entre o bloco dos professores que eram contrários a unificação com estas gestões do DACEFD, de acordo com as entrevistas, com interesse de deslegitimar o movimento estudantil. Assim, diante desse movimento, este setor de estudantes que vinha compondo durante alguns anos as gestões do DACEFD perde as eleições em 2012, segundo o estudante 5, iniciando um processo de despolitização do CEFD e enfraquecimento da luta pela reunificação, contribuindo assim como mais um dos fatores que estagnaram o andamento da aprovação do projeto.

> Depois que a gente perdeu o diretório acadêmico, a gente perdeu o diretório acadêmico, tem um diretório acadêmico hoje muito mais pra fazer festa, pra fazer

> evento esportivo, mas sem discutir os problemas que estão colocados pra estudantada parece que o CEFD perdeu de qualidade. E isso eu acho que contribui também para o que tá acontecendo Com os professores, um movimento estudantil ativo também coloca que os professores tenham que discutir essas questões. Eu acho que o que está acontecendo na Fernão Dias lá em São Paulo é muito isso né, a galera ocupou 56 dias a escola e os professores voltaram a dar aula agora pra recuperar e a própria dinâmica da escola ela tá mudada, os professores apreenderam com a luta também. Eu acho que a gente vivenciou isso um pouco no CEFD também. Depois que o diretório deu essa recuada, a gente saiu de dentro dele, o CEFD deu uma baixada. Não que nós fomos assim iluminados e conseguimos fazer a parada se colocar, mas eu acho que foi um processo, que foi um momento histórico também, que a universidade tinha mais verba, tinha uma abertura maior. A gente tá agora sofrendo cada vez mais corte de verba né e isso vai acarretar fechamento, endurecimento maior dessas instituições né (ESTUDANTE 7).

Outro fator que contribuiu para o não andamento da proposta foi a estrutura da Universidade. Por ser uma instituição social, onde a mesma produz e reproduz a sociedade vigente, e podemos observar semelhanças com outras instituições, há a manifestação da luta de classes. O processo de luta pela reunificação demonstra isso quando coloca dois projetos de formação calcados por interesses de classes antagônicos, projetos de sociedade avessos e compreensões de ser humano contrários.

> [...] tem professor ali que se o projeto for implementado não vai ter aula pra dar, tem professor que dá a mesma aula há 20 anos e segue dando a mesma aula só, o resto do tempo dele ele gira pros departamentos de pesquisa, não é um nem dois, são vários. Tem um descaso com a formação de nível superior. E isso é fruto da política educacional que tá implementada. A gente tem um mestrado hoje aí, tá pra ser implementado outro mestrado no CEFD agora e a gente sabe que os professores cada vez mais vão tá se girando pra pós-graduação né. Não é um caso específico do CEFD, é um caso específico de toda a universidade. O professor acaba se sobrecarregando, falta professores, a carga horária de trabalho é cada vez maior, e aí eles tem que se girar pra onde eles sabem que é mais cobrado deles, cobrados a atingir um estafe cada vez maior. Então acaba que a graduação ela acaba sendo deixada de lado. [...] Isso ocorreu na greve em 2012, teve vários professores que fizeram greve mas ficaram em seus laboratórios fechando artigo né (ESTUDANTE 7).

Ou seja, a estrutura institucional administrativa da universidade facilita a implementação de políticas públicas educacionais de interesse do Estado e dos governos que ali se instalam. E nesta especificidade possibilita com que os interesses hegemônicos se mantenham na universidade e aqueles professores que estão adequados a esta hegemonia tem seus interesses atendidos com maior facilidade do que aqueles que se voltam para uma transformação. Isso foi visto em todas as entrevistas dos professores, e vou citar uma delas que traça um pouco esta lógica:

> Bom, a luta foi incansável né, foi ardida né pra esse movimento. Que eu reconheço que foi pensada, idealizada, planejada pelos estudantes através do diretório acadêmico aqui na época. Mas o alcance na questão da concretização é uma outra luta, porque aí vai pra uma outra instância onde a questão dos pares não é igualitária.

> Vai pra uma instância onde politicamente você manipula, você pode ter no conselho pessoas da sua tribo. Você negocia, você troca. Isso ocorre? Ocorre. Aquele movimento que houve, e que foi aprovado em todos os espaços, em todas as instâncias, a unificação, até hoje não deu em nada, ou pouca coisa (PROFESSOR I).

E o Professor continua sua colocação:

> Isso não ocorreu não por forças ocultas, estrategicamente, politicamente, pessoas que não queriam, que não aprovam, que foram vencidos democraticamente nas assembleias unificadas, como estão no poder travaram, deixaram pra depois, ficou na gaveta. Foi isto. A questão só não avançou, a questão é política administrativa (PROFESSOR I).

Após essa resposta, questionamos qual o motivo desse político administrativo ter prevalecido:

> Primeiro porque eles participam dos espaços de decisão, e segundo porque eles não concordavam com a ideia da unificação. Por que que eles não concordam? Porque vai dar ênfase na parte educacional, e essa parte está toda fundamentada nas questões das ciências sociais, não que negue o biológico, mas o biológico não é a menina dos olhos, não é a que mais vai brilhar. Como que é feito o currículo aqui? Árvore de natal, a minha luzinha tem que brilhar mais do que a outra. Eu não quero só ter uma luzinha azul, vermelha ou amarela, eu quero ter várias nessa árvore de natal aí, eu quero ter mais do que as outras. Então, se dá por causa disso, pela redução ou o porque de sua área não ter mais status (PROFESSOR I).

Então ele continua elencando as disciplinas que possuem mais status:

> Qual é a disciplina que tem status hoje? A fisiologia, treinamento, nutrição, saúde, disciplinas que discutam treinamento funcional. Essas são as disciplinas que tem charme, status. Aquelas disciplinas que são mais teóricas, mais técnicas não são mais a menina dos olhos. Eu te dou um exemplo, esporte, de 50 alunos, 3 ou 4 tem interesse e uma motivação, o resto tá ali porque é obrigatório, se deixar de ser obrigatório não faz. Agora, quais são as importantes pra eles? É pra onde ele tá querendo ir (PROFESSOR I).

E a mesma coisa foi apontada, de forma diferente, pela Professora E, que situa-se nesse setor da área mais biológica:

> Não sei porque nunca entrou, não sei se tem pessoas resistentes, talvez pessoas que tenham algum tipo de poder, não sei, porque aqui no centro tem pessoas que tem poder que a gente não sabe muito bem da onde assim, mas, talvez, talvez seja por isso, mas eu não sei bem te dizer porque (PROFESSORA E).

No centro há pessoas que tem poderes que não se sabe de onde vem, esta foi uma das afirmações, como parece um tanto vago, questionamos se ela observava conflito de interesses no CEFD e eis a resposta:

> Com certeza! Sempre tem. [...] Nós temos problemas seríssimos de professores aqui dentro que não respeitam a universidade até mesmo, acham que as coisas são suas e

> não do centro por exemplo, enfim, esses tipos de coisas assim. Então na verdade se essas pessoas tem algum interesse elas fazem o que precisarem fazer pra não acontecer (PROFESSORA E).

Aqui é importante salientarmos a última frase, e realmente vivenciei isso no centro. As pessoas fazem o que for preciso fazer para atender seus interesses, concepções, conceitos, e nesse processo de 2009 que foi mais acirrado do que os outros ficou mais evidente quando os professores claramente se articulavam e tentavam travar o processo, ou seja, construíram um golpe que agiu cansando os estudantes, desarticulando a luta estudantil, trabalhando nos órgãos institucionais para não passar o projeto resultante do processo mais democrático que o CEFD passou em sua história. Assim, a Professora continua colocando sobre os interesses se prevalecerem a cima das decisões:

> [...] no momento que for decidido isso, cada um tem suas ideias mas no momento que foi decidido no centro eu acho que é uma ideia do centro, e eu participo do centro. Então eu não consigo entender as pessoas assim, a mesma coisa essas histórias assim, isso aqui tá lá no projeto, e porquê que não tá sendo seguido? A! Porque a gente quer uma disciplina que sirva pra tal professor. [...] não é o professor que tem que ser servidor, quem tem que ser servido é o aluno, o aluno que tem que receber essas informações, não é o professor que tem que decidir o que ele quer. Então esses tipos de coisas são os interesses pessoais, e tem muito aqui no centro. Então é uma luta (PROFESSORA E).

Com isso, observamos que, não só o processo da licenciatura de 2005, e de bacharelado 2006, o processo de construção do projeto de licenciatura de caráter ampliado também sofreu em decorrência dos interesses individuais dos professores e pela estrutura burocrática da universidade, a qual auxiliou os interesses hegemônicos se manterem.

A questão legal foi outra que apareceu muito nos debates. E mesmo com palestras de inúmeras pessoas, como por exemplo, o professor Claudio Dutra professor do centro de educação da UFSM que estuda políticas públicas educacionais, e a presença de Paulo Barone do Conselho Nacional de Educação[95] reafirmando a leitura legal que elevamos anteriormente, professores insistem em reafirmar a leitura equívoca de que não é possível reunificar os currículos e que este processo não foi aprovado, como vemos neste trecho de entrevista:

> [...] primeiro que não tem como fazer, legalmente não tem como fazer [...]no meu departamento foi recusada a unificação. Numa reunião geral aqui no, aqui no miniauditório com professores, alunos e funcionários foi recusada, a unificação. [...] Foi recusada por todos (PROFESSOR A).

---

[95] Durante a luta dos estudantes pela unificação, e mesmo após a aprovação e com a comissão estruturada, inúmeros debates foram travados no centro trazendo pessoas de fora para vários pontos de discussão. E na questão legal também vieram para esclarecerem dúvidas quanto a isso. E esses dois professores citados foram marcantes, pois foram especialistas sobre a questão legal e um representando um órgão executivo do Estado do setor educacional.

Esta reunião[96] exemplifica um pouco o que foi essa utilização dos espaços institucionais para retardar o processo de construção da reunificação. Nesta, os estudantes do diretório foram convidados a participar e um setor dos professores tentou voltar na deliberação feita em assembleia geral do centro com voto universal dos três segmentos naqueles três dias de paralisação. Contudo, não foi votado por todos a recusa da unificação, pois os estudantes argumentaram e colocaram que para voltar isso, deveria ser feito um outro processo parecido com o que foi feito, caso o contrário, seria um golpe feito pelas estruturas burocráticas do Centro. Mas continuando o discurso do professor:

> Tu que sabe que não vai passar, não vai passar porque não tem como fazer se não mudar as diretrizes. Eu te dei minha opinião eu acho que a educação física nunca mais vai ser a mesma, sou a favor desta divisão, mas eu não tô dizendo assim que se aparecer uma diretriz que vai juntar de novo seja alguma coisa e que possa ser construído, o que que eu vou fazer. Então essa de 2009 tá fora da lei (PROFESSOR A).

Aqui fica evidente que sua leitura legal, baseia-se por sua concepção de formação e de educação física quando o mesmo coloca em sua entrevista que não tem como unificar coisas que são diferentes, que a educação física não é mais o que era, e, portanto, suas características necessitam uma fragmentação na formação inicial. E também permeado por sua posição contrária a uma reunificação exemplifica de onde vem essa leitura legal equivocada.

Além disso, a comissão paritária, que foi uma das experiências mais democráticas do CEFD/UFSM também foi atacada com uma política de governo que criou os núcleos docentes estruturantes, que, segundo Roque (2013) prevê comissões formadas apenas por professores para reestruturar os currículos dos cursos de graduação. Assim retrocede a proposta antidemocrática da ditadura militar Brasileira que regulamentava os conselhos e comissão com a proporção de 70% de vagas para professores e 15% para técnico administrativos em educação e 15% para estudantes. Conseguiu ser mais antidemocrático que a própria Ditadura neste sentido. E assim o CEFD encontra-se em um patamar onde os dois currículos (Licenciatura e Bacharelado) ainda estão em voga, abriu-se novo curso de graduação (Dança Licenciatura), e ampliou-se a pós-graduação, com dois cursos de mestrado e dois de especialização. E adentra em um marasmo de debates políticos e da formação, e uma grande desorganização, vide a tentativa de conseguir documentos para esta pesquisa.

Contudo, a comissão terminou com dois professores que procuraram fazer o possível que a deliberação fosse levada à frente. Hoje o projeto está pronto, segundo o Professor C foi

---

[96] Não foi encontrada a ata dessa reunião, assim como da maioria dos processos que este trabalho registrou.

mandado aos departamentos, mas não houve retorno de alguns, travou na estrutura institucional do CEFD. Porém, ele está pronto e estruturado, faltando essas últimas contribuições dos departamentos e ser encaminhado para os conselhos superiores de centro e depois para os da universidade para apreciação e aprovação. Mas vimos que está parado e que não há expectativas para andar. Inclusive, o atual diretor colocou que estão pensando em fazer uma nova reestruturação mas de outra forma, ou seja, negando completamente um processo que foi referência nacional para a educação física, onde o CEFD mais uma vez foi ponta de lança na história como negando também um processo democrático legítimo. O centro não só negou e nega esta referência como entrou em um estado de consentimento com o que está posto.

Para Couto e Souza (2014),

> no âmbito epistemológico, vemos um grande avanço neste novo curso, pois ele traz coerência ao seguir uma linha teórica, expressada na forma de conceitos fundamentais do Materialismo Histórico Dialético. Embasada numa análise da sociedade atual, a proposta de LA apresenta uma concepção de mundo situada na luta de classes, entende o homem como ser histórico e, neste quadro, defende a Educação Física enquanto sendo prática pedagógica que tem como objeto de estudo a cultura corporal. Além da sua coerência interna, o avanço desta proposta se efetiva também no posicionamento, em que há a defesa de um projeto histórico para os trabalhadores, vindo a criticar a fundamentação teórica que embasa o curso de Licenciatura vigente, mostrando o que significa, no âmbito social, uma formação pautada na pedagogia das competências (p. 191).

Ou seja, esta proposta, diferente das anteriores possui coerência epistemológica, base teórica sólida e uma defesa clara de transformação das relações do modo de produzir e reproduzir a vida. As autoras continuam:

> A proposta também deixa claro quais objetivos tem para com a formação, tanto na especificidade da área quanto na formação humana. Inseridos nisso, propõe-se a desenvolver como método o sistema de complexos temáticos, fundamentados em Pistrak, que procura desenvolver o conhecimento de forma a articular teoria e prática, em que a aproximação ao conhecimento se realiza através dos conhecimentos ampliados, dos identificadores da área, e de aprofundamento, tendo, como centro articulador, o trabalho como princípio educativo. Este curso, embasado na proposta formulada pela Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL) e na Minuta do Movimento Estudantil de Educação Física, se nutre das especificidades do CEFD-UFSM e região, propondo uma formação para a compreensão e intervenção na realidade concreta (p. 191-192).

A estruturação desta proposta prevê uma articulação entre teoria e prática desde o primeiro semestre, fugindo da idealização que os currículos atuais possuem hoje quando nos primeiros semestres só pensamos a escola ideal, a academia ideal, o clube ideal, e nos últimos semestres os alunos são lançados para seus estágios para apenas terem uma breve vivência na realidade da área para posteriormente se formarem e serem lançados ao mercado.

Também observamos que a questão dos eixos temáticos reflete uma tentativa concreta de articular os conteúdos trabalhados para haver uma compreensão da totalidade da área, contudo Couto e Souza (2014) também demonstram uma preocupação com toda essa conjuntura que apontamos onde o individual supera os interesses coletivos do centro de como colocar em prática esse projeto.

A mais, cabe pontuar outra diferença que este projeto teve, e lembro de participar disso quando compus a comissão. Para formular este currículo o primeiro passo foi levantar a realidade na qual o CEFD/UFSM está situado para vermos quais eram as demandas concretas para a formação de professores em educação física. E chegaram a seguinte formulação:

> Santa Maria está localizada na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, que segundo a divisão do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDEs abrange dezenove (19) municípios (Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jarí, Julio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, São João do Polêsine, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretâ). O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul evidencia o caráter rural do estado. Tradicionalmente o Rio Grande do Sul destaca-se pelo investimento no setor agropecuário, sendo que dentre as propriedades rurais existentes no estado, 85,71% possuem menos de 50 hectares de terra, ou seja, há predominância de médias e pequenas propriedades distribuídas em diferentes regiões. Cabe destacar que dos 496 municípios que compõem as 28 regiões do Rio Grande do Sul, 333 possuem menos de 10 mil habitantes. A Região Central é exemplar nesta característica rural, pois dos 19 municípios que a compõe apenas São Pedro do Sul (16.859 hab.), Agudo (17.020 hab.), Júlio de Castilhos (19.978 hab.), Tupanciretã (22.904 hab.) e Santa Maria (266.209 hab.) possuem mais de 10.000 habitantes, o que aponta para a necessidade do egresso apropriar-se de Competências globais humanas e habilidades articuladas com as características rurais da região (PROPOSTA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA CEFD/UFSM, 2013, p. 2).

Este movimento foi interessante, pois identificou que os ingressos no curso vinham principalmente dessa região de interior, onde em sua grande maioria de atuação seria a realidade escolar. E os atuais currículos não davam conta dessa realidade em específico, um grande exemplo é ter um curso só para a área não escolar quando a realidade exige muito mais do que isso, sem falar que nos dois currículos em voga não existe nenhuma disciplina que tematiza educação física e a realidade rural. E aqui já se torna um currículo diferenciado que se preocupou com a função social da instituição pública que é a UFSM, diferente dos currículos em curso.

Após essa análise fizeram um diagnóstico dos atuais projetos políticos pedagógicos e identificaram 26 disciplinas em comum onde 50% destes projetos eram equivalentes, sem

considerar DCG's[97] e estágios. Demonstrando que a tentativa de criar uma diferenciação onde não existe não consegue fugir da prática.

E assim apontaremos nas considerações finais as impressões dos motivos de não terem sido colocado em prática esse projeto e como resumir, tentando organizar como se deu esses processos e por fim, minimamente expor o panorama atual do CEFD.

[97] Disciplinas complementares de Graduação.

7 O CONCRETO PENSADO[98]

Iniciando então nossas considerações finais, em todos os processos, há algo que vem se aprofundando no CEFD. Algumas decisões feitas nos espaços deliberativos e as instâncias do centro não vem sendo efetivadas no decorrer dos anos, bem como documentos perdidos, podemos colocar como exemplos os documentos e decisões relacionadas à reunificação dos cursos. Com isso, elencamos esses pontos como alguns fatores responsáveis para a unificação não ter se efetivado. Vamos trazer trecho de entrevista de uma professora e de um estudante para exemplificar isso:

> E na verdade já vem um tempo assim, mas tá bem pior a coisa, porque digamos assim, pelo fato do nosso centro ser um centro pequeno que todo mundo se conhece, que poderia ser uma grande vantagem na verdade, acaba sendo um problema porque as pessoas acabam fazendo assim: "depois eu vou lá e faço, depois eu vou lá e guardo, depois eu vou lá". E a coisa vai andando e os documentos vão se perdendo e as coisas são feitas [...] Não tem ata, não tem nada. Então assim, isso não pode acontecer. São coisas sérias que tem que ter ata, tem que ter um acompanhamento, tem que ter uma comissão que tenha uma portaria porque se alguma coisa acontecer quem se responsabiliza por isso? [...] Como eu te disse, isso aconteceu já faz tempinho até, então não é uma coisa de agora, não posso dizer que é só agora. Mas a coisa tá muito pior agora (PROFESSORA E).

E quando questionamo-la se as decisões vão se dando com relação de balcão[99] a resposta foi a seguinte:

> De balcão, exatamente. Muito assim, mas poderia ir além, muitas coisas com dinheiro, com projeto é de balcão, e depois, como que a gente sabe pra onde foi? (PROFESSORA E).

E vemos o quão sério isso é, pois documentos públicos devem estar de fácil acesso e a disposição de todo cidadão que queira acessá-los. E em questão financeira é preocupante, pois com essas relações, as pesquisas, a produção do conhecimento, os projetos de extensão, dentre outras questões serão beneficiadas por aqueles que tem proximidade com a direção e acaba direcionando o centro apenas para interesses de alguns. No relato do estudante vemos um pouco desse relato também:

> Eu estou meio afastado de lá. Mas os diálogos que a gente tem com a galera é que os problemas se aprofundaram. A formação tá cada vez mais precarizada, faltam

---

[98] Aqui, titulamos as considerações final para dar referência ao método do materialismo histórico e dialético. Iniciamos nossa análise falando sobre o concreto, o ponto de partida, fizemos um longo processo de abstração e voltamos ao concreto, porém agora com um síntese das ideias criadas ao longo dessas análises para elevar mais questionamentos para o seguimento da construção do conhecimento. A dialética é constante.

[99] Este termo refere-se às relações de troca de favores ou deliberações que se dão de maneira informal, ou que não passem por órgãos deliberativos muitas vezes apenas contando com *ad referendum* do diretor etc.

> professores, falta sala de aula, falta estrutura pra realizar as práticas curriculares. Não tem acompanhamento de estágio, as verbas que vem estão sendo destinadas muito pros interesses individuais, ou seja, nós temos um laboratório ali de treinamento em altitude que as maiorias das verbas vem pra cá, até o ministério do esporte veio aqui inaugurar o espaço, só que não se ligou de ir lá ver como é que estava a quadra por exemplo, toda furada, com piso caindo, com teto caindo e isso é um problema que já tá desde o tempo que o cara estava se formando. Então tá se aprofundando, os problemas estão se aprofundando cada vez mais na real (ESTUDANTE 7).

Logo, esta relação de troca de favores, desrespeito com as instâncias do centro é um dos fatores que concluímos que contribuíram para implementar o curso de bacharelado, o curso de licenciatura de 2005 e por não terem colocado em prática a reunificação e o projeto de licenciatura de caráter ampliado.

Outra questão que devemos pontuar é sobre a participação da comunidade acadêmica nos processos. Primeiro iniciamos sobre os processos da licenciatura e bacharelado fragmentados. Neste caso podemos pontuar que foi um debate que iniciou nos espaços institucionais do centro, que compostos por sua maioria por professores, restringiu-se muito mais a estes setores. Quando formada a comissão para reestruturar a licenciatura restringiu-se a comissão que contou com uma cadeira estudantil por pouco tempo e os técnico administrativos ocupavam papel de secretariado.

Já na do bacharelado houve duas versões da história nos depoimentos dos professores. Contudo, com essa realidade do CEFD elevamos a seguinte hipótese: Apesar de alguns professores terem sido convidados para participarem da construção de um currículo para a licenciatura apenas para melhorar o que já havia sem saber da futura fragmentação, a criação do bacharelado foi uma forma de criar um consenso entre os setores que compunham o CEFD na época onde os das áreas mais pedagógicas e sociais ficariam contentes com o currículo de licenciatura, e os da parte mais técnico instrumental, biológica, da saúde se contentariam com o bacharelado ao mesmo tempo atendendo os interesses do CREF que estava representado na figura da coordenadora de curso da época. Cada um ficaria em seus mundos isolados e as coisas continuariam como estavam.

Levantamos essa hipótese, pois na entrevista do Professor I ele já elencou que enquanto formulavam o currículo de licenciatura atual, já havia um setor que articulava-se para criar o bacharelado e elevamos um questionamento: Qual o motivo de criar um curso de graduação com características de uma especialização precoce em educação física escolar sem visar um bacharelado no futuro? Ainda mais com questões muito parecidas no que tange a questão legal nos PPP’S. Mas o que pode-se concluir é que o processo de licenciatura foi pensado, articulado, aprovado e só depois foi iniciado a construção do bacharelado.

Relacionando à luta de classes, lembro que esta se expressa ora aberta, ora fechada, e nesses processos que culminaram em 2005 e 2006 vimos interesses antagônicos mas que não ficavam aparentes e foram resolvidos no campo institucional com a construção de consensos e apaziguamentos pelo setor dos professores, sem resistência estudantil. Ou seja, expressou-se um processo onde a luta de classes expressou-se de forma fechada.

Quanto a questão legal, podemos apontar que as leituras dos professores, estudantes e funcionários estavam ligadas às seus projetos defendidos no processo de formação e sociedade. Também é importante colocar que dos 9 professores, apenas 4 souberam responder de fato a sua leitura das leis e diretrizes. Desses 4, 1 apresentou uma leitura equivocada. Isto demonstra o baixo domínio no campo do conhecimento das políticas públicas educacionais pelo campo dos professores do centro, o que facilitou a implementação de uma leitura equivocada nos processos da licenciatura e bacharelado atuais. Já os estudantes, todos demonstraram domínio quanto ao conhecimento das políticas públicas educacionais e leis.

O processo que culminou na comissão paritária para a construção da licenciatura de caráter ampliado se demonstrou diferente. Houve muitos embates, as contradições estavam mais aparentes, o interesses antagônicos de classe ficaram mais expressivos. E referente a participação, principalmente pelo segmento estudantil tomando iniciativa, houve grandes debates com toda a comunidade do CEFD, grupos de estudos, a comissão procurava sempre todos os segmentos para elevar essa discussão e construção. A decisão pela reunificação e comissão paritária se deu em uma plenária com todos os segmentos onde houve voto universal[100] após discussões intensas de três dias, respeitando os espaços específicos de cada segmento. Ou seja, demonstrou ser um processo muito mais democrático do que os anteriores. As decisões, encaminhamentos e ações, principalmente pelo setor estudantil davam-se de **forma coletiva**.

Porém, quando se trata de instituição, devemos nos lembrar que estas hegemonicamente atende interesses de classes dominantes, e neste caso, as políticas públicas atuais estava na pauta do dia para estes setores. Logo, podemos caracterizar no segmento dos professores dois grupos nesse processo. Um, minoritário, que procura elevar novas teorias, experiências, que defendem uma educação física que não se restringe apenas às questões das ciências exatas e biológicas que se unificam em prol de um objetivo de tentar fazer a área avançar com esses novos conhecimentos[101]. E outro, majoritário, que dirige o centro hoje, que se unificam para atender seus interesses individuais, desde sua produção científica em seus

[100] Cada pessoa vale um voto independente de que segmento representa.

[101] Aqui não traço que todos seguem a mesma linha teórica, porém se aproximam de ideais mais progressistas.

laboratórios, até interesses do CREF e de políticas do governo[102], estes estão mais no campo dos conhecimentos que abarcam na área as ciências naturais e exatas.

No segmento dos técnicos administrativos não se via uma linha em específico. No centro não há políticas para instrumentalizar os técnicos, que em sua grande maioria não são formados em educação física, para participarem mais ativamente dos processos de construção e decisões do centro. Neste caso, apenas cumprem tarefas operacionais e em grande maioria se restringem a isso.

No campo estudantil, até certo momento, hegemonicamente se expressou coeso, defendendo as bandeiras do movimento estudantil de educação física[103]. E aqui coloco até certo momento, pois após o processo de degeneração das então gestões do diretório acadêmico, com a perda da entidade mudou-se o panorama onde o diretório tornou-se, em partes, extensão dos interesses da direção e não elevou mais o debate político aos estudantes.

Com isso, podemos pontuar a estrutura burocrática da universidade como mais um motivo para o projeto não ter sido colocado em prática. O setor majoritário dos professores utilizou-se dos órgãos institucionais para manobrar para que o projeto não fosse para a frente.

Outra questão que podemos colocar também como determinante foi o processo de afastamento do diretório acadêmico da sua base estudantil que iniciou entre os anos 2010 e 2011 até o ano de 2012. E posteriormente, com a perda do DACEFD pelo grupo que representava o movimento estudantil combativo e de luta, gestões de diretórios que, segundo o Estudante 7, se preocupam mais com festas e jogos do que com a formação propriamente dita. Porém, enquanto a luta foi grandiosa, enquanto os estudantes estavam ativos, havia uma politização no centro, debates, obrigava professores a se posicionarem e irem ao debate, foi um período muito rico inclusive para a formação dos estudantes que lá estavam.

> [...] eu acho que foi um processo muito rico, nesse período em que a gente vivenciou no centro de educação física foi um período literalmente de disputa. Não só de disputa de projetos de currículo, mas foram disputas de projeto de formação. No processo de embate do currículo a gente se formou de outra forma, a gente compreendeu relações, a gente compreendeu o viés pelo qual a gente estava se formando, compreendeu as relações do que é a própria universidade que tem reflexos no currículo e na formação. Então foi uma disputa de fundo, de projetos de formação, e todo mundo que pisou de alguma forma que se contagiou com esse processo saiu do centro de educação física com uma outra formação. Então foi um processo muito importante, foi um processo muito marcante que trouxe saldos positivos pra própria luta, pra formação profissional pra aqueles que tiveram

[102] Aqui é importante pontuar que neste setor eles não concordam uns com os outros, muitos divergem do CREF. Porém, como colocado pela Professora E, fazem de tudo para conseguir o que querem.

[103] As três principais eram na época ser contrário à regulamentação do profissional de educação física, contrário à atual reforma universitária e contrário as atuais diretrizes curriculares que possibilitam a fragmentação da área.

> envolvidos nesse processo. [...] Então no mais eu acho que foi um período muito grande em que dentro do centro foi um período de reorganização estudantil também. Bastante formativo no sentido quase humano da palavra, formação em vários vieses (ESTUDANTE 5).

Quanto às concepções de formação, de currículo, de ser humano e sociedade, todos os professores apontaram que vivemos em uma sociedade onde o individualismo está em voga, que as relações sociais estão deturpadas, que precisamos construir uma formação que culmine em um ser humano que seja diferente do que está colocado. Primeiramente pontuar que de todos os professores entrevistados apenas um conseguiu conceituar de fato a sua concepção de sociedade, os outros apenas apresentaram sua visão, o que eles viam na aparência. Referente aos estudantes, todos tiveram claro sua concepção de sociedade e de ser humano. Porém, quando o centro teve chances de ser ponta de lança nos debates nacionais, ter uma experiência inicial para construir uma formação para este ser humano retratado nas entrevistas dos professores, na prática, o setor majoritário preferiu manter o *status quo* a favor de seus interesses, perpetuando o individualismo exacerbado no centro.

Hoje já há uma discussão no CNE sobre construir uma nova diretriz onde colocaria o fim do bacharelado em educação física. Já há movimentações do CONFEF com abaixo assinados para que não acabe o bacharelado. Entretanto, primeiramente pontuar que isso também é acúmulo do que os movimentos sociais da área vem fazendo quanto a pauta. Todavia, esse processo já inicia sem uma ampla discussão com a sociedade que era um dos pedidos que a ExNEEF reivindicava nos processos que culminaram nas atuais diretrizes, baseando-se na história recente, há uma tendência de, mesmo com a unificação, atender à demandas hegemônicas. Apesar desse trabalho não ser específico para estudo das diretrizes, e sim a articulação entre os atores sociais que participaram dos processos de reestruturações curriculares do CEFDUFSM, é importante pontuar que iremos passar por uma outra movimentação referente às diretrizes 12 anos depois da aprovação das antigas.

E por fim, concluímos voltando a nossa realidade atual onde continuamos com dois currículos que trabalham em prol da fragmentação do conhecimento, dos interesses de mercado e do sistema CONFEF/CREF's e individuais dos docentes do centro. Que os atores sociais na especificidade do centro representaram também o que ocorreu a nível nacional e os setores que existiram nesses processos históricos. Onde as políticas públicas educacionais foram implementadas e resultaram em contradições nas quais os estudantes sentiram e iniciaram sua luta para transformar esta realidade. Ao mesmo tempo que, após a perda do diretório acadêmico pelas gestões que vinham compondo desde 2006 esta entidade, passamos por um esvaziamento do debate político, do pensamento crítico da nossa área. E o mais

aparente nesses processos foi que hoje o centro possui uma política de relações de balcão onde os interesses individuais superam as demandas coletivas do CEFD/UFSM.

Gostaríamos de, antes de concluir, expressar e socializar uma questão que achamos ser importante para os leitores desta dissertação. Na banca de qualificação do projeto desta pesquisa, foi feito um questionamento por um dos integrantes da banca sobre o que este trabalho traria de inédito referente ao debate das diretrizes curriculares. Esse questionamento colocou uma crise referente a este trabalho até o dia desta conclusão. Referente às diretrizes ele não trouxe nenhum avanço, nada inédito, inclusive como pontuamos anteriormente já há um processo para construção de novas diretrizes, pode ser que o bacharelado seja cancelado daqui algum tempo. Porém, hoje vejo o quão importante esses resultados são para a história do CEFD/UFSM, que por sua atual conjuntura não documenta sua vida, bem como registrar esse período importantíssimo para a história da educação física brasileira.

E também serve como uma ferramenta para a luta dos movimentos sociais da área, pois traz esclarecimentos legais, traça o histórico de uma experiência de luta que até um determinado período contribuiu para a formação política do CEFD e da área da EF e serviu de exemplo do que fazer e o que não fazer daqui para frente. Além de contribuir para os debates futuros de reestruturações curriculares, demostra que há várias possibilidades de construção de currículos, que a autonomia universitária não é dada, ela se conquista à base da luta e que não há outro caminho para buscarmos uma educação para além das diretrizes do sistema metabólico e social do capital a não ser lutando.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBORNOZ, S. **O que é o trabalho.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense S.A., 1986.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Revista Ideias,** Campinas, SP, v. 9, n. 10, p. 13-24, 2003.

_____. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho.** 2. ed. 10. reimp. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro, RJ. Editora: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988.

_____. **Resolução CNE/CP 01/2002.** Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de formação de professores para a Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, 2002.

_____. **Resolução CES/CNE 07/2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, 2004.

_____. **Chamada pública à direção do CEFD.** Comissão de Reestruturação Curricular, portaria n° 100/2009, CEFD/UFSM, 2009.

_____. **Resolução CNE/CES 04/09.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

_____. **Referenciais curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura.** Ministério da Educação, Brasília, 2010.

_____. **Nota de saída dos estudantes da comissão de reestruturação curricular.** DACEFD/UFSM, 2012.

_____. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9394/96. **Diário Oficial da União.** Brasília, 23 de Dezembro de 1996.

_____. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física Licenciatura.** UFSM, 2005.

_____. Rio Grande do Sul. **Projeto Político-Pedagógico do curso de Educação Física Bacharelado.** UFSM, 2006.

BRASIL. **Resolução CFE nº 3/1987**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena), 1987.

BRITO, A. O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas. **Revista Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior,** ano XI, n. 26, fev. 2002.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva.** 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

COIMBRA, T. **O reordenamento no mundo do trabalho e a precarização do trabalho do professor de educação física: mediações da mercadorização da cultura corporal.** - Programa de pós-graduação em educação, UFF, 2009.

COUTO, M. L.; SOUZA, M. S. **A relação entre a fundamentação do trabalho pedagógico dos professores do CEFD-UFSM e os projetos pedagógicos de curso.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 6, p. 184-194, 2014.

DE CARVALHO, E. **A crise estrutural do capital segundo o autor húngaro István Mészáros e seus reflexos na educação.** 2009. Disponível em: <http://www.revistalabor. ufc.br/Artigo/volume2/Elaci.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.

DE MELO, M. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje.** 2011. p. 340. Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, UFRJ, 2011.

DE PAULA, M. **A influência das concepções alemã e francesa sobre a Universidade de São Paulo e a Universidade do Rio de Janeiro quando de suas fundações.** In: Reunião Anual ANPED, 25. Caxambu 29 de Set – 2 de Out. 2002.

DIAS, F. **A fragmentação da formação de professores de educação física: Minimização da formação sob a ordem do capital.** 2011. 293 p. Programa de Pós-graduação em Educação – Linha Trabalho e Educação - UFSC, 2011.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação.** 1. ed. I. reimpressão – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Neoliberalismo – Neo-imperialismo.** 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000100001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DUTRA, G. **O embate do MEEF em defesa da licenciatura ampliada: Unificar para avançar.** In: Caderno de Debates ExNEEF, v. 12, 2010.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: ANTUNES, R. (Org.). A dialética do Trabalho. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ExNEEF. **Cartilha de subsídio aos debates da campanha nacional pela revogação das atuais diretrizes curriculares nacionais para a formação em educação física.** – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, 2010.

FREITAS, R. **Memórias da Vila:** Um estudo sobre as memórias de moradores da Vila Sabará (cidade industrial de Curitiba, 1980-2011). 2011. (Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, UFPR, 2011.

FRIGOTTO, G. et al. A Política de educação profissional no governo Lula: Um percurso histórico controvertido. **Revista Educação e Sociedade,** Campinas, v. 26, n. 92, 2005.

FUCHS, M. **As políticas públicas educacionais e a formação de professores em Educação Física: O que e quem nos determina?** 2013. 70 p. (Monografia de graduação)– Universidade Federal de Santa Maria - CEFD/UFSM, 2013.

_____. **As políticas públicas educacionais e a formação de professores em educação física no cefd/ufsm.** 2014. 145 p. (Monografia de Especialização)– Universidade Federal de Santa Maria – CEFD/UFSM, 2014.

_____. **Universidade: Caminhos para o Socialismo ou para a Barbárie.** In: Caderno de debates ExNEEF n° XIII, 2011.

GRAMSCI, A. **Gramsci- Poder, Política e partido.** Emir Sader (Org.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

KOPNIN, V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro-RJ, Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEHER, R. **Contra-Reforma Universitária de Lula da Silva.** 2006. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/6389830/1505134297/name/leher-reuni.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LEHER, R. **Educação superior minimalista:** a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/76646742/LEHER-Roberto-Educacao-Superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente>. Acessado em: 10 jun. 2014.

LEHER, R. Um novo senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro,** São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LENIN, V. **As três fontes**. 1. ed. São Paulo, expressão popular, 2008.

_____. **O Estado e a revolução.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIMA, K. Reforma da educação superior do governo lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? In: **Caderno de debates.** ExNEEF, n. XV, 2013.

MANDEL, E. **Teoria Marxista do Estado.** 1977. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/teoria.htm>. Acesso em: 25 fev. 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** 1. ed. São Paulo, expressão Popular, 2008.

_____. **Contribuição à crítica da economia política/ tradução e introdução de Florestan Fernandes.** 2. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital:** crítica da economia política: Livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K.; FRIEDERICH, E. **A ideologia Alemã.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo, SP. Editora: Boitempo, 2005.

_____. **O Século XXI socialismo ou barbárie?** 1. ed. São Paulo, SP. Boitempo Editorial, 2003.

MORENO, N. Como se aplica o centralismo democrático. In: FELIPPE, W. (Org.) **Teoria e organização do partido:** coletânea de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORSCHBACHER, M. **Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em educação física:** a subsunção da formação à lógica privada/mercantil. 2012. 246 p. (Dissertação de Mestrado), Luiz Fernando Camargo Veronez – Pelotas: ESEF – UFPel, 2012.

NETO & BRAZ **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

NOZAKI, H. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho:** mediações da regulamentação da profissão. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PERGHER, E.; NISHIMURA, S. Conjuntura histórica e resistência estudantil num período de ofensivas neoliberais. In: **Caderno de debates**. ExNEEF X. 2008.

PINTO, A. **A Organização do Trabalho no Século XX:** Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo, SP. Expressão Popular, 2007.

PLEKHANOV, G. **Dialética e Lógica.** Rússia, 1907. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/plekhanov/1907/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PORTELA, V. As diretrizes curriculares da Educação Física: Uma sistematização inicial do acúmulo do MEEF. In: **Caderno de Debates**. ExNEEF, v. 13, 2011.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

RESOLUÇÃO APROVADA NO III CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA. Teses sobre a estrutura organizativa, os métodos de ação e a ação dos partidos comunistas. Moscou, 1921. In: FELIPPE, W. (Org.) **Teoria e organização do partido:** coletânea de

textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.

ROQUE, C. **O projeto de licenciatura ampliada em tempos de precarização da universidade:** a luta no cefd/ufsm. 2013. 23 p. (Trabalho de Conclusão de Curso), CEFD/UFS, 2013.

ROSSA, D. **O REUNI e a intensificação da precarização do trabalho dos professores:** Estudo de caso do CEFD/UFSM. 2015. (Dissertação de mestrado) – Universidade federal de Santa Maria, Centro de Educação física e desportos, Programa de Pós-graduação em Educação Física, RS, 2015.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação. LDB trajetória, limites e perspectivas.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade.** 1. ed. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. ver. 1 reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**. 11. ed. Campinas: Autores associados, 2012.

SGUISSARDI, V. **A universidade neo-profissional, heterônoma e competitiva.** In: Reunião Anual ANPED, 26., Poços de Caldas, MG, p. 5-8, out. 2003.

SOUZA, M. da S. et al. **A relação entre as ciências sociais e as ciências naturais na formação em educação física do CEFD/UFSM.** Pensar a Prática, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2014.

TAFFAREL, C. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

TAFFAREL, C. **Diretrizes curriculares para a formação de professores de educação física: a imprescindível unidade teórico-metodológica, o trabalho como princípio educativo e, o padrão unitário nacional de qualidade.** 2009. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=655>. Acesso em: 23 fev. 2015.

TORRES, E. N. Educação: a natureza do capital que transforma tudo em mercadoria. Verinoto, **Revista On Line**, ano VI, n. 11, abr. 2010.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, L. A degeneração do Partido Bolchevique. 1936. In: FELIPPE, W. (Org.) **Teoria e organização do partido:** coletânea de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.

TROTSKY, L. **O imperialismo e a crise da economia mundial:** Textos sobre a crise de 1929. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

TROTSKY, L. **Uma oposição pequeno-burguesa no Socialist Worker Party.** 1939. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/12/15_01.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTÕES DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Bloco 1: SOBRE O ATOR SOCIAL

1) Identificação alfabética (para professores) e numérica (para funcionários e estudantes):
2) Já ocupou algum cargo/função no CEFD/UFSM? Se sim, qual(is)?
3) Compôs comissões de reestruturações curriculares? Se sim, qual (is)?
4) Qual foi o seu papel nelas?
5) E por qual(is) motivo(s) compôs a(s) mesma(s)?
6) Como foi a sua indicação/seleção para a sua participação?
7) Participou ou participa de algum partido, entidade, grupo, conselho profissional dentre outras instituições?
8) Qual o seu conhecimento sobre as políticas públicas educacionais e as reestruturações curriculares do CEFD/UFSM?

Bloco 2: SOBRE A FORMAÇÃO DO ATOR SOCIAL NA COMISSÃO

9) Durante sua participação em cargos ou comissões, como se estabeleceu a sua instrumentalização sobre o assunto?
10) Quais documentos foram utilizados para balizar o debate e formulação curricular?
11) Houve estudos coletivos? Se sim, com quem?
12) Como se deu o diálogo com as pessoas externas às comissões?
13) Qual era a periodicidade das reuniões?
14) Ficou todo o tempo na comissão? Qual o motivo disso?

Bloco 3: SOBRE AS CONCEPÇÕES DO ATOR SOCIAL

15) Qual a sua concepção de mundo e de ser humano?
16) Qual a sua concepção de formação inicial de professores de educação física e para o que esta formação deve servir?
17) Qual a sua concepção de currículo?
18) Qual a sua compreensão das leis que balizam as reestruturações curriculares?
19) Quais foram suas ações para defender suas concepções nos processos de reestruturação curricular?

20) Houve dialogo/acordo com outras pessoas por fora e por dentro da comissão para defender sua posição?

21) Após a concretização dos currículos de licenciatura e bacharelado, três comissões foram formadas para reestruturar os currículos, contudo, não houve mudanças de fato. Qual o motivo que você acha disso ter ocorrido?

22) Em 2009 foi aprovado a reunificação dos currículos e até então este projeto não foi posto em prática. Na sua opinião, qual o motivo disso?

23) Como você vê o CEFD hoje em relação a sua organização curricular? Você acha que precisa mudar?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: “As reestruturações curriculares do CEFD/UFSM: A história não contada”

Pesquisador(es) responsável(is): Marcius Minervini Fuchs (Mestrando do programa de pós graduação do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria), Maristela da Silva Souza (Orientadora e professora do CEFD/UFSM)

Instituição: Programa de Pós Graduação do CEFD/UFSM, Mestrado, da linha de estudos sócio culturais e pedagógicos da educação física.

Telefone para contato: (55)96503003

e-mail para contato: marciusminervini@gmail.com

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária pelo fato de ter participado de alguma forma dos processos de reestruturação curricular dos cursos de educação física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder às perguntas, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Analisar como se deu a correlação de forças na disputa de projetos para a formação de professores em Educação Física do CEFD/UFSM nos processos de reestruturações curriculares de 2005 (Licenciatura), 2006 (Bacharelado) e na proposta de formação ampliada de 2009.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas concedendo a entrevista, respondendo às perguntas formuladas que abordam os processos de

reestruturações curriculares do CEFD/UFSM do período de 2003 até os dias atuais.

Benefícios: Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos: A entrevista não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você, mesmo que algumas perguntas possam causar algum desconforto para sua pessoa.

Sigilo: As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria ____, de _____ de 20___

_____

Assinatura

_____

Pesquisador responsável

APÊNDICE C – TABELA DE CONSTEXTUALIAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Para proteger a identidade dos entrevistados, não colocaremos o período em que estiveram em determinados cargos.

SUJEITO	CARGOS E INSTITUIÇÕES
PROFESSOR A	*Compôs comissão de reestruturação curricular que culminou no currículo de licenciatura de 2005; *Foi coordenador de curso; *Chefia de departamento.
PROFESSORA B	*Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única; *Foi chefe de departamento.
PROFESSOR C	*Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única; *Compôs coordenador dos cursos de especialização de Ciências do Movimento Humano; *Foi coordenador do programa de pós-graduação;
PROFESSOR D	*Diretor de centro; *Chefia de departamento; *Ocupou o cargo de coordenador substituto do programa de pós-graduação.
PROFESSORA E	*Chefia de departamento; *Ocupou o cargo de coordenadora do curso de pós-graduação; *Diretora de centro pro tempore; *Compôs a comissão de reestruturação curricular para a criação de curso de bacharelado.
PROFESSORA F	* Compôs comissão de reestruturação curricular que culminou no currículo de licenciatura de 2005 como representante da oitava coordenadoria de Educação;
PROFESSORA G	*Compôs comissão de reestruturação curricular que culminou no currículo de licenciatura de 2005 como representante da secretaria municipal de educação; *Filiada ao Partido dos Trabalhadores.
PROFESSOR H	*Chefia de departamento; *Coordenação do curso de pós-graduação; *Compôs a comissão de reestruturação curricular para a criação de curso de bacharelado; *Diretor de centro.

PROFESSOR I	* Coordenador de curso por 5 situações; * Chefia de departamento; * Compôs comissão de reestruturação curricular que culminou no currículo de licenciatura de 2005; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única; * Foi secretário Estadual do CBCE.
ESTUDANTE 1	* Compôs o diretório acadêmico; * Participou da comissão de reforma curricular do bacharelado em 2008.
ESTUDANTE 2	* Compôs o diretório acadêmico; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única;
ESTUDANTE 3	* Compôs o diretório acadêmico; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única;
ESTUDANTE 4	* Compôs o diretório acadêmico; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única;
ESTUDANTE 5	* Compôs o diretório acadêmico; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única;
ESTUDANTE 6	* Compôs o diretório acadêmico; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única;
ESTUDANTE 7	* Compôs o diretório acadêmico; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única;
FUNCIONÁRIO A	* Compôs comissão de reestruturação curricular que culminou no currículo de licenciatura de 2005; * Compôs a comissão de reestruturação curricular formada em 2009 para criação de curso de formação única como suplente sem participação efetiva;

ANEXO

ANEXO A – DOCUMENTOS REFERENTES AOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÕES CURRICULARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 01 – 14, 15 e 16/05/2003

Aos catorze, quinze e dezesseis dias do mês de maio de dois mil e três, na sala 218 do Prédio da Reitoria – Campus Universitário e no Mini-Auditório do CEFD – reuniu-se a comunidade acadêmica do CEFD para dar continuidade às discussões referentes a elaboração e implantação do projeto político pedagógico do Curso de Educação Física da UFSM. Os trabalhos foram conduzidos pela CEIPPP/RC/CEFD/UFSM, sob a presidência do prof. Wenceslau Leães Filho, nomeado pela Portaria nº 512/02 junto com os membros Profª Marli Hatje, Prof. Darkson Spreckelsen da Cunha, Roque Luiz Moro, Sara Teresinha Corazza, Isabel Cristina Baggio (Representante do Município), Maria Gladis Marramon (Representante da 8ª Coordenadoria de Educação) e a Técnica Administrativa Aldeni Dutra dos Santos. Além da presença dos três primeiros docentes, participaram do encontro dia 14 pela manhã os professores Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Ivana Miotti, Mara Rúbia Antunes, Darkson Spreckelsen da Cunha, José Francisco Silva Dias, Matheus Francisco Saldanha Filho e Michel Grunspan. Estavam presentes também os professores Cláudio Dutra e Glades Felix (CE/ADE) e Ana Luiza Ruschel (CE/MEN), além dos acadêmicos Maria Cristina Schneider e Vilmar José Both. Á tarde estiveram presentes os seguintes docentes: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Wenceslau Leães Filho, Darkson Spreckelsen da Cunha e Matheus Francisco Saldanha Filho, além da acadêmica Mara Cristina Schneider. Iniciados os trabalhos, às 8h30min, a profª Marli Hatje, coordenadora do Curso de Educação Física, informou que este encontro é considerado substitutivo às aulas no CEFD (suspensas nos três dias, com o objetivo de possibilitar a participação de toda comunidade nas discussões); em seguida passou a palavra à profª Cordélia Freitas, da PROGRAD, e as professoras Glades Félix e Ana Luiza Ruschel, do CE, que abriram os trabalhos específicos envolvendo o PPP. A primeira convidada expôs a estrutura e os aspectos básicos que devem constar no PPP do Curso. As docentes do CE expuseram as experiências que estão vivenciando junto aos cursos em que atuam como professoras. Falaram da importância do PPP na organização e estruturação de um novo curso de licenciatura. No final da manhã e início da tarde, a profª Marli, a pedido do presidente da Comissão fez um relato das atividades já realizadas até esta data, pela Comissão, e pela Coordenação do Curso, a contar de maio de 2001. Mencionou que algumas discussões já aconteceram em períodos anteriores, mas que os únicos registros oficiais encontrados estão nas Atas do Colegiado, mesmo assim de forma bastante sucinta e objetiva. Apresentou cronograma de trabalho para os três dias acima mencionados e distribuiu documentos referente as Diretrizes, ao PPP e a Reestruturação Curricular, com o objetivo de sustentar as discussões até sexta-feira, dia 16; entre a documentação estão os elementos fundamentais do PPP e os quesitos a serem considerados à estrutura. Explanou sobre a situação atual das Diretrizes Curriculares da Educação Física. Apresentou a profª Scheila Espíndola Antunes, aluna do curso de Especialização, como a bolsista da Comissão, responsável em organizar o material referente ao PPP e a Reforma Curricular a partir desta data. A profª Marli mencionou que os trabalhos devem estar concluídos em nível de CEFD na data de 11 de julho do corrente, para posteriormente, tramitar junto a PROGRAD/CIAPPP/UFSM e no CEPE; Em seguida destacou que todos os documentos referente as DC existentes foram encaminhados aos Departamentos Didáticos; ao Programa de Pós-Graduação; à Direção e ao Diretório Acadêmico, pela Coordenação do Curso, antes de instituída a CEIPPP/RC, em 2001 e 2002, para que o CEFD fosse discutindo questões relativas ao tema, tão logo tomava conhecimento dos fatos e dos documentos. Todo o material sempre foi encaminhado via Coordenação do Curso e que o mesmo, a partir de hoje estará disponível no xerox do CEFD. Disse que representa o CEFD na ADIESEF-RS, desde 2001, e que por isso está acompanhando as discussões envolvendo as DCs. Após definida e nomeada a CEIPPP/RC foi elaborado e estabelecido cronograma de atividades, em 3 de abril de 2003. Antes, no entanto, algumas discussões já foram realizadas, envolvendo, inclusive, docentes de outros cursos e Centros da UFSM. A profª Marli resgatou os encontros oficiais já realizados: **1)** No início do ano passado, a comunidade acadêmica do CEFD foi convidada pela Coordenação do Curso para análise e manifestação sobre Minuta das DC. Este encontro aconteceu na sala de reuniões do CEFD, com a presença dos seguintes docentes: Marli Hatje, Elizara Carolina Marin, Angelita Alice Jaeger e Wenceslau Leães Filho. A síntese das discussões, bem como o posicionamento do CEFD foi encaminhado à ADIESEF/RS. **2)** em 10 de

janeiro de 2003 expuseram a experiência em relação ao PPP os cursos de Enfermagem e Medicina. O encontro aconteceu na sala 3022, do CEFD, com a presença do prof. James , Coordenador do Curso de Medicina da UFSM, da profª Jadete, também do Curso de Medicina e da profª Carmem, do curso de Enfermagem. Na ocasião estiveram presentes os professores: Wenceslau Leães Filho, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Marli Hatje, Angelita Alice Jaeger; Luciana Erina Palma; Marta de Salles Canfield, Sara Corazza, Wenceslau Leães Filho, Roque Luiz Moro, Deisi Linck e Maria Amélia Roth. **3)** dia 17 de janeiro de 2003, o CEFD convidou a profª Maria Arlete Pereira, que participou da Comissão que elaborou o PPP da UFSM para expor questões do PPP. Destacou que o PPP não é um conjunto de disciplinas, mas uma proposta de projeto e que as disciplinas são importantes neste projeto; que a pesquisa é o " grande alimentador" do ensino; que o ensino, a pesquisa e a extensão devem andar juntos; que o PPP deve levar em conta a história do Curso, que a proposta deve ser regional, local; deve-se trabalhar com um modelo real. Mencionou que hoje a grande dificuldade nos currículos é a fragmentação, pois cada professor seleciona seu conteúdo. Participaram deste encontro os seguintes docentes: Angelita Alice Jaeger, Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Mara Rúbia Antunes, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Fernando Copetti, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Roque Luiz Moro, Silvino Santin, Matheus Francisco Saldanha Filho e Luiz Osório Cruz Portella, além da acadêmica Mara Cristina Schneider. **4)** que na data de 14 de abril de 2003, em reunião geral acontecida no Mini-Auditório do CEFD, a CEIPPP/RC do CEFD expôs toda situação das DC, bem como o trabalho a ser realizado no CEFD a partir desta data. Participaram deste encontro os seguintes professores: **professores** Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Silvio Rodrigues, Sara Teresinha Corazza, Luciana Erina Palma, Carlos Bolli Mota, Angelita Jaeger, Marta de Salles Canfield, Marco Aurélio Acosta, Silvino Santin, Maria Cristina Chimelo Paim, Mara Rúbia Antunes, Darkson Spreckelsen da Cunha, Luiz Osório Cruz Portella, José Francisco Silva Dias, Cyro Knackfuss, Daniela Lopes dos Santos, Fernando Copetti, Júlio, Gertha Corrêa e Glades Félix; os **técnico-administrativos** Alexandre Javorsky, Fátima Fioravante; Mara Cogo, Jeverson Bello, Cergui Prado Lima, Aldeni Pozzobon, João Almeida Ilha, Vilmar Rodrigues Machado e Santo Salles da Silva e os **acadêmicos** Vilmar José Both; Mara Cristina Schneider e Vanderléia Maschio. **5)** No dia 30 de abril de 2003, na sala 3025, os docentes e representantes do DA reuniram-se com os professores Hugo Norberto Krug (CE); Profª Isabel Cristina Baggio (Secretaria de Educação do Município) e a profª Haydee M.ª da Silveira França de Vargas (8ª Coordenadoria do Estado) com o fim específico de discutir a realidade da Educação Física Escolar em Santa Maria e região. O encontro foi promovido pelo DMTD, como parte integrante das atividades programadas no Cronograma da CEIPPP/RC. Participaram do encontro os seguintes professores: Silvino Santin, Marta de Salles Canfield, Marli Hatje, Angelita Alice Jaeger; Fernando Copetti; Carlos Bolli Mota, Daniela Lopes dos Santos; Marco Aurélio Acosta; Matheus Francisco Saldanha Filho e Juliana Ribeiro. O encontro aconteceu das 13:30 às 15h. Na seqüência o Cronograma de Atividades da Comissão previa discussões específicas em nível de Departamentos. No dia 14 de maio à tarde o prof. Marco Aurélio Acosta trabalhou o tema Currículo e o prof. Silvino Santin abordou diferentes concepções à construção de um currículo. As discussões do dia centraram-se nesses temas. Ao final da tarde, a acadêmica Mara Cristina Schneider expôs questões e problemas referentes ao atual currículo, destacando que fizeram pesquisa em salas de aula no sentido de contribuir com as discussões. Os docentes elogiaram a iniciativa do D A.. **No dia 15 de maio** os trabalhos foram retomados às 8h30min na sala 218 da Reitoria. O prof. Matheus comunicou que o Centro de Educação Física e Desportos estava completando 33 anos na data de hoje. Participaram das atividades neste dia, turno da manhã os seguintes professores: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Maria Cristina Chimelo Paim, Marli Hatje, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Wenceslau Leães Filho, Darkson Spreckelsen da Cunha, Haury Temp, Matheus Francisco Saldanha Filho e Mauro Cesar Baldicera. Á tarde estiveram presentes: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Maria Cristina Chimelo Paim, Marli Hatje, Daniela Lopes dos Santos, Ivon Chagas da rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Darkson Spreckelsen da Cunha e Matheus Saldanha Filho. A profª Marta apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram amplamente discutidos junto com a Resolução CNE/CP 1, 18 de fevereiro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. As discussões também perpassaram o atual currículo e a possibilidade do CEFD ofertar os cursos de Licenciatura e Bacharelado, já que as novas DC da área de Educação Física serão específicas. Todos os presentes mostram-se simpáticos a idéia de oferecer os dois cursos. Por outro lado, manifestaram preocupação quanto a infra-estrutura e, principalmente quanto ao reduzido corpo docente e técnico-administrativo do CEFD, para implementar dois cursos. No **dia 16 de maio** reuniram-se novamente os membros da Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM e professores do CEFD/UFSM sob a presidência do Prof.Wenceslau Leães Filho. Estiveram presentes, pela manhã, os seguintes professores Marli Hatje, Matheus Francisco Saldanha Filho, Darkson Spreckelsen da Cunha, Fernando Copetti, Daniela Lopes dos Santos, Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Maria Cristina Chimelo Paim, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Silvio Rodrigues, Cyro Knackfuss, Haury Temp e Mauro Cesar Baldicera e o acadêmico

Vilmar José Both. Á tarde estiveram presentes os seguintes professores: Angelita Alice Jaeger, Carlos Bolli Mota, Fernando Copetti, Luciana Erina Palma, Marco Aurélio Acosta, Maria Cristina Chimelo Paim, Marli Hatje, Marta de Salles Canfield, Silvino Santin, Juliana Ribeiro, Ivon Chagas da Rocha Júnior, Mara Rúbia Antunes, Silvio Rodrigues, Wenceslau Leães Filho, Cyro Knackfuss, Matheus Francisco Saldanha Filho e Mauro Cesar Baldicera e a acadêmica Mara Cristina Schneider. Iniciando a Sessão o Profº Wenceslau passa a palavra à Profª. Marli, a qual coloca aos presentes, **Item 01: Definição de grupos de estudos para elaborar propostas ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física – Licenciatura Plena do CEFD/UFSM.** Os grupos ficaram assim definidos e com as seguintes funções: **GRUPO 1:** elaborar uma proposta de Introdução e Justificativa ao PPP, constituído pelos professores Matheus, Mara Rúbia, Cyro, Haury e Marli. **GRUPO 2:** elaborar uma proposta a respeito de Bases Fundamentais Científicas e Filosóficas da Educação Física, constituído pelos professores Silvino Santin, Wenceslau e Marco Aurélio. ***GRUPO 3:*** elaborar propostas a respeito da Missão, Valores e Objetivos do Curso, constituído pelos professores Carlos Bolli, Fernando, Luciana, Juliana e Ivon. ***GRUPO 4:*** elaborar propostas de Eixos Temáticos e o Perfil do Egresso, constituído pelos professores Sílvio, Marta, Angelita, Daniela, Darkson, Mauro e Maria Cristina. Também ficou estabelecido que os três chefes dos Departamentos do CEFD/UFSM seriam responsáveis para reestruturar as Disciplinas Complementares de Graduação (DCGs); os professores substitutos pelas Atividades Complementares de Graduação (ACGs); a Profª. Marli pelo Estágio Profissionalizante; o Prof. Wenceslau pelas Práticas de Ensino e a Profª. Marta pelo Trabalho de Conclusão de Curso. Após essas definições, os grupos reuniram-se em diferentes salas do CEFD/UFSM, para dar início as discussões a respeito dos temas propostos aos mesmos, sendo determinado o retorno em duas horas. Ao final das atividades no turno da manhã, cada grupo apresentou seu trabalho, cujo texto ficou de encaminhar à Comissão do PPP para anexar ao documento que está sendo elaborado coletivamente. Antes de concluir o encontro que durou três dias, os presentes discutiram uma proposta que surgiu de sugestões apresentadas pelo prof. Silvino Santin. O documento que resultou desta discussão está em anexo a Ata. Os docentes voltaram a discutir e novamente manifestaram interesse em oferecer os cursos de Licenciatura e Bacharelado no CEFD. A discussão deverá ser retomada tão logo estejam aprovadas as DC da Educação Física aos Cursos de Bacharelado. Para encerrar os trabalhos, dia 16 de maio, às 14h, a Comissão convidou a profª Cordélia Freitas, da PROGRAD, para expor e explicar questões referentes ao PPP na Universidade. Destacou questões do Curso de Educação Física, principalmente em relação as dúvidas quanto a formatação da nova proposta; se esta poderia ser feita por temáticas, módulos ou disciplinas. Explicou que como o Curso não vai alterar o título do diploma a ser expedido (Licenciado em Educação Física), o projeto do novo curso poderá ser enviado à PROGRAD no mês de dezembro e não em junho de 2003, tendo em vista que as modificações não interferem no próximo concurso vestibular. Ao final das atividades, a profª Marli destacou a necessidade de continuarmos as discussões, mesmo com um período maior para implementar a nova proposta. Ao final foi exposto que os professores Sara Teresinha Corazza, Elizara Carolina Marin, Maria Amélia Roth e Roque Luiz Moro estão afastados para licença maternidade, qualificação e licença médica, respectivamente e que a maioria das reuniões realizadas no CEFD envolvendo a elaboração do PPP e a Reforma Curricular foram gravadas em fitas K-7. Nada mais havendo a tratar, nós profª Marli Hatje, coordenadora do Curso e integrante da CEIPPP/RC do CEFD/UFSM e profª Scheila Espíndola Antunes, bolsista da Comissão, lavramos a presente Ata que será assinada pela Comunidade Acadêmica do CEFD, através de seus representantes, na Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 02 – 20/08/2003

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e três, às onze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, o Diretor, prof. Carlos Bolli Mota empossou a nova Comissão do Projeto Político Pedagógico do Centro. Justificou a mudança de membros na Comissão na aposentadoria do prof. Roque Luiz Moro, ex-vice-presidente da Comissão e da saída de outros professores por questões acadêmicas. Falou da necessidade do grupo trabalhar em conjunto e concretizar uma proposta ao CEFD com certa urgência.; solicitou que as discussões e os encontros aconteçam de fato, com mais dinamicidade, para avançar e concluir o processo. Na oportunidade foi eleita como presidente da Comissão a profª Marli Hatje, coordenadora do Curso de Educação Física: Licenciatura Plena. A Comissão, nomeada através da Portaria nº 529/03, ficou assim constituída: Marli Hatje; Wenceslau Leães Filho, Matheus Francisco Saldanha Filho; Angelita Alice Jaeger; Darkson Spreckelsen da Cunha; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider

(representante discente). Os prof. Matheus e Wenceslau disseram que a profª Marli deveria ser a presidente da Comissão, tendo em vista que a mesma acompanha as discussões sobre as Diretrizes Curriculares e por ser a atual coordenadora do Curso. A **profª Marli** pediu união do grupo em torno do PPP, pois as discussões estão atrasadas em relação aos prazos definidos pela PROGRAD para encaminhamento do Projeto. Mencionou que depois do encontro de três dias no início deste ano, o CEFD praticamente parou de discutir seu PPP, o que desmotivou e desestimulou a maioria dos envolvidos; que a maioria dos grupos constituídos naquela época não encaminhou os textos à composição do PPP, produzidos durante as atividades em grupo. A **profª. Marli** informou que junto com a profª Scheila Espíndola Antunes, bolsista da Comissão, irá elaborar um cronograma de atividades que será remetido para avaliação e manifestação de todos. Na próxima reunião será aprovado o cronograma de atividades até o final do mês de novembro quando o Projeto deverá estar concluído. Ficou decidido nesta reunião, que a Comissão irá elaborar uma proposta de PPP e que a mesma será encaminhada, para conhecimento, aos Departamentos no mês de outubro quando serão discutidas as novas disciplinas do currículo. A partir da inclusão das disciplinas (final de outubro), os chefes de Departamento receberão a proposta final para ser apreciada e aprovada em nível departamental para depois ser submetida ao Colegiado e ao Conselho de Centro. Nada mais havendo a tratar, eu profª Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que será lida, aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 03 – 11/09/2003

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e três, às quatorze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, a profª Marli Hatje, presidente da Comissão do Projeto Político Pedagógico do Centro e na presença dos professores Wenceslau Leães Filho, Matheus; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) e Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) levou à apreciação o cronograma de atividades da Comissão, enviada a todos os membros anteriormente. Estiveram ausentes: prof. Francisco Saldanha Filho (justificou sua ausência, mas concordou com o cronograma em manifestação anterior); Angelita Alice Jaeger (informou que solicitou substituição de seu nome pelo do prof. Fernando Copetti, para representar o DMTD) e Darkson Spreckelsen da Cunha (justificou estar em aula). A **profª Marli** manifestou preocupação quanto à participação dos demais membros da comissão nas discussões e na elaboração da proposta de PPP para ser levada a apreciação do Centro no mês de novembro. Lembrou que ficou decidido que a elaboração do Projeto seria prioridade sobre as demais atividades e que os prof. integrantes da Comissão, em aula no horário das reuniões, devem deixar atividades e acertar com um colega sua substituição. Para evitar muitas ausências do prof. nas aulas, disse que o cronograma foi elaborado considerando quartas, quintas e sextas-feiras à tarde. Ficou definido também que os membros presentes nas datas das reuniões darão seqüência ao projeto e que tudo que for decidido, será dado como matéria vencida até a definição da proposta. Segue o cronograma de atividades aprovado na reunião: 11/09/2003. Nada mais havendo a tratar, eu profª Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 04 - 19/09/2003

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e três, às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do Projeto Político Pedagógico e os seguintes membros: Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Isabel Cristina Baggio, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas e a acadêmica Mara Cristina Schneider. A Prof.ª Marli Hatje, presidente da Comissão, justificou sua ausência por estar avaliando um curso de Educação Física, em São Paulo, por designação do INEP/MEC. O Prof.º Darkson Spreckelsen da Cunha, não se fez presente por estar reunido com os professores do Departamento de Desportos Coletivos. O prof. Matheus Francisco Saldanha Filho (justificou) e Fernando Copetti, do DMTD (esteve afastado em função

do nascimento de sua filha). Iniciando a Sessão, **o Prof.º Wenceslau** coloca aos membros: **Item 01: Definição do Perfil do Egresso, sub-capítulo a constar no texto final do Projeto político Pedagógico do CEFD/UFSM. A Prof.ª Haydee** coloca algumas sugestões, a partir da proposta inicial, alertando para o fato de ser necessário um embasamento teórico, enfocando na pedagogia, sugerindo, assim, a inclusão de linhas de pensamento pedagógicas de autores como, Pedro Demo, Paulo Freire, entre outros, os quais possam servir de alicerce ao Projeto. Os demais presentes na reunião concordam com a Prof.ª Haydee que ficou de elaborar um texto. **A acadêmica Mara** expôs algumas reflexões a respeito do Perfil do Egresso do Curso, embasadas no texto da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, a respeito das Diretrizes Curriculares aos Cursos de Educação Física. Foram debatidas, as colocações feitas pela **Prof.ª Haydee** e pela **acadêmica Mara**. Os membros definiram, como prioridade, a necessidade de ser privilegiado um enfoque pedagógico ao texto do PPP do CEFD/UFSM. Os membros também falaram da importância da coerência do texto, em fase de construção, com a possibilidade de implementa-lo na prática, no sentido de se fazer cumprir todas as questões abordadas pelo PPP, tanto por parte das disciplinas, quanto por parte dos professores responsáveis pelas mesmas. Após várias discussões ficou a seguinte sugestão em relação aos Objetivos e ao Perfil profissional do novo projeto do Curso. **a) Objetivos:** Garantir as ciências, como base da formação dos professores de Educação Física, onde os conhecimentos humanos e sociais da arte, da filosofia, da saúde, da natureza, das ciências exatas contribuem para a formação generalista, humanista e crítica dos professores de Educação Física, implementando uma formação crítico-reflexiva, consciente das diferentes manifestações da cultura corporal, compromissada com a educação emancipatória, a construção de consciência crítica e da democratização das práticas corporais; **b) Perfil do Egresso:** → A formação deve contemplar a construção social e reflexiva sobre o atuar, consciente da história da área, dos processos didáticos pedagógicos, dos diferentes campos de intervenção, do saber pesquisar em prol do desenvolvimento/transformação social, adequar, sistematizar e socializar a reflexão sobre as práticas;→ Ter na docência a base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao trabalho pedagógico com ampla formação cultural;→ Levar em consideração o trabalho essencialmente pedagógico, compromisso social da formação, associação do ensino, pesquisa e extensão, indissociabilidade teórico-prática, tratamento coletivo do conhecimento, articulação da formação ampliada, específica e de aprofundamento temático, avaliação permanente, formação continuada, respeito à autonomia institucional, gestão democrática e condições objetivas de trabalho;→ Ter sentido amplo de formação humana de natureza político-social, ético-moral, científico-pedagógica e técnico-profissional;→ Entender o professor como facilitador do processo ensino/aprendizagem (aprender a aprender), construtor de conhecimento, passível de aprendizado, que compreenda as implicações socioculturais, política, econômica e ambiental de sua intervenção profissional. **A Prof.ª Haydee** ficou de enviar, por e-mail, outras sugestões a partir daquela encaminhada na reunião anterior. **O prof. Wenceslau** sugeriu que para o encontro do dia 25/09/2003, a Comissão convide os chefes de Departamento do CEFD/UFSM, para participarem das discussões, principalmente, em função da pauta desse encontro contemplar discussões a cerca do elenco de disciplinas a serem implementadas pelo PPP. Todos os membros, presentes, concordaram com o Prof.º Wenceslau. **A Prof.ª Haydee** ressaltou a importância de que os professores consigam, através de suas disciplinas no ensino superior, colocar o conhecimento científico a serviço da realidade cotidiana apresentada através do contexto escolar. Nada mais havendo a ser tratado eu, Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos os membros presentes na reunião.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 05 – 25/09/2003

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e três, às dezesseis horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, a profª Marli Hatje, presidente da Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político Pedagógico do CEFD e os professores Wenceslau Leães Filho, Matheus Francisco Saldanha Filho; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) deram seqüência à elaboração do Projeto Político Pedagógico do CEFD. Estiveram ausentes os prof. Fernando Copetti e Darkson Spreckelsen da Cunha. A Comissão encerrou as discussões referentes aos objetivos e o perfil do Curso; elaborou um texto sobre as competências e habilidades do futuro profissional licenciado em Educação Física pela UFSM. **As professoras Isabel Baggio e Haydee de Vargas** ficaram de trabalhar melhor o texto e encaminhar versão à profª Marli no início da próxima semana. Ficou definido também que dia 08 de outubro a Comissão se reunirá novamente para discutir a proposta inicial do

Trabalho de Conclusão de Curso e do Estágio Profissionalizante, a serem encaminhadas pela **profª Marli**, e a proposta envolvendo a Prática de Ensino será elaborada e enviada pelo **prof. Wenceslau**. Ficou definido que a profª Marli irá convocar todos os professores e chefes de departamento para reunião geral dia 10 de outubro no CEFD. Na oportunidade serão colocadas as diretrizes que deverão nortear a elaboração das disciplinas que comporão o novo currículo do Curso de Educação Física: Licenciatura Plena do CEFD. A **profª Marli** solicitou que a reunião seja conduzida pelos **prof. Wenceslau e Matheus**, pois ela estará em Maringá avaliando curso de Educação Física, pelo INEP, desde o dia 07. Ficou definido também que os Departamentos responsáveis por disciplinas no CEFD, deverão encaminhar as novas disciplinas até o dia 31 de outubro, impreterivelmente, em função do tempo para apresentação do PPP nas diversas instâncias para análise e aprovação. ,Dia 05 de novembro a Comissão se reunirá para montar a versão final do PPP. Dias 17 e 23 de outubro, a Comissão discutirá questões pedagógicas do PPP. Na reunião também ficou definido o seguinte: a) carga horária mínima a ser vencida no novo curso: 3.080 horas (10% acima do mínimo exigido); b) ACGs: 200 horas; c) tempo de integralização do currículo: mínimo, quatro anos, e máximo, seis anos. Também ficou definido que as atuais modalidades de ACGs permanecerão por estarem em sintonia com a nova proposta em elaboração. As Disciplinas Complementares de Graduação (DCGs) existentes atualmente serão revisadas pelo **prof. Matheus**. A **profª Marli** vai repassar o polígrafo que organizou no ano passado com todas as disciplinas existentes atualmente (ementa, conteúdo programático, objetivos, bibliografia). A Comissão também analisou e discutiu a carga horária das atuais disciplinas ofertadas por outros Centros e, de forma preliminar, decidiu que: Anatomia – Educação Física passará para 60 horas/aula; Fisiologia e Fisiologia do Exercício poderão ser unificadas com carga horária de 75 horas/aula; Psicologia da Educação Física terá carga horária de 60 horas/aula; Estrutura e Funcionamento da Educação Básica e Organização Escolar poderão ser unificadas, com carga horária de 75 horas/aula; Didática Geral e Didática Especial poderão ser unificadas com carga horária de 75 horas/aula; Socorros de Urgência e Higiene em Educação Física serão unificadas e denominadas de Saúde Pública, com carga horária de 60 horas/aula. A necessidade das alterações na carga horária deve-se principalmente pela nova proposta de curso, que passará exclusivamente a ser de Licenciatura. Mudaram os objetivos e o perfil em relação ao Currículo atual, que visava uma formação ampliada/generalista, com inserção em todos os campos de trabalho (escolar e não escolar). Os membros da Comissão também mencionaram as constantes críticas dos alunos em relação à qualidade das aulas ministradas nas disciplinas ofertadas por outros cursos e comuns aos cursos de Licenciatura da Universidade. Mencionou-se que falta um caráter mais específico à Educação Física para motivar mais o aluno para uma melhor formação profissional. Outro ponto levantado e que pode reduzir ainda mais a carga horária destas disciplinas para o curso de Licenciatura diz respeito a oferta do Curso de Bacharelado assim que forem aprovadas as Diretrizes Curriculares. Se o CEFD confirmar a oferta do curso de Bacharelado é fundamental pensar em disciplinas comuns aos dois cursos, o que em contrapartida poderia ampliar, em vez de reduzir, a carga horária nas disciplinas ministradas por outros Departamentos/centros da UFSM. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 06 - 08/10/2003

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do Projeto Político Pedagógico, a profª Marli Hatje, presidente da Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político Pedagógico do CEFD e os professores Wenceslau Leães Filho, Darkson da Cunha Spreckelsen e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) deram seqüência à elaboração do PPP do CEFD. Estiveram ausentes os professores Fernando Copetti, Matheus Francisco Saldanha Filho; Isabel Cristina Baggio (representante do Município); Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação). A Comissão discutiu a distribuição da carga horária referente ao elenco de disciplinas do Curso. A **profª Marli** apresentou tabelas contendo informações da atual seqüência de disciplinas, aconselhada ao Curso, com suas respectivas cargas horárias, departamentos e semestres. Também foram debatidas questões acerca da carga horária destinada à Prática de Ensino na Educação Física e sua possível implementação; discutida a possível carga horária para cada um dos departamentos do CEFD para a elaboração de propostas de disciplinas ao novo currículo. A carga horária vai depender da estrutura que será dada ao novo currículo. Além dos três Departamentos do CEFD, deverão ser considerados os Departamentos que hoje ministram aulas no Curso, bem como decidir se haverá núcleo comum, caso o CEFD venha a oferecer o curso de Bacharelado. O **prof. Wenceslau** apresentou uma proposta para a

distribuição das 400 horas destinadas à disciplina Prática de Ensino da Educação Física, conforme as determinações apresentadas pelo CNE/CP 01 de 18/02/2002. Segundo a proposta, a carga horária poderia ser distribuída da seguinte forma: Prática de Ensino da Educação Física I, ministrada no terceiro semestre do Curso, com carga horária de 75 h/a, abordando as questões de Observação e Análise.; Prática de Ensino da Educação Física II, ministrada no quarto semestre, com carga horária de 75h/a, abordando questões a cerca do Planejamento; Prática de Ensino na Educação Física III, ministrada no quinto semestre, com 90h/a, abordando questões a cerca da Execução/Realização de aulas; Prática de Ensino na Educação Física IV, ministrada no sexto semestre, com carga horária de 90h/a, abordando questões a cerca da Avaliação do Processo e por fim, Prática de Ensino da Educação Física - Seminário, ministrada no sétimo semestre, com carga horária de 70h/a, sendo esta, a última etapa da Prática de Ensino, destinada ao exercício de relato de experiência dos alunos durante as etapas anteriores. O **prof. Wenceslau** também sugeriu que, antecedendo as disciplinas da Prática de Ensino da Educação Física, fosse ministrada a disciplina de Didática, pois dessa forma, segundo ele, estaria garantido o processo ensino-aprendizagem nas 400h destinadas à Prática. Ficou estabelecido que o Professor Wenceslau irá apresentar essa proposta aos professores do CEFD e de outros Centros da UFSM, na reunião geral a ser realizada no dia 10/10/2003, às quatorze horas no Mini-Auditório do CEFD/UFSM, por convocação da Presidente da CEIPPP do CEFD. A **profª Marli** apresentou sua proposta ao Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura (TCCL), informando que uma cópia dessa proposta foi enviada aos membros da Comissão, via e-mail, para que os mesmos pudessem manifestar-se a favor ou apresentar sugestões de alterações. O **prof. Wenceslau** achou a proposta interessante. A **profª Marli** também informou aos membros da Comissão que o prof. Fernando Copetti será o representante do DMTD, substituindo a profª Angelita Alice Jaeger; que o prof. Matheus ficou responsável pela revisão das atuais ACGs ofertadas pelo Curso, no sentido de fazer uma proposta daquelas disciplinas que podem continuar no novo currículo. No encontro foram revisados os textos referentes ao perfil do egresso e ao objetivo do Curso. A **prof. Marli** ainda colocou a dificuldade em dar andamento ao processo de elaboração do PPP, em função da ausência constante de alguns membros da Comissão, bem como a falta de comprometimento de alguns, no sentido de remeter textos e informações, nos períodos definidos, para anexar ao conjunto; isso impede a atualização do documento, entravando e atrasando o processo. O cronograma de atividades foi revisado, no sentido de constatar dificuldades por parte dos membros da Comissão em relação as datas determinadas às reuniões, podendo o mesmo ser alterado para facilitar a participação de todos. O **prof. Wenceslau** solicitou à professora Marli que comentasse sua participação no III EMIES, Encontro Mercosul de Instituições de Educação Superior, realizado na UNIJUI, Ijuí, de 02 a 05/10/2003. A **profª Marli** relatou que novamente foram discutidas as DCs da Educação Física e analisadas as propostas existentes; que o fato novo surgido pouco antes do encontro foi a carta enviada pelo prof. Jorge Steinhilber, presidente do CONFEF, ao prof. Helder Guerra Rezende, presidente da Comissão da SESU, constituída para elaborar uma proposta de DCs na qual o prof. Jorge faz duras críticas à postura assumida pelo prof. Helder. A questão central do documento e que é o principal objeto da discórdia, versa sobre as habilidades/competências do futuro egresso dos Curso de Educação Física; a **profª Marli** colocou a carta à disposição da Comissão para xerocar; o documento poderá mudar o rumo das discussões, as quais até o presente momento estavam avançando. O conteúdo da carta, poderá levar as discussões, sobre as DCs, a audiências públicas. O prof. Darkson solicitou a prof. Marli uma cópia dessa carta para fazer a leitura na íntegra. Outra colocação da **profª Marli** foi em relação a duas áudio-conferências realizadas no III EMIES, com o prof. Juan Pablo Greco, presidente do CONDIESEF/BR, e a profª Zenólia, que integra a Comissão da Sesu. Ambos falaram do panorama atual das DCs. A profª Zenólia disse que o momento é difícil porque a Educação Física não tem um objeto de estudo definido e claro; isso tem gerado boa parte das divergências sobre as DCs, inclusive na própria comissão. A **profª Marli** repassou ao prof. Darkson o item "processo de migração dos alunos do atual para o novo currículo". A Comissão solicitou que o professor busque informações junto a outros cursos e junto a Prograd para elaborar uma proposta, tendo em vista ser de extrema importância explicitar no PPP como será feita a passagem dos alunos do atual para o novo currículo. Nada mais havendo a tratar, eu profª Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 07 - 10/10/2003

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas, no Mini-Auditório do Centro de Educação Física e Desportos, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do Projeto Político Pedagógico, a profª Marli Hatje, presidente da Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político Pedagógico do CEFD e os seguintes

membros da Comissão, professores Wenceslau Leães Filho, Darkson da Cunha Spreckelsen, Fernando Copetti, Matheus Francisco Saldanha Filho e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) deram seqüência às discussões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do CEFD, em reunião geral, com os professores e chefes de departamentos do CEFD e de outros Centros de Ensino da UFSM, que possuem envolvimento com o Curso; sendo eles: do DMTD/CEFD profª. Angelita Alice Jaeger, prof. Marco Aurélio Acosta, prof. Sara Teresinha Corazza, prof. Juliana Ribeiro; do DDI/CEFD os professores Ivon da Rocha Chagas Júnior; do DDC/CEFD os professores Luiz Osório e José Francisco da Silva Dias – fizeram-se presentes no início mas não participaram da reunião; do ADE/CE a profª. Glades Fêlix e do Departamento de Enfermagem/UFSM, as profª. Gertha Corrêa e Simone Rabelo. As profª. Isabel Cristina Baggio (representante do Município) e Haydee Maria da Silveira França de Vargas (representante da Coordenadoria de Educação) não estavam presentes. Iniciando a reunião a profª. Marli entregou aos presentes material com informações a cerca do perfil do egresso, objetivos do Curso, proposta de estrutura curricular (Dimensões) e sugestões a cerca da carga horária definida ao curso, informações em relação as DCGs, ACGs, Prática de Ensino e Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura. Esclareceu que a base das discussões deve ser a Resolução do CNE/CP 01 de 18/02/2002. As informações apresentadas pela **profª. Marli** são fruto das discussões realizadas pela CEIPPP do CEFD, sendo posto pela profª, que ela acrescentou um item no texto dos objetivos do Curso (o item 04), justificando o acréscimo desse item: contemplar as novas exigências do Curso, contemplando a questão técnica-instrumental. A **profª. Marli**, colocou que os objetivos devem contemplar as exigências definidas pela resolução do CNE; pois até o presente momento o Curso possuía um caráter generalista regido pela resolução 003/87, no entanto, a reestruturação curricular agora deve atender as demandas de um Curso de Licenciatura. Após essa explanação, a profª. Marli abriu as discussões ao grupo, sendo o Prof. Luiz Osório o primeiro a manifestar-se; expôs sua condição de pouco informado a respeito das discussões até então realizadas pela Comissão e solicitou um esclarecimento à respeito das Diretrizes, procurando saber de onde elas vinham, do MEC ou do CONFEF. A **profª. Marli** colocou que ainda não existe a Resolução das Diretrizes Curriculares da Educação Física. As Diretrizes a que se refere são aquelas para os cursos de formação de professores, do CNE. Ainda explicou que a resolução do CNE/CP 01 de 18/02/2003 é a que está dando embasamento ao processo de elaboração do PPP, bem como a reestruturação curricular. Quanto às Diretrizes Curriculares da Educação Física, a profª. explicou que ainda estão sendo realizadas várias discussões em nível nacional a cerca das mesmas; que atualmente existem algumas propostas, uma da Comissão designada pela SESU, presidida pelo prof. Helder Guerra Rezende, uma pelo CONFEF (Parecer 138), presidido pelo prof. Jorge Steinhilber e uma do Ministério dos Esportes. Que a ADIESEF/RS encaminhou uma proposta à Sesu em maio, a partir de um encontro realizado em Santa Maria. Que o CONDIESEF/BR encaminhou uma outra proposta à Sesu, em setembro, a partir de um encontro realizado em São Lourenço, Minas Gerais, onde foram unificadas propostas do RS, MG, SC e da Federal do PR. As propostas oficiais atuais que circulam divergem basicamente em um aspecto principal: a inclusão ou não das habilidades e competências do Profissional da Educação Física na Resolução das DCs para os cursos de Bacharelado, tendo em vista a área em que está sendo inserida a Ed. Física. O **prof. Fernando** explicou que o processo pelo qual o CEFD está passando é apenas para atender às exigências feita pela UFSM, quanto a elaboração de um Projeto Político Pedagógico ao Curso, e pelo CNE, quanto ao processo de formação de professores. O prof. ainda colocou que quanto à reestruturação curricular, caso os membros da Comissão decidissem, em comum acordo, permanecer com o atual currículo, as únicas alterações seriam referentes ao TCCL e à Prática de Ensino, no que diz respeito à carga horária desses dois itens - exigida pela nova resolução - e a forma de integralização, pois até o momento elas aconteciam em períodos determinados e em única edição, segundo a nova resolução, a Prática de Ensino deve possuir 400h/a e ser diluída durante o Curso. Novamente atendendo à solicitação do prof. Luiz Osório, a **profª. Marli** informou que as discussões acerca das diretrizes estão acontecendo há muito tempo no Brasil e no CEFD e que na reunião de hoje é inviável voltar a essa discussão, tendo em vista que precisam ser discutidos aspectos referentes ao PPP do CEFD, objetivo dessa reunião. O **prof. Wenceslau** coloca que o CONFEF acredita que se esses dois itens (habilidades/competências) não forem listados, a Educação Física corre o risco de perder seu espaço na área da Saúde, enfatizando a cunho político da preocupação desse órgão. O **prof. Darkson** coloca que a própria carta do prof. Jorge Steinhilber, do CONFEF ao prof. Helder, ressalta bem a questão política desse impasse. A **profª. Marli** expõe sua insatisfação em ter que retornar a essa etapa de "explicação/esclarecimento" a respeito das DCs, pelo fato de que todas as informações, por ela obtidas, sempre foram repassadas aos chefes de Departamento para que os mesmos repassassem aos professores mantendo-os a par da situação junto ao CEFD. Disse que hoje o CEFD está na fase de tomar as decisões e não iniciar as discussões. A profª. coloca que o processo de elaboração do PPP está atrasado e que é preciso avançar. Critica o fato de as discussões terem parado desde o encontro realizado no início do ano. O **prof. Luiz Osório** nesse momento retirou-se da reunião. A **profª. Marli** solicitou aos professores que retomassem o material entregue no início da reunião; iniciam as discussões sobre a carga horária do Curso e suas respectivas disciplinas. A **Profª. Marli** coloca que a grande dificuldade está em definir como serão distribuídas as 2.800 horas e como serão implementadas as disciplinas. O **prof. Matheus** coloca que a possibilidade de se estruturar um currículo com base em temáticas ou eixos temáticos, além de ser um desafio,

possui a possibilidade de integrar disciplinas e garantir o desenvolvimento harmônico das mesmas. O **prof. Wenceslau** coloca, a exemplo do que o **prof. Matheus** falou, que um trabalho realizado sob forma de temáticas, seria: unir biologia, anatomia, fisiologia geral e fisiologia do exercício numa temática; prática de ensino e didática noutra. O **prof. Darkson** expõe sua preocupação quanto à implementação dessa proposta, pois o prof. lembrou aos presentes que o atual currículo possuía essa proposta, porém não se conseguiu coloca-la em prática. O **prof. Wenceslau** explicou que a implementação dessa forma de trabalho poderá ser complicada, não pela estruturação das disciplinas, mas por exigir a mudanças na mentalidade dos professores, os quais deverão estar dispostos a trabalhar de forma integrada e não mais departamentalizada. A **profª. Gertha** questiona quanto a maneira como as disciplinas seriam trabalhadas em caso de um currículo a partir de eixos temáticos. A **profª. Glades** coloca que no CE, o Curso de Pedagogia está trabalhando dessa forma. As disciplinas compõem uma área temática, cada prof. possui sua carga horária e seus conteúdos, o que diferencia essa prática é o fato de haver um prof. responsável pela área/temática, o qual se fica incumbido de dar orientações aos professores no sentido de não deixa-los desviarem-se dos objetivos da área/temática. Assim os conteúdos são trabalhos de forma que o "todo", no processo ensino-aprendizagem, seja contemplado. Segundo a **profª. Glades** a experiência está sendo proveitosa e vem dando certo até o momento. O **prof. Wenceslau** coloca que essa é apenas uma proposta a ser estudada e amadurecida pela Comissão, bem como pelos professores envolvidos com o Curso do CEFD. O **prof. Marco** colocou que recentemente conversou com o Prof. Marcos Cabrero, médico e prof. na Universidade Estadual de Londrina (PR), o qual lhe relatou a experiência com um trabalho semelhante realizado na UEL. Segundo o prof. Marcos, o curso trabalha com base em temas, geralmente propostos pelos alunos, a partir de situações problemas identificadas no cotidiano. O aluno relata a situação problema e os professores articulam formas e conteúdos para a construção de possíveis soluções. A profª. Marli coloca que uma idéia poderia ser a de transformar as duas dimensões propostas pela resolução do CNE, a da formação ampliada e da formação específica, em dois grandes eixos temáticos e em cada um deles seriam criadas formas e estratégias nas abordagens de conteúdos e disciplinas, os quais contemplassem os objetivos de cada eixo. As **profª. Angelita e Sara** expuseram suas preocupações quanto ao andamento do trabalho, pois há professores de outros centros da UFSM envolvidos e o contato com esses não é tão acessível quanto com aqueles que são do CEFD. O **prof. Matheus** colocou que, se fosse feito como a **profª. Glades** colocou, com um prof. responsável pelo eixo e/ou temáticas, realizando encontros freqüentes, o trabalho seria possível de ser realizado, além de salientar a aproximação entre os profissionais, pois os eixos teriam suas disciplinas, mas as mesmas não poderiam deixar de contemplar os objetivos do eixo, assim os encontros seriam de fundamental importância. A **profª. Marli** colocou que atualmente, pelo cálculo feito pela Comissão, seriam 2280 horas a serem distribuídas entre os eixos, caso essa modalidade fosse incorporada pelo Curso. A **profª. Angelita** colocou que atualmente o currículo do Curso possui 60% de sua carga horária na formação ampliada e 40% na formação específica. Então, discutiu-se qual das duas dimensões deveria possuir maior carga horária. O **prof. Copetti** sugeriu que antes de decidir o quanto será destinado a cada eixo, em termos de carga horária, os departamentos deveriam reunir-se e discutir a respeito dos objetivos do Curso, apresentados pela Comissão, e com base nessa discussão elaborar algumas propostas quanto às disciplinas, para posteriormente, ao defenderem suas propostas, decidirem qual eixo terá "X" carga horária. Ficou, então, definido que os departamentos se reuniram para realizar discussões acerca dessas questões, e os mesmos terão até o dia 17/10/2003 para encaminhar suas propostas para apreciação da Comissão. Passou-se então para a discussão da proposta para a Prática de Ensino apresentada pelo **prof. Wenceslau**. Após ter sido apresentada a proposta, os professores sugeriram que a Prática de Ensino deve ser realizada de maneira a contemplar todos os níveis do ensino escolar: infantil, fundamental, médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). O **prof. Marco** questionou a proposta do **prof. Wenceslau** quanto a sua forma de integralização, sendo dividida em etapas onde os alunos teriam contato e ações práticas na escola, dessa forma a Prática poderia ser encarada como uma espécie de estágio ou mini-estágio, sendo assim, poderia perder sua característica. A **profª. Glades** explicou que a Prática de Ensino refere-se a toda e qualquer atividade que o aluno desenvolva na escola, desde a observação de uma aula, o contato com o prof. responsável pela turma observada, até mesmo o contato com escola para ter a permissão de assistir às aulas. Já o Estágio diz respeito à docência, do acadêmico, frente ao aluno. Decidiu-se alterar a carga horária, apresentada pela proposta do **prof. Wenceslau** à Prática de Ensino, nas Prática I e II, de 75h/a para 90h/a cada, e o Seminário ficará com 40 h/a, sendo que todas contemplarão os níveis de ensino anteriormente mencionados. Passou-se a discutir o estágio. Decidiu-se que o mesmo deverá ser realizado nos 04 níveis apontados pela Prática de Ensino, podendo ser realizado em instituições públicas e/ou privadas. A **profª. Marli** passou então para o próximo assunto: o TCCL. Antecipando a discussão, a profª. informou que a proposta do TCCL, por ela elaborada, havia sido enviada para apreciação dos professores, via e-mail; porém em função de um problema técnico no servidor as mensagens acabaram retornando ao remetente. Em função disso, o material foi novamente enviado, via e-mail. Ficou definido que em caso de não recebimento de algum material referente ao PPP, todos poderão solicita-lo diretamente a profª. Scheila – bolsista do PPP. Quanto ao tema do TCCL, a **profª Angelita** sugeriu que, semestralmente, o Colegiado do Curso definir alguns. Essa proposta foi bem aceita, pois possibilita que o Curso proponha temas contemporâneos a serem pesquisados, atendendo assim mais e melhor as demandas das escolas. A **profª Marli**

informou que o Departamento de Fisiologia justificou a ausência por fax, e que os **prof. Hugo Krug e Getúlio Lemos** informaram que há haviam assumido outro compromisso, estando por isso ausentes da reunião de hoje. Ficou definido que a **profª Marli** atualizará o PPP até segunda-feira, considerando as discussões de hoje, e encaminhará uma cópia às Direções de Centros envolvidos com o CEFD para conhecimento e distribuição aos respectivos departamentos. Todos deverão encaminhar o resultado das discussões até 17/10. Nada mais havendo a tratar, eu profª Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 08 - 17/10/2003

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e três às quatorze horas, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM com a presença dos seguintes membros: Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Isabel Cristina Baggio, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas, profª Marli Hatje, Prof. Darkson S. da Cunha o Prof. Matheus Saldanha Filho, Prof. Fernando Copetti e a acadêmica Mara Cristina Schneider. A **Prof.ª Marli**, abriu a reunião e leu o memorando nº 16/2003, da Prograd, onde esta informa os prazos finais ao encaminhamento dos PPP.; em seguida informou que na segunda-feira pela manhã repassou o PPP, em disquete e partes impressas às Direções dos três Centros de Ensino da UFSM envolvidos com o Curso (CCS, CE e o próprio CEFD), sendo que o único que não repassou o material aos Departamentos Didáticos, conforme solicitação da Comissão, para as discussões da semana foi o CEFD, o maior interessado no assunto. Disse que isso prejudicou as discussões tendo em vista que os Departamentos não receberam o material atualizado depois da reunião geral, realizada dia 10 de outubro. O **prof. Darkson** disse que no seu Departamento todos os professores receberam cópia do material porque ele procurou a Direção na quarta-feira antes da reunião do DDC. **A profª Marli** solicitou novamente à profª Haydee o texto que ficou de encaminhar há mais de mês sobre o perfil profissional. **O prof. Everton**, que ministra a disciplina de Psicologia da Educação participou da reunião no início, apresentando a proposta para esta disciplina no novo currículo. Sugeriu que permaneça a carga horária de 90h, com uma parte prática. Deixou sugestão por escrito à comissão; destacou a importância de ser incluída no currículo uma disciplina para portadores de necessidades especiais. **A prof. Marli** mencionou que os três Departamentos do CEFD encaminharam sugestões para o PPP, inclusive, já sugerindo disciplinas. A acad. Mara e a profª Isabel também enviaram, por e-mail sugestões. **O prof. Wenceslau** destacou que é preciso primeiro concluir o PPP para depois pensar na estrutura e na grade curricular. **Profª Marli** disse estar preocupada com o tempo que ainda resta para encaminhar o documento definitivo. O **prof. Matheus** sugeriu que se faça mais reuniões a partir da semana que vem. Ficou definido que o próximo encontro será na terça-feira, dia 21, às 17h e a próxima na quinta-feira, às 14h. **Prof. Matheus** perguntou sobre a estrutura do PPP. **Profª Marli** disse que a estrutura já está pronta e que a Comissão precisa revisar, completar e incluir as informações. **Prof. Wenceslau** sugeriu que a partir de agora em cada reunião seja concluído um item do PPP. Na próxima, será discutido e finalizado o capítulo Apresentação. **Profª Marli** solicitou ao prof. Darkson a sugestão sobre como será feita a migração dos alunos de um currículo para outro. **Prof. Darkson** questionou sobre o porque ele ter que fazer isso. **Prof. Wenceslau** esclareceu que todos os membros da comissão receberam tarefas para serem realizadas e trazidas para discussão; que ele ficou com a Prática Curricular, a profª Marli com o TCCL e o Estágio Supervisionado; o prof. Matheus com as ACGs. **Prof. Matheus** disse que é importante discutir a questão das temáticas ao novo currículo; que no seu Departamento não sentiu muita convicção sobre a possibilidade de ofertar Bacharelado. **Prof. Wenceslau** disse que o Bacharelado é algo necessário, até para a sobrevivência do próprio Centro; que a interpretação à execução da Prática Curricular (400 horas) deve ser diferente daquela adotada em sua proposta; que as 400 horas devem estar diluídas nas disciplinas do currículo. **Profª Marli** disse que recebeu sugestões dos professores que ministram a Prática de Ensino e que estas serão repassadas à Comissão na próxima reunião, que o prof. Cláudio Dutra também enviou sugestões; que atualizará o PPP e repassará uma versão por e-mail. Mencionou que os e-mails estão retornando e que o servidor da UFSM tem estado em manutenção no final de semana. **A acad. Mara** informou que na próxima quarta-feira o DA fará reunião com os alunos para, entre outros temas discutir o PPP. **Prof. Marli e prof. Matheus** mencionaram a necessidade de todos virem às reuniões com o PPP atualizado para avançar nas discussões. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Marli Hatje, presidente da Comissão, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos demais membros.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 09 - 21/10/2003

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas(representante da 8ª Coordenadoria da Educação), profª Marli Hatje, a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) e Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Os prof.º Darkson Spreckelsen da Cunha, Matheus Francisco Saldanha Filho, Fernando Copetti e Isabel Cristina Baggio (representante do Município) não estavam presentes na reunião. A **Prof.ª Marli**, abriu a reunião definindo como e quando seriam aprovadas e assinadas as atas referentes às reuniões da CEIPPP. Ficou definido que as atas serão enviadas, por e-mail, aos membros da Comissão para que façam a leitura até o próximo encontro - Quinta-feira (23/10/2003), onde as mesmas apenas serão assinadas ou alteradas/corrigidas, quando necessário. A reunião do dia 23/10/2003, foi confirmada, tendo apenas o horário alterado das 14h para as 16h30min. A seguir, a **prof.ª Marli** entregou aos membros um material referente à Estrutura Curricular do Novo Curso, contento as sugestões de disciplinas aos eixos temáticos, enviadas pelos professores do CEFD e por professores de outros Centros da UFSM os quais ministram disciplinas em nosso Curso. Esse material foi entregue, com antecedência, para que os membros da Comissão tenham condições de fazer uma análise prévia das sugestões de disciplinas, enviadas até o momento. Pois essa será a pauta das reuniões, na próxima semana. Também foi dito que os formulários referentes às disciplinas, serão entregues aos chefes de Departamento em disquete, para que a sugestão de disciplina venha formatada, contendo ementa, objetivos, conteúdo programático e bibliografia. Passou-se, então a analisar o primeiro capítulo do PPP, intitulado "Apresentação". A princípio os membros concordaram com as colocações fundamentativas, iniciais. Os objetivos foram, mais uma vez, analisados e para os mesmos, foi lida a sugestão enviada pela **Prof.ª Angelita Alice Jaeger**, em nome do Departamento de Métodos e Técnicas Desportivas, do CEFD/UFSM. Ficou então definido, após algumas reflexões, que os objetivos seriam: **A)** Desenvolver ações teórico-práticas em que os conhecimentos e saberes acadêmicos contribuam na formação do ser humano em sua totalidade; **B)** Possibilitar uma formação político-social, dentro de uma abordagem histórico-crítica, em diferentes manifestações da cultura corporal, compromissada com a educação emancipatória; **C)** Possibilitar uma formação técnico-profissional visando o aperfeiçoamento de habilidades, capacidades e competências necessárias ao exercício profissional. Algumas alterações foram feitas no texto dos objetivos, no sentido de garantir a coerência do mesmo, respeitando a matriz teórica escolhida para fundamentar o PPP, pois entende-se que a matriz deve perpassar todo o projeto. A **acad. Mara** expôs sua preocupação em relação aos objetivos do PPP terem sido elaborados a partir de algumas sugestões, por ela retiradas, um documento da Comitiva Nacional dos Estudantes. Sendo que a linha de pensamento da Comitiva é diferenciada da linha de pensamento dos autores escolhidos para fundamentar o PPP. O **Prof. Wenceslau** manifestou a possibilidade de ser, então, construída uma nova propostas, ou seja, o membro da Comissão que não estiver de acordo com o que fora escrito até o momento, tem total liberdade para apresentar novas propostas; desde que as mesmas não sejam "remendos" da já existente, e sim um novo texto, uma nova argumentação e fundamentação. Também, fez-se questão de deixar clara a intenção da fundamentação teórica, utilizada no PPP, pois esta servirá para, além de sustentar teoricamente a proposta, nortear a mesma. Isso não significa que os professores do Curso serão obrigados a utilizar os mesmos autores, ou a mesma linha de pensamento, em sua prática pedagógica. Os professores deverão atender aos objetivos do Curso, contemplando toda sua proposta, porém a forma e os recursos dos quais se utilizarão para tal atitude, será de escolha própria. O importante é que haja coerência entre o PPP e a atuação do Docente do CEFD. Então, foi questionada a forma de avaliação a ser utilizada para constatar a coerência entre o texto do PPP e a atuação dos docentes do Curso. Desse questionamento surgiu a proposta de criar-se, no Curso, o cargo de Coordenador Pedagógico, aquele que irá se envolver com as questões metodológicas dos professores, ou seja, "analisar o grau de sintonia" entre o PPP e a atuação do docente. Também foi sugerida a criação do cargo de Ouvidor, o qual ficaria encarregado de receber informações e/ou reclamações dos alunos do Curso, tornando-se uma espécie de mediador entre docentes e administração e discentes. Entendeu-se que tanto o Coordenador Pedagógico, quanto o Ouvidor, são formas de avaliação, buscando garantir os próprios objetivos do Curso. Quanto ao perfil do Egresso, após analisar os textos enviados pelas **Prof.ª Haydee e Isabel, e o da acad. Mara**, optou-se por inserir o texto enviado pela Prof.ª Haydee, pela similaridade entre as propostas enviadas. Todo o texto referente ao capítulo 1 do PPP, foi revisado, tendo a professora Marli reestruturado o texto,

mantendo as decisões tomadas pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 10 - 24/10/2003

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas(representante da 8ª Coordenadoria da Educação), profª Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho, Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Estiveram presentes, ainda, as Profª Mara Rúbia Antunes, do DDI, e a Angelita Alice Jaeger, do DMTD. Também participaram dessa reunião, professores de outros Centros da UFSM; sendo eles; Profª Luciana Silveira Flores Schoenau do Deptº de Morfologia; Profª Liliane de Freitas Bauermann do Deptº de Fisiologia; Prof.º Júlio Medeiros do Deptº Saúde da Comunidade; os Prof.º Getúlio Lemos e Hugo Norberto Krug do Deptº de Metodologia do Ensino e o Prof. Cláudio Dutra do Deptº de Administração Escolar. A acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não pôde participar da reunião por estar envolvida em atividades do DA, porém entregou à Profª Marli uma cópia da estrutura curricular do Curso de Educação Física da UFRJ, para apreciação da Comissão. O prof. Fernando Copetti, não participou da reunião. A **Prof.ª Marli**, iniciou a reunião entregando aos professores uma cópia do material entregue à Comissão na reunião do dia 21/10/2003, referente a proposta de estrutura curricular do Curso de Educação Física do CEFD, contendo inclusive as sugestões de disciplinas encaminhadas pelos professores envolvidos com o Curso. Junto a esse material foi entregue uma cópia dos objetivos do curso e do perfil do egresso, conforme consta, atualmente, no texto do PPP elaborado pela Comissão. Passou-se a discutir a forma de integralização curricular, onde segundo a proposta de um trabalho realizado através de eixos temáticos, algumas disciplinas seriam unificadas passando a ter um programa único e contextualizado com as características e demandas do Curso. A exemplo disso, a **Prof. Marli** expõe a idéia de unificação das disciplinas "Socorros de Urgência" e "Higiene", ressaltando que essa idéia foi apresentada à Profª Gertha que simpatizou com a mesma. O **Prof.º Júlio** discorda dessa unificação, por entender que Socorros e Higiene não contemplam os mesmos conteúdos. Ainda manifestou sua preocupação em relação a forma de trabalho através dos eixos. O **Prof. Wenceslau** explicou que essa forma de trabalho é apenas uma proposta, ainda em fase de avaliação pela CEIPPP, e que a mesma possui benefícios de aplicabilidade, algumas deficiências, porém é uma forma de integralização curricular totalmente legal e permitida, segundo a Prof. Cordélia da Prograd. O **prof. Cláudio** diz acreditar nessa possibilidade de trabalho unificado entre os docentes, ressaltando em sua fala a importância de tal trabalho, tanto para o corpo discente quanto para o docente. Todos os presentes concordam que há possibilidade em realizar um trabalho nessa perspectiva, porém acreditam que a maior dificuldade em implementar essa proposta está justamente em conseguir efetivar os encontros e acordos entre os docentes do Curso, uma vez que professores de outros Centros da UFSM, estão envolvidos. O **Prof. Hugo,** analisando o material entregue pela Prof. Marli, questiona o perfil desse Curso de Licenciatura objetiva pelo CEFD, pois a proposta de estrutura curricular está muito voltada ao conhecimento técnico, o que caracteriza um curso de Bacharelado. O **Prof. Matheus** explicou que a estrutura apresentada é apenas uma proposta ainda em fase de estudo e amadurecimento. Por esse motivo a Comissão estava buscando compartilhar suas discussões com os Deptºs do CEFD e de outros Centros da UFSM. O **prof. Matheus** afirmou o desejo do CEFD pela Licenciatura e colocou, ainda, que a questão do Bacharelado para o CEFD, trata-se mais de uma questão política. A **prof.ª Marli** esclarece aos professores de outros Centros que a linha do PPP, no que diz respeito as dimensões (formação ampliada e formação específica), seguiu as propostas apresentadas, em âmbito nacional, acerca das Diretrizes Curriculares da Educação Física, pelo fato das propostas não divergirem, pelo menos nesse aspecto. Com base nessa linha o projeto está sendo elaborado, assim como a reestruturação curricular, e no que diz respeito às disciplinas listadas no material entregue aos professores no início da reunião, ainda não há garantia de que elas permanecerão ou não. A ementa, os objetivos e o conteúdo programático de cada uma delas auxiliará a Comissão a definir quais serão pertinentes e relevantes ao Novo Curso. As **prof.ª Liliane e Luciana**, além de tomarem conhecimento dos objetivos e perfil do egresso definidas ao Novo Curso de Educação Física do CEFD, e frente as colocações da Prof. Marli e do prof. Matheus, confirmaram a necessidade de uma cuidadosa revisão e reestruturação dos conteúdos programáticos das disciplinas Anatomia e Biologia, pois os atuais programas não contemplam as necessidades do Novo Curso. Para essa primeira etapa da reunião ficou, então definido que os professores, responsáveis por algumas disciplinas, reunir-se-ão para discutir o programa das mesmas e adequa-lo às demandas do Novo Curso e suas características. A sugestão lançada foi a

de unificar: Biologia, Fisiologia Geral e Fisiologia do Exercício; Organização e Estrutura e Funcionamento dos Ensinos Fundamental e Médio; Socorros de Urgência e Higiene. Os chefes de Deptº de outros Centros, presentes na reunião, se responsabilizaram por informar os professores e conduzi-los a buscar contato com os professores do CEFD para que sejam discutidas questões pertinentes à unificação das disciplinas supracitadas, sendo as propostas elaboradas nesses encontros, encaminhados à CEIPPP do CEFD. Após essa definição, permaneceram em reunião, somente os membros da Comissão. Dando seguimento ao encontro, a **Prof. Marli** leu um documento enviado à ela pelo Prof. Darkson, informando seu afastamento das atividades do PPP. Os professores discutiram a respeito da necessidade em se estabelecer uma forma de migração do atual para o novo currículo, porém faltam algumas informações sobre a legalidade de um processo migratório e como ele deve e/ou poderia ser estruturado. A prof. Marli acredita que deva existir um processo de transferência de um currículo para o outro, do contrário, talvez o Curso não consiga manter suas atividades. Pois no caso de não optar-se por um processo migratório, terão alunos no atual currículo até o ano de 2008. Ao final da reunião a profª Marli apresentou sugestão de algumas disciplinas ao novo currículo: 1) Seminário em Educação Física (1º semestre), que poderia ser ministrada à Licenciatura e ao Bacharelado (substituiria Fundamentos da Ed. Física I); 2) Laboratório de Introdução aos Desportos (1º semestre), também para os dois cursos. Explicou que esta disciplina seria cursada pelos alunos do primeiro semestre, mas ministrada por alunos do 8º, matriculados em 3) Docência Orientada em Desportos (75h/a). Essa carga horária seria parte da Prática Curricular (400h/a). Explicou que para o primeiro semestre seria um contato inicial com os esportes, " uma atividade prática; 4) Educação Física e Mídia (1º semestre) e 5) Educação Física e Processos Comunicacionais (2º semestre), também para dos dois cursos; 6) Educação Alimentar I (3º semestre) e 7) Educação Alimentar II (4º semestre). Os alunos da licenciatura cursariam a primeira e os do bacharelado ambas. Os membros acharam a idéia muito interessante e será levada à discussão na próxima reunião com os chefes de departamento do CEFD. A profª Marli disse que parte dessas sugestões são fruto da demanda verificada no curso hoje. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMANETAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO CEFD

ATA 11 – 29/10/2003

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), profª Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho, Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Estiveram presentes, ainda, as Profª Mara Rúbia Antunes, do DDI, e a Angelita Alice Jaeger, do DMTD. O Chefe do DDC, prof. Darkson Cunha, também foi convidado à reunião, mas não compareceu. A profª Marli apresentou os primeiros programas de disciplinas encaminhados por alguns professores. A Comissão junto com as duas professoras do CEFD analisou as primeiras sugestões à composição da grade curricular do novo curso de Licenciatura. Todas elas foram analisadas a partir do PPP, ainda em construção. O prof. Wenceslau destacou a importância desse trabalho, tendo em vista que deve haver uma construção linear e coerente. A profª Angelita avalia a proposta do PPP como muito interessante, mas alerta para a necessidade dos professores e alunos do CEFD assumirem a nova proposta. A profª Haydee afirma que sem a participação e a colaboração de todos, o projeto corre o risco de não dar certo. A profª Marli encerra a reunião dizendo que qualquer projeto, por melhor que seja, somente dará certo se todos colaborarem. Num processo de mudança é preciso mudança de atitude e de comportamento. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 12 - 31/10/2003

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e três, às dez horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), Prof. Ivon Chagas da Rocha Júnior, representando o DDI, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Os Professores Matheus Francisco Saldanha Filho, Prof.º Fernando Copetti não compareceram ao encontro. As Prof.ª Angelita Alice Jaeger do DMTD e Isabel Cristina Baggio (representante do município) não compareceram justificando sua ausência. Também não compareceu à reunião a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico). Iniciando a reunião, a prof. Marli fala da Prática de Ensino. Ela coloca que são 1880 horas destinadas às disciplinas obrigatórias, mais 400h de prática de ensino (1800+400=2000h). A prática deve ser pensada de maneira a contemplar um Curso de Licenciatura, por isso sugeriu-se que ela não fosse fragmentada em forma de disciplinas, mas diluída em todas ou em parte das disciplinas obrigatórias, contemplando os conteúdos ministrados na disciplina. A citar exemplo: o professor de Basquetebol, teria uma carga horária determinada para abordar seus conteúdos e o restante estaria sendo trabalhado de forma a contemplar a prática de ensino. Essa foi uma das sugestões apresentadas, porém a implementação da prática de ensino será feita por decisão da comissão. A professora Marli coloca que, atualmente, o Curso possui enquanto prática de ensino o Estágio Profissionalizante e as disciplinas: Didática I e Didática Especial e Prática de Ensino. O prof. Wenceslau concorda com a proposta da Prática ser pensada dentro das próprias disciplinas (sendo as 400h somadas as práticas dentro das disciplinas). Foi esclarecido que os chefes de Departamento do CEFD devem começar um processo de tomada de decisões, participando e atuando mais no processo de reestruturação curricular para haja um trabalho integrado. O prof. Matheus coloca sua preocupação quanto ao contato com as escolas e ressalta a importância de um trabalho integrado com o Centro de Educação, pois eles estarão na escola, e tem respaldo para auxiliar a atuação da Educação Física na escola. A prof.ª Marli explicou que a Universidade está fazendo um Convênio com a 8ª Coordenadoria Regional de Educação, com o Município, com a Escola Pão dos Pobres e com a Cidade dos Meninos, tudo para possibilitar o contato dos acadêmicos com o público escolar. Quanto ao Bacharelado, os professores concordaram que no momento é preciso unificar esforços para elaborar o projeto da Licenciatura, pois o Bacharelado será pensado depois. Uma sugestão feita foi a exemplo do que ocorre na UFRGS, onde o aluno faz todas as disciplinas obrigatórias em todos os esportes e são ofertadas outras opções em formas de ACGs para que o aluno tenha possibilidade de aprofundar conhecimentos a seu gosto, essa poderia ser atitude adota pelo CEFD, o que poderia, futuramente, facilitar o processo de criação do Bacharelado. Outra sugestão, quanto aos esportes no Curso, foi a da criação de uma disciplina de esportes alternativos, com um conteúdo programático diversificado e mutável, conforme as demandas contemporâneas. Ao Curso de Licenciatura, pensou-se na possibilidade de nos 02(dois) primeiros anos do curso serem ofertas disciplinas básicas, bases fundamentais e aos demais anos, atividades/disciplinas diversas onde o aluno possa escolher as cadeiras a serem cursadas. A prof.ª Haydee alerta que a proposta não pode deixar de contemplar as exigências dos PCNs e as demandas da própria Educação em nível escolar. Ainda ressalta a importância do aluno aprender, por exemplo, os conteúdos da natação de maneira que ele consiga adequar esses conhecimentos aos mais variados contextos, sempre pensando o cotidiano, as vivências do professor, dos alunos, o contexto escolar. A prof.ª Marli coloca que nesse encontro deve ser definida uma proposta da Comissão para o currículo e essa deve ser repassada aos chefes de Departamentos, para que eles tenham condições de elaborar propostas a serem apresentadas à Comissão. A Comissão deve elaborar uma diretriz e encaminhar aos departamentos. Ficou definido que para o próximo encontro, a ser realizado em 07/11/2003, serão convocados os Chefes de Departamento do CEFD, o Diretor e o Vice-diretor da Graduação e os coordenadores da Pós-Graduação, esses no sentido de contribuir para que haja uma integração e possibilidade de articulação pedagógica entre graduação e pós-graduação. A Direção do CEFD deveria estar auxiliando o trabalho da Comissão norteando a mesma em todo o processo, pois existem problemas a serem resolvidos, tais como, a falta de integração entre graduação e pós-graduação, a falta de ética entre os professores. Esses problemas também são da Direção e, essa, deve tomar a frente na resolução de problemas, amenizando obstáculos para o bom andamento do Curso. A Comissão necessita de uma postura que parta da Direção do Curso, porém não há participação, nem mesmo do Prof.º Fernando, que além de membro da Comissão é vice-diretor do Centro. A Prof. Haydee colocou que as reuniões realizadas com a participação de profissionais de outros Centros são mais eficientes do que as realizadas somente com a Comissão, pois foram poucos os encontros onde a Comissão estava toda reunida, porém em outros encontros todos os convocados se fazem presentes, enquanto os próprios membros da Comissão não estão. A Prof.ª Marli expôs, frente a essa colocação, mais uma vez sua preocupação quanto ao andamento do PPP, pois a PROGRAD está cobrando o trabalho, há um prazo cada vez mais curto e ainda há uma grande resistência, por parte dos professores do CEFD, à mudança. Os professores não querem mudanças, por esse motivo eles não apoiam o projeto, não participam, não contribuem. O fato de existir uma Comissão não exime a Direção do Centro da responsabilidade nesse processo, muito menos dos demais professores. Pois, a Direção deverá assinar as propostas contidas no texto do PPP e se responsabilizar pelas mesmas, assim como os professores também terão de se responsabilizar pelas mesmas, principalmente, no

momento da implementação de cada disciplina. O Professor Ivon expõe sua preocupação quanto ao fato de exigir-se de cada departamento uma proposta de disciplinas, pois deve-se pensar que serão três propostas a serem unificadas, com suas especificidades, suas prioridades suas necessidades e isso exige um momento intenso de reflexão e discussão. Caso esse momento não ocorra a formação continuará desconexa, fragmentada, generalista e não contemplará os objetivos do novo Curso. O Prof. Wenceslau acredita que deve ser apresentado, de maneira clara, no texto do PPP, que há uma defasagem na formação dos professores, pois, atualmente, há muitos profissionais com formação mais voltada ao bacharelado do que a licenciatura. Provavelmente, por esse motivo haja tanta resistência a um curso de licenciatura. Em muitos casos acontece do conteúdo programático ser bom, mas a metodologia empregada não é a mais adequada e assim o trabalho acaba não funcionando bem. Por essa situação acredita-se na necessidade e importância de um Coordenador Pedagógico que tenha condições de realizar com os professores discussões sobre as metodologias e realizar alguns seminários prestando serviços aos colegas, ampliando e qualificando a atitude pedagógica de seus colegas, na busca por contemplar os objetivos do Curso. Na visão da prof.ª Marli o diretor do CEFD deveria, além de administrar o Centro, divulga-lo fazendo a articulação externa; o prof. Fernando deveria se responsabilizar pelas estratégicas pedagógicas do curso quanto a atuações, produções científicas, ou seja, seria o responsável pela articulação interna do Curso. Ainda há que o problema da existência de interesses grupais, e assim o trabalho realizado, em muitas vezes, acaba sendo individualizado não contemplando os interesse do Todo. A professora Haydee expôs sua frustração em sair da Coordenadoria para participar da Comissão e perceber que os próprios professores do CEFD não estão comprometido com o trabalho que ora está sendo realizado, isso prejudica em muito o seu trabalho dentro das escolas. Pois enquanto ela não mede esforços para tentar mudar a mentalidade e a atuação dos professores nas escolas, os próprios formadores de futuros professores nada fazem e possibilitam a defasagem, cada vez maior, na educação física escolar. Esse processo acaba sendo, além de desconexo, sem utilidade, pois na escola quer-se uma realidade que a Instituição formadora não contempla. Ainda, a professora reforçou o que fora dito anteriormente, reuniões com outros professores, e até mesmo em outros Centros da UFSM são mais proveitosas e contam com uma participação muito maior de professores do que da própria Comissão. Um exemplo disso foi a reunião realizada na quarta feira, 29/10/2003, onde os membros da Comissão foram ao Centro de Educação para reunirem-se com a Comissão do CE, nesse encontro fizeram-se presentes apenas três membros da Comissão do CEFD, sendo que esse encontro foi solicitado pela Comissão do CEFD para obter maiores informações e para solicitar auxílio do CE ao PPP. Nesse encontro estiveram presentes apenas os Professores Wenceslau, Haydee e Isabel, enquanto os membros da Comissão do CE estavam todos presentes e dispostos a contribuir com nosso trabalho. Definiu-se o próximo encontro para sexta-feira, 07/10/2003, às 14h no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, sala 1005. A prof. Marli explicou ao prof. Ivon sua proposta da disciplina de vivência em esporte pelos alunos do primeiro semestre do Curso, (esta proposta está descrita na ata 10). Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 13 - 07/11/2003

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e três, às quatorze horas no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com a presença dos seguintes membros: Prof. Marli Hatje, Prof. Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), Prof.º Fernando Copetti, a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico), eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Também estiveram presentes os professores convocados: Prof.ª Mara Rúbia Antunes, chefe do DDI; Prof.ª Angelita Alice Jaeger, chefe do DMTD; o Prof.º Matheus representando do DDC e o Prof.º Carlos Bolli Mota, diretor do CEFD. A Prof.ª Isabel Cristina Baggio (representante do município) não compareceu, justificando previamente sua ausência. O prof. Wenceslau inicia a reunião explicando o motivo da convocação dos Chefes de Departamento e da Direção do CEFD: definir especificamente o rumo do PPP, centrando algumas questões para nortear o trabalho para que o mesmo possa ter seguimento, de forma coesa e integrada, contando com a participação de todos os professores do CEFD. O prof. Wenceslau também expôs algumas questões abordadas na reunião do dia 29/10/2003, realizada no Centro de Educação com sua respectiva Comissão. Nesse encontro a Comissão do CE colocou que conforme a resolução do CNE/CP01 o Curso de Licenciatura não pode estar ligado ao de Bacharelado. Porém, a UFSM está permitindo que aconteça o ingresso dos alunos num dos cursos, onde é

ofertado um núcleo comum, podendo o aluno cursar a Licenciatura, por exemplo, e com mais uma ano de permanência na faculdade, cursando cadeiras específicas do Bacharelado, sair formado nas duas habilitações. O CE esclarece que contrariando as instruções da UFSM, a lei não permite que isso aconteça/ não deve existir módulo/núcleo comum. A prof.ª Marli coloca que a maioria dos cursos no Estado estão trabalhando nessa perspectiva de núcleo comum, tendo em média três anos de núcleo comum e, o último ano é destinado ao aprofundamento específico – Bacharelado ou Licenciatura, seguindo as instruções da resolução 003/87. A professora coloca que o mais importante e urgente no momento não é a discussão sobre o bacharelado e sim a estruturação do PPP para a licenciatura. Muitas questões ainda devem ser discutidas, num período muito curto, pois a PROGRAD está cobrando a todo momento o PPP do CEFD. Entre as muitas questões preocupastes, a Prof.ª Marli insiste na relativa ao processo de migração e/ou integralização curricular dos alunos do atual currículo para o novo. Questiona os demais presentes: Como será feita a migração? Será feita ou não? Como serão administrados os dois currículos no caso de não existir uma proposta de integralização/ migração curricular? Definiu-se então que para o próximo encontro, dia 12/11/2003 – quarta-feira – será discutida a proposta da Prof.ª Marli em relação a esse assunto. Será enviada, com antecedência, por e-mail, uma cópia dessa proposta aos chefes de Departamento do CEFD e aos Membros da Comissão, para posterior discussão. O prof. Wenceslau coloca que alguns cursos da UFSM estão tão preocupados quanto a Educação Física em relação ao prazo de entrega do PPP, exigido pela Prograd, inclusive cogitando a possibilidade de solicitar prorrogação de prazo para o término do trabalho. O prof. Wenceslau pede aos membros e aos demais presentes a colaboração de todos não apenas em participar do processo de elaboração do PPP e reestruturação curricular, mas também no ato de sensibilizar os demais colegas que não estão participando desse processo. É preciso que decisões sejam tomadas para que o projeto tenha andamento, porém a Comissão não pode ficar sozinha nessa caminhada. Muitas decisões ainda devem ser tomadas, em especial, quanto a forma de estruturação curricular do Novo Curso. Serão criados ou não os eixos temáticos? O texto do PPP está coeso e condizente com o que se deseja de um novo curso de Licenciatura para o CEFD? Pois o referencial teórico, a base da reestruturação curricular é o PPP. Pois o que há até o momento é uma sugestão de que existam eixos, mas é preciso que sejam definidos quais e como acontecerão durante o Curso. O prof. Wenceslau leu os princípios listados pela proposta do CE/UFSM. O professor acredita que o PPP deve ser regido por esses princípios, em especial, as disciplinas. É preciso uma sintonia no PPP, principalmente, com o CE e com suas propostas, pois a aproximação inevitável do CEFD com o CE se efetivará na escola e essa aproximação requer um trabalho integrado e não mais fragmentado, como vem acontecendo. O prof. Matheus solicita que a direção do CEFD atue de forma firme e eficaz, pois ela estará responsabilizada por articular interesses das licenciaturas para que as mesmas ganhem força na UFSM, e essa articulação deve começar pelo CE, acrescentando que há uma boa base para o PPP do CEFD na proposta do CE. A Prof.ª Angelita acredita que essa articulação deve acontecer nas próprias de disciplinas, inclusive citou algumas disciplinas que teriam sido sugeridas pelo Prof.º Marco Aurélio Acosta do DMTD, sendo elas: Sociologia e Filosofia da Educação e História da Educação. Essas disciplinas poderiam ser solicitadas ao CE para o Curso de Licenciatura do CEFD. E dessa forma o curso deve proceder com os demais centros da UFSM envolvidos, ou seja, enviar diretrizes aos demais departamentos, tais como, o departamento de Biologia, o de Anatomia e o de Fisiologia, para nortear suas ações pedagógicas contemplando os objetivos do nosso Curso. A prof.ª ainda coloca que cabe aos Departamentos começarem a trabalhar na elaboração das disciplinas, a pensar como os esportes serão implementados, quais serão as ementas, os objetivos, sempre pensando nos objetivos do Novo Curso. Também é preciso pensar em como será rompida a imagem de um curso basicamente prático. Mas para isso, a professora acredita que os eixos devem ser estruturados, e cada um deles, deve conter um breve esclarecido, no sentido de deixar registrado no texto do PPP o que os professores entendem, por exemplo, por Culturais do Movimento Humano, e assim para todos os demais eixos. Isso facilitará muito o próprio processo de elaboração das disciplinas em todos os departamentos. O prof. Carlos, diretor do CEFD, foi informado da criação dos cargos de Ouvidor e Coordenador Pedagógico, tendo recebido do professor Wenceslau explicações de como esses cargos funcionaram e o porque da criação deles. O prof. Fernando coloca que a reestruturação curricular pode acabar sendo uma segunda proposta muito bem elaborada no papel, porém não implementada, como aconteceu com a reforma de 1990. O prof. Matheus também pensa que isso pode acontecer, até porque o CEFD, atualmente, não possui professor de futebol, nem de voleibol, no handebol - somente o Prof.º Luiz Osório, e no basquete o Prof.º Roberto. Esses são os professores que atualmente fazem parte do DDC. Há poucos efetivos e muitos professores substitutos, e será difícil controlar o trabalho de maneira a contemplar o PPP, quando os substitutos estão apenas de passagem pela instituição. A Prof.ª Angelita acredita que os chefes de Departamentos devem se responsabilizar pelos prof. substitutos, entregando-lhes a ementa da disciplina, procurando controlar o processo de avaliação, o seguimento da ementa e dos objetivos. O substituto deve ter o mesmo acompanhamento que um professor em estágio probatório. O maior problema do CEFD, segundo o Prof.º Matheus é a dependência em um conhecimento específico. A maioria dos professores acabam trabalhando/dedicando-se muito à uma área, não conseguindo trabalhar em outras. Por isso é preciso um professor para cada disciplina, enquanto seria muito mais simples se cada uma desses trabalhasse em pelo menos duas áreas. Assim temos no CEFD um professor por disciplina e não professores para disciplinas. O CEFD

necessita de professores que tenham condições de trabalhar de forma unificada e trabalhar com o todo. O professor quando vai atuar na escola não deve ser muito menos agir como especialista, ele deve ser um professor competente a ponto de saber trabalhar conteúdos de forma integrada, privilegiando a interdisciplinaridade. É preciso que se quebre o conceito de que o professor para trabalhar com ginástica deve ter um ginasta; para ser professor de voleibol deve ter sido atleta. A Prof.ª Marli resgata a discussão sobre a integralização das 400h da Prática de Ensino. Ela coloca que, a partir da proposta do prof. Wenceslau, pensou-se em diluir essas 400horas em várias disciplinas durante o Curso. As disciplinas teriam uma parte de sua carga horária para expor o conteúdo programático e o restante para trabalhar a Prática de Ensino. Definiu-se que os Departamentos do CEFD deverão discutir essa proposta de diluição da Prática e retornar à Comissão, o mais breve possível, pois a Comissão terá que discutir as sugestões dos Departamentos. A professora Marli informou que vai relembrar sua proposta referente às disciplinas de Docência sugeridas ao oitavo semestre e ás de Vivência ao primeiro semestre. Essa proposta será enviada aos Chefes de Departamento para apreciação discussão com os demais professores. Decidiu-se também: manter os eixos temáticos, porém deverão ser elaborados conceitos aos mesmos para especificar o que se entende por esses eixos. A tarefa ficou distribuída entre os professores presentes: o prof. Matheus ficou responsável pelo Eixo Técnico-Instrumental; a Prof.ª Marli com o Eixo Produção do Conhecimento; as Prof.ª Haydee e Mara Rúbia com o Eixo Relação do Ser Humano e Sociedade; os Prof.º Fernando e Carlos com o Eixo Biológica do Corpo Humano, e o Prof. Wenceslau e Angelita com o Eixo Culturais do Movimento Humano. O prazo estabelecido para entrega desse material: quarta-feira (12/11/2003) até as 14h30, na reunião da Comissão. Também ficou definido que os professores receberão, via e-mail, um formulário para as disciplinas, juntamente com o formulário para solicitação de aquisição de livros pela biblioteca setorial. Prazo para a entrega das disciplinas à Comissão: 18/11/2003(terça-feira), em disquete, ou via e-mail, padronizado conforme o formulário que será entregue aos professores. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 14 - 13/11/2003

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.ª Marli Hatje (presidente), Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho, eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os Professores Fernando Copetti, Isabel Cristina Baggio (representante do Município), Haydee Maria da Silveira de França Vargas (representante da 8ª Coordenadoria de Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não estavam presentes. A convite da Prof. Marli estiveram presentes os Professores Roque Luiz Moro e Elizara Carolina Martins. A Professora Marli relatou rapidamente a atual situação do PPP aos professores convidados e solicitou-lhes algumas sugestões quanto disciplinas ao Novo Currículo, com base no perfil desenhado pelo PPP. A Prof. Elizara sugeriu a criação de uma disciplina que contemplasse o lazer. O prof. Roque também concordou que seria interessante que o Novo Currículo disponibilizasse uma disciplina desse caráter no rol das disciplinas obrigatórias e não em forma de Atividade Complementar de Graduação (ACG).A Prof. Marli apresentou sua proposta de integralização curricular dos alunos do Atual Currículo para o Novo Currículo, sendo ela assim estruturada. Nada mais havendo a tratar, eu, Profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 15 - 20/11/2003

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e três, às oito horas e trinta, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do

Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.ª Marli Hatje, Prof.º Wenceslau, Prof.ª Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Também estiveram presentes o Prof.º Carlos Bolli Mota (diretor do CEFD), Prof.ª Elizara Carolina (professora do CEFD/ afastada para doutoramento, porém interessada nas discussões do PPP). Os Prof. Fernando Copetti, Matheus Francisco Saldanha Filho e a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não compareceram ao encontro, justificando previamente a ausência. Iniciando a reunião, a Prof. Marli apresentou as disciplinas que foram enviadas, à Comissão, pelos departamentos. Ao Prof. Carlos, foi apresentada a atual condição do PPP, manifestando a insatisfação, por parte da Comissão, quanto a pouca participação de alguns de seus membros. A Comissão também relatou ao diretor a falta de colaboração dos professores do CEFD com o PPP, principalmente, no que diz respeito a reestruturação curricular. Pois, segundo decisões do encontro do dia 07/11/2003, todas as disciplinas deveriam ser encaminhadas à Comissão até 18/11/2003. Para que essas fossem analisadas no encontro do dia 20/11/2003. Algumas disciplinas foram enviadas, mas no caso do DDC, somente uma sugestão foi encaminhada. A Comissão exigiu do Prof. Bolli uma atuação mais enérgica no que diz respeito à cobrança aos Chefes de Departamentos e, consequentemente, aos professores. A Comissão entende que se o trabalho não ocorrer de forma integrada, os prazos não serão vencidos e, tanto o PPP quanto a reestruturação curricular do Curso estarão comprometidos. A Comissão elaborou um documento à Direção, solicitando dos Departamentos o envio de suas disciplinas até o dia 26/11/2003, conforme o formulário específico (enviado em anexo), sendo uma cópia impressa e outra em disquete. As disciplinas também deverão vir acompanhadas de classificação específica, quanto a seu enquadramento (dimensão e eixo). Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 16 - 24/11/2003

Aos vinte quatro dias do mês de novembro de dois mil e três, às catorze horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.ª Marli Hatje, Prof.º Wenceslau, Prof.ª Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os membros da Comissão revisaram o PPP elaborado e iniciaram as discussões das disciplinas, já encaminhadas pelos professores, bem como sobre as dimensões que comporão a estrutura e organização do novo currículo. Houve analise do conteúdo das disciplinas para verificar se elas estavam coerentes com a fundamentação teórica do PPP. A Comissão acredita que o projeto terá algumas incoerências acadêmicas, e entende isso como normal. Conquistar unidade num processo complexo como a elaboração de um PPP e de um novo curso é muito difícil se não impossível. Mas a Comissão decidiu esforçar-se no sentido de elaborar uma proposta dentro da coerência possível, considerando as especificidades (características e deficiências) do CEFD. Não vamos atingir cem por cento de coerência, destacou a profª Isabel, mas é preciso que todos os professores envolvidos com o Curso estejam cientes de que é preciso uma unidade mínima. É esta unidade mínima que a Comissão pretende preservar e garantir na proposta final. Assim, será necessário excluir e incluir disciplinas ou ainda alterar a carga horária das disciplinas encaminhadas. A profª Marli destaca que não podemos esquecer o curso de Graduação a ser elaborado depois do curso de licenciatura; que este projeto é parcial para o CEFD. Quando o Centro estiver com os dois cursos novos prontos é que poderemos ter uma dimensão exata de todo o processo. A profª Marli também trouxe à Comissão as últimas informações sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Física, que devem ser aprovadas em março/abril de 2004. O prof. Wenceslau destacou a importância e a necessidade dos professores do CEFD se engajaram na implantação do novo currículo. Nada mais havendo a trata, eu Scheila Espíndola Antunes, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada pelos membros presentes à reunião.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 17 - 26/11/2003

Aos vinte seis dias do mês de novembro de dois mil e três, às onze horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.ª Marli Hatje, Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof. Matheus Francisco Saldanha Filho; Prof.ª Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu **Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP).** A profª Marli questionou a constante ausência dos representantes do Diretório Acadêmico, sem justificativa. A Comissão lamentou que os discentes estão à margem das discussões do PPP, pois são os maiores interessados no assunto. Os membros da Comissão continuaram as discussões iniciadas na última reunião e refletiram sobre a realidade do CEFD, principalmente em relação ao novo contexto frente as Diretrizes Curriculares. Questionou-se sobre a possibilidade do Centro manter em funcionamento três cursos de graduação até 2009 (o atual, a licenciatura e a graduação). Comentaram a falta de professores e de funcionários. Nada mais havendo a tratar, eu Scheila Espíndola Antunes lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 18 - 05/12/2003

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e três, às quatorze horas e trinta minutos, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.ª Marli Hatje (presidente), Prof.º Wenceslau Leães Filho, Profª Isabel Cristina Baggio (representante do Município), Prof.º Matheus Francisco Saldanha Filho, eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os Prof. Fernando Copetti, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), e a acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não compareceram ao encontro, justificando previamente a ausência. A Comissão iniciou a reunião revisando e organizando, por departamento, as propostas de disciplinas ao Novo Currículo do Curso, enviadas pelos Departamentos do CEFD, da Anatomia, da Fisiologia, da Enfermagem e do Centro de Educação. Não foram recebidas propostas do Departamento de Higiene e de Biologia. Após a organização das disciplinas conforme respectivos departamentos, as mesmas foram analisadas quanto a carga horária e o semestre a ser ministrada. Também foram debatidas questões quanto a unificação das disciplinas: Fisiologia Geral, Anatomia e Biologia; Higiene e Socorros de Urgência; Desenvolvimento Humano e Psicologia; Didática Especial e Didática I, Biomecânica dos Exercícios Físicos e Cinesiologia. A Comissão decidiu solicitar aos respectivos departamentos a elaboração de uma proposta de disciplinas que contemplem essas unificações, tendo os departamentos até o dia até o dia 11(onze) de dezembro para o envio desse material. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 19 - 11/12/2003

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e três, 14horas e trinta minutos, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, Prof.ª Marli Hatje (presidente), Prof.º Wenceslau Leães Filho, Prof.ª Isabel Cristina Baggio (representante do município), Prof.º Matheus

Francisco Saldanha Filho, eu Scheila Espíndola Antunes, bolsista do PPP. Os prof. Fernando Copetti, Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação) e a Acadêmica Mara Cristina Schneider (representante do Diretório Acadêmico) não compareceram ao encontro. A Comissão deu continuidade ao processo de avaliação das propostas encaminhadas pelos departamentos, dando início a estruturação da Grade Curricular ao Novo Curso. A Comissão não recebeu resposta à solicitação de unificação das disciplinas: Fisiologia Geral, Anatomia e Biologia; Higiene e Socorros de Urgência; Desenvolvimento Humano e Psicologia; Didática Especial e Didática I, Biomecânica dos Exercícios Físicos e Cinesiologia. Apenas a Prof.ª Luciana Flores Bauermann, chefe do Departamento de Fisiologia, informou, por telefone, a inviabilidade da unificação e Fisiologia Geral, Anatomia e Biologia; informando que uma possibilidade poderia ser a unificação de Fisiologia Geral e Fisiologia do Esporte. Frente a falta de dados dos demais departamentos a resposta da Prof.ª Luciana, a Comissão deu continuidade a elaboração da Grade Curricular. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pêlos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 20 - 18/12/2003

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e três, às dezesseis horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, com os membros Prof.ª Marli Hatje (presidente), Prof.º Wenceslau, Prof.º Matheus Francisco Saldanha Filho, Prof.ª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP). Os Prof. Fernando Copetti, Isabel Cristina Baggio (representante do Município) e a acadêmica Mara Cristina Schneider não estavam presentes. Os membros dedicaram-se a revisão das disciplinas, uma a uma, conforme programas enviados pelos departamentos do CEFD e de outros Centros da UFSM. Foram revisadas as cargas horárias e feita a semestralização dessas disciplinas. Ficando a grade curricular assim estruturada: **PRIMEIRO SEMESTRE**: Laboratório de Esporte I (individuais) com 30horas; Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação com 60horas; Seminário em Educação Física com 45horas; Estudos do Lazer com 60horas, Anatomia e Biologia com 75horas; Currículo em Educação Física com 60horas; e uma DCG do DDC com 45horas. **SEGUNDO SEMESTRE:** Laboratório de Esporte II (coletivos) com 30horas; Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano com 90horas, Laboratório de Produção de Textos com 30horas, Ginástica com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Fisiologia do Exercício com 75horas; Lutas I com 60horas e Atividades Aquáticas I com 60horas, sendo 45horas destinadas à teoria e 15hgras à prática. **TERCEIRO SEMESTRE:** Didática da Educação Física com 90horas; História e Filosofia da Ciência com 60horas, Antropologia e História do Corpo com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Futebol com 60horas com 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Metodologia da Pesquisa com 75horas; Atividades Aquáticas II com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Atividades Rítmicas com 75horas sendo 60horas destinadas a teoria e 15 à prática. **QUARTO SEMESTRE:** Educação Física e Necessidades Educativas Especiais com 60horas sendo 40 destinadas à teoria e 20 à prática; Estágio Supervisionado I com 120horas realizado no Ensino Médio; Basquete com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação com 45horas; História da Educação Física, do Esporte e do Lazer com 45horas sendo 25horas destinadas à teoria e 20horas à prática; Atletismo I com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Saúde Pública com 60horas. **QUINTO SEMESTRE:** Sociologia do Esporte com 45horas; Estágio Supervisionado II realizado no Ensino Fundamental com 120horas; Handebol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Lúdico e Infância com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Biomecânica e Cinesiologia com 75horas; Atletismo II com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica com 75horas. **SEXTO SEMESTRE:** Gestão de Eventos Esportivos e Culturais com 45horas; Estágio Supervisionado III realizado no Ensino Infantil com 120horas; Voleibol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Esportes e atividades Alternativas com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Seminário em Natureza e Atividade Física com 45horas e uma DCG do DDI com 30horas. **SÉTIMO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte I (Individuais) com 60horas; Prática Educativa I com 30horas; Seminário em Estágio Supervisionado com 45horas; Pesquisa em Ciências Humanas com 45horas e uma DCG do DMTD com 45horas. **OITAVO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte II (coletivos) com 60horas; Seminário em Trabalho de Conclusão

de Curso com 60horas; Prática Educativa II com 30horas; uma DCG do DDC com 45horas e uma DCG do DDI com 45horas. Totalizando 375horas no primeiro semestre, 395horas no segundo semestre, 480 horas no terceiro semestre; 450horas no quarto semestre, 495horas no quinto semestre, 345horas no sexto semestre, 225horas no sétimo semestre e 240horas no oitavo semestre. Considerando esta Grade Curricular , ficou definido que as 400horas de Prática de Ensino, exigidas por lei, ficarão distribuídas da seguinte forma: 180horas nas disciplinas de Docência Orientada em Esporte I (60horas), Docência Orientada em Esporte II (60horas), Prática Educativa para Populações Especiais (60horas). As demais 220horas serão distribuídas nas seguintes disciplinas, cada uma com 15horas: Ginástica, Atividades Aquáticas I, Antropologia e História do Corpo, Futebol, Atividades Aquáticas II, Atividades Rítmicas, Basquete, Atletismo I, Handebol, Lúdica e Infância, Atletismo II e Voleibol. As disciplinas de Educação Física e Necessidades Educativas Especiais e História da Educação Física, do Esporte e do Lazer foram contempladas com 20horas de prática curricular. No entanto, a Comissão entende que, embora tenha-se optado pela diluição das 400horas de Prática Curricular desta forma, as demais disciplinas também devem contemplar em seus conteúdos a prática curricular. Será elaborado, pela professora Marli, um ofício solicitando o envio de uma proposta de unificação das disciplinas: Anatomia e Biologia; Fisiologia do Exercício e Fisiologia Geral; Desenvolvimento Humano e Psicologia; Didática Especial e Didática I; Biomecânica e Cinesiologia; Socorros de Urgência e Higiene. O ofício será entregue, pessoalmente, pela bolsista do PPP aos professores responsáveis pelas disciplinas ou ao Chefe do respectivo Departamento no dia 22 (vinte e dois) de dezembro, perante assinatura dos mesmos no livro de protocolo de correspondências do CEFD/UFSM. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

GRADE CURRICULAR 2004 – NOVO CURRÍCULO – Total de horas: 3005 – 1ª PROPOSTA

Sem.	Disciplinas							Total horas
1º	Laboratório de Esporte I (Individuais) (30h)	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação (60h)	Seminário em Educação Física (45h)	Estudos do Lazer (60h)	Anatomia e Biologia (75h)	Currículo em Educação Física (60h)	"DCG" (45h) DDC	375
2º	Laboratório de Esporte II (Coletivos) (30h)	Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano (90h)	Laboratório de Produção de Textos (30h)	Ginástica (60h) (45+15)	Fisiologia do Exercício (75h)	Lutas I (60h)	Atividades Aquáticas I (60h) (45+15)	395
3º	Didática da Educação Física (90h)	História e Filosofia da Ciência (60h)	Antropologia e História do Corpo (60h) (45 + 15)	Futebol (60h) (45 + 15)	Metodologia da Pesquisa (75h)	Atividades Aquáticas II (60h) 45+15	Atividades Rítmicas (75h) (60+15)	480
4º	Educação Física e Necessidades Educativas Especiais (60h) (40 + 20)	Estágio Supervisionado I (120h) (Ensino Médio)	Basquete (60h) (45+15)	Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (45h)	História da Educação Física, do Esporte e do Lazer (45h) 25+20	Atletismo I (60h) (45+15)	Saúde Pública (60h)	450
5º	Sociologia do Esporte (45h)	Estágio Supervisionado II (Ensino fundamental) (120h)	Handebol (60h) (45+15)	Lúdico e Infância (60h) (45+15)	Biomecânica e Cinesiologia (75h)	Atletismo II (60h) (45+15)	Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica (75h)	495
6º	Gestão de Eventos Esportivos e Culturais (45h)	Estágio Supervisionado III (120h) (Ensino Infantil)	Voleibol (60h) (45+15)	Esportes e Atividades Alternativas (45h)	Seminário em Natureza e Atividade Física (45h)	"DCG" (30h) DDI		345
7º	Docência Orientada em Esporte I (Individuais) (60h)	Prática Educativa I (30h)	Seminário em Estágio Supervisionado (45h	Pesquisa em Ciências Humanas (45h)	"DCG" (45h) DMTD			225
8º	Docência Orientada em Esporte II (Coletivos) (60h)	Seminário em TCCL (60h)	Prática Educativa II (30h)	"DCG" (45h) DDC	"DCG" (45h) DDI			240

Comentando e esclarecendo aspectos da Proposta Curricular

Considerando a Grade Curricular proposta, as **400 horas de Prática Curricular**, exigidas por Lei, estão assim distribuídas: 180 horas nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I (60h); Docência Orientada em Esporte II (60h), Prática Educativa Para Populações Especiais (60h). As demais 220 horas foram distribuídas nas seguintes disciplinas, cada uma com 15h: Ginástica; Atividades Aquáticas I; Antropologia e História do Corpo; Futebol; Atividades Aquáticas II; Atividades Rítmicas; Basquete; Atletismo I; Handebol; Lúdico e Infância; Atletismo II e Voleibol. As disciplinas de Educação Física e Necessidades Educativas Especiais e Educação Física, do Esporte e do Lazer foram contempladas com 20 horas de prática curricular, cada uma (para ajuste da carga horária). **Total: 400 horas.** Embora o Curso tenha decidido realizar a diluição desta forma e nessas disciplinas, para atender e visualizar na prática as exigências legais, recomenda-se que todas as disciplinas contemplem em seu conteúdo a prática curricular.

Nas 15 e 20 horas/aula definidas para a Prática Curricular, em diferentes disciplinas da Grade, o aluno dá ênfase à **observação e participação** nas aulas de Educação Física em que irá realizar as atividades.

A **regência** propriamente dita ele fará nas disciplinas de Prática Educativa I e Prática Educativa II (sétimo e oitavo semestres). Na disciplina de Prática Educativa I, o aluno ministrará aulas ao ensino Médio, Fundamental e Infantil. Na disciplina de Prática Educativa II estará voltado para Populações Especiais e as aulas serão desenvolvida junto aos Cursos Supletivos; Educação de Jovens e Adultos (EJA), Grupos de Idosos e outras instituições e/ou órgãos já constituídos formalmente ou que venham a ser instituídos no decorrer dos próximos anos. O processo por ser dinâmico, e com temáticas emergentes em todos os momentos, requer essa possibilidade.

As disciplinas de Laboratório de Esporte I (Esportes Individuais), de 30 horas/aula e Laboratório de Esportes II (Esportes Coletivos), 30 horas/aula, com ofertas no primeiro e segundo semestres do Curso de Licenciatura em Educação Física, serão ministradas por acadêmicos matriculados nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I e Docência Orientada em Esporte II (sétimo e oitavo semestres), sob orientação de um professor do Curso. Ao ministrar aulas para o primeiro e segundo semestres da graduação, o aluno, em fase final de Curso, cumpre as últimas 120 horas de Prática Curricular exigidas por Lei, mas voltadas ao ensino superior. A proposta é possibilitar ao aluno a vivência de todas as modalidades esportivas quando ingressa no Curso, valorizando e aperfeiçoando a cultura corporal de cada um.

As **400 horas de Estágio Supervisionado**, exigidas por Lei, serão cumpridas em quatro momentos distintos: 1º Estágio Supervisionado I (120 horas – Ensino Médio); 2º Estágio Supervisionado II (120 horas – Ensino Fundamental); 3º Estágio Supervisionado III (120 horas – Ensino Infantil); 4º Seminário em Estágio Supervisionado (45 horas – Ensinos Médio/Fundamental/Infantil); **Total: 405 horas**

Em relação as **200 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs**), exigidas por Lei, foram propostas na grade curricular cinco (5) Disciplinas Complementares de Graduação, que serão ofertadas pelos Departamentos nos seguintes semestres: 1º semestre (DDC); 6º semestre (DDI); 7º semestre (DMTD); 8º semestre (DDI e DDC). As disciplinas a serem ofertadas podem mudar de um semestre para outro, mas devem constar no rol de DCGs do Curso. A disciplina a ser ofertada vai depender da disponibilidade de docente no respectivo departamento. Todos os alunos do semestre em que ocorre a disciplina interessados terão vaga garantida. **Total: 210 horas**

O acadêmico não é obrigado a matricular-se nas disciplinas ofertadas, porque além das DCGs oferecidas no CEFD, ele pode optar em cumprir as 200 horas com disciplinas de outros Cursos/Centros (a serem analisadas pelo Colegiado) ou ainda cumprir a carga horária mínima com as 12 modalidades de ACGs definidas e normatizadas pelo Colegiado do Curso no CEFD, em vigor (anexo???).

As demais horas/aula do Currículo contemplam as 1.800 horas exigidas pela Resolução 01 e 02. **Total: 1990 horas.**
Carga horária do novo curso: 3005 horas/aula - (400 horas Prática Curricular + 405 horas Estágio Supervisionado + 210 horas ACGs + 1990 horas conteúdos técnico-científicos

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Curso de Educação Física: Licenciatura Plena
Comissão de Elaboração e Implantação do Projeto Político
Pedagógico e da Reestruturação Curricular

Santa Maria, 19 de dezembro de 2003.

De: CEPPP-RE/CEFD/UFSM
Para: Professores das disciplinas .....

Prezados colegas!

A CEIPPP-RE/CEFD/UFSM solicita que seja encaminhado até o dia 5 de janeiro de 2004 segunda- feira), programa para a disciplina "Fisiologia do Exercício" (75 horas/aula) a ser ofertada no segundo semestre do curso de Educação Física: Licenciatura.
De acordo com a proposta de PPP elaborada pela Comissão (exclusivamente para licenciatura), entende-se que os conteúdos a serem desenvolvidos nas duas disciplinas podem ser contemplados em disciplina única de 75 horas.

Solicitamos que a nova proposta seja encaminhada, impreterivelmente, até cinco de janeiro, tendo em vista que a última reunião das comissões do CEPE será em 16 de janeiro. Antes de ser remetido ao CEPE (última reunião em 23/01/04), o processo deverá tramitar no CEFD em todas as instâncias. Isso deverá acontecer no período de 09 a 14 de janeiro.
Assim, já agendamos para os dias 09 de janeiro a reunião do Colegiado do Curso de Graduação (14h – sala de reuniões) e para o dia 13 de janeiro (às 14h) a reunião do Conselho de Centro.

Solicitamos a observância destes prazos.

Pedimos a gentileza de encaminhar a proposta para:
marlih@smail.ufsm.br ou entregar na Coordenação do
Curso, uma via impressa e outra em disquete.

Atenciosamente

Marli Hatje
Presidente da CEIPPP/CEFD/UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 21 - 06/01/2004

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e quatro, às nove horas, no Laboratório de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física – sala 1005, reuniu-se a Comissão de Elaboração e Implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física do CEFD/UFSM, eu Scheila Espíndola Antunes (bolsista do PPP), Prof.ª Marli Hatje (presidente da Comissão), Prof.º Wenceslau, Prof.º Matheus Francisco Saldanha Filho, Prof.º Fernando Copetti. As Profª Haydee Maria de Silveira França de Vargas (representante da 8ª Coordenadoria da Educação), Isabel Cristina Baggio (representante do município) e a acadêmica Mara Cristina Schneider não estavam presentes. Iniciando o encontro, a Prof. Marli sugere que algumas decisões sejam tomadas em relação as disciplinas de Biologia, Anatomia, Fisiologia Geral, Fisiologia do Esporte, Socorros de Urgência, Higiene, Desenvolvimento Humano, Psicologia, Biomecânica do Exercício Físico e Cinesiologia, quanto a unificação das disciplinas afins. A prof. apresenta aos membros as respostas, enviadas pelos departamentos de Fisiologia e de Biologia, às propostas encaminhadas aos respectivos departamentos, sendo as mesmas contrárias à sugestão de unificação de disciplinas. A prof. Marli sugere que a Biologia seja excluída do currículo e que os professores Luiz Osório e Daniela elaborem uma disciplina que contemple os conteúdos gerais referentes à fisiologia do exercício e treinamento desportivo. Com base nas discussões do encontro definiu-se a seguinte grade curricular ao Novo Currículo do Curso: : **PRIMEIRO SEMESTRE**: Laboratório de Esporte I (individuais) com 30horas; Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação com 60horas; Seminário em Educação Física com 45horas; Estudos do Lazer com 60horas, Anatomia com 60horas; Currículo em Educação Física com 60horas; e uma DCG do DDC com 45horas. **SEGUNDO SEMESTRE:** Laboratório de Esporte II (coletivos) com 30horas; Psicologia da Educação com 60horas, Laboratório de Produção de Textos com 30horas, Ginástica com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Fisiologia do Exercício I com 75horas; Lutas I com 60horas e Atividades Aquáticas I com 45horas, sendo 30horas destinadas à teoria e 15hgras à prática. **TERCEIRO SEMESTRE:** Didática da Educação Física com 90horas; História e Filosofia da Ciência com 60horas, Antropologia e História do Corpo com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Futebol com 60horas com 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Metodologia da Pesquisa com 75horas; Atividades Aquáticas II com 45 horas sendo 30horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Atividades Rítmicas com 75horas sendo 60horas destinadas a teoria e 15 à prática. **QUARTO SEMESTRE:** Educação Física e Necessidades Educativas Especiais com 60horas sendo 40 destinadas à teoria e 20 à prática; Estágio Supervisionado I com 120horas realizado no Ensino Médio; Basquete com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação com 45horas; História da Educação Física, do Esporte e do Lazer com 45horas sendo 25horas destinadas à teoria e 20horas à prática; Atletismo I com 60 horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Saúde Pública com 60horas. **QUINTO SEMESTRE:** Sociologia do Esporte com 45horas; Estágio Supervisionado II realizado no Ensino Fundamental com 120horas; Handebol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Lúdico e Infância com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Cinesiologia com 45horas; Atletismo II com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática e Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica com 75horas. **SEXTO SEMESTRE:** Gestão de Eventos Esportivos e Culturais na Escola com 45horas; Estágio Supervisionado III realizado no Ensino Infantil com 120horas; Voleibol com 60horas sendo 45horas destinadas à teoria e 15horas à prática; Laboratório de Esportes e atividades Alternativas com 60horas; Crescimento e Desenvolvimento Motor com 45horas, uma DCG do DDI com 30horas e Aprofundamento I ofertada pelo DMTD. **SÉTIMO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte I (Individuais) com 60horas; Prática Educativa I com 30horas; Seminário em Estágio Supervisionado com 45horas; uma DCG do DMTD com 45horas, uma DCG do DDC com 45horas, uma DCG do DDI com 45horas e Aprofundamento II ofertada pelo DMTD. **OITAVO SEMESTRE:** Docência Orientada em Esporte II (coletivos) com 60horas; Seminário em Trabalho de Conclusão de Curso com 60horas; Prática Educativa II com 30horas; Aprofundamento III ofertada pelo DDC, Aprofundamento IV ofertada pelo DDI e Aprofundamento V ofertada pelo DDI. Totalizando 345horas no primeiro semestre, 360horas no segundo semestre, 475 horas no terceiro semestre; 435horas no quarto semestre, 465horas no quinto semestre, 360horas no sexto semestre, 270horas no sétimo semestre e 120horas no oitavo semestre. Esta Segunda propostas de Grade Curricular será enviada aos Prof. do CEFD e dos demais Centros da UFSM envolvidos com o PPP do CEFD juntamente com uma convocação para reunião geral, a realizar-se no dia 09/01/2004 ás 14horas no Mini-Auditório do CEFD. Segue em anexo, a esta ata, as respostas enviadas à Comissão, pelos Departamentos de outros Centros da UFSM, em relação ao ofício encaminhado em 22/12/2003. Nada mais havendo a tratar, eu,

profª Scheila Espíndola Antunes, bolsistas do PPP, lavrei a Ata que será aprovada e assinada pelos membros da Comissão.

GRADE CURRICULAR 2004 – NOVO CURRÍCULO – Total de horas: 2830 – 2ª PROPOSTA

Sem	Disciplinas							Total horas
1º	Laboratório de Esporte I (Individuais) (30h)	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação (60h)	Seminário em Educação Física (45h)	Estudos do Lazer (60h)	Anatomia (60h)	Currículo em Educação Física (45h)	"DCG" (45h) DDC	345
2º	Laboratório de Esporte II (Coletivos) (30h)	Psicologia da Educação (60h)	Laboratório de Produção de Textos (30h)	Ginástica (60h) (45+15)	Fisiologia do Exercício I (75h)	Lutas I (60h)	Atividades Aquáticas I (45h) (30+15)	360
3º	Didática da Educação Física (90h)	História e Filosofia da Ciência (60h)	Antropologia e História do Corpo (60h) (45 + 15)	Futebol (60h) (45 + 15)	Metodologia da Pesquisa (75h)	Atividades Aquáticas II (45h) 30+15	Atividades Rítmicas (75h) (60+15)	475
4º	Educação Física e Necessidades Educativas Especiais (60h) (40 + 20)	Estágio Supervisionado I (120h) (Ensino Médio)	Basquete (60h) (45+15)	Educação Física e as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (45h)	História da Educação Física, do Esporte e do Lazer (45h) 25+20	Atletismo I (60h) (45+15)	Saúde Pública (45h)	435
5º	Sociologia do Esporte (45h)	Estágio Supervisionado II (Ensino fundamental) (120h)	Handebol (60h) (45+15)	Lúdico e Infância (60h) (45+15)	Cinesiologia (45h)	Atletismo II (60h) (45+15)	Políticas Públicas e Gestão na Educação Básica (75h)	465
6º	Gestão de Eventos Esportivos e Culturais na Escola (45h)	Estágio Supervisionado III (120h) (Ensino Infantil)	Voleibol (60h) (45+15)	Laboratório de Esportes e Atividades Alternativas (60h)	Crescimento e Desenvolvimento Motor (45h)	"DCG" (30h) DDI	Aprofundamento I DMTD	360
7º	Docência Orientada em Esporte I (Individuais) (60h)	Prática Educativa I (30h)	Seminário em Estágio Supervisionado (45h	"DCG" (45h) DMTD	"DCG" (45h) DDC	"DCG" (45h) DDI	Aprofundamento II DMTD	270
8º	Docência Orientada em Esporte II (Coletivos) (60h)	Seminário em TCCL (60h)	Prática Educativa II (30h)	Aprofundamento III DDC	Aprofundamento IV DDI	Aprofundamento V DDI		120

Comentando e esclarecendo aspectos da Proposta Curricular...

Considerando a Grade Curricular proposta, as **400 horas de Prática Curricular**, exigidas por Lei, estão assim distribuídas: 180 horas nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I (60h); Docência Orientada em Esporte II (60h), Prática Educativa Para Populações Especiais (60h). As demais 220 horas foram distribuídas nas seguintes disciplinas, cada uma com 15h: Ginástica; Atividades Aquáticas I; Antropologia e História do Corpo; Futebol; Atividades Aquáticas II; Atividades Rítmicas; Basquete; Atletismo I; Handebol; Lúdico e Infância; Atletismo II e Voleibol. As disciplinas de Educação Física e Necessidades Educativas Especiais e Educação Física, do Esporte e do Lazer foram contempladas com 20 horas de prática curricular, cada uma (para ajuste da carga horária). **Total: 400 horas.** Embora o Curso tenha decidido realizar a diluição desta forma e nessas disciplinas, para atender e visualizar na prática as exigências legais, recomenda-se que todas as disciplinas contemplem em seu conteúdo a prática curricular.

Nas 15 e 20 horas/aula definidas para a Prática Curricular, em diferentes disciplinas da Grade, o aluno dá ênfase à **observação e participação** nas aulas de Educação Física em que irá realizar as atividades.

A **regência** propriamente dita ele fará nas disciplinas de Prática Educativa I e Prática Educativa II (sétimo e oitavo semestres). Na disciplina de Prática Educativa I, o aluno ministrará aulas ao ensino Médio, Fundamental e Infantil. Na disciplina de Prática Educativa II estará voltado para Populações Especiais e as aulas serão desenvolvida junto aos Cursos Supletivos; Educação de Jovens e Adultos (EJA), Grupos de Idosos e outras instituições e/ou órgãos já constituídos formalmente ou que venham a ser instituídos no decorrer dos próximos anos. O processo por ser dinâmico, e com temáticas emergentes em todos os momentos, requer essa possibilidade.

As disciplinas de Laboratório de Esporte I (Esportes Individuais), de 30 horas/aula e Laboratório de Esportes II (Esportes Coletivos), 30 horas/aula, com ofertas no primeiro e segundo semestres do Curso de Licenciatura em Educação Física, serão ministradas por acadêmicos matriculados nas disciplinas Docência Orientada em Esporte I e Docência Orientada em Esporte II (sétimo e oitavo semestres), sob orientação de um professor do Curso. Ao ministrar aulas para o primeiro e segundo semestres da graduação, o aluno, em fase final de Curso, cumpre as últimas 120 horas de Prática Curricular exigidas por Lei, mas voltadas ao ensino superior. A proposta é possibilitar ao aluno a vivência de todas as modalidades esportivas quando ingressa no Curso, valorizando e aperfeiçoando a cultura corporal de cada um.

As **400 horas de Estágio Supervisionado**, exigidas por Lei, serão cumpridas em quatro momentos distintos: 1º Estágio Supervisionado I (120 horas – Ensino Médio); 2º Estágio Supervisionado II (120 horas – Ensino Fundamental); 3º Estágio Supervisionado III (120 horas – Ensino Infantil); 4º Seminário em Estágio Supervisionado (45 horas – Ensinos Médio/Fundamental/Infantil); **Total: 405 horas**

Em relação as **200 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs**), exigidas por Lei, foram propostas na grade curricular cinco (5) Disciplinas Complementares de Graduação, que serão ofertadas pelos Departamentos nos seguintes semestres: 1º semestre (DDC); 6º semestre (DDI); 7º semestre (DMTD); 8º semestre (DDI e DDC). As disciplinas a serem ofertadas podem mudar de um semestre para outro, mas devem constar no rol de DCGs do Curso. A disciplina a ser ofertada vai depender da disponibilidade de docente no respectivo departamento. Todos os alunos do semestre em que ocorre a disciplina interessados terão vaga garantida. **Total: 210 horas**
O acadêmico não é obrigado a matricular-se nas disciplinas ofertadas, porque além das DCGs oferecidas no CEFD, ele pode optar em cumprir as 200 horas com disciplinas de outros Cursos/Centros (a serem analisadas pelo Colegiado) ou ainda cumprir a carga horária mínima com as 12 modalidades de ACGs definidas e normatizadas pelo Colegiado do Curso no CEFD, em vigor (anexo???).

Os cinco **Aprofundamentos** são oferecidos pelos Departamentos de acordo com a disponibilidade de docente. Eles não são obrigatórios no curso de Licenciatura. As disciplinas que compõem os aprofundamentos poderão integrar o currículo obrigatório do Curso de Bacharelado que deverá ser criado tão logo estejam aprovadas as Diretrizes Curriculares.

As demais horas/aula do Currículo contemplam as 1.800 horas exigidas pela Resolução 01 e 02. **Total: 1.815 horas.**

Carga horária do novo curso: 2830 horas/aula - (400 horas Prática Curricular + 405 horas Estágio Supervisionado + 210 horas ACGs + 1.815 horas conteúdos técnico-científicos)

1) **Disciplinas Complementares de Graduação (para atender as 200h/a das Resoluções 01 e 02.) Outras disciplinas podem ser criadas na medida em que se fizerem necessárias.**

1.1) Pesquisa em Ciências Humanas – 45h/a – DDI

1.2)

1.3)

1.4)

1.5)

2) **Aprofundamentos – disciplinas podem ser criadas na medida em que se fizerem necessárias.**

2.1) Biomecânica do Movimento – h/a - DMTD

2.2) Aprendizagem Motora – h/a - DMTD

2.3) Biologia – h/a – Departamento de Biologia

2.4) Fisiologia do Exercício II – h/a – DMTD/DDC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 22 - 09/01/2004

Aos nove dias do mês de janeiro de 2003, às catorze horas, no Mini-Auditório do CEFD, reuniram-se os professores Wenceslau Leães Filho, Angelita Alice Jaeger, Wilton Orlando Trapp (prof. aposentado), Ane Carine Meurer (FUE/CE), Haury Temp, Sílvio Rodrigues, Mara Rúbia Antunes, Marco Aurélio Acosta, Ivana Miotti, Sara T. Corazza, Luciana Schoenau (MFG), Ivon da Rocha Júnior, João Ribas, Luiz Osório Cruz Portella, Simone Rabelo (MEN/CE), Hugo Norberto Krug (MEN/CE), Marli Hatje e Fernando Copetti para dar seqüência às discussões do PPP e da reestruturação curricular do Curso de Educação Física – Licenciatura. A profª Marli, presidente da Comissão do PPP/RC no CEFD, expôs a situação atual das Diretrizes Curriculares e apresentou a proposta da grade curricular do novo Curso (anexo Proposta 2), elaborada pela Comissão, bem como os aspectos à integralização curricular. A proposta possui carga horária de 2.830 horas/aula, contemplando conteúdos científicos culturais, Prática Curricular, Estágio Supervisionado e atividades acadêmico-científico-culturais. Duração do Curso de 4-6 anos, a ser oferecido no período diurno, com 110 vagas anuais (55 a cada semestre). Explicou que as 400 horas de Prática Curricular foram diluídas da seguinte forma: três disciplinas específicas (180h/a) e as outras 220 h/a foram distribuídas em diferentes disciplinas. Explicou que buscou-se trabalhar em módulos, mas que isso na prática ficou inviável porque os professores encaminharam as disciplinas fragmentadas. O prof. Wenceslau colocou que as reformas no CEFD sempre foram apenas em cima da grade curricular e que agora há um PPP que deve servir de parâmetro. Destacou que estamos no meio do caminho e que agora o processo exige o coletivo, tendo em vista que a Comissão elaborou uma proposta inicial. Expôs a linha teórica que sustenta o PPP e destacou algumas incoerências nas disciplinas encaminhadas. A questão central da proposta vê o movimento humano como algo além do paradigma mecanicista. Sustentou-se a proposta em autores que ultrapassam essa visão. Exemplificou com a disciplina de Aprendizagem Motora, não contemplada na proposta final. Disse que há certa incoerência, tendo em vista que aprendizagem motora deve abordar a questão da construção e não da transmissão da aprendizagem. A profª Sara apresentou os argumentos mostrando a importância da disciplina no contexto da educação física escolar. Os professores do CE questionaram a carga horária da disciplina de Didática, de 90h/a, bem como a nomenclatura de algumas disciplinas, Laboratório de Esporte, por exemplo. Optou-se em utilizar Laboratório de Educação Física, Docência Orientada em Educação Física. Também foi questionado a ordem das disciplinas de Estágio Supervisionado (Ensino Médio, Fundamental e Infantil). A Comissão expôs que o Infantil foi colocado como última fase do estágio porque é a fase do ser humano que mais exige conhecimento do profissional. Foi questionada a importância da disciplina de Laboratório de produção de texto como obrigatória. A maioria dos professores entendeu que ela contribuirá às demais disciplinas, pois vai tratar de como elaborar artigos, resumo, resenha e crítica. Não será considerada a expressão Aprofundamento constante na grade, pois isso pode gerar confusão, tendo em vista o próximo passo do CEFD, que é a elaboração do Curso de Bacharelado. Optou-se em utilizar apenas DCG. A profª Luciana colocou-se à disposição para alterar o conteúdo da disciplina de Anatomia, mas disse que para isso precisa que o CEFD diga o que de fato quer. A Comissão fará contato com os professores de Fisiologia geral, do Exercício e Biologia para tentar unificar as disciplinas em uma só. A carga horária pode ser alterada se necessário. Saúde Pública ficou prejudicada porque o Deptº de Saúde da Comunidade não enviou proposta em relação a Higiene. Ficou decidido na reunião que Higiene e Socorros devem elaborar uma proposta única, integrada. Alertou-se que não deve haver uma simples colagem de conteúdos em todas as disciplinas a serem unificadas. A discussão na reunião centrou-se na necessidade de que é preciso sistematizar o conhecimento e que deve haver o engajamento dos professores permanentemente. A Comissão destacou a importância do coordenador pedagógico que deve garantir a articulação e a dinamicidade de todo processo. Devem ocorrer reuniões sistemáticas para avaliar e reavaliar o processo. Questionou-se a importância de duas disciplinas de Atividades Aquáticas num curso de Licenciatura. Como nenhum dos professores que ministram as disciplinas estava presente para discutir a proposta encaminhada à Comissão, após várias discussões ficou decidido que a carga horária será reduzida para 75h/a e caso o Deptº entenda a necessidade de outra disciplina, que ofereça outra como DCG. Nova proposta deverá ser encaminhada pelo Deptº. Foi dito que Lúdico e Infância não é nome de disciplina. Que a mesma deveria se chamar Ludicidade ou Educação Física Infantil. As disciplinas que abarcam os Esportes (Futebol, Handebol, Voleibol e Basquetebol) devem ser repensadas, pois estão fragmentadas. A Comissão esclareceu que foi o Deptº que enviou dessa forma e que se permaneceram assim, não haverá mudanças em relação ao currículo atual. Continuarão sendo trabalhadas de forma fragmentada. Sugeriu-se que a disciplina de Crescimento e Desenvolvimento Motor deve passar para o início do Curso. Profª Angelita questionou quem dará as disciplinas de Laboratório (1º e 2º semestres) até termos 7º e 8º semestres. A Comissão pensou em alunos matriculados em Estágio

Profissionalizante. A disciplina de Currículo em Educação Física foi questionada por estar no primeiro semestre. Após discussão, ficou decidido que permanecerá como está, apenas com carga horária reduzida. O prof. proponente deverá ajustar o conteúdo. Discutiu-se também a idéia de dois/três professores ministrarem a mesma disciplina, em unidades. Chamou-se a atenção que esta é uma sistemática que vai caracterizar, em parte, o novo curso e que todas as questões acadêmicas devem ser muito bem amarradas. Deve haver vontade do corpo docente em mudar suas atitudes frente aos alunos, caso contrário a proposta não dará certa. Comentou-se a importância do papel dos Chefes dos Departamentos nesse sentido. Nova reunião ficou agendada para segunda-feira, dia 13, entre os membros da Comissão para ajustar a proposta a partir das sugestões de hoje. Durante a semana serão chamados todos os professores envolvidos em disciplinas que precisam ser ajustadas ou nas quais busca-se maior integração, através de unidades. Nada mais havendo a trata, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 23 - 14/01/2004

Aos catorze dias do mês de janeiro de 2003, às catorze horas, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, reuniram-se os seguintes professores Mara Rúbia Antunes e Ivon da Rocha Júnior (DDI); João Ribas (DDC), além dos professores Wenceslau Leães Filho, Marli Hatje, Matheus Saldanha Filho e Fernando Copetti para dar seqüência ao PPP e a reestruturação curricular do Curso de Educação Física – Licenciatura. A profª Marli expôs algumas questões da reunião geral acontecida em 9 de janeiro, dizendo que a Comissão deveria primeiro tomar a decisão quanto a implantação do currículo. O tempo está praticamente esgotado para iniciar em 2004/1, e que muitas coisas ainda precisam ser discutias quanto a implementação da nova proposta, que requer um envolvimento de todos os professores, de forma integrada e interdisciplinar. Disse que fez contato com a Prograd, que acenou com a possibilidade da nova grade ser implantada em 2004/2. Disse que a Resolução fala que os novos currículos devem ser implantados em 2004, mas que não deixa claro se em maço ou julho. Após discussões onde foram avaliados os prós e os contras, quanto ao semestre de implantação, a Comissão, decidiu por unanimidade que o novo curso do CEFD iniciará em julho de 2004. A decisão está respaldada nos ajustes ainda necessários bem como na apresentação do projeto em todas as instâncias para aprovação no CEFD e na UFSM. É preciso oficializar a proposta de forma clara e objetiva para que todos assimilem a nova proposta, muito diferente da atual. Após várias discussões envolvendo a dinâmica do currículo, os conteúdos mínimos a serem garantidos e as propostas de disciplinas que chegaram à comissão, ficou decidido que os professores Matheus e João, do DDC, farão uma nova proposta envolvendo as disciplinas dos Esportes Coletivos, Atividades aquáticas, Docência Orientada em Educação Física I – Coletivos (7º semestre) e Laboratório em Educação Física I – Coletivos (1º semestre) e os professores Mara, Ivon e Wenceslau, do DDI, trabalharão Docência Orientada em Educação Física II – Individuais (8º semestre) e Laboratório em Educação Física II – Individuais (2º semestre). O prof. Marco terá que reorganizar a disciplina de Currículo em Educação Física já que esta passou para o primeiro semestre com carga horária menor. Ela dará a base inicial do processo curricular de uma escola. A profª Angelita fará os ajustes á disciplina de Antropologia do Movimento. Após concluída a grade e todo processo envolvendo as disciplinas, a Comissão enviará para cada Departamento uma cópia para aprovação. Depois irá ao Colegiado da Graduação e ao Conselho de Centro. A profª Marli informou que até final de abril deve estar concluído o processo. Os presentes chamaram atenção em relação a unificação de disciplinas, que é preciso muito cuidado para não ser apenas uma colagem de conteúdos. O prof. João mostrou-se preocupado com a fragmentação das disciplinas, destacando que todos os professores precisam estar bem preparados. Prof Ivon mencionou a importância de considerarmos a heterogeneidade das turmas. Profª Marli destacou algumas reuniões necessárias antes de implementar o projeto na prática: a) entre todos os professores que trabalharão Prática Curricular. Devemos pensar como isso vai funcionar na prática. Talvez fosse oportuno definir algumas normas e regras; b) entre os professores de Estágio Supervisionado e Didática para definir a dinâmica, além de decidir se estas disciplinas ficarão no CE ou no CEFD; c) Entre os professores de Docência Orientada e Laboratório em Educação Física; d) elaborar uma proposta com as normas do TCCL e aprová-la no Colegiado do Curso. Disse ainda ser conveniente definir dois/três professores para cada disciplina do currículo de forma que esses possam se preparar desde agora, assegurando a dinâmica e qualidade ao novo Curso. Nada mais havendo a tratar, eu, profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 24 - 15/01/2004

Aos quinze dias do mês de janeiro de 2003, às nove horas, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, reuniram-se os seguintes professores Wenceslau Leães Filho, Marli Hatje, Fernando Copetti, da Comissão do PPP/RC, para dar seqüência ao PPP e a reestruturação curricular do Curso de Educação Física – Licenciatura. Estiveram presentes à convite da Comissão os professores Ivon da Rocha Júnior, Angelita Alice Jaeger, Daniela Lopes dos Santos, Liliane Bauermann (chefe do Deptº de Fisiologia). O prof. Elgion Loretto (Biologia) não compareceu. O prof. Ivon disse que discutiu a unificação das disciplinas de Biomecânica e Cinesiologia com o prof. Bolli e que existe a possibilidade de unificá-las Que até a próxima semana encaminharão uma proposta definitiva de 75horas/aula, distribuída em unidades. As professoras Daniela e Liliane farão a proposta da disciplina Bases Biofisiológicas do Movimento Humano, dividida em três unidades: Biologia (30h/a) Fisiologia (45h/a) e Fisiologia Aplicada (45h/a). Profª Marli comunicará o prof. Elgion (Biologia) sobre essa questão. A proposta foi considerada viável e interessante, mas destacaram a necessidade dos professores envolvidos terem muita afinidade. A profª Marli fez contato pessoalmente com o prof. Júlio Medeiros e a Chefe do Deptº de Saúde da Comunidade. Expôs a proposta do novo currículo e solicitou que encaminhassem uma proposta de disciplina junto com o Departamento de Enfermagem, denominada Saúde Pública, de 45 horas/aula, até 22 de janeiro. Prof. Júlio disse que já conversou com o Deptº de Enfermagem e que até amanhã (16) encaminharão uma proposta unificando as duas disciplinas. Profª Marli disse aos dois professores que a Comissão pensou numa disciplina que privilegia a integração de conteúdos e não apenas na colagem de conteúdo de duas disciplinas. A profª Marli também fez contato pessoalmente com a chefe do Deptº de Metodologia de Ensino, solicitando à profª uma reunião com os professores Getúlio, Hugo e Valmir para discutir as disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado. O encontro deve acontecer na próxima semana, segunda (19) ou terça-feira (20) pela manhã. Nos dois Deptº a profª Marli deixou a proposta da nova grade curricular (proposta nº 5). Com o Deptº de Enfermagem foi feito contato por telefone na data de hoje. Foi exposto, pela profª Marli, à profª Carmem, Chefe do Deptº, o que havia sido decidido em nível de reunião geral. A profª mostrou-se aberta à elaboração de uma proposta unificada e disse que a profª Gertha faria contato no início da próxima semana. Foi solicitado que ela fizesse contato com a chefe do Deptº de Saúde da Comunidade para elaborar a proposta definitiva, observando para que os conteúdos realmente fossem integrados em unidades. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 25 - 19/01/2004

Aos dezenove dias do mês de janeiro de dois mil quatro, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Hugo Norberto Krug e Getúlio Lemos da Silva para tratar das disciplinas de Estágio Supervisionado e Didática do novo currículo. Os professores do CE reduziram a carga horária de Didática da Educação Física, de 135 h/a para 90 h/a, conforme sugerido pela CEIPPP, embora tenham sustentado a proposta original. As alterações foram realizadas na própria proposta e efetuadas pela profª Marli, em disquete. Questionaram a forma como estão estruturadas as disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e II e a disciplina de Seminário em Estágio Supervisionado. Disseram que a Comissão não aceitou nenhuma das sugestões encaminhadas através do CE. Profª Marli explicou que a Comissão realizou um estudo, a partir do PPP elaborado, e que várias disciplinas tiveram a carga horária reduzida, em outras ela foi ampliada de modo a atender todos os aspectos legais á elaboração do novo currículo, e que muitos ajustes ainda serão necessários. Foi necessário uma seleção coerente com a proposta, inclusive em nível do CEFD. Os professores do CE não acataram a idéia de a disciplina de Seminário de Estágio Supervisionado ser assumida pelo CEFD. Disseram tratar-se de um controle que o CEFD quer manter sobre a qualidade das três disciplinas. Sugeriram que a carga horária da disciplina de Seminário fosse realocada para o quarto semestre, baixando as disciplinas do Estágio em um semestre, sendo, portanto, oferecidas no 5º, 6º e 7º semestres. Também entendem não ser viável, a partir da prática que eles possuem em escolas, os Estágios iniciarem com o Ensino Médio, depois o Fundamental e por fim o Infantil. Prof. Hugo disse que é preciso evoluir de série em série e que da

forma como está colocado, vai reforçar os clubes e o jogo nas escolas; que a literatura atual dá conta de que precisa haver uma evolução, no sentido de começar com o infantil passar pelo fundamental e concluir no médio. Disseram que vão assumir as disciplinas de Estágio da forma que constarem no currículo, mas deixaram claro que não concordam com atual proposta. O prof. Hugo acrescentou que não aceitará participar da disciplina de Seminário de Estágio Supervisionado. Profª Marli explicou a proposta da Comissão em relação a estas disciplinas.; sugeriu que o conteúdo de Didática que não poderá ser trabalhado na disciplina em função da redução das h/a, seja diluído nas três disciplinas de Estágio a serem assumidas pelo CE, que isso aliás já havia ficado definido na última reunião geral (9/1); que Seminário em Estágio Supervisionado será assumida pelo CEFD e que ela consistirá em reunir os três estágios realizados, discutindo todo processo, que culminará na apresentação de um relatório final envolvendo os três níveis de ensino. Esclareceu que em nenhum momento a Comissão entendeu se tratar de fiscalização, até porque não discute a qualidade profissional dos professores envolvidos. Disse que a idéia de passar a disciplina de Seminário para o 4º semestre não faz sentido porque seria direcionado aos conteúdos específicos de didática, além de ampliar a carga horária do CE, que em seu entendimento é o que os professores também estão defendendo nesta reunião. O prof. Wenceslau defendeu a ordem dos Estágios Supervisionados, conforme a 5ª proposta. Disse que não é a ordem que vai mudar a Educação Física no ensino médio, mas que deva haver uma preocupação pedagógica em formar professores mais qualificados para atuar em escola. Afirmou também que as disciplinas de Didática, Estágios Supervisionados e Seminário em Estágio Supervisionado são a linha mestre do currículo e que o CEFD quer e precisa intervir em algum momento e que este momento é no 7º semestre na disciplina de Seminário em Estágio Supervisionado, quando haverá um coroamento final, até mesmo do currículo. Foi dito que como se trata de um projeto, este pode ser modificado tão logo se perceba falhas. Prof. Hugo disse que o currículo não pode ter uma perspectiva tecnicista. Os prof. Hugo e Getúlio irão elaborar as normas de Estágio Supervisionado, que deverão ser apresentadas em nível de Colegiado para aprovação. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será aprovada e assinada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 26 -21 /04/2004

Aos vinte um dias do mês de abril de dois mil quatro, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Matheus Francisco Saldanha Filho, Isabel Cristina Baggio e Fernando Copetti para tratar da finalização do PPP e do novo Curso de Educação Física. A profª Haydee Maria França de Vargas justificou sua ausência. A profª Marli havia repassado a estrutura do novo currículo aos membros da Comissão do PPP para que fizessem a leitura do documento e sugerissem as alterações necessárias, bem como acrescentassem as informações que ainda faltam. Os professores trataram e ajustaram os seguintes aspectos: a) pré-requisitos da nova grade curricular; b) classificação das disciplinas nas seis dimensões do conhecimento que dão a estrutura curricular ao projeto do novo curso; c) resemestralização de algumas disciplinas. Além disso foi feita uma revisão das disciplinas quanto ao conteúdo, bibliografia, ementas e objetivos. Alguns professores ainda não encaminharam todas as informações. Por decisão da comissão, a profª Marli enviará aos chefes dos Departamentos documento solicitando as questões ainda pendentes . Todas deverão ser entregues até dia 27. O prof. Wenceslau argumentou que o conteúdo das disciplinas de Metodologia da Pesquisa e de Aprendizagem Motora deve ser ajustado ao PPP e às novas discussões e bibliografias da comunidade acadêmica. Vários aspectos sugeridos nos dois conteúdos já estão superados nas discussões acadêmicas. argumentou. Propôs-se a elaborar uma nova proposta para Metodologia da Pesquisa e conversar com a profª Sara Corazza sobre o conteúdo de Aprendizagem Motora. A disciplina de Educação Física Infantil será modificada para atender, além do ensino infantil, a fase adolescente, adulta e idosa. Serão quatro unidades. A modificação será solicita à profª Elizara Marin. A profª Isabel comentou da necessidade e importância dos professores do Centro se engajarem na nova proposta. Assim que o PPP estiver concluído, os três chefes de Departamento receberão o documento para revisão, conforme acertado entre os três professores, a Direção do Centro e a profª Marli. Após essa análise, o documento será enviado para aprovação nos três Departamentos, no Colegiado e no Conselho de Centro. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será lida e assinada pelos membros da Comissão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 27 -27 /05/2004

Aos vinte sete dias do mês de maio de dois mil quatro, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje e Wenceslau Leães Filho para providenciar os ajustes do PPP e do novo Curso de Educação propostos pela Pró-Reitoria de Graduação. Os dois membros da Comissão estiveram reunidos com o prof. Silsomar Flores Adaime na última terça-feira, dia 25, quando trataram do PPP do CEFD. A profª Cordélia Freitas fez algumas anotações no projeto original que foram comentadas pelo prof. Silsomar, pois a mesma não esteve presente. A profª Marli elaborou documento preliminar sobre a equivalência das disciplinas, bem como sobre os conteúdos das Diretrizes Curriculares e Disciplinas na UFSM. Todas as informações constam no PPP, mas devem ser registradas em tabelas específicas. Os dois documentos serão encaminhados aos chefes dos Departamentos para revisão final. A profª Marli encaminhou documento aos Departamentos de Saúde da Comunidade e Enfermagem solicitando que seja revisado o conteúdo da disciplina Saúde Pública, tendo em vista que o programa da disciplina foi questionado durante a reunião na Prograd. O prof. Júlio Medeiros encaminhou resposta via e-mail (anexa a ata). A Prograd solicitou que fosse revisada a estrutura do projeto, a partir do modelo da UFSM. O prof. Silsomar orientou sobre as Atividades Complementares. O assunto deve ser revisto no PPP tendo em vista que o mesmo não está contemplando totalmente a proposta atual da UFSM. Os pré-requisitos não precisam constar no PPP. O assunto deve ser discutido e decidido pelo Colegiado do Curso. A Comissão também foi orientada no sentido de definir melhor a adaptação curricular e como vai acontecer, na prática, a integralização curricular dos atuais alunos. Foi questionada também a Lei nº 9696 que trata da Regulamentação do Exercício Profissional. Ela não separa as atividades específicas relativas aos cursos de licenciatura e de graduação. Foi sugerido que a Comissão entre em contato com o Conselho Federal de Educação Física para buscar orientações. Outra questão abordada durante a reunião refere-se a lotação das disciplinas. O Curso pode optar em distribuir as disciplinas por Departamentos ou então deixá-las lotadas no Curso. Algumas disciplinas, como envolvem mais de um Departamento, serão registradas com o Código (CEF – Curso de Educação Física), mas a carga horária será creditada para os departamentos envolvidos. O prof. Silsomar disse que o projeto de forma geral está muito bom, que não apresenta problemas em seu conteúdo; que ele contem as informações, sendo necessário porém, registrá-las de forma mais objetiva em tabelas. Sugeriu uma revisão nos programas das disciplinas. Em relação a disciplina de Seminário em Estágio Supervisionado, do oitavo semestre, o prof. Wenceslau ratificou a posição da comissão que elaborou a proposta. A disciplina deverá permanecer no CEFD tendo em vista que a coluna mestra do Curso são as disciplinas de Didática e os Estágios Supervisionados. Essa disciplina é a oportunidade do Curso ter informações das atividades desenvolvidas nos três estágios. A sistemática quanto ao seu desenvolvimento é similar a atual disciplina de Estágio Profissionalizante de Educação Física (210h), em que o aluno realiza as atividades durante o semestre letivo e, ao final, apresenta seu relatório a uma banca examinadora, pública, no CEFD. O prof. Wenceslau disse que o Seminário em Estágio Supervisionado tem a característica de informação e não de avaliação. Comentou-se também que ao concluir o projeto do Curso de Licenciatura, o CEFD deverá decidir se ofertará um curso de Graduação *independente* ou se adotará o sistema de apostilamento. Entende-se oportuno consultar a Prograd e o Conselho Federal de Educação Física sobre essa questão. É necessário questionar se a carga horária definida em Resolução aos dois cursos deverá ser uma soma (no caso de apostilamento) ou se é apenas complementar ao curso já existente, no caso o de Licenciatura. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será assinada pelos membros da Comissão do CEFD.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

ATA Nº 28 -03 /06/2004

Aos três dias do mês de junho de dois mil quatro, às 11h, na sala de Comunicação, Movimento e Mídia, do CEFD, reuniram-se os professores Marli Hatje, Wenceslau Leães Filho, Matheus Saldanha Filho, Haydee Maria França de Vargas, Isabel Cristina Baggio e Fernando Copetti para revisar a versão final do Projeto Político Pedagógico do CEFD e o novo curso de Educação Física: Licenciatura Plena. Os alunos não se fizeram presentes, pois o DA que normalmente indica representantes está fechado. Após uma revisão geral e algumas

discussões referente a implementação e a criação do Curso de Graduação, os membros da Comissão finalizaram a proposta, aprovando-a em nível de Comissão. A profª Marli, presidente da Comissão, encaminhará a versão final ao Colegiado do Curso e, posteriormente, ao Conselho de Centro para aprovação. Após será enviado ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSM. Pela forma coletiva como foi elaborada a proposta, a profª lamentou a ausência dos alunos no decorrer de boa parte do processo de elaboração do PPP e do novo Curso. Disse que no Colegiado e no Conselho de Centro há alunos representando o corpo discente, desde semana passada, e que estes terão acesso a versão final antes das reuniões para aprovação em nível de CEFD. O fechamento do DA, mesmo que momentâneo, é muito ruim para os alunos e para o Centro comentou. A profª Marli também informou à Comissão que o Curso de Educação Física, versão 1990, será avaliado por uma Comissão externa do INEP/MEC, entre 13 de junho e 10 de julho. Ao encerrar a vigésima oitava reunião, a presidente agradeceu a participação de todos os membros durante todo o processo de elaboração do PPP e do novo Curso. Lembrou que foi positiva a apresentação da nova proposta do PPP e do Curso durante o Seminário Municipal de Esporte, Lazer e Educação Física, no mês de maio. Muitas dúvidas dos alunos foram esclarecidas durante o evento. As perguntas dos acadêmicos contribuíram, inclusive, para os ajustes finais do projeto depois da avaliação realizada pela Prograd. Agradeceu ao secretário da coordenação, Alexandre Javorsky, pelos ajustes finais na formatação do projeto, bem como na revisão de alguns documentos e à profª Scheila Espíndola Antunes, bolsista da Comissão até dezembro passado. Nada mais havendo a tratar, eu profª Marli Hatje, lavrei a presente Ata que será assinada pelos membros da Comissão do CEFD.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

CHAMADA PÚBLICA À DIREÇÃO DO CEFD

À direção do Centro de Educação Física e Desportos

Senhores Diretores

A comissão de Reestruturação Curricular do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM, nomeada através da portaria n° 100/2009 de 06 de junho de 2009 do CEFD/UFSM e constituída por um professor de cada departamento e seu substituto, um funcionário e um substituto e quatro estudantes e seus respectivos substitutos, vem a público expressar repulsão à posição da Direção do CEFD, na pessoa dos professores Carlos Bolli Motta e Fernando Copetti, em desconsiderar o trabalho elaborado por esta. A referida comissão foi nomeada com o fim de dar encaminhamento a posição, tomada em 25 de maio de 2009 pelo Coletivo do CEFD e homologada unanimamente pelos conselheiros do CEFD em reunião realizada no dia 08 de agosto de 2009, que trata do indicativo de constituição de um curso único, no caso a Licenciatura Plena.

Realizado a primeira parte do trabalho, expressa em um documento, a Comissão encaminhou o mesmo a todos os professores do CEFD, como também, à Direção do CEFD, em 23/11 solicitando, à esta, a emissão de uma Convocação aos professores do CEFD, com o fim de realizar uma Reunião Geral para dar encaminhamento aos próximos momentos do processo. Desde então, várias datas foram sugeridas para a direção, como exemplos, dias 27/11, 04/12 e recentemente 16/12, sendo que em relação à última data já havia, inclusive, horário informalmente estabelecido, conforme memorando datado em 02/12 e assinado pelo Vice-diretor. Porém, para surpresa de todos que estavam acompanhando o processo e especificamente da Comissão, tivemos a notícia, de maneira informal, no dia 15/12 no período da manhã, através dos representantes do Diretório Acadêmico, que a Direção do CEFD se negava a emitir a referida Convocação.

Assim, diante do exposto, entendemos que a Direção do CEFD faltou com a sua função administrativa, quando não cumpriu com o seu papel de facilitar, articular e coordenar um processo que envolve toda a comunidade acadêmica do CEFD, ao contrário, usou de sua posição de poder para impedir o andamento do processo; Desconsiderou o trabalho elaborado

pela Comissão que envolveu pesquisa, reflexão e tempo de dedicação; Faltou com respeito à Comissão, quando desconsiderou a solicitação, como também, na maneira como informou a sua posição; Se omitiu do debate sobre uma questão que está em pauta em nível nacional na área da Educação Física, ignorando a posição pedagógica de que pensar currículo e formação é pensar a própria função sócio-educativa da área.

Solicitamos, portanto, a Direção do CEFD, que seja encaminhado à Comissão de Reestruturação Curricular, de maneira formal, resposta a solicitação desta Comissão, impreterivelmente até o dia 18/12 (sexta-feira) às 11h.

Santa Maria, 17 de dezembro de 2009.

Comissão de Reestruturação Curricular do CEFD/UFSM

Nota de saída dos Estudantes da Comissão de Reestruturação Curricular do CEFD/UFSM

Vivenciamos nos últimos 6 anos um processo histórico muito rico na luta estudantil no Centro de Educação Física e Desportos da UFSM. Os estudantes do CEFD, após a reabertura do DACEFD em 2006, a partir da divisão curricular sem amplo debate no curso de Educação Física e com a participação em espaços do MEEF, iniciaram o debate de formação neste centro. Inicialmente o debate girou em torno da regulamentação da profissão e a ingerência do Sistema CONFEF/CREF em nossa formação e atuação profissional, e posteriormente foi focado para os problemas que vinham tendo os dois cursos de formação apresentando com isso, quais as possibilidades existentes para superá-los.

A partir disso, realizam no ano de 2008 a IX Semana Acadêmica do CEFD e o XV Encontro Regional de Estudantes de Educação Física (EREEF) que, a partir das discussões apresentadas, fortalecem a perspectiva de unificação dos cursos no CEFD por estar ocorrendo inúmeros problemas até hoje não resolvidos nos cursos, tais como: negação de conhecimentos

pedagógicos para o bacharelado e técnicos e biológicos para a Licenciatura, distanciamento da realidade, repetição de conteúdos, desarticulação de conhecimentos entre as disciplinas, etc.

Com o embate e mobilização estudantil, tem-se em 2009 a ocupação do Conselho de Centro por cerca de 80 estudantes, exigindo a paralisação do CEFD por 3 dias afim de que a formação em educação física fosse debatida. A partir desse processo de debates e de nova mobilização, é aprovado no centro algo único em sua história: a criação de uma comissão paritária, com quatro representantes de cada segmento (docente, estudantil e técnico-administrativo) para a construção de um currículo único, baseado na Licenciatura Plena de caráter Ampliado, proposta construída e referenciada na bandeira histórica de luta do Movimento Estudantil de Educação Física, a Licenciatura Ampliada.

Tem-se a partir disso, um longo processo de construção, embates e tentativas de deturpação do encaminhamento feito pelo centro, sendo encabeçadas principalmente pela direção do CEFD. Diversas tentativas de golpe foram vivenciadas pela Comissão de Reestruturação ao longo desses quatro anos, desde convocação de reuniões gerais para destituição da Comissão, afirmativas da falta de legitimidade da mesma e, mais recentemente, a deslegitimação na prática dessa instância: desrespeitando o encaminhamento dado pela comunidade acadêmica do CEFD, a coordenação de curso junto ao Departamento de Métodos e Técnicas Desportivas (DMTD) e aos TécnicoAdministrativos[104] se retiram do processo, se negando à construção coletiva desse novo currículo.

Apesar dos diversos apelos formais, tanto por parte da Comissão de Reestruturação Curricular quanto também pelo Diretório Acadêmico, à direção do centro, ao longo de todo esse período não houve qualquer tentativa de recomposição da Comissão e de encaminhamento frente às suas propostas de deliberação. Este fato demonstra os interesses e o descomprometimento com a Comissão de Reestruturação pela direção, que apesar do processo de mudança da gestão, permanecem os mesmos. Isso se mostra de forma ainda mais clara quando temos, em meio a uma reestruturação curricular, a criação de um curso novo de Licenciatura em Dança, que ao contrário do processo de reestruturação, contou com o apoio e aderência por parte da direção, deixando clara a posição política desse setor, mesmo sem esta aprovação ter sido debatida em espaços democráticos de construção do CEFD.

---

[104] Este setor, diferente da Direção do CEFD e do DMTD, escolheu esta opção sob a justificativa de que o debate em torno da formação em educação física deveria ser realizado pelos setores competentes da área. Discordamos dessa posição, pois a mesma não representa elementos de neutralidade, mas sim, coloca-se de acordo com a postura dos ditos intelectuais da área que defendem que o debate de currículo não deve ser feito por estudantes e técnicos, apenas por professores de graduação. Além disso, fere a posição do CEFD de que o currículo deve ser implementado de forma coletiva e democrática por todos os setores que dele fazem parte, desde professores, estudantes e técnico-administrativos.

Nos últimos anos vêm sendo implementada a contra-reforma universitária do governo Lula/Dilma/PT para a precarização do ensino superior, através do aumento de vagas sem garantia de financiamento, que acaba por destruir o tripé ensino-pesquisa– extensão e sobrecarregar o trabalho docente, causa principal da maior greve docente ocorrida neste ano. No CEFD estão ficando cada vez mais evidentes os reflexos desta política, pela falta de salas de aulas, pela estrutura precária, por turmas lotadas, professores sobrecarregados, que ganhará novas proporções com a criação do novo curso.

Este movimento de continuidades e descontinuidades da política desenvolvida pela direção do CEFD se coloca completamente articulada com o processo de massificação, precarização, privatização e terceirização da universidade pública, e com as formas como a universidade se organiza. Primeiro, a total falta de comprometimento com a gestão democrática e coletiva da universidade pública – tendo em vista que ao término de dois anos de gestão, tem deixado de lado a construção de Conselhos de Centro e Colegiados de Curso. Em troca, houve a abertura de um balcão de negociações com os diversos setores do CEFD. Segundo, a partir da utilização do poder, pela política desempenhada de secundarizar e por vezes deslegitimar a Comissão de Reestruturação Curricular, além de atacar, seja por uso de violência simbólica em sala de aula, seja por uso da burocracia universitária as gestões do Diretório Acadêmico e os espaços de construção do movimento estudantil de educação física.

Dessa forma, vemos o contexto da sociedade, baseada na produção visando o lucro e enriquecimento individual de poucos em detrimento da precarização da condição de vida de muitos, no interior da universidade que reflete e de certa forma reproduz em sua forma organizativa estes pilares de sustentação da sociedade. Com isso, temos uma universidade que tem a intenção de formar trabalhadores precarizados, adaptados as demandas do mercado de trabalho e que reproduzam a lógica de manutenção e exploração dessa sociedade. Ao afirmarmos isso, temos a compreensão de que a direção e a coordenação do CEFD, devido a sua forma antidemocrática de construção do centro, principalmente no que diz respeito à implementação das políticas para o ensino superior, representam estes interesses em todos os seus níveis de realização.

Partindo desta analise, que se insere na compreensão da totalidade das relações sociais do sistema capitalista, torna-se necessário realizarmos neste documento uma crítica ao projeto de sociabilidade que vem sendo implementado e propagandeado pelo Partido dos Trabalhadores e que há muito não representa os interesses e necessidades da juventude, dos estudantes e dos trabalhadores.

Desde a década de 90, a partir da reabertura democrática brasileira, este partido, nascido das lutas estudantis e operárias contra a ditadura militar, tem deixado de lado o processo de mobilização das bases e da luta em defesa de outro projeto de vida e sociedade para se inserir nas instituições parlamentares, as quais não representam qualquer possibilidade de mudança radical da estrutura que vivemos.

Isto se confirma desde o ano de 2002, no qual após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva a presidência nada mudou no que diz respeito o avanço das condições de vida dos trabalhadores mas sim, e contraditoriamente, no que diz respeito à precarização e privatização cada vez mais latente dos direitos sociais como a saúde e educação, das quais a aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e o REUNI são nossos atuais exemplos.

Com esta crítica ao projeto PT de governabilidade e sociabilidade, que nada mais é do que uma nova faceta do projeto de manutenção da estrutura social que vivemos, afirmamos que o giro à institucionalidade que este partido deu, e que o movimento estudantil realizou, de forma semelhante no CEFD/UFSM quando teve como prioridade a construção da comissão de reestruturação curricular nos anos de 2010 e 2011, nada tem de possibilidade concreta para superar esta realidade.

Assim, somos contrários a proposta dos defensores do Projeto Democrático e Popular, que negam a necessidade de ruptura com a estrutura social existente, nos colocando veemente contra a disputa paliativa de currículos e do projeto educacional vigente.

Reafirmamos, que a luta do movimento estudantil (o qual vive um processo de reorganização tendo em vista o atual amoldamento e transformismo da União Nacional dos Estudantes – UNE) não deve se dar em reuniões de gabinetes com diretores de centro, reitores, presidentes ou governadores, mas sim através do trabalho de base cotidiano, através da mobilização e da luta de massas em defesa de outro projeto de educação e sociedade.

Com isso, não queremos negar os processos colocados em curso Brasil afora no qual se tem na experiência de Santa Maria a configuração de uma comissão de reestruturação paritária para unificar os currículos, mas sim queremos demonstrar que a luta por outro projeto de formação, no caso a Licenciatura Ampliada, deve estar articulada com a luta por outro projeto educacional e por outra sociedade, no caso, dando combate ao atual estágio de precarização e privatização neoliberal da vida em nosso país.

Para finalizar, chamamos todos os professores do CEFD/UFSM a fazerem um balanço crítico de como a direção e a coordenação do centro vem conduzindo sua gestão, tendo em vista o processo de reestruturação curricular emperrado por estes, bem como o atual estágio

de precarização e das condições de trabalho e ensino no CEFD, fruto do processo de implementação do REUNI. E principalmente, chamamos também, todos os estudantes do CEFD e do Movimento Estudantil de Educação Física a se somarem na luta em defesa da Licenciatura Ampliada e da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade Socialmente referenciada na Luta dos Trabalhadores.

Força na luta, pois ela é pra vencer!

Diretório Acadêmico do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM Gestão 2011/2012 – Lutar quando é fácil ceder! Novembro de 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO

ATA 424ª

Aos oito dias de junho de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala de reuniões do Centro de Educação Física e Desportos, reuniu-se o Conselho do Centro sob a presidência do Prof. Carlos Bolli Mota, Diretor do Centro com a presença dos conselheiros: Prof. Fernando Copetti, Vice-diretor do Centro, Prof. Luiz Osório Portela, Chefe Substituto do Departamento de Desportos Coletivos; Profª. Maristela da Silva Souza, Chefe do Departamento de Desportos Individuais; Prof. Luiz Fernando Freire Royes, Chefe substituto do Departamento de Métodos e Técnicas Desportivas; Profª. Maria Amélia Roth, Coordenadora do Curso de Graduação - Licenciatura; Assist. Adm. Rafael Dias Mortari; Assist. Adm. Rui Tiago de Moraes Alves; Acad. Geovanna Dutra; Acad. Marcius Minervi Fuchs e o seguinte conselheiro ausente: Prof. Vanderlei Severo da Silva. **PAUTA: Apreciação das Atas 419, 420, 422, e 423; Parecer nº. 235 – Convênio entre a UFSM EQUSM, relatora: Prof. Luciana Erina Palma; Solicitação de espaço físico do CEFD por parte do CTG Sentinela da Querência; Projeto para cabines de transmissão de rádio, TV e internet no Estádio do CEFD; Unificação da Coordenação e dos Colegiados dos Cursos de Graduação; Ônibus para o CONBRACE – Salvador / BA; Apoio financeiro para equipes em campeonatos; Encaminhamento para a reforma curricular; Indicação de um representante para o Conselho editorial da Editora da UFSM; Assuntos Gerais; Comunicações.** Dando início à reunião, o **Prof. Carlos Bolli** agradeceu a presença de todos. Após, foram aprovadas por unanimidade as Atas 419, 420, 422 e 423. Dando seqüência aos trabalhos, o **Prof. Carlos Bolli** solicitou a retirada de pauta do parecer 235, justificando tal pedido pela ausência de

documentos essenciais. Nesse sentido, seria dado um interstício de tempo para que os mesmos sejam anexados ao processo. O referido professor pediu a inclusão na pauta da solicitação de um ônibus para o 30º ENEEF, tal pedido foi aceito pelos conselheiros. Além disso, **o prof. Carlos Bolli** perguntou aos conselheiros se algum deles gostaria que houvesse uma inversão na pauta. Em resposta, a **Acad. Geovanna** solicitou que fosse discutido em primeiro lugar o encaminhamento para a reforma curricular, pois haviam muitos estudantes presentes como ouvintes na reunião. Sem oposições entrou em discussão o encaminhamento da reforma curricular. O **prof. Carlos Bolli** contextualizou os avanços obtidos dizendo que recebeu um indicativo para a constituição de uma comissão para dar andamento à construção de um único curso, cabendo ao conselho definir os membros que irão constituir tal comissão. Após diversas discussões, ficou estabelecido que a comissão será formada por um representante de cada departamento e coordenação, um representante técnico administrativo e quatro representantes estudantis. Após a constituição da comissão, ficou definido que a mesma terá até o dia primeiro de julho para definir as equivalências das disciplinas para que possam entrar em vigência no próximo semestre letivo. **Prof. Carlos Bolli** informou aos conselheiros que recebeu um pedido de esclarecimentos dos alunos do curso de bacharelado em relação à forma que está sendo conduzida a reformulação curricular. A **acad. Geovanna** disse que alguns alunos que não participaram das discussões e motivados por alguns professores estão indo de encontro com as idéias da maioria dos alunos. O **acad. Marcius** salientou que o diretório acadêmico irá esclarecer esses alunos, irá ouvi-los e procurará construir em conjunto com os mesmos a melhor solução. A seguir, entrou em discussão a solicitação do espaço físico dos ginásios didáticos por parte do CTG Sentinela da Querência para a realização do sétimo juvenarte. Os conselheiros, em sua totalidade, decidiram emprestar o espaço físico desde que sejam tomados os devidos cuidados sugerindo que em momento oportuno e em caso de necessidade do Centro o CTG pudesse retribuir. **Prof Carlos Bolli,** informou que, por meio de uma iniciativa pessoal, o Prof. Antonio Schimitz Filho levantou recursos provenientes da administração central da UFSM para construir

um espaço para rádio, TV e internet no estádio do CEFD. Dando seqüência a reunião, entrou em debate o apoio financeiro para as equipes esportivas em campeonatos. A **Prof. Maristela** disse que nas duas atas anteriores já constam discussões a cerca das questões orçamentárias, sendo necessário um debate maior para constituir um método de destinação dos recursos. **Prof. Osório** salientou que não se pode mais viver no "clientelismo", sendo necessário um planejamento de como será feito o repasse dos recursos. **Prof Luiz Fernando** pediu uma maior transparência dos recursos do Centro, e, sugeriu que sejam traçadas prioridades na forma de gestão dos recursos orçamentários. Com base nos argumentos apresentados, o **Prof. Bolli** sugeriu que sejam trazidos um balanço orçamentário dos últimos anos e que seja definido um planejamento de distribuição e prioridades de alocação dos recursos financeiro. Além disso, a **Prof. Maristela** sugeriu que na próxima reunião seja discutido a racionalização dos espaços físicos do CEFD, pois segundo ela, estão chegando novos professores e os mesmos necessitam de um local para se estabelecerem. Dando prosseguimento, **prof. Bolli** questionou a possibilidade de unificar as duas coordenações e os dois colegiados dos cursos de Graduação. O professor supra mencionado ainda informou que atualmente os cursos estão com apenas um coordenador. Os conselheiros concordaram com a sugestão. **Prof. Bolli** expôs que tem uma solicitação do Prof. Matheus Saldanha de um ônibus para o Conbrace que ocorrerá na cidade de Salvador, Bahia. Após algumas discussões, a solicitação do professor Matheus foi aprovada por unanimidade. **A acad. Geovanna** informou que o diretório acadêmico conjuntamente com os estudantes têm interesse de participar do ENEEF que ocorrerá em São Paulo necessitando de transporte. A referida acadêmica, disse que o evento é de grande valia, pois além de um local de encontro o evento se constitui em um ambiente de discussões em que serão pautadas questões referentes à reformulação curricular. Por fim, o **prof. Bolli** solicitou a indicação de um representante para o Conselho editorial da editora da UFSM. Nesse sentido, ficou definido que os departamentos sugeriram os nomes para participar do Conselho editorial. Nada mais havendo a ser tratado, é encerrada a presente sessão, da qual eu, Laércio André Gassen Balsan, secretário, lavrei a presente Ata.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR

PROPOSTA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA CEFD/UFSM –

.

SANTA MARIA, JUNHO DE 2013.

CURSO DE GRADUAÇÃO - LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

1 INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto de que vivemos em uma sociedade dividida em classes na qual o livre movimento do capital, a economia sofre crises cíclicas, e que em nome da superação dessas crises, a sociedade como um todo, também entra em crise estrutural (BRAZ & NETO, 2008, p. 156) gerando inúmeras mudanças no mundo do trabalho. Mèszàros(2008) salienta que as mudanças no mundo do trabalho atingem os mais diversos setores, inclusive a formação dos profissionais que estarão formados para enfrentar as problemáticas advindas das crises do atual sistema.

Por entender que um projeto de reestruturação curricular está profundamente ligado ao projeto de sociedade, já que o contexto de formação capacita os sujeitos para o âmbito social e seu mundo do trabalho, devemos ter claro o que almejamos e, portanto, que sujeitos queremos formar e para que sociedade. No sentido de acompanhar a relação formação e sociedade, a história da Educação Física no Brasil, nas últimas décadas, tem sido alvo de inúmeras discussões e questionamentos, visando melhor compreender sua identidade, seu objeto de estudo e seu papel social. Nesse sentido Silva (1997) afirma que, não há como negar que nos últimos vinte anos vêm ocorrendo importantes mudanças que estão contribuindo para a construção de um perfil epistemológico novo para esta área de conhecimento. Essas modificações são produtos e processos de um contexto mais amplo, resultado de múltiplos determinantes histórico-sociais. (geral – específico)

Acompanhando essas transformações, a matriz curricular dos cursos de Educação Física vem sofrendo alterações no que corresponde aos conhecimentos necessários que atendam ao contexto de atuação docente. A formulação dos currículos nos cursos de formação de professores e a concretização da área de conhecimento da EF são questões que se inter-relacionam e que se constroem e reconstroem por meio da história. A história do processo de reestruturação curricular do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), demonstra esse processo dinâmico, como nos é expresso no livro intitulado “História do Centro de Educação Física e Desportos/ UFSM- 25 anos”, de autoria de Janice Zarpelon Mazzo, que data do ano de 1997.

Santa Maria está localizada na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, que segundo a divisão do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDEs105 abrange dezenove (19) municípios (Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do

---

[105] A divisão do COREDE. Disponível em: http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=467. Acesso realizado no dia 13/08/2010.

Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jarí, Julio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, São João do Polêsine, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretâ). O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul evidencia o caráter rural do estado. Tradicionalmente o Rio Grande do Sul destaca-se pelo investimento no setor agropecuário, sendo que dentre as propriedades rurais existentes no estado, 85,71% possuem menos de 50 hectares de terra, ou seja, há predominância de médias e pequenas propriedades distribuídas em diferentes regiões. Cabe destacar que dos 496 municípios que compõem as 28 regiões do Rio Grande do Sul, 333 possuem menos de 10 mil habitantes. A Região Central é exemplar nesta característica rural, pois dos 19 municípios que a compõe apenas São Pedro do Sul (16.859 hab.), Agudo (17.020 hab.), Júlio de Castilhos (19.978 hab.), Tupanciretã (22.904 hab.) e Santa Maria (266.209 hab.) possuem mais de 10.000 habitantes, o que aponta para a necessidade do egresso apropriar-se de Competências globais humanas e habilidades articuladas com as características rurais da região.

O CEFD foi criado no início dos anos 1970, período em que, segundo Mazzo (1997), apresentavam-se, no país, práticas de repressão, devido ao regime militar implantado com o golpe de 1964. Primeiramente, o corpo docente do CEFD foi composto por seis docentes que foram selecionados em concurso público no ano de 1970. Com o crescimento do ensino superior no Brasil, o CEFD também foi se ampliando e constituindo seu quadro de docentes, que, originalmente, em sua maioria, possuíam uma trajetória esportiva. Isso se deu porque os currículos das escolas superiores de Educação Física eram compostos basicamente de disciplinas práticas e a carga horária destinada aos esportes era bastante alta, com muita ênfase aos aspectos técnicos, primando pela *performance* esportiva.

O primeiro currículo do CEFD foi sistematizado para duração de 3 a 5 anos, incluindo componentes curriculares de formação básica (anatomia, fisiologia, higiene...), formação pedagógica (didática, estrutura e funcionamento do 2º Grau, psicologia da educação...), disciplinas profissionalizantes (ginástica rítmica, natação, atletismo, recreação, socorros urgentes) e componentes curriculares complementares (treinamento esportivo, arbitragem, metodologia, esporte, estágio, educação moral e cívica, organização). No ano de 1977, foi reunida uma comissão para elaborar um anteprojeto de um novo currículo, porém esse esforço não resultou em mudanças efetivas e o mesmo foi reformulado somente no ano de 1990. Neste currículo, estavam presentes componentes curriculares de formação geral, específicas e optativas (ACG's – Atividades Complementares de Graduação), com duração total de quatro anos.

Neste mesmo período, o CEFD também se caracterizou por uma importante contribuição na produção do conhecimento no Brasil e formação de investigadores nas décadas de 1980 e 1990. A história da pós-graduação *stricto sensu* do CEFD deixou

legados na constituição do corpo de investigadores que até hoje têm sido responsável por importantes contribuições para a área. Esse movimento é um dos grandes responsáveis pela abertura do Programa de Pós-graduação em Educação Física em 2011, inspirando e qualificando docentes que atualmente se encontram presentes na nova etapa acadêmica do Programa. O impacto para a formação inicial será a participação dos acadêmicos em qualificados grupos de pesquisa e produção do conhecimento, eventos acadêmicos, contato com pesquisadores renomados, intercâmbios e fomento para a produção do conhecimento do CEFD.

Seguindo o histórico da constituição dos currículos de graduação, em 2004, o currículo do curso de Educação Física Licenciatura foi novamente reformulado e orientou-se pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que vigora desde o ano de 1996 e que apresenta perspectivas que apontam para a necessidade da reestruturação curricular. A Resolução N.07 do CNE/CES de 31 de março de 2004, a qual instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física e a Resolução do CNE/CP nº 1/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Básica, orientaram os elementos centrais do Curso de Licenciatura, e posteriormente, o projeto para abertura do Bacharelado do CEFD no ano de 2006.

No decorrer do desenvolvimento dos cursos, alguns problemas foram diagnosticados, o que levou à formação de comissões para analisar os currículos e sistematizar propostas vindas dos departamentos didáticos, como, a propósito de exemplo, modificações de ementas de componentes curriculares e equivalências dos mesmos entre os cursos de bacharelado e licenciatura.

Resultado deste trabalho, especificamente no que diz respeito ao processo de equivalência de componentes curriculares dos cursos de graduação em bacharelado (total de 50 disciplinas obrigatórias, sem considerar estágios e DCGs - Disciplinas Complementares de Graduação) e licenciatura (total de 40 disciplinas obrigatórias, sem considerar estágios e DCGs), 26 disciplinas tornaram-se equivalentes, o que demonstra que a formação do CEFD apresenta mais de 50% de formação única.

Especificamente, durante os dias 21, 22 e 25 de maio de 2009, após a intensa mobilização dos estudantes que há 4 anos vinham participando de debates sobre a formação inicial em Educação Física, o Conselho do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria decidiu suspender as aulas e demais atividades para que os três setores (docentes, funcionários e estudantes) discutissem e formulassem indicativos para políticas para os cursos de Educação Física - Licenciatura e Bacharelado do Centro.

No final das tarefas, em assembleia geral, os três segmentos apresentaram seus encaminhamentos, constituídos em plenárias específicas de cada um deles, quanto ao modelo de curso que o CEFD implementaria. A opção dos três segmentos foi pela formulação de apenas um curso, a Licenciatura de caráter ampliado, tendo o entendimento de que não se deve, simplesmente, acoplar os dois currículos vigentes (licenciatura e Bacharelado) e nem voltar ao curso de Licenciatura dos anos 1990, mas sim garantir uma formação ampliada que atenda as demandas da área escolar e não escolar. Esta decisão foi encaminhada ao Conselho de Centro do CEFD e aprovada por unanimidade pelos conselheiros conforme Ata 424º aprovada no dia sete de agosto de 2009 e reiterada pela ata 437 de 2011 que delimita o caráter do Curso de Licenciatura[106] (anexos x e x)

Referente a este encaminhamento, a assembleia indicou a formação de uma comissão, com o fim de elaborar uma proposta para o curso. Essa comissão, nomeada através da portaria n° 100/2009 do CEFD/UFSM, constituiu-se por um docente de cada departamento e seu substituto, um funcionário e um substituto, um representante das coordenações e quatro estudantes e seus respectivos substitutos, a fim de garantir paridade na comissão.

Portanto, este documento constitui-se na proposta de reestruturação curricular do CEFD, caracterizada como Licenciatura de caráter ampliado elaborada pela referida comissão. Neste Projeto Pedagógico de Curso apresentamos, de forma sistematizada e articulada, os principais encaminhamentos extraídos durante o processo de discussão e elaboração do Curso de Licenciatura em Educação Física. A justificativa apresentada na sequência do documento sustentará as bases epistemológicas, legais e conjunturais para a implementação da proposta. Na etapa seguinte, serão detalhados objetivos, competências globais e humanas, perfil e área de atuação do egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física. Após, será tratado sobre a organização do trabalho pedagógico, ou seja, as bases teórico-metodológicas que irão orientar o projeto, sustentação teórica do documento, seguido pela avaliação do mesmo. Na parte final, a grade curricular irá expressar toda a sistematização e articulação dos conhecimentos que compõe a formação do licenciado em Educação Física.

106

2 JUSTIFICATIVA

Para justificar o desenvolvimento de um curso de formação em Educação Física de caráter ampliado, no sentido de formar trabalhadores para a atuação no contexto escolar e não escolares em Educação Física, faz-se, necessário, primeiramente, contextualizar a área quanto aos aspectos da *Legalidade*, *do Conhecimento* e do *Campo de Trabalho*. Acreditamos que esses três aspectos, entendidos e apresentados indissociados e articulados, constituem-se em um ponto de partida para a elaboração de um currículo em Educação Física que atenda às necessidades concretas referentes à política de formação de docentes em Educação Física e em relação às políticas públicas de esporte e lazer da região em que está inserido.

2.1 LEGALIDADE

Orientados no princípio constitucional pelo qual lei menor não fere lei maior, princípio esse que contempla resoluções, normas e diretrizes, inicialmente destacamos a autonomia institucional para a construção de cursos de graduação. Conforme art. 207 da Constituição Federal: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Quanto à organização dos currículos dos cursos de Educação Física tem-se como referência maior a Resolução 07/2004 da CES/CNE[107]. Esse documento está no cerne das discussões da Resolução CNE/CP[108] 01/2002 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, promulgada sob a Lei nº 9.394/96, atual LDBEN. Desde então, a Resolução CFE[109] nº 03/1987, que fundamentava a constituição dos cursos de formação em Educação Física, passa a ser revogada.

Referente à expressão **graduado/graduação**, que diz respeito ao exposto na LDBEN, ao afirmar claramente que todos os cursos superiores são de graduação, podendo estes ser licenciaturas, bacharelados ou superiores técnicos. *"A graduação compreende: a) Bacharelados, b) Licenciatura, c) Cursos Superiores de Graduação Tecnológica"* (Art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394/96). Também referente à expressão **Educação Básica** presente na Resolução CNE/CP 01/2002, um curso em licenciatura deverá apresentar conhecimentos específicos para tal, mas não necessariamente precisa se limitar a estes.

---

[107] Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação.

[108] Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno.

[109] Conselho Federal de Educação.

De acordo com a LDBEN, uma área de conhecimento/curso de formação, apresenta autonomia para decidir a modalidade de graduação a ser oferecida, ou seja, curso de graduação em licenciatura, ou/e bacharelado, ou/e graduação tecnológica, sendo que a lei não obriga nenhuma área de conhecimento a oferecer mais de uma modalidade de formação. Portanto, a opção do Centro de Educação Física e Desportos em oferecer somente um curso de graduação em Educação Física na modalidade de licenciatura é amparada legalmente. Quanto à atuação do licenciado em todos os campos de trabalho (escolar e não escolares) também apresenta amparo legal, tal como sempre se apresentou no decorrer da história da Educação Física, pois as resoluções e lei referendadas acima em nenhum momento apresentam algum conteúdo que estabeleça que o licenciado em Educação Física não possa atuar fora do contexto da escola.

As considerações supracitadas vão ao encontro das análises do Parecer CNE/CES nº 400/2005, aprovado em 24/11/2005, que respondeu ao pedido de esclarecimentos sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores em Educação Básica (DCNFP) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física (DCNEF) ao curso de Educação Física (licenciatura), tendo em vista a Resolução CONFEF nº 94/2005, que, dentre outras coisas, estabelece que os licenciados em Educação Física com base na Resolução CFE nº 03/87 têm atuação plena e os licenciados com base na Resolução 1/2002 têm sua atuação restrita à Educação Básica. Deste modo, o relator Paulo Barone manifesta a seguinte conclusão:

> Desta forma, não tem sustentação legal – e mais, é flagrantemente inconstitucional – a discriminação do registro profissional e, portanto, aplicação de restrições distintas ao exercício profissional de graduados em diferentes cursos de graduação de Licenciatura ou de Bacharelado em Educação Física, através de decisões de Conselhos Regionais ou do Conselho Federal de Educação Física. Portanto, a delimitação de campos de atuação profissional em função da modalidade de formação, introduzida pelo artigo 3º da citada Resolução CONFEF nº 94/2005, assim como as eventuais restrições dela decorrentes, que venham a ser aplicadas pelos Conselhos Regionais de Educação Física, estão em conflito com o ordenamento legal vigente no país (Parecer CNE/CES nº 400/2005, aprovado em 24/11/2005, p. 4-5).

Recentemente essa análise foi reforçada pelo o Ministério Público Federal de Goiás e da Bahia, em 20/05/2011 e em 14/02/2012, respectivamente, através de sentença judicial contra a restrição de atuação profissional dos licenciados, assim como, as anotações restritivas na carteira profissional. No caso do MPF de Goiás a decisão determina que o CONFEF e CREF “1) **suspendam,** no âmbito territorial da Seção Judiciária do Estado de Goiás, a prática de atos que possam restringir o campo de atuação dos profissionais graduados em cursos de Licenciatura em Educação Física;” (Seção Judiciária do Estado de Goiás, 2011, grifos do relator).

2.2 CONHECIMENTO

Concordamos com Dib (1994) quando afirma que é preciso que o processo de formação se dê através de "*uma dinâmica constante de reflexões críticas sob as bases teóricas, as metodologias e as experiências realizadas, buscando-se alternativas concretas para os impasses educacionais*" (p. 42). Neste sentido, o desenvolvimento de um curso de graduação em Educação Física na modalidade de Licenciatura que atenda a relação entre teoria e prática no âmbito da Educação Física escolar e não escolares, sob os aspectos de formação e práxis pedagógica e produção do conhecimento, justifica-se pelo fato de entendermos que a Educação Física constitui-se em uma área de conhecimento que trata das diferentes manifestações da cultura corporal[110] construída a partir da práxis humana e que, para isso, necessita da contribuição dos múltiplos componentes curriculares científicos, conduzindo este universo a diferentes análises e entendimentos.

Concordamos com Sánchez Gamboa (1994), quando defende que a Educação Física, no processo de conhecimento, deve ser ponto de partida e de chegada e, como instrumental explicativo, a contribuição teórica de outros campos científicos. Isso implica na articulação de um campo interdisciplinar, que tem como eixo a Educação Física e, em torno dela, articula a contribuição das várias teorias científicas, elaborando compreensões e práxis[111] mais rica e complexa, na medida em que tece em torno de fenômenos concretos (objetos de estudo e situações de ensino na escola e fora dela), conhecimentos oriundos a partir das ciências humanas, sociais, da saúde, exatas e da terra, da arte e da filosofia.

Sob esta mesma posição, Bracht (1999) defende que o teorizar específico da Educação Física seria um teorizar sintetizador de conhecimentos à luz das necessidades específicas da práxis pedagógica imediata. Diz ainda que reconhecer a Educação Física primeiro como práxis pedagógica é fundamental para a identificação do tipo de conhecimento, de saber necessário para orientá-la e para o reconhecimento do tipo de relação possível/desejável entre Educação Física e o saber científico, ou os componentes curriculares científicos. Sendo a Educação Física uma prática de intervenção, para o referido autor, o que a caracteriza é a intenção pedagógica com que trata um conteúdo que é configurado e retirado do universo da cultura corporal.

---

[110] Escobar (2009, p. 127) define cultura corporal como: "…um acervo de conhecimentos, socialmente construído e historicamente determinado, a partir de atividades que materializam as relações múltiplas entre experiências ideológicas, políticas, filosóficas e sociais e os sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros, relacionados à realidades, as necessidades e às motivações do homem".

[111] Sánchez Gamboa, 2007 explica que a categoria da práxis adquire centralidade em Marx e é a partir dela que se devem ser abordados os problemas que dizem respeito a sociedade, história, conhecimento e a realidade de forma mais ampla. Segundo o mesmo autor "O sentido dado à práxis pelo Marxismo é de uma atividade humana que produz objetos ou produz transformações sociais na realidade (p. 42)"

> Nós, da EF, estamos confrontados com a necessidade de constantemente tomar decisões sobre como agir. Por exemplo: decisões sobre o conteúdo dos meus planos de ensino; sobre a quantidade e a intensidade de exercícios; sobre o método de ensino a adotar para ensinar um esporte; sobre a forma de reagir frente a uma atitude agressiva de um aluno, etc. (BRACHT, 1999, p. 33).

Através do exposto, compreendemos que a constituição de um curso de Licenciatura em Educação Física, apresenta-se como possibilidade de garantir um processo de formação ampliado e qualificado, à medida que tomamos os diferentes saberes (fisiologia, biomecânica, desenvolvimento humano, pedagogia, etc) sob um diálogo interdisciplinar que se materializará na práxis pedagógica das manifestações da cultura corporal no contexto escolar e não-escolares.

No que tange ao conhecimento produzido no CEFD a principal orientação serão as sistematizações elaboradas nas constituições de linhas e temáticas para os cursos de pós-graduação. A pós-graduação do Centro de Educação Física e Desportos estabeleceu nos últimos anos intensa discussão no sentido de explicitar o entendimento das diretrizes desse segmento. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado em Educação Física (2011), a pós-graduação do CEFD está orientada a investigar os fenômenos, processos e adaptações relacionados com a Educação Física, Saúde e Sociedade, no sentido de produzir conhecimentos que atendam o âmbito das Ciências Naturais e Exatas, e Sociais e Humanas. Tendo como base essa orientação, e as linhas temáticas sistematizadas para os cursos de especialização e mestrado nos últimos anos para a pós-graduação do CEFD, chegou-se a seguinte estruturação de temáticas:

Ciências Naturais e Exatas

- exercício físico e disfunções
- suplementação de compostos ergogênicos no tratamento de doenças neurológicas
- Aquisição e retenção de habilidades motoras;
- Avaliações morfológicas e biomecânicas;
- Medidas e avaliações para o desempenho e a saúde;
- Atividade física e saúde
- Avaliação e desenvolvimento da performance humana

Ciências Sociais e Humanas

- Formação de professores de Educação Física
- Pedagogia e o ensino dos esportes
- Epistemologia e práxis pedagógica
- Relações entre corpo e sociedade

- Manifestações de esporte e lazer
- Atividade motora adaptada
- Cenários esportivos na mídia
- Comunicação e mídia na Educação Física
- Pedagogia e didática na Educação Física Escolar
- Temas transversais à Educação Física Escolar

Assim, o Curso de Licenciatura de caráter Ampliado em Educação Física do CEFD/UFSM abrangerá conhecimentos básicos e específicos das ciências naturais e exatas e ciências sociais e humanas relacionados à Educação Física, conforme nomenclatura utilizada na pós-graduação. Desde o início do curso o acadêmico terá acesso a uma formação pedagógica que possibilite a práxis associada a uma consistente formação científica, a qual irá estabelecer as relações da cultura corporal com a sociedade, a educação, políticas públicas, saúde, lazer, desenvolvimento humano, treinamento corporal e esportivo. Isso possibilitará uma formação abrangente para a competência profissional em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e a especificidade da Educação Física. Guiar-se-á, também, pelo estudo das distintas manifestações clássicas e emergentes - as inovações deverão ser consideradas como avanços científicos e tecnológicos da cultura corporal-, identificadas com a tradição da Educação Física.

2.3 CAMPO DE TRABALHO

Entendemos que repensar currículos de Educação Física é repensar sua própria função sócio-pedagógica, que se materializa na prática dos futuros professores que atuarão no contexto da Educação Física.

O campo de atuação profissional da Educação Física encontra-se hoje amplamente difundido, estando presente em diversas áreas, como, por exemplo, nos projetos sociais, nas academias de clubes, PSFs – Programa de Saúde da Família, movimentos sociais, escolas, entre outros. Essa crescente área de atuação do professor de Educação Física vem atrelada a significativas mudanças no mundo do trabalho. Do decorrer dos anos setenta para os dias atuais, alguns fatores foram essenciais para contribuir com esta modificação. A menor intervenção do Estado na economia, a formação de um novo tipo de trabalhador – mais flexível, polivalente e que cada vez mais perde os seus direitos trabalhistas –, coloca o trabalhador no campo da empregabilidade. Como declara Antunes (1998), de um lado, diminui o operariado *industrial tradicional* e aumenta o *subproletariado*, baseado no “trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado” (p.41, grifos do autor).

Segundo Freitas (2005) é fundamental que compreendamos as crises, principalmente o seu atual ciclo, a partir dos anos setenta, o significado da crise para o capitalismo: um recurso para postergar contradições, cooptar setores e ganhar sobrevida mudando o papel do estado, desenvolvendo novos padrões de exploração da classe trabalhadora e alterando a própria composição da classe trabalhadora. A Educação Física, diante dessas transformações, também passa por um reordenamento. Historicamente, a Educação Física se consolidou como uma prática a serviço dos projetos governamentais, como podemos perceber nas fases higienista, militarista e esportivistas da Educação Física (GUIRALDELLI, 1988). Evidencia-se que a Educação Física, historicamente, sempre esteve ligada a formação de um projeto de homem através do âmbito escolar, ora na formação do homem que possuía hábitos higiênicos, ora na formação do homem forte e vigoroso, necessário para contribuir com o período de industrialização do Brasil no Estado-Novo, ora na formação de atletas, principalmente no período que vai desde o pós-guerra até os últimos anos da ditadura militar. Porém, com a reestruturação do trabalho, introduzida no país a partir do final da década de 1980, a Educação Física escolar perde papel de formação do homem necessário ao período, sendo que se desvaloriza, dando lugar às práticas corporais, ou à chamada Educação Física não escolares, fora do âmbito da escola, que se torna de âmbito superior à escolar por cumprir um papel econômico importante para os setores conservadores da área (NOZAKI, 2004).

Notando esta inserção da Educação Física no campo não escolar, passa-se a rediscutir a formação do professor de Educação Física, e algumas mudanças ocorrem principalmente a partir da Resolução 03/87, que institui o curso de Bacharelado em Educação Física. Este novo curso teria o caráter de formar profissionais para os espaços não escolares. É a partir da criação do conselho profissional através da lei 9696/98 que regulamenta a profissão de Educação Física, que começa a se estimular a inserção do curso de bacharelado nas IES. O Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), então, busca, através da criação dos cursos de bacharelado, se legitimar na área e ingerir diretamente na regulamentação da categoria. O licenciado não necessita da filiação ao CONFEF para trabalhar na escola porque é regulamentado pelo Conselho Nacional da Educação.

Assim, ocorre uma fragmentação no processo de formação, como também, diferenças entre bachareis e licenciados, sendo aquele considerado profissional e este professor. Esta questão demonstra um equívoco teórico/científico por parte do conselho profissional, no momento em que o mesmo desconsidera, inclusive, o que historicamente foi determinado, tanto sob o aspecto da legalidade como da legitimidade, que consiste no fato de que professor sempre foi e será categoria profissional.

Sob esse processo de separação, as conseqüências de atuação no campo de trabalho consistem principalmente na precarização do trabalho, uma vez que, além de ter uma visão fragmentada do campo de conhecimento em Educação Física, o graduado, na modalidade de bacharel, também se depara com um campo de trabalho regido pelo subemprego que se expressa na falta de direitos trabalhistas.

Observamos, também, que os cursos de graduação em Educação Física, sob esta lógica da separação entre bacharel e licenciado, estão contribuindo com uma formação especializada, impossibilitando o acesso à totalidade do conhecimento da Educação Física.

A universidade, compreendida como uma instituição social que acompanha as transformações mais gerais da sociedade e vivencia em sua própria organização os conflitos e contradições gerados na mesma, é definida por sua autonomia intelectual que a legitima a intervir e se posicionar perante o movimento mais geral da sociedade. A Universidade tem, como funções historicamente constituídas, a produção e socialização do conhecimento, fundadas nas exigências epistemológicas e metodológicas (rigor científico), além de estar a serviço da sociedade (LACKS, 2004).

Neste sentido, conforme nos aponta Florestan Fernandes:

> [...] a instituição é uma sociedade em miniatura. Possui uma estrutura, pessoal e cultura próprias; e conta com padrões organizativos específicos, que regulam sua capacidade de atender aos fins e as necessidades sociais que dão sentido à sua existência, continuidade e transformação (2004, p. 275).

É a partir da configuração apresentada na presente justificativa que o documento propõe uma Educação Física comprometida socialmente com as demandas e reivindicações históricas dos trabalhadores no campo da cultura corporal, possibilitando que a produção do conhecimento realizada no Centro de Educação Física e Desportos contribua para a superação dos problemas referentes à práxis pedagógica e das políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer da região de Santa Maria e demais localidades centrais do estado, visando a construção de uma identidade cultural própria dos trabalhadores como forma de enfrentar o modo do capital de organizar a produção da vida.

Nesse documento, portanto, entendemos que a graduação na Educação Física deve ocorrer no marco da licenciatura de caráter ampliado, em que os acadêmicos tenham acesso à totalidade dos conhecimentos que a Educação Física proporciona, relacionando conhecimentos de formação ampliada (fundamentos), conhecimentos específicos da área, conhecimentos de formação científica e conhecimentos da práxis pedagógica.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar trabalhadores, licenciados em Educação Física, para a atuação no contexto escolar e não escolar **do trabalho pedagógico e da didática em Educação Física**, com uma consistente base de conhecimentos em Educação Física.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- proporcionar uma consistente base teórica e a articulação de um campo interdisciplinar de conhecimentos oriundos das ciências sociais e humanas e das ciências naturais e exatas em torno de fenômenos concretos **do trabalho pedagógico e da didática** em Educação Física para uma leitura crítica da realidade e atuação emancipatória na mesma.

- Instrumentalizar os acadêmicos com relação aos conhecimentos identificadores da Educação Física na perspectiva de entender as manifestações da cultura corporal em sua totalidade, articulada à interdisciplinaridade que compõe o ensino das mesmas;

- Proporcionar a articulação entre os aspectos pedagógicos e didáticos com a práxis social da Educação Física nos diversos contextos em que a mesma se apresenta;

- Proporcionar uma formação sustentada na práxis no âmbito da Educação Física escolar e não escolar, articulando pesquisa, ensino e extensão, socialmente referenciada;

- Apropriar-se das teorias do conhecimento, dos métodos e técnicas de pesquisa para a produção de conhecimentos próprios **do trabalho pedagógico e da didática** em Educação Física;

- Analisar, interpretar e compreender a realidade social complexa e contraditória tendo em vista a sua transformação;

- Compreender as bases teórico-metodológicas para o desenvolvimento da educação e da Educação Física comprometidas com a função social da universidade;

- Formar professores que se constituam como organizadores da abordagem da cultura brasileira em geral e da cultura corporal em específico;

- Formar professores para atuar na elaboração de políticas públicas de Educação Física nos âmbitos escolar, do lazer, da saúde, do treinamento corporal e esportivo, de caráter emancipatório.

4 PERFIL DO EGRESSO

O egresso estará apto à docência para atuar na realidade social não se adaptando a ela, mas sim contextualizando sua intervenção. Essa práxis pedagógica estará sustentada na relação dos conhecimentos científicos construídos pela humanidade e apropriados historicamente; pela indissociabilidade teoria e prática; pela construção do conhecimento transformado em ação ética, moral, estética e em políticas emancipatórias que elevem o nível de consciência dos envolvidos no processo ensino aprendizagem; na pesquisa como princípio formativo e epistemológico.

Caberá ao egresso no curso de Licenciatura do Centro de Educação Física e Desportos da UFSM:

- Compreender os processos educacionais e as diferentes manifestações da cultura corporal de forma a possibilitar a elaboração do trabalho pedagógico e da didática que articulem as necessidades imediatas, mediatas e históricas da classe trabalhadora no âmbito da Educação Física;
- Exercer a docência nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em espaços escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Superior, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, entre outros) e não-escolares de educação (clubes, academias, PSF's, movimentos sociais, associações comunitárias, entre outros espaços);
- Comprometer-se com a educação e com o avanço das formulações teóricas da área de conhecimento de que trata a Educação Física, assegurando a contribuição desta com a transformação da realidade social a partir de bases científicas;
- Organizar ações de extensão entre a escola/universidade e a comunidade tendo o trabalho como princípio educativo, visando à produção do conhecimento e sua socialização como forma de construir práticas de organização sociais democráticas;

Considerando, dessa forma, os interesses, as necessidades humanas e as implicações sócio-culturais, econômicas, políticas e ambientais das diversas manifestações da cultura corporal, o egresso deve ser capaz de ter autonomia para decisões e planejá-las,

bem como defendê-las de acordo com a sua concepção de ser humano e de mundo. Desenvolverá, assim, além de sua prática profissional sua identidade como ser humano, construído socialmente e carente de direitos e possibilidades.

5 COMPETÊNCIAS GLOBAIS E HUMANAS

Temos, hoje, como marca predominante nos currículos, inclusive nas próprias diretrizes, a formação do futuro trabalhador sendo balizadas por competências e habilidades o que se mostra claramente como a adaptação da educação ao sistema econômico e reflete na formação de trabalhadores com uma formação meramente técnica. Mais do que isso, são currículos para a formação de trabalhadores adaptados às oscilações do mercado, que ora estarão empregados, ora não, de acordo com as demandas momentâneas de emprego. Logo, esse tipo de formação, baseada na empregabilidade inculca no egresso da licenciatura a ideia de que ele é o único responsável por estar ou não empregado, e, caso não consiga, isso deriva de sua incompetência, o que revela o caráter adaptativo desse tipo de formação, que pode ser compreendida pela citação:

> O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar os indivíduos formando as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos (DUARTE, 2001, p. 38).

A proposta de formação que aqui se apresenta é, portanto, uma contraposição radical a esse modelo voltado exclusivamente para as demandas de mercado e que visa adaptar o trabalhador às inconstâncias do mercado de trabalho. Trata-se de uma proposta de formação que vise desenvolver habilidades globais humanas e competências integrais, na perspectiva de uma formação emancipatória e omnilateral[112], e que atenda tanto as demandas emergentes quanto as tradicionais/históricas.

As competências globais e humanas podem ser caracterizadas conforme os parâmetros teórico-metodológicos que, segundo Santos Junior (2005), são expressas por

---

[112] Por omnilateralidade entendemos uma ruptura com a noção de ser humano forjado no seio do capitalismo, limitado na sua formação fragmentada em direção oposta a uma formação humana ampla e que abranja aspectos distintos desde a ética, da emoção, dos fazeres práticos, enfim, visando atingir “homens que se afirmam historicamente, que se reconhecem mutuamente em sua liberdade e submetem as relações sociais a um controle coletivo, que superam a separação entre trabalho manual e intelectual e, especialmente, superam a mesquinhez, o individualismo e os preconceitos da vida social burguesa” (SOUZA JUNIOR, 2009) disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html, acesso em 01/01/2013.

um conjunto de elementos que, articulados, ampliam nossas possibilidades de abordar a realidade no sentido de sua compreensão, da produção de conhecimentos, do encaminhamento de ações, enfim, de entender, explicar e agir no enfrentamento dos problemas postos pela existência.

O egresso do Curso de Educação Física de caráter ampliado deverá construir uma qualificação que possibilite analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente. A sustentação teórico-metodológica que justificativa o caráter ampliado da formação tem como base três aspectos que devem ser entendidos de forma indissociada e articulada: *Legalidade*, *Conhecimento* e *Campo de Trabalho.* Para tanto, o egresso deverá apropriar-se de competências globais e humanas, articuladas com a justificativa e orientação teórica desse PPC como forma de sustentar e construir o trabalho pedagógico e a didática do professor de Educação Física.

Considerando a construção histórica da Educação Física como um campo acadêmico e de intervenção, o trabalho pedagógico deve ser entendido como base da formação para o qual o egresso deverá ter a competência de atuar nos demais âmbitos da área da Educação Física, tanto escolares, quanto não escolares (associações comunitárias, prefeituras, clubes, academias, etc.), sempre se reconhecendo como professor, tendo o entendimento que o trabalho será o princípio educativo na formação.

Para tal realidade, o egresso no curso de Educação Física - Licenciatura deve ter as seguintes competências globais e humanas:

1. Compreender a história da humanidade como matriz científica, o trabalho como princípio pedagógico e a práxis social como elemento articulador do conhecimento;
2. Entender a Educação Física como campo acadêmico e de intervenção, no qual o trabalho pedagógico deve assumir um caráter interdisciplinar, que abranja as ciências sociais e humanas e as ciências naturais e exatas, de modo a contribuir para a formação humana e emancipatória na perspectiva da omnilateralidade;
3. Compreender o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais.
4. Possibilitar que a cultura corporal seja compreendida e analisada através da articulação de suas dimensões técnica, científica, política, pedagógica, moral e ética, fomentando uma intervenção com base nos ideais para a emancipação humana;
5. Compreender as implicações políticas, sócio culturais, econômicas e ambientais do campo da cultura corporal de forma a agir criticamente na sociedade e nas instituições de ensino;

6. Ser capaz de argumentar, justificar e articular sua visão de mundo e sua prática profissional, a fim de conseguir explicar e intervir na realidade a partir de conhecimentos específicos, gerais, científicos e da práxis;
7. Entender a docência como identificadora da formação de professores de Educação Física, tendo o trabalho como princípio educativo.
8. Compreender a indissociabilidade entre teoria e prática (práxis), tendo a produção do conhecimento como parte integrante da formação através do ensino, pesquisa e extensão;
9. Articular o eixo dos conhecimentos específicos da área com os demais eixos (fundamentos de formação ampliada, práxis e formação científica), a fim de apreender, explicar e intervir na realidade;
10. Ser capaz de atuar tanto no campo, quanto na cidade, levando em consideração a realidade e especificidade de cada contexto.
11. Estabelecer relações entre as demandas históricas e emergentes que contribuem para a formulação de políticas públicas para educação, saúde, lazer e treinamento corporal e esportivo para a população;
12. Compreender a pesquisa e extensão como espaços formativos que materializam uma relação dialética entre teoria e prática, possibilitando a interação do currículo com a realidade concreta, dinâmica e contraditória.
13. Possibilitar a atitude científica no exercício do magistério em diferentes graus, níveis e locais de ensino, articulando-o com os outros eixos da formação.
14. Propiciar o uso de recursos tecnológicos, de informação e midiáticos de modo a ampliar e diversificar as formas de interagir e compartilhar com as fontes de produção e difusão de conhecimentos e de tecnologias;
15. Viabilizar o sentido de cooperação, autodeterminação, auto-organização, solidariedade na relação com as pessoas, nos distintos espaços de formação e atuação profissional;
16. Possibilitar o desenvolvimento da clareza, adequação e objetividade nas formas de comunicação verbal, não-verbal e escrita, de modo a conduzir e compartilhar adequadamente sua atividade profissional.

6 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO EGRESSO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA DO CEFD/UFSM

O egresso do curso de Educação Física - Licenciatura do CEFD/UFSM terá as seguintes áreas de atuação (espaços escolares e não escolares): educação nos diferentes níveis e modalidades, tanto pública como privada, editoras, instituições que produzem materiais didáticos para a educação, órgãos públicos, empresas públicas ou privadas, clubes, academias, centros de treinamento, hotéis, clínicas, hospitais, parques, empresas, instituições que desenvolvam pesquisas educacionais, autônomo, consultoria ou campos de atuação emergentes que demandem formação na área.

7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico no curso de Licenciatura do CEFD acontecerá com base nos marcos da práxis social, pautada no trabalho como princípio educativo; na perspectiva de formação humana fundamentada na omnilateralidade; e no princípio da gestão democrática, enraizada na construção coletiva, envolvendo os distintos segmentos presentes na instituição. Do mesmo modo, considerará a participação da sociedade na elaboração de políticas educacionais e de construção do conhecimento, respaldadas na superação dos problemas da realidade social, visando assim à transformação da sociedade de classes, enraizada na divisão manual e intelectual do trabalho.

O currículo para o Curso de Licenciatura em Educação Física da UFSM terá como objeto a cultura corporal, a práxis social como eixo articulador do conhecimento e a história como matriz científica. Os conhecimentos serão organizados a partir dos complexos temáticos[113], tendo como orientação eixos que serão a base metodológica e organizativa do currículo. São eles: **Fundamentos de formação ampliada; Práxis; Conhecimento específico; Formação científica**.

Os eixos gerais supracitados estarão articulados com as particularidades do trato pedagógico da cultura corporal nos campos do ensino formal, do lazer, da saúde, das políticas públicas e do treinamento corporal e esportivo, a partir da perspectiva de formação defendida pela proposta de curso. Na sequência apresentaremos os eixos, áreas e subáreas, sendo que essas últimas irão sustentar a sistematização das disciplinas (obrigatórias ou optativas).

---

[113] "Por complexo deve-se entender a complexidade concreta dos fenômenos (ou seja, entender a vida humana), tomada da realidade e unificados ao redor de um determinado tema ou ideia central" (NarKomPros, 1924, p. 5 apud Freitas, 2009, p. 36, grifos do autor). Neste documento são orientadores para a organização dos conhecimentos que irão sustentar a organização do trabalho pedagógico, e materializar-se-ão no eixo da práxis expandindo-se para os demais eixos.

7.1 FUNDAMENTOS DE FORMAÇÃO AMPLIADA

Este eixo consiste no trato com os conhecimentos ampliados da produção científica historicamente acumulada nos distintos âmbitos das ciências que sustentam a produção do conhecimento específica da área do objeto de estudo da Educação Física, no caso, os fundamentos aplicados à Cultura Corporal. Tratar dos aspectos históricos e conceituais das Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas que fundamentam o conhecimento aplicado da área da Educação Física consiste no principal objetivo desse eixo. Estes conhecimentos estão aglutinados nas subáreas das **Ciências Sociais e Humanas e das Ciências Naturais e Exatas,** que deverão se articular e sustentar o subeixo dos fundamentos aplicados da Educação Física. Este eixo deverá desenvolver as seguintes competências:

- Compreender a relação entre sujeito e natureza, no sentido de viabilizar o entendimento das características do processo de constituição humana que se estabelecem entre as Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas;
- Compreender as relações do processo de apropriação da natureza pelo sujeito na história e suas implicações decorrentes da satisfação das necessidades humanas;
- Entender o surgimento e o desenvolvimento do processo de produção de conhecimento nos âmbitos das Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas;
- Compreender as fases atuais de desenvolvimento da cultura moderna, no que tange ao seu desenvolvimento econômico, científico e educacional nos âmbitos das Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas;
- Possibilitar a análise, interpretação e compreensão do conhecimento produzido nas Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas e sua articulação com os conhecimentos aplicados da Educação Física.

7.1.1 Ciências Sociais e Humanas

As Ciências Sociais e Humanas consistem na subárea do Currículo de formação de professores de Educação Física que se dedica a produção do conhecimento referente aos aspectos sociais da humanidade. Esse campo científico inclui as seguintes áreas básicas do conhecimento relacionadas com a Educação Física: Antropologia, Estudos da comunicação, Economia, Pedagogia, Administração, Geografia, História, Linguística, Ciência Política, Estatística, Psicologia, Direito, Filosofia e Sociologia, entre outras. Demo (1985) apresenta a seguinte síntese das principais características próprias das Ciências Sociais e Humanas: o sujeito das ciências sociais – o ser humano – é racional, muito mais

complexo que outros sistemas físicos; o objeto das ciências sociais é histórico; existe uma consciência histórica; identidade entre sujeito e objeto de pesquisa; objeto é intrinsecamente ideológico; imbricação entre teoria e prática.

7.1.2 Ciências Naturais e Exatas

As Ciências Naturais e Exatas integram o âmbito do conhecimento que tem como objeto de estudo os fenômenos da natureza em seus aspectos gerais e fundamentais explicados a partir da Biologia e áreas afins, assim como de modelos matemáticos e físicos. Neste currículo essa subárea estará delimitada pelos conhecimentos das Ciências Naturais e Exatas que explicam fenômenos naturais do ser humano. Esse campo científico contempla áreas do conhecimento como Matemática, Física, Estatística, Biologia, Bioquímica, Fisiologia e Anatomia, entre outras, que darão sustentação teórica para os conhecimentos específicos que compõe a formação de professores de Educação Física.

7.2 PRÁXIS

A defesa do eixo da práxis pedagógica no curso de Licenciatura sustenta-se tanto por constituir-se como uma possibilidade superadora dos vários problemas existentes nos currículos atuais do CEFD/UFSM, geradas principalmente pela desvinculação entre teoria e prática, quanto pela necessidade de compreender e enfrentar os problemas encontrados nos vários espaços de atuação, considerando o atual contexto neoliberal.

A partir deste eixo objetiva-se resgatar a “identidade profissional” da Educação Física que se caracteriza, histórica e, essencialmente, pelo trabalho pedagógico nos vários campos da área, expresso ao analisarmos a ação profissional, onde identificamos significados, finalidades, instrumentos, métodos, entre outros. (LACKS, 2004)

Nos currículos vigentes ocorre uma divisão entre teoria e prática sendo esta última concentrada na segunda metade do Curso, nos estágios e práticas curriculares. Desta forma, Alves (2010, p. 112) afirma que:

> O afastamento da realidade concreta no período de formação, ou seja, o distanciamento dos professores em formação da prática socialmente útil, torna a possibilidade de compreensão radical da sociedade com vistas a transformá-la, uma tarefa que passa longe da formação acadêmica.

A divisão entre teoria e prática encontrada nos currículos expressa a divisão presente no modelo fordista/taylorista: trabalho manual e trabalho intelectual, de modo que, para uns é delegada a tarefa de formulação teórica e, para outros, a tarefa de execução prática.

> A distinção entre as disciplinas teóricas e disciplinas práticas e a colocação dos estágios somente ao final do curso separam, *também para o aluno*, o momento da teoria do momento da prática, estabelecem uma cisão entre os atos de concepção e execução, criando a ilusão de que está reservado aos estágios apenas o momento da prática, despindo-o de todas as possibilidades da reflexão teórica, favorecendo dessa forma um salto da "teorização" para o "pragmatismo", para o imediatismo pedagógico (FREITAS, 2007, p. 225, apud ALVES, 2010, p. 113).

Além disso, a desvinculação entre teoria e prática, ambas componentes do trabalho, acaba desconsiderando a história como matriz científica, reproduzindo a concepção da produção de conhecimento "como um dado pronto, acabado, cristalizado, estático, que separa sujeito que conhece do objeto a conhecer" (FREITAS, 2007, p. 43 apud ALVES, 2010, p 112). Na mesma direção, Alves (2010) propõe uma compreensão do conhecimento como

> resultado do trabalho vivo, no qual teoria e prática são indissolúveis e que estas se objetivam através da ação direta do homem na natureza e que desta ação resulta a produção da cultura humana, tomaremos o trabalho como princípio educativo e a ciência (cultura humana) como fruto da ação transformadora do homem na natureza (em constante transformação) e não como algo estático e acabado. (p. 112).

Fundamentado nessa perspectiva, considerando o eixo da práxis pedagógica como articulador do currículo de todos os semestres através das componentes curriculares de Prática de ensino e Estágios Curriculares supervisionados, será garantido, para o segmento discente, um tempo na carga horária desses componentes curriculares para a realização da avaliação do currículo, objetivando um constante aprimoramento da formação docente. As diretrizes para a avaliação serão explanadas detalhadamente na sequência do PPC, no item que trata sobre a avaliação (item 8).

Os complexos temáticos - ensino formal, das políticas públicas, da saúde, do treinamento desportivo e do lazer - defendidos para o curso de Licenciatura do Centro de Educação Física e Desportos irão se materializar a partir do eixo da práxis expandindo-se para os outros eixos do currículo. Considerando os problemas e as perspectivas superadoras, apresentaremos a seguir direcionamentos gerais quanto à Prática de Ensino e o Estágio Curricular *Supervisionado.*

7.2.1 Prática de Ensino

Entendida como eixo articulador do conhecimento no currículo e tendo o entendimento de que "o homem só conhece o que é fruto ou objeto de sua atividade

material" (LACKS, 2004), a prática deverá ocorrer desde o início da formação acadêmica. A mesma será orientada a partir dos ciclos de aprendizagem que vão desde a identificação dos dados da realidade, passando pelas sistematizações, generalizações e, por fim, a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos.

Dessa forma, os componentes curriculares de práticas de ensino, que, conforme a Resolução CNE/CP 2/2002, deverão possuir carga horária mínima de 400 horas, se desenvolverão do 1º ao 4º semestre, tendo por objetivo aproximar o estudante da atividade docente bem como permitir o processo ação-reflexão-ação para a compreensão e intervenção na realidade. As práticas curriculares estarão articuladas em torno dos complexos temáticos, tendo seu foco em um ou mais, visando estabelecer relações e nexos entre os conhecimentos, além de garantir a pesquisa. Segundo Lacks (2004), a pesquisa é atinente ao ensino, tanto executada no ensino em si quanto sobre ele, porém vem sendo desconsiderada nos currículos atuais.

Tal prática é entendida como científica e política, ou seja, baseada no trabalho socialmente útil, com intenção de intervir e transformar a realidade, enquanto a mesma será problematizada e suas contradições serão base da produção científica dos acadêmicos. Para tanto, a universidade deverá estabelecer vínculo estreito com os espaços públicos de educação, treinamento, lazer, saúde, tendo em vista a participação na formulação de políticas públicas que venham a superar as contradições apontadas.

Assim, tendo por base as contribuições de Lacks (2004) e do Soares et all (2009), buscaremos abordar os objetivos das práticas de ensino do curso de Licenciatura em Educação Física, considerando os quatro ciclos de apropriação dos conhecimentos:

- Prática de Ensino I: Fazer uma leitura crítica e analítica do trabalho pedagógico da Educação Física nos vários campos de atuação direcionados pelos complexos, reconhecendo seu estado atual e suas problemáticas significativas. Assim, deverá ocorrer o estabelecimento de relações sobre o trabalho pedagógico nesses complexos e a compreensão inicial do mesmo, identificando-se semelhanças e diferenças em cada campo de atuação;
- Prática de Ensino II: A partir de pesquisas e vivências nos vários complexos e sobre os mesmos, as sistematizações e generalizações daí decorrentes deverão ser confrontadas com a aprendizagem de referenciais teórico-metodológicos, permitindo o estabelecimento de relações e classificações, ou seja, ampliando a compreensão da prática de ensino na área. Isso será possibilitado pelo confronto entre senso comum e as proposições sistematizadas e não sistematizadas para o ensino da Educação Física;
- Prática de Ensino III: Nesse componente curricular o objetivo é utilizar procedimentos investigativos para ampliar as referências/conhecimentos das

problemáticas significativas dos vários complexos. Deverá ser ampliado também o referencial teórico crítico-superador, decorrendo daí elaborações de caráter científico nos vários complexos como fruto do trabalho coletivo, buscando a superação dos problemas encontrados. Portanto, objetiva reorganizar a constatação dos dados da realidade iniciada na Prática de Ensino I, nos vários complexos, buscando, nesse momento, através da apropriação do pensamento teórico científico, elaborar propostas concretas para a superação de alguns problemas encontrados nos complexos estudados.

- Prática de Ensino IV: Nessa Prática, prevalecerá a autodeterminação e a autogestão dos estudantes para aprofundar investigações e transformar o Curso em um espaço cultural, científico e pedagógico privilegiado para a elaboração de proposições, projetos, programas que integrem as relações ensino-pesquisa-extensão, sociedade-comunidade, graduação-pós-graduação, avançando nas proposições teóricas e nas diretrizes para a formação humana omnilateral nos vários complexos.

7.2.2 Estágios Curriculares Supervisionados

Posteriormente, segundo a resolução CNE/CP 1/2002, a partir da metade do Curso, iniciarão os Estágios Curriculares Supervisionados, que buscarão uma aproximação a locais, campos de trabalho da Educação Física, objetivando estudos, pesquisas e intervenções referenciadas no trabalho com valor social a partir das demandas encontradas na realidade da área.

Os estágios perpassarão os diferentes eixos e seguirão a articulação teórico-prática iniciada nos componentes curriculares Prática de Ensino. Assim, os estágios se desenvolverão a partir dos campos seguintes, considerando que todos eles proporcionarão conhecimentos sobre políticas públicas:

- Ensino formal I: o estágio compreenderá a Educação Básica, se detendo no Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- Ensino formal II: o estágio compreenderá ao ensino da Educação Física nas modalidades EJA, Educação Especial, Educação Infantil e também abrangerá o Ensino Superior.
- Lazer e Saúde: tratará de intervenções e pesquisas sobre o campo da Educação Física no Lazer e ainda no campo do SUS – Sistema Unificado de Saúde.
- Treinamento corporal e esportivo: tratará de intervenções no âmbito do treinamento corporal e esportivo.

7.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Os conhecimentos específicos tratam das manifestações da cultura corporal, relacionados aos aspectos históricos, sociais, teórico-metodológicos e técnicos produzidos no âmbito da Educação Física. Este grupo de conhecimentos qualificará a formação do professor a partir do conhecimento produzido na área, do seu entendimento histórico e de suas articulações com os demais eixos definidos pelo projeto.

O eixo dos conhecimentos específicos está dividido nos seguintes subeixos: fundamentos aplicados da Educação Física e manifestações da cultura corporal. A divisão em subeixos se fez necessária em função da aglutinação de duas grandes áreas de conhecimentos específicos que têm sido produzidos na Educação Física. O subeixo dos fundamentos aplicados está constituído por conhecimentos produzidos a partir do eixo dos fundamentos da Educação Física que resultaram em componentes curriculares específicos como Fisiologia do esporte, Treinamento Desportivo, Didática da Educação Física, entre outras. Já o subeixo das manifestações da cultura corporal é formado por conhecimentos históricos, contextuais e didáticos das distintas manifestações da cultura corporal produzidas pela humanidade e que apresentam relevância social para o projeto do Centro de Educação Física e Desportos.

O eixo do conhecimento específico deverá contemplar em seus espaços pedagógicos: a interpretação, a compreensão, a explicação e a análise crítica dos fenômenos da cultura corporal, estabelecendo as relações com a natureza, o trabalho, a sociedade e a educação. Nessa perspectiva, este eixo deverá assegurar as seguintes competências:

- Compreender as relações do processo de apropriação da natureza pelo sujeito na história e suas implicações decorrentes da satisfação das necessidades humanas.
- Compreender a relação entre sujeito e natureza, no sentido de viabilizar o entendimento da produção dos conhecimentos específicos da Educação Física;
- Entender a origem, o desenvolvimento e a atualidade da produção do conhecimento da Educação Física;
- Possibilitar a análise, interpretação e compreensão dos conhecimentos específicos produzidos na/para Educação Física;
- Compreender as relações dos conhecimentos específicos que envolvem a natureza humana, a territorialidade, o trabalho, a política cultural e a educação.
- Articular os conhecimentos específicos produzidos na Educação Física com os outros eixos estabelecidos no projeto.

SUBEIXO: FUNDAMENTOS APLICADOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Este grupo de conhecimento específico da Educação Física agrega a produção científica historicamente acumulada dos distintos âmbitos das ciências básicas que têm como objeto de estudo a Cultura Corporal. Entender a construção da cultura corporal como um processo de inter-relação biológica e social, assim como, os distintos aspectos biológicos e sociais envolvidos na produção e apropriação da cultura corporal para os diversos grupos humanos (especiais e de diferentes momentos de aprendizagem) consiste no principal objetivo dos fundamentos aplicados da Educação Física. Estes conhecimentos estão aglutinados em duas grandes áreas: **Ciências Sociais e Humanas aplicadas e Ciências Naturais e Exatas aplicadas**. O currículo deverá proporcionar ao acadêmico a apreensão das seguintes competências:

- Compreender as relações do processo de apropriação da natureza pelo sujeito na História e suas implicações para a cultura corporal decorrentes da satisfação das necessidades humanas.
- Compreender a relação entre sujeito e natureza, no sentido de identificar as características do processo de constituição humana que se estabelecem nas Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas aplicadas ao âmbito da cultura corporal;
- Entender a origem e o desenvolvimento da cultura corporal no processo de produção de conhecimento nos âmbitos das Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas;
- Compreender as relações entre os conhecimentos das Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas aplicadas à Educação Física considerando a natureza humana,a territorialidade, o trabalho, a política cultural e a educação.
- Analisar, interpretar e compreender o conhecimento produzido na Educação Física em sua origem, desenvolvimento e atualidade no que tange às Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas aplicadas à cultura corporal.

ÁREAS

CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS APLICADAS

As Ciências Sociais e Humanas aplicadas consistem na subárea do Currículo de formação de professores de Educação Física. Esta subárea se dedica à produção do conhecimento referente aos aspectos sociais da humanidade aplicados ao âmbito da Educação Física e é composta por conhecimentos construídos no processo histórico de constituição da área como por exemplo: Antropologia e Educação Física, Mídia e Esportes.,

Subáreas

Pedagogia, Didática e Educação Física, Administração e o Esporte, História e Educação Física, Políticas Públicas para Esporte e Lazer, Psicologia e Educação Física, Direito e Educação Física, Filosofia e Educação Física, Sociologia e Educação Física, dentre outros áreas do conhecimento.

- A produção de conhecimento nas ciências sociais e humanas aplicadas à EF

- Aspectos sociológicos e antropológicos aplicados á EF

- Aspectos psicológicos aplicados à EF

- Aspectos filosóficos aplicados à EF

- Direito e administração aplicados à EF

- Aspectos pedagógicos, didáticos e educacionais relacionados à EF

- Aspectos históricos e geográficos e a EF

- Aspectos artísticos e EF

- Políticas públicas para o esporte e lazer

CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS APLICADAS À EF

As ciências naturais e exatas aplicadas formam o âmbito do conhecimento produzido na constituição histórica da Educação Física que tem como objeto de estudo os fenômenos da natureza e do ser humano relativos à cultura corporal, em seus aspectos gerais e fundamentais explicados a partir da Biologia e áreas afins, assim como de modelos matemáticos e físicos.

Subáreas

- A produção de conhecimento nas Ciências Naturais e Exatas e a EF

- Aspectos anatômicos e a EF

- Aspectos bioquímicos e fisiológicos e a EF

- Aspectos cinesiológicos e a EF

- Aspectos biomecânicos e a EF

- Saúde e EF

SUBEIXO: MANIFESTAÇÕES DA CULTURA CORPORAL

Os conhecimentos específicos da Educação Física também tratam das manifestações da cultura corporal no que tange aos aspectos históricos, sociais, teórico-metodológicos e técnicos produzidos na área. Este subeixo qualificará a formação do professor a partir do conhecimento produzido na área, do seu entendimento histórico e de suas articulações com os demais eixos definidos pelo projeto.

Baseados na proposta de Soares et all (2009) definiu-se como conteúdos da cultura corporal o jogo, o esporte, a ginástica, as lutas, a capoeira e a dança. O Centro de Educação Física e Desportos da UFSM tradicionalmente vem contemplando em sua formação inicial as seguintes manifestações: ginástica, atletismo, esportes coletivos (futebol, voleibol, handebol e basquetebol), natação, dança e lutas. A estruturação desse subeixo deverá ser orientada por esses conhecimentos que vêm sendo acumulados e contemplados nos espaços de ensino, pesquisa e extensão do CEFD/UFSM. Sendo assim, as manifestações da cultura corporal identificadas para esta proposta estão divididas nas seguintes áreas: Ginástica, Esportes, Jogos Tradicionais/Populares, Danças e Lutas. Este subeixo será orientado a partir das seguintes competências:

- Compreender a constituição histórica local e global da Educação Física a fim de viabilizar o entendimento das necessidades regionais e das comunidades do entorno;
- Identificar e articular a constituição histórica de cada manifestação da Cultura Corporal contempladas no currículo com o entendimento local e global da Educação Física;
- Entender os aspectos estruturais e da lógica de funcionamento das manifestações da Cultura Corporal que serão desenvolvidas no Currículo estabelecendo as relações com os processos teórico-metodológicos de ensino, aprendizado e treinamento;
- Apropriar-se do conhecimento acumulado no que tange aos processos teórico-metodológicos de ensino, aprendizado e treinamento das manifestações da cultura corporal que vem sendo contempladas no Centro de Educação Física e Desportos da UFSM.
- Conhecer as possibilidades de organização dos espaços pedagógicos, escolares e não escolares, das manifestações culturais articulados com os eixos de fundamentos, práxis e produção de conhecimento.

Área: ESPORTE

Como conhecimento específico, o estudo do fenômeno esportivo justifica-se em sua totalidade por seu processo de construção histórica, contemporaneidade e sua relevância social. De acordo com autores da área Kunz, 1994; Bracht, 2005; Gonzáles, 2005; e Parlebas, 2001 o esporte moderno apresenta as seguintes características: universalização das regras e dos processos de institucionalização; busca do desempenho (recorde); vinculado aos princípios do sistema econômico capitalista (processo de produção e consumo); o processo competitivo constituído no elemento central, baseando-se na sobrepujança.

O esporte como fenômeno complexo e contraditório possibilita a compreensão da realidade ao expressar em si a lógica e os valores estruturantes da atual forma de organização social. Assim, o estudo do esporte pressupõe sua compreensão como fenômeno cultural, social, político e econômico, construído e modificado pelo ser humano ao longo da História, ou seja, sendo entendido em sua totalidade. Além disso, através da práxis, o acadêmico deverá apropriar-se dos distintos enfoques do esporte como política pública voltada para o lazer, saúde, educação formal e treinamento.

Subáreas:

- Teoria Geral do esporte;
- Didática e Esportes (individuais e coletivos)
- Treinamento esportivo;
- Esportes emergentes;
- Megaeventos esportivos;
- Alto rendimento (Olimpismo e outros espaços de expressão)

Área: JOGO TRADICIONAL / POPULAR (corrigir acima – padronizar)

O Jogo Tradicional / Popular constitui-se em uma das manifestações da cultura corporal que possui identidade, entendimento e construção local e/ou regional, revelando os modos e formas de ser de um grupo social. As tentativas de definir Jogo têm sido passíveis de distintas interpretações, pelo fato de ser um termo empregado em vários âmbitos e áreas do conhecimento como linguística, economia, psicologia, entre outras. Neste currículo o Jogo será acompanhado pelas expressões tradicional / popular, termos que têm sido utilizados para definir manifestações históricas e culturais do ser humano com características locais ou regionais.

Parlebas (2001) destaca os seguintes aspectos relacionados a esse grupo de manifestação de nossa cultura: a) estão vinculados à tradição de uma determinada cultura, como foi mencionado anteriormente, e podem estar relacionados ao tempo livre, religião, colheitas, estação do ano, espaços urbanos, típicos de um determinado grupo social; b) atividades regidas por um corpo de regras flexíveis que admitem variações e adaptações em função dos interesses dos participantes; c) são atividades que não dependem de instâncias oficiais para que sejam realizadas, acontecendo normalmente a partir da organização local ou regional de um grupo social, atendendo os interesses e necessidades desse grupo; d) estão à margem do processo sócio-econômico, mesmo sofrendo influência do mesmo, diferentemente dos esportes que estão intrinsecamente relacionados aos processos de produção e consumo; e) possuem como principal forma de atuação o movimento

Subáreas

-Teoria geral do jogo tradicional / popular

- manifestações do jogo nos diferentes períodos históricos e seus elementos básicos;

- Brinquedo, brincar e o jogo tradicional / popular

- Jogo tradicional / popular e os distintos contextos socioculturais (Santa Maria, RS, Brasil e mundo);

- Relação entre lógica interna e lógica externa do jogo tradicional

Área: GINÁSTICA

A ginástica: “arte de exercitar o corpo nu” em suas origens, confundiu-se com a própria Educação Física, incluindo em si práticas de corridas, lançamentos, saltos e lutas. No século XIX, em decorrência do processo de industrialização e urbanização que a Europa vivia, as formas ginásticas até então existentes nas festas populares, no circo, nos exercícios militares, entre outros, foram cientificizadas e sintetizadas no chamado Movimento Ginástico Europeu (GONÇALVES, 2006), objetivando promover corpos saudáveis, para resistir às doenças e adequar os corpos à nova ordem surgida na época.

Dessa forma, ginástica é entendida como elemento da cultura corporal, praticada com ou sem aparelhos, que tem como fundamentos básicos, segundo Soares et all (2009, p. 78), “o saltar, equilibrar, rolar/girar, trepar, e balançar/embalar”. Em seu processo de desenvolvimento histórico a ginástica também passou pela esportivização constituindo-se como modalidade dos Jogos Olímpicos.

Nas últimas décadas vemos o crescimento desenfreado desta prática corporal nos espaços informais de ensino, acompanhando o processo histórico-cultural de se obter o corpo “ideal”. Este movimento contribui para, de um lado constituir-se em um novo ramo de serviços no mercado, de outro para o treinamento corporal, auxiliando em alguns aspectos da saúde humana ou, contraditoriamente, servindo para uma ampliação da exploração das pessoas no trabalho (Exemplo: ginástica laboral).

Assim, a apropriação desta prática corporal em sua totalidade, nas formas clássicas e emergentes, será indispensável para que os acadêmicos tenham condições de analisá-la, criticá-la e reconstruí-la, buscando o ensino da mesma de forma emancipada e superadora nos diversos locais de trabalho e com os diferentes grupos humanos.

Subáreas:

- Teoria geral da ginástica
- Ginástica esportiva

- Ginástica clássica e emergente
- Ginástica circense

Área: LUTAS

As lutas, em seu conjunto, representam parte do patrimônio historicamente construído pela humanidade (SANTOS, 2009) e integram os conhecimentos da cultura corporal. Reunem manifestações elaboradas e sistematizadas ao longo da história humana, muitas vezes relacionadas a aspectos religiosos, ritualísticos e filosóficos, os quais devem ser tangenciados, na medida em que contribuam para o melhor entendimento dessas expressões culturais.

O conjunto de manifestações sob a denominação de lutas, expressa alguns princípios em comum que justificam seu agrupamento e também a diversidade das múltiplas culturas das quais se originam (ocidentais e orientais). Representam, portanto, para além de um conjunto de técnicas corporais (MAUSS, 1974) específicas, elementos conceituais relacionadas às diferentes culturas e contextos históricos nos quais foram criadas e sistematizadas. Além disso, encontram-se também presentes em práticas emergentes, derivadas de manifestações tradicionais a partir de uma concepção esportivizada e espetacularizada. justificando a pertinência de uma abordagem que possa elucidar e tratar pedagogicamente esse conhecimento.

Espera-se que o acadêmico seja capaz de identificar, compreender, relacionar os conhecimentos básicos acerca das Lutas como um conjunto de manifestações da cultura corporal, estabelecendo nexos entre suas origens, desenvolvimento e inserção na sociedade, de modo a fundamentar o trato pedagógico desse conteúdo nos diferentes âmbitos de atuação.

Subáreas

- Teoria geral das lutas –
- Dinâmica de funcionamento das lutas
- Lutas tradicionais e esportivas
- Lutas orientais e ocidentais
- Capoeira

Área: DANÇA

As danças constituem-se como práticas corporais criadas histórica e coletivamente pelo conjunto de seres humanos, e refletem em si as características culturais, políticas e estéticas do tempo/espaço em que surgiram e se desenvolveram, ou seja, expressam em si as características marcantes das formas históricas de produção e reprodução da vida nas várias organizações sociais.

Este elemento da cultura corporal é representativo de diversos aspectos da vida humana permitindo "a transmissão de sentimentos, emoções da afetividade vivida nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, hábitos, da saúde, da guerra, etc." (SOARES ET ALL, 2009, p. 81), que não pode se limitar à formalidade técnica e acrobática.

Dessa forma, a apropriação dos sentidos e significados históricos da dança articulados à aprendizagem de suas técnicas instrumentalizará os acadêmicos para que sejam sujeitos históricos no ensino, na produção e na organização da cultura corporal da dança que está presente em diversos campos da Educação Física como, por exemplo, no lazer, na escola, no treinamento.

Subáreas:

- Teoria geral da dança
- Danças clássicas e contemporâneas
- Danças latinas
- Danças étnicas e folclóricas brasileiras
- Danças gaúchas

7.4 FORMAÇÃO CIENTÍFICA

O eixo da formação científica constitui-se em torno da prática da pesquisa científica, entendida como uma das dimensões das competências globais e em permanente relação com outros eixos. Através de uma orientação científica, este eixo deverá assegurar uma abordagem que contemple as múltiplas relações com as diferentes áreas do conhecimento e também as diferentes matrizes teóricas presentes na área, ao longo de sua constituição histórica.

Segundo Sánchez Gamboa (2007, p. 24):

> A Educação Física, assim como outras áreas que se encontram numa fase de definição epistemológica, progride na medida em que clareiam seus campos nos interstícios do tecido atual dos saberes e na correlação de forças da conjuntura do desenvolvimento do mundo das ciências, mas isso não é possível sem a pesquisa científica, a ação privilegiada nesse campo, e sem o exercício costumeiro da crítica rigorosa dos procedimentos e dos resultados que, na linguagem particular do mundo das ciências, é relacionado à Epistemologia.

É objetivo desse eixo, portanto, o domínio sobre os conhecimentos científicos e sobre seus meios de produção que contribuam para apropriação da construção histórica da identidade epistemológica da área. Esse processo dar-se-á sempre observando a centralidade da Educação Física, portanto, superando o estado de "colonialismo epistemológico" (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007, p. 26) no sentido de compreender a constituição histórica das relações com as ciências aplicadas e estabelecer novas formas de relação. Nas palavras de Sánchez Gamboa (2007, p. 27) esse processo implica na:

> articulação de um campo profissional interdisciplinar que tem como eixo, a natureza e a especificidade da Educação Física que articula contribuições de várias teorias científicas e elabora explicações e compreensões mais ricas e complexas na medida em que tece, em torno de fenômenos concretos, interpretações tensionadas por um eixo central, seja este a motricidade humana, as ações e reações da corporeidade, a conduta motora, ou a cultura corporal.

De modo mais pontual, é pertinente que ao longo do processo formativo os acadêmicos possam apropriar-se das diferentes modalidades de pesquisa ultrapassando um domínio técnico-instrumental para identificar as diferentes matrizes teórico-metodológicas. O ato de pesquisar implica, desse modo, na "[...] elaboração de referenciais teóricos específicos e do delineamento de opções metodológicas condizentes com a natureza da área" que possam contribuir para a superação da reprodução mecânica de técnicas, métodos e teorias advindas de outras áreas do conhecimento (SÁNCHEZ GAMBOA , 2007, p. 25).

A prática da pesquisa deve assentar-se em situações concretas para que, a partir de problematizações possam constituir-se em processos investigativos, balizados pelo rigor teórico e metodológico que caracterizam o conhecimento científico do mesmo modo que o domínio dos recursos mais avançados de tecnologias da informação e comunicação disponíveis.

A materialização desse eixo dar-se-á através de componentes curriculares distribuídos ao longo do curso, articulada à participação em grupos de pesquisa e extensão de modo a fornecer elementos e sustentação para a elaboração de um consistente projeto de pesquisa que culminará com a realização do trabalho científico de conclusão de curso.

De modo objetivo, espera-se que, ao final do curso, o percurso desse eixo tenha assegurado aos acadêmicos:

- ✓ Conhecimentos acerca dos modos de produção científica presentes na área;

- ✓ Conhecimentos de epistemologia científica que propiciem uma leitura crítica acerca da constituição da área de conhecimento Educação Física e as relações existentes com as ciências básicas;
- ✓ Domínio de técnicas e métodos de produção científica incluindo os recursos tecnológicos a eles relacionados;
- ✓ Condições de formular problemas de pesquisa, elaboração e realização de projetos de investigação em diálogo com os fenômenos concretos vivenciados ao longo do percurso acadêmico.

8 AVALIAÇÃO

A avaliação desdobra-se em alguns pontos importantes a serem analisados em sua especificidade, porém, seu aspecto fundamental encontra-se na sua relação com os objetivos, especificamente neste projeto, com os objetivos do curso em Educação Física - Licenciatura.

A universidade deve ser o lugar do pensamento, da crítica e do debate, que busque a elevação cultural da sociedade e que construa conhecimento coletivamente. Por estar inserida em uma sociedade dividida economicamente, esta representa, através dos seus modos de organização, nos mais diversos espaços sociais, os interesses de grupos que lutam para manter ou romper com a hegemonia consolidada.

A avaliação também está condicionada pelos determinantes de grupos. Sendo assim, a avaliação geral do curso de Educação Física do CEFD estará comprometida com os interesses da classe trabalhadora, levando sempre em conta a formação humana crítica, emancipada, que possibilite ao acadêmico constatar, interpretar, compreender e explicar a realidade.

Para isso a avaliação não deve tomar como base apenas métodos, técnicas e mecanismos burocráticos, mas precisa assumir um sentido em relação aos objetivos do curso, estes sim, direcionarão o método e a seleção de conteúdos. Para Soares et all (2009), o sentido da avaliação é o de fazer com que ela seja referência para a análise da aproximação ou distanciamento do eixo curricular que norteia o projeto pedagógico.

Temos o entendimento de que a avaliação deve estar relacionada com os objetivos do curso, no sentido de verificar: a) se a formação ampliada em Educação Física está formando trabalhadores para a atuação no contexto escolar e não escolares com base na práxis; b) Se existe o entendimento da Educação Física como área de conhecimento que trata das diferentes manifestações da cultura corporal; c) A existência da relação entre os diferentes eixos que sustentam o curso; d) A articulação interdisciplinar de conhecimentos advindos das Ciências Sociais e Humanas e Ciências Naturais e Exatas.

Quando salientamos que o processo de avaliação deve ter estreita ligação com os objetivos do curso, pressupomos estabelecer uma relação dialética entre o que se tem e o que se quer ter, construída pelos três segmentos do CEFD: docente,discente e técnico-administrativo. A construção deve ser coletiva, tendo em vista que o CEFD representa uma unidade acadêmica.

O processo avaliativo também não será mero quantificador de índices, mas gerador de um projeto de desenvolvimento da Educação Física, entendida como parte do conhecimento acumulado historicamente, e que vise auxiliar a população em geral e regional na superação dos seus problemas. A avaliação terá desdobramentos que pontuamos como:

- Avaliação dos Estudantes;
- Avaliação dos professores;
- Avaliação dos técnicos-administrativos;
- Avaliação dos dirigentes;
- Avaliação dos conteúdos e métodos das aulas, baseados nos objetivos das aulas e do curso;
- Avaliação da pesquisa e produção científica;
- Avaliação da extensão e sua relevância para a comunidade;
- Avaliação da Estrutura e recursos materiais.
- Programa de Autoavaliação Institucional da UFSM
  (INCLUIR: AVALIAÇÃO NO CURSO DEVE ATENDER AO REGIMENTO DA UFSM – VERIFICAR) GUIA ACADÊMICO

9 GRADE CURRICULAR

Após a definição da forma como será organizado o trabalho pedagógico no curso de Licenciatura em Educação Física, torna-se necessário à construção do quadro de disciplinas de forma coletiva e democrática com todos os docentes do Centro de Educação Física e Desportos e com a Comissão de Reestruturação Curricular criada pela portaria nº 100/09.

Esta construção deverá ter como ponto de partida os conhecimentos ampliados, os conhecimentos identificadores da área e os conhecimentos identificadores do aprofundamento de estudos visando sua articulação de forma a possibilitar a compreensão do movimento da realidade e suas relações com os conhecimentos específicos da Educação Física ao longo do curso.

REFERÊNCIAS

ALVES, Melina S. **Divisão social do trabalho e alienação na formação de professores de educação física da UFS**: o estágio supervisionado/prática de ensino enquanto síntese dialética dos projetos em disputa. Dissertação de mestrado, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

BRACHT, V. **Educação Física e Ciência:** Cenas de um casamento (in)feliz. Ijui: Unijuí, 1999.

BRAZ, Marcelo; NETO, J. P. **Economia Política uma introdução crítica**. 4. ed. – São Paulo, SP. Cortez, 2008.

COLAVOLPE; Carlos Roberto. **Trabalho Pedagógico e formação de professores/militantes culturais:** construindo políticas públicas para a Educação Física, esporte e lazer. Org. Carlos Roberto Colavolpe, Celi NelzaZulke Taffarel, Cláudio de Lira Santos Junior – Salvador: EDUFBA, 2009.

DIB, M. M. **Paradigma crítico das tendências pedagógicas em Educação Física na cidade de Londrina –** Paraná. Dissertação de mestrado. Santa Maria. UFSM, 1994.

DUARTE, Newton. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Rev. Bras. Educ. [online].** 2001, n.18, pp. 35-40. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a04.pdf, acesso em 23 de abril de 2012).

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "Aprender a Aprender":** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados.

FERNADES, Florestan. **Sociologia Crítica e Militante.** Org. Otavio Ianni – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, Papirus, 2005.

GONÇAVES, Felipe Sobczinski. O circo como componente da Ginástica.*In:* **Educação Física**/ vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006, p.93-108

GUIRALDELLI JR., P. **Educação Física Progressista.** A Pedagogia Crítico – Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo: Loyola, 1988.

LACKS, Solange. **Formação de Professores:** A possibilidade da prática como articuladora do conhecimento. Tese de Doutorado Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

LENIN, Vladimir. **As três fontes** – editado a partir da publicação de Centelha. Coimbra, 1977. Editora Expressão Popular; São Paulo - 4ª reimpressão: 2009.

MAZO, J. Z. **História do Centro de Educação Física e Desportos/ UFSM- 25 anos**. Santa Maria, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. tradução de Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2005.

NOZAKI, HajimeTakeuchi. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho:** mediações da regulamentação da profissão. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PISTRAK. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular: 5ª reimpressão, 2006.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio S. A pesquisa na construção da Universidade: compromisso com a aldeia num mundo globalizado. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Pesquisa em Educação:** história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR;Caçador, SC: UnC, 2000.

SANTOS JUNIOR, Claudio de Lira. **A formação de professores de Educação Física:** parâmetros teórico-metodológicos. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, 2005.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação Física:** as inter-relações necessárias. In: Motrivivência, Florianópolis – SC, p. 34-46, dezembro 1994.

Sánchez Gamboa, Silvio A. **Epistemologia da educação física:** as inter-relações necessárias. Maceió: EDUFAL, 2007.

SÁNCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis** – 1ª Ed. – Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

SILVA, R. V. de S. **Pesquisa em Educação Física:** determinações históricas e implicações epistemológicas. Tese de doutorado. Campinas. Unicamp, 1997.

SOARES et all. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo; Cortez, 2009

Documentos Legais:

CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.(http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf)

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002;

RESOLUÇÃO N° 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004;

RESOLUÇÃO CFE nº 3/1987.

Lei nº 9.394/96;

Lei n° 9.696/1998;

PARECER CNE/CES Nº: 400/2005 e aprovado no CES em 24/11/2005;